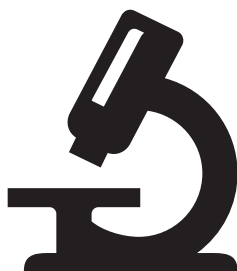


PRÊMIO NOVOS PESQUISADORES



SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E FORMAÇÃO
INSTITUTO MUNICIPAL DE INFORMAÇÃO E PESQUISA DARCY RIBEIRO

PRÊMIO
NOVOS
PESQUISADORES



6^a
EDIÇÃO

Maricá
Editora IDR
2024



Coordenação editorial e revisão:

Flávio Corrêa de Mello

Assessoria:

Rafaela Lima

Diagramação e capa:

Guilherme Borges

Projeto Gráfico:

Alex Viana

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Prêmio novos pesquisadores [livro eletrônico] /
organização Secretaria de Ciência, Tecnologia e
Formação. -- 6. ed. -- Maricá, RJ : Instituto
Municipal de Informação e Pesquisa Darcy
Ribeiro - IDR, 2024.

PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-993419-6-0

1. Ciências sociais 2. Artigos científicos -
Coletâneas 3. Políticas públicas - Maricá (RJ)
I. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Formação.

24-236971

CDD-001.42

Índices para catálogo sistemático:

1. Artigos científicos : Coletâneas 001.42

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

[2024]

EDITORA INSTITUTO DARCY RIBEIRO
Rua Pedro Alfonso Ferreira, 72. Quadra 05
- Lote 46 - CEP: 24900-765 - Maricá - RJ
Editora.idr@marica.rj.gov.br



2024© Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro (IDR).

Prefeitura Municipal de Maricá

PREFEITO

Fabiano Horta

VICE-PREFEITO

Diego Zeidan (*licenciado*)

SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E FORMAÇÃO

Adriana Luiza da Costa

SUBSECRETÁRIOS

Marianne Mary da Fonseca

Sabrina dos Santos Alves

Ana Virgínia de Araújo Medeiros

PRESIDENTE DO IDR

Romário Galvão

EXPEDIENTE

COMISSÃO CIENTÍFICA

Cíntia Jardim de Freitas Goiano (IDR)

Douglas Vieira Barboza (SCTF)

Elza Sílvia Coelho Pollis (UNIVASSOURAS)

Evandro Bastos Sathler (SCFT/EMAR)

Juliana de Farias Crespo (SCTF)

Luciana Gonçalves Bittencourt (SCTF/EMAR)

Luciana Nunes Ferreira da Ponte Lopes
(UNIFESO)

Marcus Vinícius Ferreira Villarinho (UNESA)

Mariana Beatriz Arcuri (UNIFESO)

Mônica Campista Gurjão Quintão (IDR)

Paulo Souza Neto (CODEMAR)

Renata Mendes Barboza

Rita de Cássia Rodrigues Rosa (CODEMAR)

Sávio Luís Oliveira Da Silva
(UNIVASSOURAS)

Thiago Serpa Erthal (ICTIM)

Vanessa Rosse De Souza (UNESA)

Victória Reis de Figueiredo

Vinícius Rodrigues Ximenez (ICTIM)

Vivian Telles Paim (UNIFESO)

**PROFESSORA ORIENTADORA DA
OFICINA DE METODOLOGIA CIENTÍFICA**

Gisele Soares Rodrigues do Nascimento

COMISSÃO ORGANIZADORA

Alexandra Barros de Souza

Alexandra da Costa Figueira

Cláudia Cardoso dos Santos e Silva

Fernanda Cristina dos Santos Crócamo

Marianne Mary da Fonseca

Mônica Cristina Soares Barreto

Neuzânia Casagrande Carrijo Caldeira

Sabrina dos Santos Alves

Sheila Nascimento Elizeu

**EQUIPE DE SUPORTE ESTRATÉGICO
DA VI ED. DO PRÊMIO NOVOS**

PESQUISADORES:

Andréa Regina da Costa

Barbara Costa Gonçalves

Felipe Vieira Dias

Jessica Gomes do Nascimento

Mônica Rigó

Rafael Diniz

Juventude, inovação e pesquisa formam o DNA de Maricá

Vivemos recentemente no Brasil um período em que a ciência e a pesquisa sofreram fortes ataques. A busca do conhecimento passou por um orquestrado processo de negação. A resposta da sociedade civil organizada, da qual Maricá é participante ativa, deu o tom para um movimento de defesa do pensamento científico, em que a memória das conquistas caminha lado a lado com o incentivo à inovação.

Maricá faz questão de beber dessa fonte. Está em nosso DNA. Por isso, criamos, em 2016, o Prêmio Novos Pesquisadores, que abre as portas do saber para adolescentes e jovens dos ensinos Fundamental e Médio, incentivando-os a explorar, questionar e contribuir para o desenvolvimento científico.

Esta publicação, que reúne os 33 melhores artigos selecionados na 6ª Edição do Prêmio Novos Pesquisadores de Maricá, revela a força da juventude que tanto orgulha a nossa cidade. Em novembro de 2023, quando os trabalhos foram apresentados originalmente no Auditório do Banco Mumbuca, já tivemos a oportunidade de testemunhar a dedicação e a inventividade desses jovens cientistas.

Na categoria do Ensino Fundamental, os trabalhos premiados abordam temas essenciais, como o enfrentamento da violência contra crianças, a memória afetiva do canal da costa de Itaipuaçu e a acessibilidade urbana. Já no Ensino Médio, destacam-se estudos sobre inclusão social e inovações tecnológicas no saneamento de Maricá.

Cada um dos projetos demonstra um profundo entendimento das necessidades de nossa cidade, alinhando-se aos objetivos de evolução científica e de repercussão direta na melhoria da qualidade de vida da população maricaense.

Além de reconhecer o potencial juvenil, a premiação é um estímulo para que continuem a explorar, questionar e inovar. Os trabalhos não apenas refletem o talento individual, mas evidenciam a colaboração exemplar entre professores orientadores e alunos, pavimentando o caminho em direção ao horizonte do desenvolvimento humano.

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Formação de Maricá investe na

pesquisa e na inovação como aliadas poderosas na busca por soluções. Ao despertar o interesse pela ciência, o prêmio estabelece uma conexão crucial entre o cotidiano das novas gerações e os desafios de uma cidade pujante, em constante crescimento.

Este livro, que conta com a importante parceria do Instituto Darcy Ribeiro, promove a cidadania plena. Estamos celebrando a contribuição coletiva de jovens visionários para a transformação de Maricá, do Rio de Janeiro e do Brasil.



Fabiano Horta
Prefeito de Maricá

Prêmio Novos Pesquisadores: Visões Jovens, Soluções Inovadoras

“A ignorância gera mais confiança do que o conhecimento: são os que sabem pouco, e não os que sabem muito, que afirmam positivamente que esse ou aquele problema nunca pode ser resolvido pela ciência.”

Charles Darwin

É com grande satisfação que apresentamos a edição especial do livro que reúne os artigos selecionados na 6ª Edição do Prêmio Novos Pesquisadores de Maricá. Desde seu início, em 2016, este prêmio tem fomentado o caminho jovens pesquisadores do Ensino Fundamental e Médio, incentivando-os a explorar, questionar e contribuir para a ciência.

Nos dias 27 e 28 de novembro de 2023, o Auditório do Banco Mumbuca foi palco para apresentações dos artigos, onde se pôde testemunhar a dedicação desses jovens cientistas ao compartilharem suas pesquisas.

Na categoria do Ensino Fundamental, os trabalhos premiados abordaram temas essenciais como o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, a memória afetiva do canal da Costa de Itaipuaçu e a acessibilidade urbana em Itaipuaçu. Já no Ensino Médio, destacaram-se os estudos sobre como viver a cidade, inclusão e inovações tecnológicas no saneamento de Maricá. Cada um desses projetos demonstrou profundo entendimento das necessidades locais, alinhando-se aos objetivos de desenvolvimento de Ciência e Tecnologia em nossa cidade.

A premiação não é apenas um reconhecimento, mas um estímulo para que esses jovens continuem a explorar, questionar e inovar. Os trabalhos não apenas refletem o talento individual, mas também a colaboração exemplar entre professores orientadores e alunos, promovendo que todos caminhem em prol do desenvolvimento científico em nosso município.

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Formação tem como propósito destacar que a ciência é uma aliada poderosa na busca por soluções e inovações que aprimoram a qualidade de vida. Este prêmio, ao despertar o interesse pela pesquisa científica, cria uma ponte crucial entre o cotidiano dos jovens e os desafios enfrentados em Maricá, promovendo uma cidadania plena.

Ao lançar esta compilação de artigos, celebramos não apenas as conquistas individuais, mas a contribuição coletiva desses jovens visionários para a construção de um futuro promissor para Maricá e além.

O Governo de Maricá e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Formação entendem que o desenvolvimento científico é essencial para possibilitar os avanços em diferentes áreas, e encontrar soluções além do que um simples olhar permite, e deseja que este livro inspire outros a seguir os passos desses talentosos jovens pesquisadores, continuando a tradição de questionar, explorar e inovar.

Adriana Luiza da Costa

Secretária de Ciência, Tecnologia
e Formação de Maricá

Sumário

1. VIVER A CIDADE: EXPERIÊNCIAS AO AR LIVRE E QUALIDADE DE VIDA <i>Clara Soares Peixoto</i>	12
2. ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MARICÁ: OLHAR PÚBLICO MUNICIPAL SOBRE AS VÍTIMAS <i>Thainara Lima</i>	22
3. RUMO À INCLUSÃO: A INTERSECÇÃO ENTRE A DISCRIMINAÇÃO E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR MARICAENSE <i>Anna Luísa Pacheco de Souza</i>	34
4. MEMÓRIA SENTIMENTAL DO CANAL DE ITAIPUAÇÚ <i>João Victor Almeida dos Santos Alves</i>	49
5. INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NO SANEAMENTO DE MARICÁ: DESAFIOS E OPORTUNIDADES <i>Renê Ramalho Sader Filho</i>	61
6. ACESSIBILIDADE URBANA NO DISTRITO DE ITAIPUAÇÚ: PROPOSTAS PARA ANÁLISE E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES INCLUSIVAS <i>Gabrielle Paulo de Oliveira Pacheco</i>	74
7. A AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA CULTURA DE DIREITOS NAS ESCOLAS <i>Ana Luiza Rodrigues dos Santos</i>	90
8. PROLETÁRIOS DE TODO MUNDO UNI-VOS’’: APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DAS IDEAS COMUNISTAS EM MARICÁ <i>Beatriz Florêncio Soeiro</i>	98
9. SANEAMENTO BÁSICO <i>Bruno Rangel</i>	104
10. INTRODUÇÃO À CULTURA MBYÁ-GUARANI: DESMISTIFICANDO MITOS E CELEBRANDO TRADIÇÕES <i>Caio Freitas dos Santos</i>	113
11. OS DESAFIOS DA MOBILIDADE URBANA EM MARICÁ <i>Camila Vieira Lopes</i>	126
12. CRIAÇÃO DE ABELHAS SEM FERRÃO NO MUNICÍPIO DE MARICÁ: MANUTENÇÃO DO ECOSSISTEMA E GERAÇÃO DE RENDA <i>Camile Vitória de Souza Rocha</i>	142

13. ASFALTO NAS RUAS DE MARICÁ	
<i>Christian Mattos Porto</i>	152
14. “UMA CASA, MUITAS HISTÓRIAS”: OS DIFERENTES USOS DA CASA DE CULTURA DE MARICÁ	
<i>Danielly Rodrigues de Carvalho</i>	157
15. A EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES (EPT) E A GARANTIA DO DIREITO À LOCOMOÇÃO DOS CIDADÃOS MARICAENSES	
<i>Davi Barros Batista</i>	166
16. MARICÁ E OS RUMOS ANCESTRAIS, A AGROECOLOGIA COMO MÉTODO IMPULSIONADOR DA “SAN”	
<i>Elena Rodrigues Gregório</i>	177
17. O TRANSPORTE RODOVIÁRIO EM ITAIPUAÇÚ: SOLUÇÃO DE PROBLEMAS E A CRIAÇÃO DE NOVAS OPORTUNIDADES	
<i>Eyshila Noemi Santiago dos Santos</i>	188
18. O SANEAMENTO BÁSICO EM MARICÁ: A IMPORTÂNCIA E PERSPECTIVAS	
<i>Josué Damasceno Côrtes Barbosa</i>	196
19. REAPROVEITAMENTO DO BAGAÇO DO MALTE DE CERVEJARIAS ARTESANAIS EM MARICÁ	
<i>Juan Carvalho Duarte</i>	205
20. MARICÁ: A ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO DE JOVENS ADULTOS	
<i>Khauany da Costa Freitas</i>	214
21. PERSPECTIVA DO PRIMEIRO EMPREGO NA VIDA DO JOVEM	
<i>Letícia Gramacho Barcelos</i>	224
22. ACESSO LIVRE	
<i>Luana Rafaela de Souza Castro</i>	235
23. MEU NOVO LUGAR: AS POLÍTICAS PÚBLICAS ADOTADAS EM MARICÁ E SUAS RELAÇÕES COM O CRESCIMENTO POPULACIONAL	
<i>Maria Carolina Madacon</i>	245
24. A FALTA DE PESQUISA SOBRE FÓSSEIS EM MARICÁ: UM BREVE LEVANTAMENTO	
<i>Matheus Araújo Silva</i>	261

25. PRODUÇÃO DE MATERIAL PARADIDÁTICO COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES EM ESCOLA DE MARICÁ	
<i>Miguel Fernandes Moreira</i>	274
26. ANÁLISE NUTRICIONAL DE ALUNOS DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE MARICÁ A PARTIR DO ÍDICE DE MASSA CORPORAL	
<i>Paulo Guilherme Sousa</i>	285
27. A IMPORTÂNCIA DA BIBLIOTECA PÚBLICA EM MARICÁ E A PROMOÇÃO DO HÁBITO DE LEITURA	
<i>Raíssa Torres de Azevedo</i>	301
28. A INFLUÊNCIA DOS PROJETOS SOCIAIS LIGADOS À ARTE NA VIDA DOS CIDADÃOS MARICAENSES	
<i>Rodrigo Araújo Baldessarini</i>	316
29. “VERMELHINHOS”: UMA EXPERIÊNCIA DE TRANSPORTE COLETIVO GRATUITO EM MARICÁ	
<i>Victor Mateus da Silva Cordeiro Souza</i>	332
30. A QUESTÃO DA ENGENHARIA DE TRÂNSITO EM MARICÁ	
<i>Yam Gabriel Ferreira</i>	339
31. A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LIBRAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE MARICÁ	
<i>Yasmim Teixeira de Oliveira Nogueira</i>	348
32. AVANÇOS NO SANEAMENTO BÁSICO DE ITAIPUAÇU: UM OLHAR SOBRE OS ÚLTIMOS ANOS	
<i>Yasmin da Silva Pereira</i>	360
33. A INFLUÊNCIA DO VEGANISMO NO SETOR AGROALIMENTAR DE MARICÁ	
<i>Yulle Farias Souza</i>	372

VIVER A CIDADE: EXPERIÊNCIAS AO AR LIVRE E QUALIDADE DE VIDA

Clara Soares Peixoto
1º lugar (ensino médio)

RESUMO

Este artigo apresenta como proposta refletir sobre a importância da atividade física ao ar livre e a sua relação com a qualidade de vida na cidade de Maricá, sob o olhar das políticas públicas que atuam para a sua promoção. Reafirmando a importância da prática de movimento como um dos componentes da qualidade de vida, na sua perspectiva ampliada, que considera o indivíduo na sua integralidade, problematizamos a sua inserção nas referências sobre cidade, pertencimento e preservação. Contando com uma abordagem qualitativa de pesquisa na área social, foram realizadas entrevistas com representantes de pastas administrativas municipais. Desenvolvendo as categorias de análise Qualidade de Vida, Atividade Física ao Ar Livre e Preservação e Conservação do Espaço, foi possível conhecer as impressões e os propósitos dos gestores sobre o tema. Resultando no entendimento de que o município, além de se preocupar com a qualidade de vida, planeja e implementa ações crescentes para a sua realização, salientando positivamente os impactos para a população maricaense.

Palavras-Chave: Experiência; Qualidade de Vida; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A vida na cidade apresenta demandas sociais, políticas, econômicas, culturais, afetivas, éticas, morais, laborais e ambientais que exigem do indivíduo a organização da sua rotina, através das suas tarefas, deveres, gostos e afazeres. A construção dessa rotina se dá a partir da conjunção desses fatores, vivenciados cotidianamente, transformando-a e sendo influenciada pelo meio no seu conjunto de relações. Nesse contexto, faz-

-se necessário problematizar a relação entre a cidade, as suas demandas e o uso do tempo no desenvolvimento integral do indivíduo.

Pensar a cidade de Maricá como emergente economicamente e seu crescimento populacional (197.300 habitantes), conforme o Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022), sugere uma análise atenta quanto às possibilidades de manifestação da vida, pois admite uma diversidade de rotinas criadas, a partir da relação do indivíduo com o município e seus propósitos governamentais.

Nessa perspectiva, o município apresenta com uma das suas preocupações e intenções públicas e gestoras, a conservação, a preservação e a revitalização dos espaços da cidade, em diálogo com a geografia local e seus elementos naturais, visando ao aproveitamento turístico, ambiental, patrimonial e voltado para a prática da atividade física e lazer da população.

Considerando a problematização apresentada, o presente artigo objetiva conhecer as referências que orientam a gestão municipal em suas políticas públicas - ações, intenções e intervenções - voltadas para a qualidade de vida, considerando o movimento humano-cultural da população e suas experiências ao ar livre.

REFERENCIAL TEÓRICO

Corpo, Cidade e Experiência

“A vida urbana é feita das relações corpo-cidade, espaço, movimento, afeto-ação” (Hissa; Nogueira, 2013, p. 56). Acompanhando essa referência, salienta-se que a cidade é viva quando há movimento, há corpos transitando e se relacionando com o meio, sentindo, se afetando e transformando a sua realidade, traduzindo sentidos e significados individuais e coletivos na experiência dos indivíduos.

Maricá se tornou uma cidade na qual a perspectiva de movimento é ampliada. Há o movimento natural da vida no exercício cotidiano, onde “o corpo é a cidade movente”, como sugere Hissa e Nogueira (2013, p. 58) e o notável avanço na implementação de políticas públicas voltadas à mobilidade, considerando o direito de ir e vir, as necessidades de deslocamento em acordo com as finalidades de estudo, trabalho, lazer, necessidades básicas comerciais, cuidados com a saúde, dentre outras. Seja sob o olhar dos

meios de deslocamento, seja na concepção de cidade que se movimenta corporalmente, observa-se em Maricá uma crescente preocupação com a rotina da sua população e seu bem-estar.

Nesse contexto, pensar a rotina é compreender a necessidade de fixação de alguns afazeres, de acordo com cada fase da vida, em diálogo com as dimensões que integram o indivíduo na sua corporeidade, ou seja, nos seus aspectos físico, motor, biológico, afetivo, psicológico, social, cultural, político e econômico na sua relação com o meio, com a cidade e os seres que nela se manifestam.

No entanto, viver a cidade também é sinônimo de estar a todo momento cronometrando cada passo do seu dia, deparando-se com muitas e variadas informações. Essa rotina pode desgastar, desequilibrar as dimensões da integralidade humana, fazendo com que não haja tempo ou afetação para perceber o que acontece ao redor. Com isso, esse corpo não vive a experiência, na sua plenitude ou próxima a ela, como espaço em que habita. Para Bondia (2002, p. 21), “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca” e, nesse sentido, salienta-se a importância em considerar cada indivíduo na sua corporeidade, ou seja, nos componentes formadores da sua experiência de vida, podendo ser a cidade, enquanto propósito governamental-público, um espaço-tempo para fomentar a integralidade dos seus cidadãos.

Qualidade de Vida e Atividade Física ao Ar Livre

Partindo do princípio da corporeidade na compreensão do viver e do movimento corporal como condição de manutenção e melhoria da qualidade de vida, acrescenta-se a potencialidade do município no que se refere à sua paisagem e beleza naturais, favorecendo a busca por um estilo de vida mais saudável em meio à natureza e ao meio ambiente (Reis, 2017).

Diferente da caracterização de meio urbano como centro deslocado da natureza, Maricá agrega em seus bairros uma condição diferenciada, possibilitando um maior contato com as belezas e paisagens naturais, podendo transformar uma rotina desgastante em uma rotina mais saudável. Entende-se por saudável um caminho que favoreça a

qualidade de vida, a saúde e o bem-estar do indivíduo, salientando as suas dimensões conforme apontadas na noção de corporeidade.

Nesse sentido, saúde e bem-estar vão além da ausência de doença e da perspectiva físico-biológica. Realizar leves caminhadas, andar de bicicleta, correr, por exemplo, são formas de movimento que, além de consumirem energia, favorecem a redução do estresse. Para Reis (2017, p.192), psicologicamente, a prática de atividades físicas proporciona benefícios sobre a autoimagem e autoestima do praticante; fisicamente está relacionado à diminuição de doenças cardiovasculares, de mortes prematuras, redução dos casos de acidente vascular cerebral, câncer e outras doenças. Exercendo o papel na prevenção de doenças, a atividade física também é capaz de promover a interação sociocultural, bem como a apreciação e a afetação pelo local onde é praticada. Atualmente, vem surgindo uma preocupação não só com a conservação como também a preservação do meio ambiente, dos espaços naturais existentes nas cidades.

O distanciamento do sujeito da modernidade em relação à natureza e à sua corporeidade é um dos elementos que agravam tanto a crise ambiental quanto a crise humana (Neuenfeldt; Mazzarino, 2016, p. 33). O indivíduo que consegue construir uma rotina de atividade física em meio a natureza poderá experimentar o sentimento de pertencimento, cuidado e preservação.

METODOLOGIA

Considerando as características da Pesquisa Social, conforme sugerido por Minayo (2007), esse estudo, ao dialogar com o campo das Ciências Sociais, apresenta uma abordagem de natureza qualitativa, contando com entrevistas, antecedidas do estudo bibliográfico.

Com a leitura de artigos acadêmicos foi delimitada a temática e traçado o percurso metodológico.

A primeira etapa contou com uma pesquisa no site oficial da Prefeitura Municipal de Maricá, visando conhecer as pastas municipais que pautavam a prática do movimento ao ar livre, bem como as manifestações possíveis na área da qualidade de vida.

A segunda encaminhou as categorias de análise que seriam contempladas na pesquisa, compondo as perguntas do roteiro de entrevista, construídas a partir da leitura e discussão dos materiais estudados e apresentados no referencial teórico. O roteiro de entrevista voltou-se para os aspectos socioculturais que integram a qualidade de vida da população maricaense, sob enfoque da prática de movimento ao ar livre e do tripé intenção, incentivo e ação públicos, tendo como características a sondagem de opinião (referências norteadoras) e a descrição das ações desenvolvidas.

A terceira definiu os colaboradores da pesquisa, considerando a intenção na coleta de dados e o cronograma, voltando-se para os gestores à frente da Secretaria de Esporte e Lazer, da Secretaria de Cidade Sustentável e da Coordenadoria Especial de Bem-Estar e Qualidade de Vida. Tal decisão metodológica justifica-se pelo potencial de informação na construção e execução das políticas públicas voltadas para a temática tratada na pesquisa.

A etapa seguinte sistematizou os procedimentos necessários para a entrevista acontecer, a saber: 1. contato prévio com os gestores, através de e-mail disponibilizado no site oficial da prefeitura, apresentando a pesquisa e convidando para a participação na modalidade de entrevista; 2. contato por e-mail e telefone para agendamento das entrevistas; 3. estudo e elaboração do roteiro de entrevista (categorias de análise e sequência das perguntas); 4. estudo e elaboração do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os entrevistados; 5. planejamento e organização dos entrevistadores quanto aos materiais e às ações necessárias.

A quinta etapa refere-se à realização da entrevista, no formato presencial, nas sedes das secretarias e coordenadoria investigadas em dia e horário agendados, a partir da disponibilidade de seus gestores representantes.

Feitos os cumprimentos iniciais e agradecimentos pela participação, os pesquisadores entregaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na versão impressa, em duas cópias (para arquivo da pesquisa e para o entrevistado), solicitando leitura e assinatura após consentimento. Nele constavam informações sobre a livre manifestação verbal, sobre a gravação de áudio (voz), através de celular, cujas informações seriam

transcritas e analisadas, não havendo disponibilização, nem circulação do material gravado. As entrevistas foram realizadas com êxito, seguindo o roteiro e tendo todas as perguntas respondidas pelos entrevistados.

A sexta etapa consistiu na transcrição das informações obtidas com as entrevistas, através dos áudios arquivados, agrupando as respostas nas três categorias de análise: Qualidade de Vida; Prática de Atividade Física ao Ar Livre; e Preservação e Valorização do Espaço.

A última etapa voltou-se para a interpretação dos dados das entrevistas e sua discussão, encaminhando a conclusão da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As categorias analisadas foram: Qualidade de Vida; Atividade Física ao Ar Livre; e Preservação e Valorização do Espaço.

Para fins de identificação das Secretarias e Coordenadorias entrevistadas, as respostas foram denominadas por siglas: Secretaria de Esporte e Lazer (SEL), Secretaria de Cidade Sustentável (SCS) e Coordenadoria Especial de Bem-Estar e Qualidade de Vida (CEBQV).

Considerando a Categoria de Análise I, obtivemos as seguintes respostas para a referência dos entrevistados sobre Qualidade de Vida:

É tudo aquilo que a gente proporciona para nós mesmos. Cada um deve realizar ações que levam a uma perspectiva melhor, passando pela alimentação, pelo meio em que vive, pela prática regular de atividade física e pela higiene (SEL).

Para o segundo representante entrevistado, a definição refere-se a “mínimas condições de sobrevivência, uma moradia digna, um salário digno, boa escola, boa saúde, uma série de fatores que o poder público pode proporcionar à população” (SCS).

Destacando o caráter subjetivo do conceito sobre qualidade de vida, tivemos, ainda: “tudo aquilo que agrega ao seu dia-a-dia e que te traz satisfação” (CEBQV).

Considerando as motivações de cada Secretaria/Coordenadoria no fomento à qualidade de vida da população, apresentamos: “colocar o esporte para ir ao encontro da sociedade” (SEL), “garantir para as gerações

futuras um nível de qualidade de vida e bem-estar” (SCS) e “possibilidade de cidadãorealizaratividadesfísicas,lúdicaseculturais,visandoasuaqualidade de vida”(CEBQV).

Constatamos a complementaridade entre as respostas, em diálogo com o referencial teórico sobre o conceito abrangente de qualidade de vida e considerando o sujeito integral. Assim, construímos o entendimento de que a Qualidade de Vida é tudo que proporcionamos a nós mesmos, gerando satisfação, atendendo às mínimas condições para a sobrevivência humana, bem como para o seu bem-estar geral, em diálogo com a ação pública.

Considerando a Categoria de Análise II - Atividade Física ao Ar Livre, a SEL apresentou que mais de 75% do município é atendido por núcleos esportivos com pelo menos três modalidades, cuja motivação principal na construção e implementação dos projetos é “colocar o esporte ao encontro da sociedade” (SEL). Segundo o representante, 95% dos núcleos esportivos são ao ar livre (praia, praça, quadras).

No âmbito da SCS, no incentivo à atividade física ao ar livre há duas sedes de Unidades de Conservação na cidade (Espriado e Silvado), mediando os Circuitos de Caminhada, de Trilhas e a Trans Maricá (ciclismo e caminhada). Há, ainda, o equipamento municipal Ecobikes, disponibilizando bicicletas nos arredores das áreas de proteção ambiental.

Para a CEBQV, a prática de atividade física ao ar livre possibilita outra experiência corporal, ressignificando a ideia de movimento dentro de um ginásio/quadra. A rotina de alguns participantes sugere ficar em espaços fechados ao longo do dia, sendo as ações ao ar livre importantes para quebrar esse ciclo, como acontece nas orlas (lagoa e praia) de Bambuí, Ponta Negra, São José, Itapeba, que fazem parte da extensão do Projeto. Além das ações mencionadas, entrevistados sinalizaram que as práticas de atividades físicas ao ar livre também são incentivadas por outros setores da Prefeitura como, por exemplo, as Vermelhinhas, pela Empresa Pública de Transporte; o Circuito Ecológico Caminhos de Maricá, pela Secretaria de Turismo; e a idealização do Parque Linear do Flamengo, pela Secretaria de Habitação e Assentamentos Urbanos.

Destaca-se nessa categoria de análise, o potencial de Maricá não só na oferta de uma grande quantidade de projetos por toda a cidade, como

também pensar na melhoria das estruturas locais para melhor atender a população, seja na ampliação, na diversificação e na descentralização das atividades. Proporcionando, dessa forma, que a atividade física vá de encontro da sociedade e faça parte da sua rotina.

Considerando a Categoria de Análise III - Preservação e Valorização do Espaço, o processo de conscientização é amplo, construído a partir da reflexão individual-coletiva. Para o representante da SEL, a abordagem que pautou a sua fala voltou-se para a responsabilidade individual, para a educação proveniente do meio doméstico-familiar. Além disso, resalta como importante “deixar de ter um olhar individualista e pensar no coletivo” (SEL). Concluiu que ao “valorizar cada vez mais o meio em que você vive, está valorizando a sua saúde” (SEL).

Para o representante da SCS:

A importância do incentivo à prática ao ar livre é justamente para você conhecer, ter contato direto com a fauna e com a flora de Maricá, ter contato com a natureza, criar esse sentimento de pertencimento da população nas áreas verdes (SCS).

Nesse sentido, destaca enquanto lema a ideia de “conhecer para preservar” (SCS), reafirmando a importância da percepção de pertencimento da população frente aos desafios da sustentabilidade no processo de desenvolvimento crescente no município.

Concordando com a perspectiva de que as ações da CEBQV incentivam os participantes a preservar e valorizar os espaços de realização das atividades, o representante destaca que “além de fazer a atividade ao ar livre, você vê da beleza natural do local, independente de ser uma orla ou uma praça” (CEBQV).

Ao analisar as respostas dessa categoria, compreende-se a importância da relação do indivíduo com o ambiente em que vive. Pois ao reconhecer a natureza como parte do seu cotidiano, além de construir entendimento de pertencimento àquele espaço ele passa não só a zelar como também a aproveitar da melhor forma possível aquele ambiente como provedor do seu bem-estar e qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que a presença de políticas públicas voltadas para a prática de atividade física ao ar livre é capaz de contribuir para o bem-estar e qualidade de vida, bem como para a construção da percepção de pertencimento do cidadão maricaense no seu processo formativo permanente, atuando na preservação do lugar onde vive.

Observamos que as ações realizadas na cidade pelos setores entrevistados são um incentivo enquanto preocupação pública, sensibilizando a população a refletir sobre a prática da atividade física na construção do seu hábito, a partir da sua rotina.

Ressaltamos a importância de reafirmação constante dos propósitos do município, enquanto política pública para além das configurações político-governamentais, para o fomento da prática de atividade física, zelando pelo seu incentivo, ampliação e continuidade.

Sensibilizar e favorecer a prática de atividade física têm sido pautas públicas no desenvolvimento da sociedade. No caso de Maricá, tais ações, quando evidenciadas ao ar livre, possibilitam olhar/sentir as belezas naturais ao redor, aproximando o indivíduo da natureza, trilhando um caminho de vida na cidade, a partir de experiências saudáveis.

REFERÊNCIAS

BONDIA, J. L.. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, abr. 2002. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 set. 2023.

C. E. V.; NOGUEIRA, M. L. M. Cidade-Corpo. **Rev. UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 54-77, Jan-Jun, 2013. Disponível em: <https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/20/3-cidade-corpo_cassio_hissa_e_maria_nogueira.pdf>. Acesso em: 22 set. 2023.

IBGE. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/>>

22827-censo-de-mografico-2022.html>. Acesso em: 14 out. 2023.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NEUENFELDT, D. J.; MAZZARINO, J. M. O corpo como lugar onde a experiência da educação ambiental nos toca. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, v. 33, n. 1, p. 22-36, Jan-Abr., 2016. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5309>>. Acesso em 20 set. 2023.

REIS, D. F. (Org.). Atividade física ao ar livre e a influência na Qualidade de Vida. **Colloquium Vitae**, v. 9, n. Especial, p. 191-201, Jul-Dez, 2017. Disponível em: <<https://www.unoeste.br/site/enepe/2017/area/Vitae/pdf>>. Acesso em: 22 set. 2023.

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MARICÁ: O OLHAR PÚBLICO MUNICIPAL SOBRE AS VÍTIMAS

Thainara Lima
1º lugar (9º ano)

RESUMO

A violência contra criança e adolescente no Brasil é um problema grave e que deixa marcas traumáticas nas vítimas. A Organização Mundial de Saúde (OMS) esclarece que a violência contra a criança vai além da violência física, podendo ser o abuso físico, sexual, psicológico e a negligência. Com a criação e a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Brasil temos um progresso importante no combate à violência contra os nossos pequenos cidadãos. Este artigo tem como principal objetivo a análise de políticas públicas dentro do município de Maricá-RJ voltadas à proteção de crianças e adolescentes vítimas de algum tipo de violência, por meio da realização de pesquisa bibliográfica, entrevista e levantamento das ações desenvolvidas pelo poder público municipal. A cidade de Maricá dispõe de várias políticas e órgãos de proteção à criança e ao adolescente, como o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CMDCA), o Conselho Tutelar, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), os Centros de Atenção Psicossocial (CAPSi) e as Casas de Acolhimento (Casa Lar). O Conselho Tutelar é o órgão responsável por investigar denúncias de violência e, em casos mais graves, retirar a vítima do convívio familiar. O período da quarentena também demonstrou a fragilidade da sociedade em combater a violência infantil. A cidade de Maricá precisa pensar nos acolhidos após o período de acolhimento, quando esses jovens não possuem redes familiares e precisam sair do abrigo ao completarem a maioridade. Além disso, é preciso garantir a

educação sexual nas escolas com foco em prevenção e identificação do abuso, palestras com os pais sobre educar com amor.

Palavras-Chave: Violência infantil; violência sexual; SINAN; ECA; Maricá.

INTRODUÇÃO

A violência infantil no Brasil é um problema grave que afeta a população e deve ser combatida de forma ativa pelos governos, entidades sociais e sociedade. A violência infantil deixa marcas por um longo período, com consequências psicológicas, emocionais e físicas que serão arrastadas ao longo da vida da criança.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) esclarece que a violência contra a criança vai além da violência física. Podemos ter quatro tipos: o abuso físico, sexual, psicológico e a negligência (World Health Organization [WHO], 2005). O combate à violência infantil ganhou um reforço com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que determina que é preciso “garantir às crianças e ao adolescente, a promoção da saúde e a prevenção de agravos, tornando obrigatória a identificação e a denúncia de violência” (BRASIL, 1990).

Segundo a Lei n. 8069, do Estatuto da Criança e do Adolescente, “A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade...”, na prática parece mais do que básico ou natural que as crianças tenham esses direitos, porém, temos muitas crianças que sofrem diariamente diversos tipos de violência (BRASIL, 1990).

A violência cometida contra a criança não se justifica de forma alguma, pois suas condições de desenvolvimento as colocam em uma extrema dependência dos pais, familiares, poder público e a sociedade em geral, já que não são autossuficientes em sua sobrevivência e dependem dos adultos para comer, vestir, estudar, entre outros (Waiselfisz, 2012).

Diante do exposto, o presente artigo tem como principal objetivo, a análise de políticas públicas dentro do município de Maricá-RJ, voltadas para a proteção de crianças e adolescentes vítimas de maus tratos e abusos, sejam eles de qualquer natureza. Para isso, o artigo foi elaborado por meio da realização de pesquisa bibliográfica, entrevista e levantamento das ações desenvolvidas pelo poder público municipal visando enfrentar

este cenário. Junta-se ao trabalho a proposição de melhorias, a fim de diminuir os problemas sociais diante da realidade existente no município.

REFERENCIAL TEÓRICO

A violência em todas as suas formas, deve ser combatida. Uma sociedade deve cuidar dos seus cidadãos, principalmente dos mais fragilizados. Entende-se por violência:

o uso intencional de força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (Krug, 2002).

A legislação no combate à violência é regulada por várias normas de diferentes esferas do poder público. Certamente, ela é alvo de muita discussão e análise. Assim, temos o artigo 227 da Constituição Federal que diz:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, [...] (BRASIL, 1988).

No Brasil, a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), surge como um instrumento legal de proteção às situações de violência. Nessa lei, entende-se por criança o indivíduo de até 12 anos não completos, e adolescente entre 12 e 18 anos de idade (BRASIL, 1990).

Mundialmente, temos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que deveria ser a base da nossa sociedade, justa e civilizada, cujo art. 3º afirma que “todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” e ainda no art. 5º “ninguém será submetido à tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

AS QUATRO DIMENSÕES DA VIOLÊNCIA

a) Violência Física

O abuso físico resulta de agressões físicas que resultam em dano ao físico da criança com ou sem uso de objetos. Infelizmente é usado por muitos responsáveis como meio de “educar” a criança, o que constitui um crime de acordo com o Art. 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que diz: É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor (BRASIL, 1990). No ano de 2014, o artigo 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente recebeu um reforço quanto à violência física. Surge, então, a Lei da Palmada ou Lei nº 13.010, que especifica os tipos de violências envolvidas no “educar” de muitos responsáveis. Essa lei alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 13, bem como inseriu os artigos 18-A, 18-B e 70-A. Nesse trecho da lei, no artigo 18-A, temos que:

A criança e ou adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou tratamento cruel ou degradante, como forma de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los (BRASIL, 2014).

A agressão física vem sendo usada ao longo das gerações e ainda é vista como uma forma eficaz de “educar”, lamentavelmente. A violência física é a maior em prevalência no Brasil, seguido pela violência emocional (Ribeiro et al., 2015).

b) Violência Psicológica

A violência psicológica é um tipo de abuso difícil de identificar, não é tão visível quanto à violência física, já que pode não gerar provas, mesmo deixando marcas emocionais tão fortes quanto à agressão ao corpo (BRASIL, 2016b).

Ainda na Lei nº 13.010, temos no artigo 18, inciso II, que descreve a violência psicológica ou emocional que uma criança pode sofrer na educação que recebe dos seus responsáveis. Assim a lei afirma:

II - tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que:

- a)** humilhe; ou
- b)** ameace gravemente; ou
- c)** ridicularize. (BRASIL, de 2014)

c) Violência sexual

A violência sexual envolve situações muito complexas, já que vai além do ato sexual. O abuso sexual pode ocorrer de forma direta com o uso da força, ou indireta, por meio da coerção, intimidação ou influência. A violência sexual envolve

situações de estupro, abuso incestuoso, assédio sexual, sexo forçado no casamento, jogos sexuais e práticas eróticas não consentidas, impostas, pornografia infantil, pedofilia, voyeurismo; manuseio, penetração oral, anal ou genital, com pênis ou objetos, de forma forçada. Inclui, também, exposição coercitiva/ constrangedora a atos libidinosos, exibicionismo, masturbação, linguagem erótica, interações sexuais de qualquer tipo e material pornográfico. Igualmente caracterizam a violência sexual os atos que, mediante coerção, chantagem, que limitem ou anulem em qualquer pessoa a autonomia e o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos. A violência sexual é crime, mesmo se exercida por um familiar, seja ele pai, mãe, padrasto, madrasta, companheiro(a), esposo(a) (BRASIL, 2016b).

No Brasil, é crime “apresentar, produzir, vender, fornecer, divulgar ou publicar, [...] fotografias ou imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente” (BRASIL, 1990).

Na maior parte dos casos ela acontece dentro de casa por pais, familiares ou pessoas próximas às vítimas. Quando a criança ou adolescente passa por esse tipo de situação ela sente muito estresse e ansiedade e está sempre em estado de alerta, por medo de contrariar ou decepcionar

o abusador. Há casos de depressão, problemas de autoestima e estresse pós-traumático (BRASIL, 2001).

d) Negligência

A negligência “é a omissão pela qual se deixou de prover as necessidades e os cuidados básicos para o desenvolvimento físico, emocional e social da pessoa atendida/vítima” (BRASIL, 2016b). A negligência pode ocorrer quando não se tem os direitos básicos das crianças e adolescentes, como o não atendimento das necessidades de higiene, medicação, lazer, repouso, alimentação, acesso à educação e saúde. Quanto mais nova é a criança, maior é a dependência em relação aos seus responsáveis, o que torna a situação mais grave e perigosa.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO (SINAN)

No Brasil, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) auxilia no mapeamento das doenças e outras situações de saúde e vem ajudando também na identificação de casos de violência doméstica, sexual, suicídios e situações relacionadas. O SINAN foi criado na década de 90, porém, só a partir de 1998, foi regulamentado, tornando obrigatória a alimentação regular da base de dados nacional pelos municípios, estados e Distrito Federal (BRASIL, 1998).

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) possui uma lista de situações de saúde a serem notificadas. Na Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016, temos a lista nacional de notificação compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional. As notificações envolvendo Violência Doméstica, Sexual e/ou outras Violências foram implantadas no SINAN, a partir de 2009. Essa notificação é realizada pelo gestor de saúde do SUS mediante o preenchimento de uma Ficha de Notificação específica, diante de suspeita de ocorrência de situação de violência (BRASIL, 2016a).

METODOLOGIA

O desenvolvimento da pesquisa ocorreu no município de Maricá, localizado no estado do Rio de Janeiro, durante o ano de 2023 (Fig. 1).

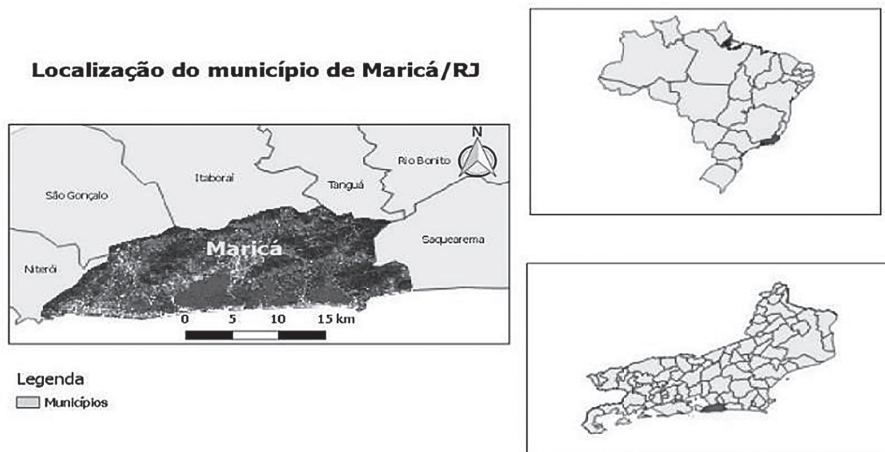


Figura 1: Mapa da área de estudo. Fonte: USGS/GLOVIS (Imagem) / IBGE (Mapas).

O estudo se deu por meio de pesquisa bibliográfica, entrevista e análise de dados dos últimos 5 anos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). A entrevista foi realizada com a presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CMDCA) de Maricá-RJ, a Sra. Sylvia Regina G. Cantuária, e ocorreu no dia 29 de setembro, na sede da Casa dos Conselhos, onde se teve acesso às informações sobre a estrutura municipal no combate à violência contra a criança e ao adolescente e todo o sistema envolvido nesse combate. Para a realização da entrevista foi solicitada a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

Os dados do SINAN foram coletados no sistema no mês de setembro de 2023 e serão analisados através de gráficos, do quantitativo de notificações de violência nos últimos 5 anos e de violência sexual por idade no município de Maricá-RJ.

RESULTADOS

No município de Maricá, a Prefeitura Municipal possui vários órgãos que trabalham para garantir os direitos das crianças e adolescentes, como o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CMDCA), o Conselho Tutelar, o Centro de Referência Especializa-

do de Assistência Social (CREAS), os Centros de Atenção Psicossocial (CAPSi) e as Casas de Acolhimento (Casa Lar), que são duas: uma para crianças e outra para adolescentes.

As denúncias de violência podem chegar através do DISQUE 100, das delegacias, da rede municipal de educação, saúde e outros, além de demanda espontânea da população. A denúncia segue para o Conselho Tutelar, que encaminha ao Ministério Público e à Vara da Infância, para realizarem a investigação à denúncia. O acompanhamento pós investigação é feito pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

O Conselho Tutelar ao avaliar a denúncia deve analisar a situação e o vínculo familiar. Para isso, ele deve seguir até o local e averiguar os fatos. Quando o dano causado à criança ou ao adolescente é muito grande e o vínculo familiar foi rompido, esse órgão tem o poder de retirar a vítima do convívio familiar e encaminhá-la para a casa de acolhimento (Casa Lar). Então, os profissionais da Casa Lar entram em contato com os familiares próximos da criança, averiguando o interesse, vinculação e condições da mesma de possuir a guarda provisória. Por último, na impossibilidade do retorno à família essa criança ou adolescente seguirá para o processo de adoção por famílias inseridas no Sistema Nacional de Adoção.

Em Maricá, temos duas casas de acolhimento: uma para crianças com 12 anos incompletos e outra para de adolescente de 12 a 18 anos de idade. Cada casa tem a capacidade de 11 (onze) vagas e mais 01 (uma) em caso de urgência, limitando-se a 12 vagas, que só são superadas em casos de calamidades. A lotação dessas casas fica entre 70-80%. Nem mesmo na quarentena se atingiu o limite. A casa de acolhimento recebe crianças e adolescentes vítimas de maus tratos ou qualquer tipo de violência, além de entrega voluntária para adoção. Quando o adolescente completa 18 anos, deve sair da casa de acolhimento, sendo oferecidas algumas oportunidades como: apadrinhamento, cursos de formação, aluguel social, entre outros. O sistema de apadrinhamento se dá para adolescentes a partir dos 12 anos de idade, com destituição de poder familiar (DPF).

Os abrigos são mantidos pelo poder público e as doações são encaminhadas à Secretaria de Assistência Social, já que o endereço das casas de acolhimento é confidencial, para garantir a segurança das crianças e adolescentes.

O Conselho Tutelar recebe, em média, de 6 a 7 denúncias, por mês, de algum tipo de violência contra a criança e ao adolescente ou de negligência à acesso a serviços básicos a que esses têm direito, como acesso à matrícula nas escolas, acesso à saúde ou suporte de saúde etc. Na maioria dos casos as denúncias são resolvidas.

De acordo com o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), nos últimos cinco anos, podemos perceber o impacto no período de quarentena, provocado pela Covid-19 no município de Maricá (Fig. 2).



Figura 2: Dados do Sinan dos último 5 anos de Maricá-RJ. Fonte: Sinan / Ministério da Saúde (acesso 28 de setembro de 2023).

Podemos perceber que entre o ano de 2020 e 2021 houve um aumento significativo no número de notificações, principalmente em crianças com menos de 1 ano, 6 e 12 anos, quando comparado aos anos anteriores, isso pode ter ocorrido por conta da pandemia.

No período da pandemia, devido à quarentena, tivemos o aumento da violência infantil, pois durante esse período as famílias tiveram um convívio maior com os seus agressores. Isso ocorreu não só no Brasil como no mundo. As crianças ficaram mais expostas a situações de violência em casa e longe dos adultos protetores, como por exemplo, os professores (SILVA, 2021).

Nos últimos 5 anos, tivemos 88 notificações de violência sexual (Fig. 3).



Figura 3: Dados do Sinan dos último 5 anos de Maricá-RJ. Fonte: Sinan / Ministério da Saúde (acesso 28 de setembro de 2023).

Podemos perceber que houve um maior número de denúncias nas faixas etárias de 3, 4 e 12 anos, sendo o maior número na idade de 12 anos. Uma hipótese para esse aumento pode resultar do período de transição da infância à adolescência, que se caracteriza por uma maior autonomia para fazer a denúncia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo foi realizado com o intuito de informar, alertar e prevenir a população, sobre a violência contra as crianças e adolescentes e suas consequências nas vidas das vítimas.

Cabe destacar a importância da educação sexual nas escolas, pois se trata de conscientização desse público, visando prevenir qualquer tipo de violência, ajudando as crianças e adolescentes a identificarem, evitar e expor a violência sofrida dentro e fora de casa. A educação sexual no Brasil tem sido muito falha, pois não são todas as escolas que abordam esse tipo de conteúdo. Tendo em mente que precisa ser abordado, não somente a parte fisiológica do sistema reprodutivo como um todo, mas também a parte preventiva e de identificação do abuso. Além de disponibilizar mais profissionais de psicologia na rede de atendimento a essas crianças e adolescentes.

O período da quarentena também demonstrou a fragilidade da so-

cidade em proteger as crianças e os adolescentes às situações de violência.

Observamos a necessidade de conscientização dos pais sobre educar e disciplinar sem agressões físicas, orientando sobre a importância do estabelecimento do diálogo em meio aos conflitos familiares fortalecendo, assim, a relação de confiança entre pais e filhos, bem como, expondo as penalidades resultantes do uso da violência como forma de educar.

Devemos observar a necessidade da criação de uma política pública voltada para os adolescentes quando completam 18 anos e têm que sair do acolhimento institucional e que não tiveram oportunidade de se inserir em um contexto familiar, seja por meio da família extensa ou por apadrinhamento. Pode-se pensar em políticas de favorecimento na contratação desses jovens recém-ingressados na sociedade.

Somente quando todos os elementos da sociedade trabalharem juntos, de forma consciente e efetiva, poderemos tirar os nossos pequenos cidadãos de situações de violência e violações dos seus direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília, 2016a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Viva: instrutivo de notificação de violência interpessoal e autoprovocada. Brasília: Ministério da Saúde, 2016b.

BRASIL. Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde. – Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Portaria n.º 73, de 09/03/1998. Constitui comissão para desenvolver os instrumentos, de-

finir fluxos e no novo software do Sinan. **Boletim de Serviço da Funasa**, Brasília, 20 mar. 1998.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1988.

KRUG, E. G. et al. World report on violence and health. **World Health Organization**. Geneva, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948.

RIBEIRO, I. M. P. et al. Prevalência das várias formas de violência entre escolares. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 28, n. 1, p. 54–59, jan. 2015.

SILVA, M. C. B. et al. Evidence on the impacts of covid-19 pandemic on violence against children: scoping review. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 30, 2021.

WAISELFISZ, J.J. Mapa da violência 2012. Crianças e Adolescentes do Brasil. **Instituto Sangari**, São Paulo, 2012.

World Health Organization. Child maltreatment: the health sector responds. **World Health Organization**. Geneva, 2017.

RUMO À INCLUSÃO: A INTERSECÇÃO ENTRE A DISCRIMINAÇÃO E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR MARICAENSE

Anna Luísa Pacheco de Souza
2º lugar (ensino médio)

RESUMO

Este estudo aborda a intersecção entre a discriminação e a pessoa com deficiência no âmbito escolar maricaense. O objetivo é propor uma ideia embrionária de política pública que possa apresentar formas de combater a discriminação das pessoas com deficiência nas escolas do município. A pesquisa incluiu análise bibliográfica sobre o conceito de discriminação e, ainda, de caráter exploratório, investigou-se como esse assunto se insere nas escolas do município de Maricá. Políticas e estruturas foram compreendidas pela consulta em diferentes órgãos públicos e em documentos oficiais, como leis. Uma pesquisa amostral foi aplicada aos responsáveis por alunos com deficiência para avaliar a percepção deles, revelando a necessidade de ações inclusivas mais eficazes. Os resultados indicam uma evidente demanda por serviços inclusivos, revelando a urgência de capacitar profissionais e fortalecer políticas públicas. O presente artigo, portanto, sugere, de natureza aplicada, disseminação da temática da inclusão nas escolas municipais de Maricá, enfatizando a importância de compreender a origem do fenômeno da discriminação e desconstruí-lo em toda a sua essência.

Palavras-chave: Maricá; estigma; discriminação; inclusão escolar; pessoas com deficiência.

INTRODUÇÃO

As pessoas com deficiência (PcD) comumente sofrem bullying durante toda sua vida, em especial ao longo de sua formação na educação

básica (Falcão, 2017). É possível observar que as PcD são quase sempre estigmatizadas (Goffman, 1980), sendo vistas a partir da sua deficiência: não veem a pessoa, mas veem sua deficiência. É interessante destacar que muitas são as pessoas com deficiência que circulam nas ruas do nosso município, mas quando se pergunta à população se costumam notar a presença delas, a resposta é não: são corpos comumente invisibilizados diante da dinâmica social excludente. Em uma conversa informal com um secretário, certamente relevante na temática inclusiva de Maricá, foi expressa uma perspectiva impactante. Nesse contexto, o secretário de Políticas Inclusivas de Maricá¹ compartilhou uma reflexão marcante: “Antes de ser uma pessoa com deficiência, eu era cego, mas agora consigo enxergar”. O termo “cego”, nessa frase, simboliza o não reconhecimento das PcD nos espaços coletivos, destaca a invisibilidade que o próprio secretário afirmava ter em relação a essas pessoas antes de se tornar uma pessoa com deficiência, o que exemplifica o que foi dito anteriormente. É importante assinalar que a inserção dessa citação contou com o devido consentimento do atual secretário (em exercício no ano de 2023).

Sendo o município de Maricá um local, hoje, privilegiado por receber altos valores de royalties de petróleo (MARICÁ INFO, 2023), podendo, assim, investir em diversas políticas públicas, faz-se necessário pensar em formas de combater todo tipo de discriminação, especialmente a relacionada às pessoas com deficiência. Para que o município alcance, de fato, um pleno desenvolvimento, a inclusão precisa ser um tema debatido e implantado, para que a sociedade maricaense viva a diversidade em sua plenitude e a população alcance a equidade social, além, obviamente, de se fazer valer o que já é previsto em diversas legislações.

A proposta deste artigo se justifica de muitas formas: a primeira delas é a motivação pessoal das pesquisadoras, que possuem familiares com deficiências. Além disso, em tempos de redes sociais e tecnologias, com uma alteração significativa na forma como as pessoas se relacionam, inclusive com impactos diretos sobre as relações face a face, deparamo-nos com novos desafios relacionados à diversidade: como lidar

¹ Após sofrer um acidente, o referido secretário tornou-se cadeirante.

com os corpos não padronizados? (Lisboa; Faustino, 2021). Desse modo, percebemos que geralmente as pessoas que se importam de fato com as PcD são aquelas que estão diretamente relacionadas a elas e necessitam viver e lutar pela inclusão e pelo cumprimento da legislação (geralmente os familiares das PcD, ou elas mesmas). Acredita-se, no entanto, que isso pode mudar, quando a cidadania das PcD for efetivamente e integralmente respeitada e quando a mentalidade coletiva normalizar os corpos tidos como não padrões. Ademais, e ainda mais relevante, é o fato de, mesmo em uma cidade que tem ampliado a cada dia suas políticas públicas, ainda ser latente o sofrimento das pessoas com deficiência no ambiente escolar.

Por outro lado, a fim de aprofundarmos alguns conceitos sobre PcD é pertinente trazer a definição de “pessoa com deficiência”, de acordo com a Lei Federal 13146/2015:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015)

As PcD são discriminadas em diversos ambientes, portanto, é necessário trazer também o conceito de “discriminação”. De acordo com o dicionário online Priberam, discriminação é o “Tratamento desigual ou injusto dado a uma pessoa ou grupo, com base em preconceitos de alguma ordem (...)”. É importante observar que o Decreto 5296/2004 determina que toda instituição educacional (o que inclui as escolas), deve “coibir a discriminação em relação às PcD” (BRASIL, 2004), e define discriminação a partir da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência como:

qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. (BRASIL, 2009).

Na presente análise, torna-se imperativo destacar a relevância de abordarmos casos de discriminação no contexto escolar, não apenas como um fato em nossa sociedade contemporânea, mas sim como um fator enraizado no cenário educacional. A notícia “Professora se irrita em sala de aula e arranca carteira de aluna de 13 anos com deficiência intelectual” (2023), publicada no G1, relata um ocorrido em uma escola em São Paulo em que uma professora se irritou com uma aluna com deficiência. Durante a discussão, a professora a abordou com agressividade e ordenou que ela fosse para a diretoria. Os pais da estudante mencionaram que a menina enfrenta depressão e faz uso de medicamentos controlados. Casos como esse ilustram desafios específicos enfrentados por estudantes com deficiência no ambiente escolar como aspectos relacionados à discriminação.

Outro episódio de discriminação explícita, entretanto que ocorreu no ambiente escolar de Maricá, diz respeito a um aluno diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Ele foi o único a não ser convidado para a Festa Literária Internacional de Maricá (FLIM). Conforme o relato da mãe, todos os alunos foram levados à FLIM pelo colégio e o filho ficou andando de um lado para o outro dentro do colégio desamparado. Além disso, a mãe afirma que não foi a primeira vez em que teve problemas com a unidade escolar (LEI SECA MARICÁ, 2023).

Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa é propor uma ideia embrionária de política pública que possa apresentar formas de combater a discriminação das pessoas com deficiência na sociedade maricaense, principalmente nas escolas do município. Para alcançar este objetivo geral, traçamos objetivos específicos:

1) Apresentar de que modo o município de Maricá já tem agido diante das demandas das PcD no âmbito escolar;

2) Descrever de que modo as proponentes deste artigo têm agido para combater a discriminação das PcD na escola que frequentam.

A seguir, traçamos as linhas teóricas com as quais a presente pesquisa está em consonância.

REFERENCIAL TEÓRICO

O principal referencial teórico a ser utilizado parte dos pressupostos da educação inclusiva para se obter uma maior compreensão acerca da discriminação referente às pessoas com deficiência no ambiente escolar. Vale lembrar que a educação inclusiva parte do princípio que, estando as PcD em classes/ escolas regulares, uns aprendem com os outros - as PcD têm muito a nos ensinar também. Os pesquisadores Gabriel e Drago (2022) destacam o dever do Estado, além de ser um direito do cidadão, de garantir que as pessoas com deficiência, independente de suas habilidades, estejam na rede regular de ensino havendo atendimento educacional especializado (BRASIL, 1988).

Diante dessa conjuntura, é evidente que tais artigos da Constituição Federal de 1988 já reconheciam a educação como um direito de todo o corpo social, o que termina por garantir legalmente a necessidade de atendimento especializado ao aluno público-alvo da educação especial. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 208 inciso III, determina que: “o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (Brasil, 1988).

Ainda com relação ao embasamento teórico deste estudo, embora haja discussões sobre ações sociais que prestam assistência à comunidade desfavorecida no contexto escolar, a maioria, infelizmente, enfrenta situações de vulnerabilidade social, o que dificulta sua inclusão nas escolas comuns, sendo necessário, portanto, pensar a deficiência a partir de uma perspectiva interseccional². Como um exemplo pertinente, vale mencionar que, no processo de levantamento de dados para esta pesquisa, estivemos na Secretaria de Políticas Inclusivas do município. Lá, nós tivemos acesso ao “Auxílio Cuidar”, lei recentemente sancionada, que pagará 1 salário mínimo em mumbucas (moeda local) para cada responsável / cuidador de pessoa com deficiência. Se, por um

² No contexto das lutas travadas pelas minorias, muito já se fala sobre a interseccionalidade gênero X raça X classe, no entanto ainda se faz necessário debater o marcador social da deficiência.

lado, o benefício contribuirá para maior bem-estar das PcD, por outro, há de se considerar os desafios existentes no processo de sua implementação. Isso porque, para conseguir tal verba, o beneficiário precisa preencher um formulário online de fluxo contínuo que a referida secretaria disponibilizou a fim de fazer um levantamento censitário de todas as PcD do Município. O auxílio será fornecido com base nos dados coletados por esse banco. Sabe-se, contudo, que em um município com grande extensão territorial e com uma parte rural, muitas pessoas não têm acesso à internet ou não sabem como preencher o formulário. Nestes casos, a secretaria se disponibiliza a ajudar presencialmente, em sua sede no centro da cidade, o que pode também não ser acessível a todos. Neste sentido, reforça-se aqui a importância de se pensar a interseccionalidade tendo em vista a intensificação da posição de vulnerabilidade das PcD em relação a sua posição social, o que não diferentemente ocorre também no espaço escolar.

Por meio da obra de Mazzotta (2011), percebe-se que desafios socioeconômicos surgiram por parte do poder público, que muitas vezes não se propõe a destinar os recursos necessários para que a educação especial ocorra de maneira progressiva atrelada aos princípios da educação inclusiva. Apesar dos esforços dedicados que nosso município tem realizado para as PcD, podemos notar que, mesmo sendo um município privilegiado em relação aos royalties recebidos, os investimentos na educação inclusiva ainda se mostram insuficientes.

Vale ressaltar que a ideia da educação inclusiva vai além da garantia do acesso às instituições de ensino. Conforme Glat (2007) aponta em sua obra, a educação inclusiva se alinha à educação especial no sistema educacional, tendo a compreensão de que essa modalidade de ensino não deve ser considerada um privilégio, mas sim um direito de qualquer cidadão. Além disso, o capacitismo, que é uma forma de discriminação contra pessoas com deficiência, influencia diretamente as experiências delas nas escolas. Essa realidade internalizada torna a inclusão escolar ainda mais desafiadora. Dessa forma, ao investigar a discriminação no ambiente escolar nesta pesquisa, é fundamental considerarmos o impacto do capacitismo, o qual também se torna parte essencial da análise teórica.

Sousa (2021) destaca o termo “capacitismo” para descrever situações em que ocorre discriminação ou violência contra pessoas com deficiência, seja física, intelectual ou sensorial. Essa forma de violência sugere a visão equivocada de que essas pessoas são incapazes devido às suas condições. As práticas discriminatórias podem manifestar-se tanto de forma voluntária, por meio de agressões físicas, xingamentos e arquiteturas inacessíveis, quanto involuntária, refletindo-se em tratamento com sentimentos de pena, inferioridade ou uma superproteção.

O capacitismo muitas vezes se manifesta de maneira imperceptível. A prática de uma proteção exacerbada, por exemplo, pode ser identificada como uma expressão capacitista. Esta tendência é observada com frequência entre familiares de pessoas com deficiência, que, muitas vezes acreditam que a assistência constante é necessária para as atividades cotidianas. Isso culmina em sentimentos de dependência e subestimação das habilidades da pessoa com deficiência. Qualquer comentário que considere uma pessoa com deficiência como uma ‘heroína’ simplesmente por trabalhar ou estudar também pode ser caracterizado como um discurso capacitista. Esse tipo de observação, ao destacar o discurso da superação, implicitamente sugere uma subestimação das capacidades ordinárias de uma pessoa com deficiência. Esse fenômeno ocorre porque, inconscientemente, muitas vezes percebemos a pessoa com deficiência como alguém com um desempenho inferior, ou seja, incapaz de realizar atividades rotineiras.

As experiências de discriminação contra pessoas com deficiência conhecidas como capacitismo não se limitam a um ambiente específico. Elas também são comuns no ambiente escolar, que quase sempre valoriza a produtividade. Estudantes com deficiência frequentemente enfrentam situações em que os professores oferecem atividades mais simples por achar que eles têm capacidades limitadas de aprendizado. Outrossim, é comum observar práticas capacitistas entre os colegas, especialmente durante o recreio, quando alguns estudantes excluem aqueles com deficiência de brincadeiras ou interações sociais (Sousa, 2021).

METODOLOGIA

De acordo com o CNPQ - Conselho Nacional de Conhecimento Científico e Tecnológico - são oito as áreas do conhecimento investigativo. Dentre tais áreas, encontram-se as Ciências Humanas, área na qual insere-se a presente pesquisa. Metodologicamente, quanto à natureza, esta pesquisa é de natureza aplicada, fundamentada em observações decorrentes da nossa experiência com um projeto escolar em desenvolvimento em nossa escola. Essa prática em andamento contribuiu significativamente para a elaboração de conclusões, resultando na sugestão de replicar esse projeto em outras escolas do município. Conforme Barros e Lehfeld (2000), a metodologia utilizada deve sempre auxiliar os pesquisadores a alcançarem seus objetivos acadêmicos para que o tema proposto seja plenamente desenvolvido. A partir desse viés, apresentamos o objetivo geral desta pesquisa: **propor uma ideia embrionária de política pública que possa apresentar formas de combater a discriminação das pessoas com deficiência na sociedade maricaense, principalmente nas escolas do município**. Para alcançar este objetivo geral, traçamos objetivos específicos:

- 1) Apresentar de que modo o município de Maricá já tem agido frente às demandas das PcD no âmbito escolar;
- 2) Descrever de que modo as proponentes deste artigo tem agido para combater a discriminação das PcD na escola que frequentam.

Para atingir esses objetivos, optou-se por uma abordagem quali-quantitativa de caráter exploratório com uma etapa de estudos prévios. Em tal etapa, realizamos um levantamento bibliográfico sobre o tema, bem como realizamos uma pesquisa empírica inicial em grupos específicos do *WhatsApp* a fim de fazer sondagem investigativa e de viabilidade da pesquisa. A importância na compreensão aprofundada da natureza da discriminação nos ambientes escolares de Maricá motivou a buscar por análises vastas do problema, explorando suas possíveis causas e efeitos. Dessa forma, quanto à análise de dados, adotamos o procedimento metodológico interpretativo baseado em Triviños (1987). Esse processo envolveu a análise de documentos oficiais, como leis e dados, de órgãos públicos. Portanto, a técnica

de coleta de dados foi feita a partir dos fundamentos metodológicos de Marconi e Lakatos (2004) denominada técnica de coleta documental.

No que tange aos procedimentos adotados para a técnica de levantamento bibliográfico (Markoni & Lakatos, 2004) realizamos uma revisão bibliográfica sistemática, envolvendo diferentes autores que já abordaram a temática. O caminho metodológico adotado para a revisão sistemática foi recorrer a uma plataforma específica de publicação de trabalhos de pesquisa, a saber o Google Acadêmico. O período do levantamento bibliográfico foi de 15 de agosto de 2023 a 15 de outubro de 2023 e objetivou proporcionar às pesquisadoras uma compreensão mais embasada sobre a discriminação e inclusão da PcD em estudo.

A INCLUSÃO NAS ESCOLAS DE MARICÁ

No que tange à inclusão nas escolas maricaenses, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Maricá (COMDEF) nos informou que, em 2022, cerca de 1450 pessoas com deficiência eram atendidas pela pasta da inclusão da Secretaria de Educação de Maricá. Hoje, estima-se que esse número tenha aumentado para cerca de 1700.

Posto que não foram encontrados dados oficiais específicos sobre o quantitativo de pessoas com deficiência que sofrem discriminação nas escolas maricaenses, optamos por realizar uma pesquisa amostral não probabilística por resposta voluntária em dois grandes grupos do aplicativo *WhatsApp*: Unidos pelo SAREM e PCD Maricá. Uma mensagem explicativa sobre o estudo foi compartilhada nestes grupos, convidando os membros a colaborarem respondendo a uma enquete realizada. Esses grupos são formados apenas por responsáveis de pessoas com deficiência moradoras do município e contam, respectivamente, com 290 e 371 participantes em 14 de outubro de 2023. Foi feita, então, uma enquete para os participantes voluntários com a seguinte pergunta: “Você já recebeu algum bilhete da escola relatando um comportamento inadequado de seu filho (a) com deficiência ou foi chamado pela direção / coordenação para ouvir reclamação sobre comportamentos inadequados dele(a)?” As opções de resposta eram SIM ou NÃO. No grupo Unidos pelo SAREM, em dois dias, ob-

teve-se 28 respostas SIM e 37 NÃO. No grupo PCD Maricá, obteve-se 24 respostas SIM e 13 NÃO. É importante observar que toda pesquisa apresenta limitações também reconhecidas nesta pesquisa. Apesar dessa limitação, os dados coletados, para a etapa de estudos prévios, indicam que muitas famílias ainda são responsabilizadas pelos comportamentos inadequados de seus filhos com deficiência, evidenciando a necessidade de estratégias colaborativas entre escolas e famílias para uma inclusão eficaz.

A partir da enquete no grupo, muitos relatos vieram à tona com comentários sobre as questões de exclusão nas escolas de modo geral, destacando a falta de capacitação de mediadores e professores, a ausência de vagas nas salas de recursos e frequentes situações de exclusão em eventos como a FLIM, entre outros episódios dolorosos. Evidenciou-se o sofrimento de muitas famílias, o que torna esta pesquisa ainda mais relevante. Apesar dos recursos oferecidos pela prefeitura, como profissionais de apoio escolar, mediadores e sala de recursos, há ainda um caminho significativo a percorrer. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146/2015, tem como objetivo “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. Entretanto, para que essa legislação seja efetivamente cumprida, é imprescindível que os profissionais que lidam com esse público sejam devidamente capacitados.

RESULTADOS E PROPOSIÇÃO DE SUGESTÃO PARA POLÍTICA PÚBLICA

Em outubro de 2022, um grupo de três estudantes e uma professora se reuniu para conversar sobre problemas que estavam vivenciando e observando no cotidiano. Um dos estudantes possui uma deficiência e os outros três integrantes do grupo possuem familiares com deficiência. Naquele dia, o grupo desabafou sobre situações de discriminação que notavam e sobre como muitas leis relacionadas às PcD muitas vezes não são plenamente cumpridas. A partir de então, decidiu-se marcar, na escola, reuniões semanais a fim de aprofundar os estudos sobre as leis e os documentos oficiais que envolvem as PcD. Também foi criado um perfil no Instagram para visibilizar as PcD e

compartilhar os conhecimentos adquiridos ao longo de seus estudos e debates.

Em dezembro daquele mesmo ano, o grupo decidiu ofertar um minicurso de duas horas em um evento da escola, com a finalidade de ampliar o número de pessoas que poderiam aprender com a temática que tanto move nossas vidas. Participaram cerca de 25 alunos e 3 mediadoras que trabalhavam lá. No final do minicurso, o grupo recebeu agradecimentos e relatos do quanto aquelas horas haviam mudado suas vidas e a perspectiva em relação às PcD. Foi visível e bonito o sentimento de empatia que começava a florescer naquele espaço. A repercussão do minicurso foi tão grande nas redes sociais que uma diretora de outra escola entrou em contato, ela apontou que em sua instituição de ensino ocorriam casos de bullying envolvendo alunos com deficiência. Essa diretora convidou, então, o grupo para replicar o minicurso para cerca de 100 alunos do nono ano do Ensino Fundamental de sua escola municipal. Foi um momento desafiador, afinal, não se imaginava que algo tão grande estava por acontecer. O minicurso foi replicado e o sucesso foi enorme. Enfim, nosso grupo conseguiu a atenção de todos alunos que participaram ativamente da proposta. Ao final do encontro, tiramos fotos. Uma pena que nem todos integrantes do grupo puderam estar presentes naquele dia.

O sucesso dos minicursos nos levou a refletir sobre a importância dessas ações nas escolas, e ainda: por que não, transformar esse projeto em uma política pública do município? Para isso acontecer, seria necessária a criação de um projeto de lei (e posteriormente uma lei) que tornasse obrigatório um núcleo de estudos, em todas as escolas municipais, que pudesse aprofundar os seus conhecimentos sobre as questões que envolvem as PcD (direitos, acessibilidade, inclusão, situações referentes ao capacitismo etc).

Esses núcleos poderiam ser formados por um ou mais professores/servidores da escola e um grupo de estudantes, ainda que pequeno. Os núcleos se responsabilizariam por promover eventos em suas escolas para conscientizar e divulgar os conhecimentos adquiridos aos alunos e responsáveis. Outra possibilidade é a de a Secretaria Municipal de Educação fornecer uma bolsa de pesquisa em mumbucas (moeda local), para

os estudantes e servidores responsáveis pelos núcleos, como forma de incentivo ao funcionamento dos grupos. Com a existência desse projeto nas escolas de Maricá, destaca-se a relevância da colaboração estratégica de setores da administração pública do município comprometidos com a assistência inclusiva, para a efetiva implementação da proposta. Por fim, uma vez ao ano, na FLIM, poderia ocorrer um encontro municipal de todos os núcleos, a fim de trocar as experiências vividas ao longo do ano letivo. Neste evento, seriam convidadas pessoas com deficiência para falarem sobre o tema da inclusão e compartilharem suas vivências, uma vez que é extremamente importante dar visibilidade e voz a elas.

Além disso, ressalta-se a urgência da promoção de cursos de capacitação, por parte da Secretaria de Educação, tanto para os mediadores quanto para os professores. Essa capacitação se faz necessária para que estejam melhor preparados para incluir as PcD no ambiente escolar de forma adequada. Afinal, inclusão não é apenas uma lei a ser cumprida, ou seja, trata-se de um direito adquirido e uma obrigação do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após essas reflexões, reitera-se aqui a proposta de intervenção criada pela autora deste trabalho em conjunto com as demais pesquisadoras do grupo. Seria de grande valia que cada escola Municipal de Maricá pudesse ter um núcleo/ grupo específico formado não só por professores, mas também por alunos do ambiente escolar, engajados no combate à discriminação, sobretudo para dar visibilidade às pessoas com deficiência frequentemente marginalizadas e, por fim, desconstruir estereótipos referentes às PcD. Desse modo, cada grupo poderia promover minicursos, eventos de conscientização e outras formas de comunicação, incluindo estratégias que alterem o nosso atual cenário, com o objetivo de fomentar a empatia entre os estudantes e de fazer valer a lei brasileira de inclusão.

Um exemplo de estratégia que poderia ser utilizada pelo grupo formado seria a possibilidade de introduzir dinâmicas interativas entre o aluno com deficiência e os colegas espectadores, por meio de simulações,

vídeos informativos, e, até mesmo, apresentações artísticas. Sob essa perspectiva, haveria uma troca enriquecedora de experiências. Percebe-se que com a ideia de aplicar esses métodos, possivelmente o espaço educacional se tornará mais inclusivo, e os alunos passarão a ter uma visão mais empática e compreensiva acerca desse fenômeno. Almejamos fazer com que essa proposta de intervenção atinja/sensibilize pelo menos uma quantidade mínima de alunos que passariam a ser pequenos agentes multiplicadores/transformadores do meio onde vivem e aprendem.

Destarte, ocorrerá um avanço significativo assim que percebermos a melhoria no comportamento das pessoas que contribuirão para a construção de um espaço educacional mais inclusivo. Ao reconhecerem com mais facilidade a gravidade das circunstâncias, com a atuação dessa proposta, proporcionará um impacto positivo no ambiente escolar. Outro ponto importante a presumir é o resultado da promoção da formação de cidadãos conscientes e ativos na luta contra a discriminação nas escolas de Maricá. Ao envolver diferentes setores da administração pública relacionados à inclusão, e estabelecer parcerias para a destinação de recursos provenientes do poder público, a proposta de intervenção terá maior probabilidade de eficácia na construção de uma jornada ainda mais inclusiva nas escolas de Maricá.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal 13.146, **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 18 ago. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro

de 2000. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 dez. 2004. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/23/2004/5296.htm>>. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto N° 6.949**, de 25 de agosto de 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo facultativo. Organização das Nações Unidas – ONU. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm> Acesso em 15 out. 2023.

BARROS, A.J.S. LEHFELD, N.A.S. 2000. **Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica**. 2ª Edição ampliada, MAKRON Editora, São Paulo, SP.

DISCRIMINAÇÃO. In **Dicionário Online Priberam**. Disponível em <<https://dicionario.priberam.org/discrimina%C3%A7%C3%A3o>> Acesso em 22 de out. 23.

FALCÃO, C. S. N. **Envolvimento de crianças autistas em bullying de acordo com elas próprias, pais e professores de educação física**. 2017. Tese de Doutorado. UFC.

G1. **Professora se irrita em sala de aula e arranca carteira de aluna de 13 anos com deficiência intelectual; VÍDEO**, 29 de ago. de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2023/08/29/professora-se-irrita-em-sala-de-aula-e-arranca-carteira-de-aluna-de-13-anos-com-deficiencia-intelectual-em-sales-oliveira-video.ghml>>. Acesso em: 30 set. 2023.

GABRIEL, E; DRAGO, R. **Educação Especial e Educação Inclusiva no Contexto das Políticas Públicas: uma revisão histórica e legal**. *Revista Transformar*, v. 15, n. 2, p. 66-83, 2022.

GLAT, R. **Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar**. Rio de Janeiro: 7letras, 2007.

GOFFMAN, E. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980

LEI SECA MARICÁ. **Mãe denuncia discriminação em escola de Maricá após seu filho não ser convidado para ir à FLIM**, 29 de set. de 2023. Disponível em: <<https://leisecamarica.com.br/noticia/49161/mae-denuncia-discriminacao-em-escola-de-marica-apos-seu-filho-nao-ser-convidado-para-ir-a-flim>>. Acesso em: 30 set. 2023.

LISBOA, R. S; FAUSTINO, A. **O estado de natureza virtual e a justificação das liberdades irrestritas nas redes sociais**. Revista Direitos Culturais, v. 16, n. 39, p. 225-239, 2021.

MARCONI, M. de A. et al. **Metodologia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2004.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.V. **Metodologia científica**. São Paulo, Atlas, 2004.

MARICÁ INFO. **Maricá já recebeu quase R\$ 2 bilhões em royalties em 2023**, 24 de jun. de 2023. Disponível em: <<https://maricainfo.com/2023/06/Coordenação-de-Ana-Paula-Crosara-Resende-e-Flavia-Maria-de-Paiva-Vital-Brasília-Secretaria-Especial-dos-Direitos-Humanos.html>>. Acesso em: 30 jun. 2023.

MAZZOTTA, M. J. da S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUSA, V. C. A. de. **O capacitismo e seus desdobramentos no ambiente escolar**. Trabalho de conclusão de curso. UFPB, 2021.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

MEMÓRIA SENTIMENTAL DO CANAL DA COSTA DE ITAIPUAÇU

João Victor Almeida dos Santos Alves
2º lugar (9º ano)

RESUMO

Neste artigo, apresentam-se os primeiros passos de uma pesquisa que tem por objetivo chamar a atenção para a importância de se preservar o meio ambiente na região do Canal da Costa, em Itaipuaçu (Maricá/RJ). A metodologia utilizada, além de revisão bibliográfica inicial, destaca o relato memorialístico do autor e de seu avô, que participou das obras de abertura do referido canal, há setenta anos, justificando-se assim o caráter sentimental da escrita deste trabalho, por unir gerações em torno da preocupação com a sustentabilidade desse patrimônio ecológico do município. Procura-se relacionar a importância da preservação do canal com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente o ODS 6 (Água Potável e Saneamento) e o ODS 14 (Vida na Água). Conclui-se que é fundamental chamar a atenção não só das autoridades como também de toda a comunidade e visitantes para que o Canal da Costa seja preservado em benefício das próximas gerações, para que no futuro mais pessoas possam guardar e contar suas memórias sobre esse patrimônio natural de Maricá.

Palavras-chave: Maricá; Itaipuaçu; Canal da Costa; Sustentabilidade; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

INTRODUÇÃO

O Canal da Costa de Itaipuaçu é um corpo d'água localizado no município de Maricá, na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Conhecido como um canal artificial que liga a Lagoa de Maricá ao Oceano

Atlântico, tem uma extensão de 17 quilômetros e é considerado de grande importância para a manutenção do equilíbrio ecológico e da qualidade de vida na área, levando-se em conta os tempos atuais, em que são fundamentais os cuidados com a sustentabilidade e a qualidade de vida urbana, com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU, 2023).

Este trabalho tem o objetivo de chamar a atenção justamente para a importância da preservação desse canal para as próximas gerações, com base no relato memorialístico do autor da pesquisa – e de seu avô paterno, que participou das obras de abertura do referido canal – e em revisão bibliográfica inicial referente não apenas a pesquisas sobre o canal de Itaipuaçu como também a estudos que têm como foco principal a memória relacionada a locais que guardam alguma ligação de afeto com suas respectivas comunidades (Bosi, 2003, 2007).

Espera-se que as considerações aqui desenvolvidas venham contribuir para pesquisas futuras sobre o Canal da Costa e também sobre questões referentes à sustentabilidade ecológica da paisagem natural de Maricá. Destaca-se que a abordagem empreendida diz respeito mais a histórias afetivas (de cunho memorialístico) relacionadas ao canal, ao longo de mais de uma geração, do que a aspectos técnicos que costumam ser tema de estudos em artigos das áreas de ciências biológicas ou humanas, por exemplo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa que aqui se começa a desenvolver – cujos primeiros passos são apresentados neste artigo – tem o foco essencialmente no relato memorialístico. Para Ecléia Bosi (2003, 2007), a memória pode ser trabalhada como um mediador entre a nossa geração e as testemunhas do passado. Ela é o intermediário informal da cultura, uma vez que existem mediadores formalizados constituídos pelas instituições como a escola, a igreja e o partido político, por exemplo, pelos quais se dá a transmissão de valores, conteúdos, atitudes – enfim, os constituintes da cultura.

A memória partilhada de Ecléia Bosi (2003) é um conceito desenvolvido

por essa renomada psicanalista e escritora brasileira. Ela argumenta que as memórias individuais estão intrinsecamente ligadas às memórias coletivas, ou seja, as experiências pessoais de uma pessoa são influenciadas e moldadas pelas narrativas e memórias compartilhadas pela sociedade em que ela vive. Bosi (2003, 2007) explora essa interconexão entre memória pessoal e memória coletiva em suas obras, destacando como as histórias, os mitos e os valores culturais de uma sociedade afetam a maneira como as pessoas se lembram de episódios ou locais marcantes em suas vidas e interpretam suas próprias experiências. O conceito de memória partilhada, assim é fundamental para se entender como a cultura e a sociedade desempenham um papel na formação da identidade e das lembranças individuais.

A história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios. (...) A memória oral, longe da unilateralidade para a qual tendem certas instituições, faz intervir pontos de vista contraditórios, pelo menos distintos entre eles, e aí se encontra a sua maior riqueza.
(Bosi, 2003, p. 15)

Desse modo, a memória oral, seguindo o embasamento teórico de Bosi (2003, 2007), é um instrumento precioso se desejarmos constituir a crônica do cotidiano, por isso os conceitos desenvolvidos por essa autora estão fortemente relacionados com a memória afetiva ligada ao Canal da Costa, que é o tema deste trabalho. Lembrar o passado, portanto, contribui para o aumento da integridade e da autoestima, o que simboliza a representação de um importante papel de socialização (Streck; Frison, 1999).

Em Maricá, também o Canal da Barra tem sido tema de pesquisas, como a de Pradel e Barrocas (2017), autores que verificaram que nos últimos anos tem sido cada vez mais frequente a ocorrência de alagamentos na região em torno do Sistema Lagunar do município, em períodos de fortes chuvas, o que traz impactos econômicos, sociais e ambientais negativos à cidade.

Ainda sobre Itaipuaçu, o estudo de Rodrigues, Pereira e Lima (2021)

buscou analisar historicamente, no período de 1970-2020, o processo de urbanização da orla mediante o mapeamento de uso e cobertura do solo, com análise quantitativa e qualitativa. Tal estudo, porém, foi feito em nível de pós-graduação, diferente, portanto, das características da pesquisa aqui empreendida, de caráter de iniciação científica e cunho memorialístico.

Para completar o embasamento teórico inicial desta pesquisa, destaca-se o trabalho de Silva e Silva (2019), que por meio das memórias de antigos moradores de uma ilha no Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, abordaram as dificuldades que eles tiveram de enfrentar em razão da mudança provocada pela ampliação do Complexo Industrial Portuário de Suape. Relacionou-se esta referência por se tratar de relato memorialístico e ser um tema ligado ao meio ambiente, o que se aproxima da pesquisa aqui desenvolvida.

METODOLOGIA

Trata-se de revisão bibliográfica inicial (a ser ampliada em trabalhos futuros), pesquisa de campo e relato memorialístico do autor do artigo e de seu avô, tendo o Canal da Costa como foco. Este tema foi escolhido por estar relacionado à memória familiar dos dois, uma vez que o avô participou das obras de abertura do canal e o autor (neto) ali frequenta e pesca desde criança, o que estabelece um elo de gerações interessadas na preservação e na sustentabilidade do canal.

Por ser uma pesquisa de iniciação científica, relacionam-se também referências que possam contribuir para o entendimento do autor dos primeiros passos a serem dados nessa direção em seu primeiro trabalho de tom acadêmico (Oliveira, 2020; Saldanha, 2017; Vilela; Ferreira; Fialho, 2002; Rover, 2006).

RESULTADOS

Por meio de pesquisa de campo e observação do próprio autor ao longo dos últimos anos, destaca-se que o Canal da Costa é abastecido principalmente pelo sistema de captação de água do mar pela abertura do Canal

do Recanto, que após os processos de evaporação, condensação e precipitação transformam a água salgada em doce.

Devido à expansão urbana e imobiliária em Itaipuaçu, nota-se que está havendo uma mudança significativa na vegetação. Dependendo da densidade populacional do bairro, pode haver certas condições ambientais que não são as mesmas presenciadas na Restinga, por exemplo, já que na região do Canal da Costa não há um adensamento urbano tão intenso.

A vegetação ao redor do canal está mudando significativamente, dependendo da localização e das condições ambientais específicas. Geralmente, as áreas de restinga abrigam uma variedade de biodiversidade, como brejos herbáceos artificiais (Canal da Costa) e vegetação de dunas (SILVA; OLIVEIRA, 1989).

Na Restinga, situa-se a parte mais limpa do canal, devido à preservação do ecossistema. Sua preservação só é possível porque pelo decreto n. 7.230, de 23 de abril de 1984, foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA), que protege e conserva o habitat local, impossibilitando que haja desmatamento e caça, o que ao longo dos anos pode causar desequilíbrio ambiental (BRASIL, 1984).

Deve-se ressaltar que a Prefeitura de Maricá – por meio da Companhia de Desenvolvimento de Maricá (Codemar) – e a Universidade Federal Fluminense (UFF) estão trabalhando em conjunto para aplicarem um método que melhore a qualidade do sistema lagunar de Maricá e seus afluentes, como o Canal da Costa, utilizando a técnica japonesa de microrganismos efetivos (PORTAL TRATAMENTO DE ÁGUA, 2020).

Como observador ativo das mudanças sofridas ao longo dos anos pelo canal, o autor desta pesquisa constata – em coro com os relatos memorialísticos de seu avô – que o local vem sofrendo uma série de problemas comuns que afetam corpos hídricos costeiros, como o acúmulo de sedimentos que reduzem a sua profundidade, o que prejudica a fauna aquática (Foto 1).

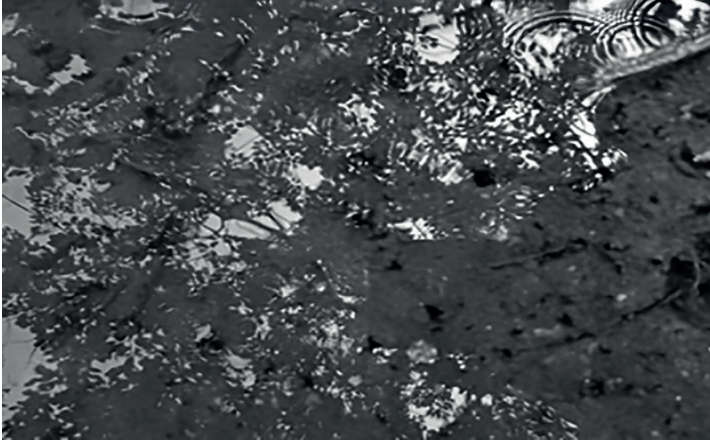


Foto 1 – A água turva do Canal da Costa na região do Recanto. Foto do autor da pesquisa.

A poluição no canal é resultado da falta de saneamento básico, além de despejos irregulares de resíduos e desmatamento. Por esse motivo, focando-se no ODS 6 (Água Potável e Saneamento) dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU, 2023), verifica-se a necessidade de uma gestão sustentável desse ambiente hídrico costeiro, para que não haja a degradação e a perda desse ecossistema. A conscientização de todos para a preservação do Canal da Costa, portanto, torna-se essencial para a vida saudável da população não só dessa parte de Maricá como também de toda a população do município, conseqüentemente. Com o melhoramento da coleta de lixo, fiscalização mais rígida de órgãos públicos, aumento da extensão da rede de esgoto e retirada de substratos das margens, teremos uma melhora na qualidade ambiental gradativamente, no decorrer da aplicação desses métodos, o que beneficiará não apenas quem hoje vive em Maricá como também as gerações futuras.

Com o passar dos anos, houve uma diminuição na vida marinha da região – conforme registram o autor e seu avô nas conversas sobre suas memórias – devido à falta de conservação e à ausência de preocupação com o desenvolvimento sustentável, tanto em áreas terrestres como nas marítimas. Para que haja um gerenciamento de forma sustentável desse ecossistema, visando cumprir o Objetivo de Desenvolvimento Susten-

tável (ODS) 14 da Organização das Nações Unidas (Vida na Água), é importante a conscientização dos residentes da área para preservarem as condições sanitárias do local (ONU, 2023). Faz parte das metas do ODS 14, até 2025, “prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes” (ONU, 2023). Também entende-se que deve haver mais leis socioambientais que fiscalizem, protejam e monitorem de forma mais ampla o meio ambiente – sem falar na necessidade de criação e aplicação de pesadas multas para os que desrespeitarem essas normas ambientais.

Como medidas de restauração da vida aquática, é preciso restabelecer o manguezal, com propostas de reflorestamento e criação de uma área de proteção ambiental que adote formas inclusivas que meschem a participação de órgãos de monitoramento com a vivência dos moradores, para que haja uma troca de conhecimentos. Em épocas de reprodução de espécies marinhas, é fundamental se respeitar o denominado período de defeso, em que é proibida a pesca por certo tempo no período de reprodução das espécies aquáticas, de modo a garantir que elas se desenvolvam sem interferência humana (JUSBRASIL, 2023). O defeso é controlado pelos órgãos responsáveis que atuam em todo o território aquático brasileiro, mas ressalta-se que a fiscalização desses órgãos governamentais ainda não é satisfatória; por esse motivo, é fundamental que haja maior controle no município de Maricá, para que futuramente não tenhamos animais em risco de extinção.

MEMÓRIAS SENTIMENTAIS PARTILHADAS

O avô do autor desta pesquisa tem hoje 84 anos e participou das obras de abertura do Canal da Costa quando tinha 14 anos. Em suas memórias, ele lembra que naquela época (1953) era possível encontrar ali vários tipos de peixes e em farta quantidade, como robalos, tilápias, acarás, tainhas, robalos, carapebas e sargos, entre muitos outros, além de caranguejos como guaiamuns e aratus-vermelhos, por exemplo. Entretanto, lamenta o neto, hoje em dia não é possível a pesca em grande quantidade por conta da poluição provocada muitas vezes pelos moradores da própria região,

além da pesca predatória e das mudanças ambientais causadas pela falta de cuidado com o meio ambiente. Pode-se dizer que temos aqui um bom exemplo de memórias partilhadas paralelamente aos estudos realizados por Bosi (2003, 2007), de acordo com o objeto de estudo proposto.

Avô e neto ressaltam que na região há uma área específica bem concorrida pelos pescadores: fica perto do Morro da Peça, local que os pescadores apelidaram de Três Bocas, onde o canal se divide em três, juntando-se ainda com o canal que vem de Itaocaia Valley, onde já foram vistos animais silvestres como jacarés-de-papo-amarelo e capivaras. Esse canal é oriundo das águas das chuvas que afetam essa área do maciço de Itaocaia regularmente, gerando assim um córrego.

O autor costuma frequentar muitas áreas ao longo desse canal, em companhia de seu avô: perto da ponte do ponto do ônibus 128, no Jardim Atlântico; próximo à Praia do Recanto; na ponte da Rua 14; no São Bento e perto da aldeia dos índios na Restinga de Maricá. Seu avô se lembra de que, antigamente, os moradores faziam várias pontes de madeira com o intuito de atravessarem até a praia. Ele faz questão de destacar que participou da construção da ponte da Rua Nossa Senhora Aparecida (antiga 14). Na época, a ponte de madeira estava caindo e era necessária uma nova ponte; para realizar essa empreitada de forma bem-sucedida, moradores e veranistas se juntaram para o trabalho de concretagem que durou um domingo inteiro, uma vez que as estruturas já estavam prontas, faltando assim apenas essa última parte para a finalização da obra. A ponte da Rua 14, construída honrosamente pelo avô do pesquisador e por outros moradores, saliente-se aqui, continua sendo utilizada até hoje, tendo passado por uma reforma pela Prefeitura de Maricá nos anos de 2019 e 2020, quando foram adicionados novos guarda-corpos, continuando assim até os tempos atuais.

Atualmente, a Prefeitura constrói pontes de concreto em determinados locais para a travessia do canal (Foto 2). Em alguns lugares, entretanto, ainda se veem destroços das antigas pontes de madeira que eram utilizadas na região (Foto 3).



Foto 2 – Uma das pontes de hoje em dia sobre o Canal da Costa. Foto do autor da pesquisa.



Foto 3 – Restos de antiga ponte de madeira sobre o Canal da Costa. Foto do autor da pesquisa.

Entre as curiosas histórias relacionadas às memórias do avô sobre o Canal da Costa, ele se recorda de que no dia 7 de fevereiro de 2016 uma baleia encalhou ali, no trecho próximo à Praia do Recanto. Pescadores tiveram que chamar os bombeiros para a retirada da baleia. Foram necessárias cerca de quarenta pessoas, reunindo pescadores, banhistas e bombeiros do Grupamento Marítimo de Itaipu, além de caminhões e retroscavadeiras, para levarem até a areia o pesado animal que devia pesar umas seis toneladas, segundo o relato do avô. Ele lembra ainda que, de acordo com o comandante do Grupamento Marítimo que esteve à frente dessa empreitada, a Prefeitura disponibilizaria a ossada da baleia para estudos univer-

sitários. O animal precisou ser cortado em partes para ser transportado. Certamente, é um relato que serve para tornar ainda mais fortes as lembranças e a memória afetiva dos dois (avô e neto) em relação ao Canal da Costa, o que reforça a necessidade de se lutar por sua preservação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se realizar, neste artigo, uma breve abordagem histórica, social e ambiental do Canal da Costa de Itaipuaçu, tema de interesse especial para o pesquisador, cujo avô paterno participou da construção do respectivo canal, o que confere também um valor sentimental à pesquisa a ser desenvolvida e aprofundada em trabalhos futuros.

O trabalho aqui apresentado teve por objetivo chamar a atenção para a importância de se cuidar da sustentabilidade do Canal da Costa de Itaipuaçu e conscientizar comunidade e autoridades sobre a sua importância para o ecossistema aquático da cidade de Maricá, buscando colaborar para que sejam cumpridos na região os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU, 2023), especialmente os ODS 6 (Água Potável e Saneamento) e 14 (Vida na Água). Salienta-se que esses objetivos representam um apelo global à ação para se acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares do mundo, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Esses são os objetivos para os quais a ONU vem contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas no Brasil.

Neste artigo, estão os primeiros passos a serem dados de forma mais ampla em trabalhos futuros, não só deste como também de outros pesquisadores, tendo em mente a preservação deste patrimônio natural de importância fundamental não só para o meio ambiente como também para toda a história de Maricá: o Canal da Costa de Itaipuaçu. Afinal, sustentabilidade é a capacidade de uso consciente dos recursos naturais sem comprometer o bem-estar das gerações futuras. E seu objetivo principal é encontrar o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental. Que não apenas o autor deste trabalho e seu avô continuem guardando afetivamente e ampliando suas memórias, mas

também que as futuras gerações possam ter o direito de um dia fazerem seus próprios relatos memorialísticos sobre as condições de uso (de preferência bastante positivas, esperamos) dos recursos naturais de Maricá.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléia. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRASIL. Decreto n. 7.230, de 23 abril de 1984. Disponível em: <<https://leises-taduais.com.br/rj/decreto-n-7230-1984->. Acesso em: 27 set. 2023.

JUSBRASIL. Período do defeso por espécie e local. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/periodo-do-defeso-por-especie-e-local-lista-completa/708073502>>. Acesso em: 12 out. 2023.

OLIVEIRA, Suellem Ferreira do Amaral. **Iniciação científica**: guia básico para iniciantes. Morrinhos: Instituto Federal Goiano, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs#:~:text=Os%20Objetivos%20de%20Desenvolvimento%20Sustent%C3%A1vel%20s%C3%A3o%20um%20apelo%20global%20%C3%A0,de%20paz%20e%20de%20prosperidade>>. Acesso em: 20 set. 2023.

PORTAL TRATAMENTO DE ÁGUA. Maricá/RJ inicia despoluição nas lagoas. 2020. Disponível em: <<https://tratamentodeagua.com.br/marica-despoluicao-lagoas/>>. Acesso em: 12 out. 2023.

PRADEL, Ana Beatriz de Brito Fernandes; BARROCAS, Felipe Muntzberg. **Influência do Canal da Barra no nível de água do Sistema Lagunar**

de Maricá-RJ. Projeto de Graduação – Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopolii0021410.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2023.

RODRIGUES, Elenice Gonçalves; PEREIRA, Thiago Gonçalves; LIMA, Maria Luciene da Silva. Análise histórica da urbanização na orla de Itaipuaçu (Maricá, Rio de Janeiro, Brasil), no período de 1970-2020. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA (ENANPEGE)**, 14. Anais. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78584>>. Acesso em: 2 set. 2023.

ROVER, Ardinete (Org.). **Metodologia científica**: educação a distância. Joaçaba: Unoesc, 2006.

SALDANHA, Patrícia (Org.). **Iniciação científica**: um guia de orientação na Educação Básica. Porto Alegre: Centro Marista de Comunicação, 2017.

SILVA, Janie Garcia da; OLIVEIRA, Arline Souza de. A vegetação de restinga no município de Maricá-RJ. **Acta Botanica Brasilica**, v. 3, n. 2 (supl.), p. 253-272, 1989.

SILVA, Jaqueline Soares da; SILVA, Joanna Lessa Fontes. Memórias de Tatuoca: uma história familiar. In **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU)**, 6, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA5_ID10882_01102019135400.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

STRECK, Carla Fabiana; FRISON, Thirzá Baptista. Lembranças de velhos: o mundo do trabalho na infância. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 1, p. 105-121, 1999.

VILELA, Lidiane Lima da Costa; FERREIRA, Juliana Simião; FIALHO, Wanessa Cristiane Gonçalves. **Iniciação Científica**. Goiânia: Universidade Estadual de Goiás, 2002.

INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NO SANEAMENTO DE MARICÁ: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Renê Ramalho Sader Filho
3º lugar (ensino médio)

RESUMO

Este artigo aborda os desafios no saneamento de Maricá, onde apenas 36,75% da população tem acesso à distribuição de água potável, em contraste com municípios vizinhos como Niterói e São Gonçalo que são de 100% e 90,08% respectivamente. A desatualização do Plano de Saneamento desde 2015 e o crescimento populacional substancial aumentam a urgência de ações. Além disso, a aprendizagem com municípios bem-sucedidos e a incorporação de inovações tecnológicas são fundamentais. A atualização do plano e a cooperação interinstitucional são cruciais para promover o desenvolvimento sustentável.

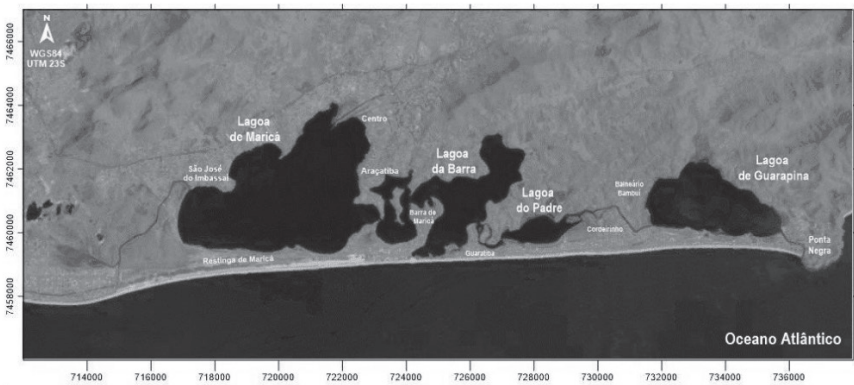
Palavras-chave: Saneamento, Maricá, Inovação Tecnológica, Plano de Saneamento.

INTRODUÇÃO

Sendo um dos pilares para a constituição de uma boa qualidade de vida em qualquer município, o saneamento básico, conforme a lei federal Nº 11,445 de 5 de janeiro de 2007, trata de um conjunto de serviços que devem ser garantidos pelo Estado à população de uma determinada região, nos quais descrevem-se a distribuição de água potável, coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana e coleta de resíduos sólidos (BRASIL, 2007). Maricá, no entanto, segundo um levantamento realizado em 2021 e publicado pelo Instituto de Água e Saneamento, encontra-se contrastante ao contexto apresentado, apresentando uma visível lacuna se comparado com os demais municípios de mesma região na prestação dos mesmos serviços (SNIS, 2021)

Tal contexto mostra-se naturalmente alarmante, visto que, a própria existência de um déficit como o qual está aqui sendo retratado é uma violação da constituição, contudo não apenas isso, é congruente a essa situação uma gama de outros fatores agravantes como a localização geográfica de Maricá, pois trata-se de uma Região lagunar e costeira, ou seja, dispõe de corpos de água em seu território e logo o mal manuseio dos dejetos hídricos contribui para a poluição e degradação do meio ambiente, principalmente do complexo lagunar e de seu entorno, como descreve a imagem da Figura 1.

Figura 1. Vista aérea do Sistema Lagunar Maricá-Guarapina e seu entorno.



Fonte: Mosaico gerado a partir de imagens do satélite Landsat 8 OLI (Operational Land Imager) (2019)

A pesquisa aqui apresentada não apenas identifica as deficiências do saneamento em Maricá, mas também oferece um roteiro para a superação desses desafios, com a esperança de proporcionar uma melhoria substancial na qualidade de vida dos residentes locais e na sustentabilidade ambiental da região. A inovação tecnológica no saneamento é a chave para o desenvolvimento futuro de Maricá, tornando-a um exemplo de como as cidades costeiras podem prosperar, preservando ao mesmo tempo seus recursos naturais e o bem-estar de seus habitantes. (Nascimento; Heller, 2005; Soares; Bernardes; Cordeiro Netto, 2002)

Ao longo deste artigo, exploraremos detalhadamente as áreas críticas de deficiência no saneamento em Maricá e apresentaremos propostas de

inovações tecnológicas que têm o potencial de revolucionar o panorama atual. Analisaremos também os benefícios sociais e ambientais que podem advir da adoção dessas tecnologias avançadas. (Nascimento; Heller, 2005).

Em suma, este artigo pretende não apenas identificar problemas, mas também oferecer soluções concretas para a melhoria do saneamento em Maricá, contribuindo para uma comunidade mais saudável, sustentável e próspera. A partir deste ponto, embarcamos em uma jornada para explorar as inovações tecnológicas que podem moldar o futuro do saneamento nesta cidade costeira, fornecendo respostas para as deficiências críticas que desafiam o seu desenvolvimento.

A urgência da questão do saneamento em Maricá é evidenciada pela crescente demanda da população e o aumento do turismo na região que tornam essenciais a preservação das fontes de água e a gestão eficaz dos resíduos (Almeida, 2020; Alvez, 2023). A falta de acesso à água limpa e a sistemas de esgoto adequados coloca em risco a saúde de milhares de maricaenses e afeta diretamente a qualidade de vida. (Cunha, 2022).

Fundamentação Teórica

1) O saneamento básico é um componente crítico da infraestrutura de uma cidade e desempenha um papel fundamental na promoção da saúde pública, na proteção do meio ambiente (Nascimento; Heller, 2005). A cidade de Maricá, localizada no estado do Rio de Janeiro, apresenta desafios e oportunidades únicas no contexto do saneamento, que podem ser analisados com base em teorias e conceitos relevantes, que serão descritos logo abaixo:

a) Conceito de saneamento básico:

O saneamento básico é uma abordagem holística que engloba o tratamento de água potável, coleta e tratamento de esgoto, manejo de resíduos sólidos e medidas de higiene. É fundamental para garantir o bem-estar da população e a sustentabilidade ambiental. (BRASIL, 2007)

b) Desenvolvimento sustentável:

O saneamento é um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

(ODS) da ONU. A promoção do saneamento básico está intimamente ligada ao ODS 6, que busca assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos, até 2030. (ONU, 2015)

c) Legislação brasileira e políticas públicas:

No Brasil, a Lei Federal nº 11.445/2007 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Além disso, políticas públicas, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), têm influenciado o desenvolvimento de infraestrutura de saneamento no país. (BNDS, 2011)

d) Desafios específicos em Maricá:

Maricá enfrenta desafios específicos em relação ao saneamento, como a expansão urbana, o manejo de resíduos em áreas costeiras, a demanda crescente por água potável e a necessidade de estabelecer sistemas de coleta e tratamento de esgoto. (SNIS, 2021; MARICÁ, 2023)

e) Perspectivas do desenvolvimento sustentável:

O desenvolvimento sustentável em Maricá pode ser promovido por meio de investimentos em tecnologias avançadas, políticas públicas de conscientização e parcerias público-privadas para melhorar a infraestrutura de saneamento e, ao mesmo tempo, proteger os recursos naturais da região. (SANEMAR, 2022)

METODOLOGIA

a) Desenho da pesquisa:

Este estudo segue um desenho de pesquisa quantitativa que visa analisar dados disponíveis em documentos oficiais para avaliar os problemas no saneamento básico de Maricá. O foco da pesquisa foi em indicadores e métricas quantitativas.

b) Busca e seleção de fontes dados:

A busca de fontes de dados foi conduzida em várias bases de dados como em repositórios de documentos oficiais, sites do governo local, estadual e federal. Termos de busca, como “saneamento básico”, “Maricá”,

“água potável”, “coleta de esgoto” e “resíduos sólidos”, foram utilizados para identificar fontes relevantes. Os dados quantitativos relevantes, como estatísticas de acesso à água potável, cobertura de coleta de esgoto, indicadores de qualidade da água e gestão de resíduos sólidos, foram extraídos das fontes selecionadas.

c) Análise de dados:

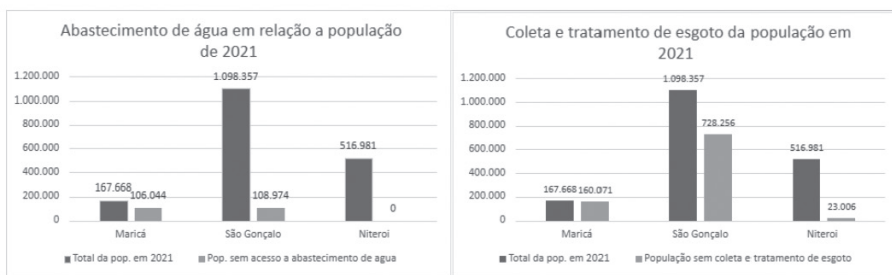
Os dados quantitativos coletados foram analisados a partir de ferramentas estatísticas, como médias, desvios padrão, análise de tendências ao longo do tempo e comparação de indicadores com metas ou normas estabelecidas.

RESULTADOS

1. Disparidades no Acesso à Água Potável e Coleta de Esgoto:

Com base nos dados do SNIS 2021 (Figura 2), verifica-se que apenas 36,75% da população de Maricá tem acesso à distribuição plena de água potável. Além disso, aproximadamente 160 mil habitantes carecem de acesso adequado à coleta e tratamento de esgoto. Essas estatísticas demonstram os sérios desafios em saneamento básico que a cidade enfrenta, impactando diretamente a qualidade de vida e a saúde da população.

Figura 2. Abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto em Maricá, São Gonçalo e Niterói



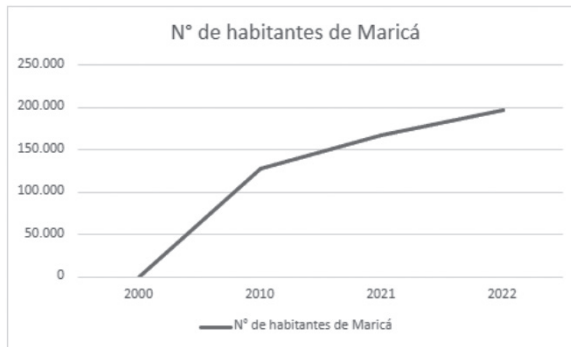
Fonte: SNIS 2021

2. Crescimento Populacional e Desafios em Saneamento:

O crescimento demográfico substancial na cidade, com um aumento

de 159.2% na população entre 2000 e 2022 (Figura 3), agravou a urgência de ações no saneamento. O Plano de Saneamento não atualizado desde 2015 não atende mais às necessidades da população crescente, agravando a situação de acesso à água potável e coleta de esgoto.

Figura 3. Crescimento demográfico da cidade de Maricá



Fonte: IBGE 2000, 2010, 2022

3. Impactos nos Ecossistemas Aquáticos:

A falta de coleta e tratamento adequados de esgoto resulta em descargas inadequadas nos corpos d'água locais, poluindo lagoas e o mar. Isso tem sérios impactos nos ecossistemas marinhos e lagunares, afetando negativamente a biodiversidade, a qualidade da água e a saúde dos ecossistemas costeiros.

4. Necessidade de Inovação Tecnológica e Expansão da Infraestrutura:

A atualização do Plano de Saneamento e a incorporação de inovações tecnológicas não devem se limitar ao acesso à água potável, mas também à expansão da infraestrutura de tratamento de esgoto. Isso é fundamental para mitigar os impactos adversos nas áreas costeiras e para promover um ambiente mais equilibrado e saudável em Maricá.

5. Cooperação Interinstitucional:

A resolução dos desafios de saneamento em Maricá requer a colaboração entre o governo municipal, instituições acadêmicas e empresas pri-

vadas. A criação de parcerias e a cooperação interinstitucional são essenciais para promover a pesquisa, o desenvolvimento e a implementação de soluções inovadoras em saneamento, fato esse, por exemplo, já adotado.

Em resumo, os resultados destacam a urgência de abordar os desafios de saneamento em Maricá, considerando tanto o acesso à água potável quanto a coleta de esgoto. A cidade tem a capacidade e a oportunidade de enfrentar esses desafios, melhorando a qualidade de vida de seus habitantes e protegendo os ecossistemas aquáticos. A cooperação entre as partes interessadas desempenha um papel vital na consecução desses objetivos. Portanto, é crucial que as autoridades locais e a comunidade estejam comprometidas em resolver os desafios de saneamento em Maricá.

DISCUSSÕES E TEMAS EM DEBATE

A baixa taxa de acesso à água potável em Maricá é uma preocupação significativa. Isso afeta diretamente a saúde da população, levando a problemas de saúde relacionados à qualidade da água e ao saneamento inadequado. Além disso, o acesso limitado à água potável também impacta negativamente o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da comunidade.

A ausência de uma atualização do Plano de Saneamento em Maricá desde 2015 é um fator que agrava ainda mais os desafios no saneamento da cidade. O Plano de Saneamento básico é uma ferramenta fundamental para orientar o desenvolvimento das políticas e das ações na área de saneamento básico, definindo metas, estratégias e alocação de recursos para atender às necessidades da população. A falta de uma revisão recente pode levar a lacunas na identificação das necessidades e prioridades atuais, bem como na incorporação de novas tecnologias e abordagens inovadoras. (CONEM, 2015; SNIS, 2021)

DESATUALIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DAS METAS E ESTRATÉGIAS

A desatualização do Plano de Saneamento em Maricá se torna ainda mais crítica ao considerarmos a significativa mudança demográfica que

ocorreu na cidade ao longo dos anos. Conforme indicado pelos dados censitários, a população de Maricá aumentou de 127.461 habitantes em 2010 para 197.300 em 2022 (IBGE, 2010, 2022), representando um crescimento substancial de aproximadamente 55% em apenas 12 anos. Essa mudança demográfica considerável tem implicações diretas nas necessidades e demandas da população em termos de saneamento básico.

A falta de uma revisão do plano para refletir esse crescimento populacional pode resultar em metas e estratégias desatualizadas. As metas estabelecidas em 2015 podem não ser mais apropriadas para uma população quase 55% maior. Por exemplo, a infraestrutura de saneamento projetada para uma população menor pode não ser adequada para atender as demandas de uma população mais numerosa.

Além disso, o aumento da urbanização e da densidade populacional em Maricá agrava os desafios do saneamento, entre eles, cita-se: a gestão e coleta de resíduos (sólidos e líquidos), o abastecimento e a qualidade da água, a drenagem de águas pluviais, o tratamento de efluentes e de esgoto.

A revisão do plano é fundamental para ajustar as metas e estratégias de acordo com a realidade atual da cidade, levando em consideração o aumento da população e as mudanças na dinâmica urbana (CONEM, 2015; SNIS, 2021). Além disso, a atualização do plano pode envolver a identificação de áreas prioritárias que precisam de intervenção imediata, bem como a alocação eficaz de recursos para atender as necessidades emergentes. A falta de uma revisão do plano para acomodar essas mudanças pode resultar em ineficiências, recursos mal alocados e, em última análise, no agravamento dos problemas de saneamento em Maricá (Lourenço, 2021). Portanto, a atualização do Plano de Saneamento é mais urgente do que nunca, dada a dinâmica demográfica e urbana recente na cidade.

ANÁLISE DA PERSPECTIVA AMBIENTAL

Além dos desafios de acesso à água potável, a falta de coleta e de tratamento de esgoto afeta gravemente Maricá. Cerca de 160 mil habitantes não têm acesso adequado a esse serviço, resultando em descargas inade-

quadas de esgoto nos corpos d'água locais, como lagoas, canais e o mar (Moraes, 2002). Isso desencadeia a poluição, prejudicando a biodiversidade marinha e a qualidade da água (Lourenço, 2021).

As descargas de esgoto enriquecem a água com nutrientes, desencadeando proliferação de espécies que indicam prejuízo à saúde dos ecossistemas (Lourenço 2021). A presença de patógenos representa riscos à saúde humana, principalmente em áreas de recreação aquática (Cunha, 2022).

Abordar essa questão é fundamental para preservar a bio diversidade, a qualidade da água e a economia local. A atualização do Plano de Saneamento e a implementação de inovações tecnológicas devem incluir a expansão da infraestrutura de tratamento de esgoto para mitigar esses impactos adversos nas áreas costeiras e promover um ambiente equilibrado e saudável em Maricá (Nascimento; Heller, 2005).

USO DE TECNOLOGIAS DE SUCESSO EM OUTROS MUNICÍPIOS

Para melhorar o saneamento básico em Maricá, é aconselhável aprender com municípios vizinhos ou de outros locais que são bem-sucedidos nessa área. Municípios como Niterói, que alcançou 100% de acesso à água potável e conta com um sistema de tratamento de água avançado e de coleta de esgoto eficaz (NITERÓI, 2020), podem servir de exemplos para Maricá.,

ATENDIMENTO AS NORMAS E REGULAMENTOS ATUAIS

As normas e regulamentações em torno do saneamento básico podem mudar ao longo do tempo. É importante que o plano esteja atualizado para garantir que a cidade esteja em conformidade com as regulamentações vigentes. A falta de conformidade pode resultar em penalidades, riscos à saúde pública e problemas legais.

Em resumo, a ausência de uma atualização do Plano de Saneamento em Maricá desde 2015 representa um obstáculo significativo para a resolução dos problemas de saneamento na cidade. A revisão do plano é crucial para alinhar as ações de saneamento com as necessidades atuais,

incorporar inovações tecnológicas e garantir o atendimento a regulamentações e normas atualizadas. Isso não apenas permite melhorar a qualidade de vida dos habitantes de Maricá, mas também promove o desenvolvimento sustentável e a saúde pública na região. Portanto, é urgente que as autoridades locais priorizem a atualização do plano como parte de seus esforços para resolver os desafios no saneamento da cidade

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, exploramos os desafios significativos no saneamento de Maricá, onde a acessibilidade à água potável e a falta de coleta e tratamento de esgoto representam sérias preocupações. A desatualização do Plano de Saneamento desde 2015 é agravada pelo rápido crescimento demográfico da cidade, com um aumento de 55% na população entre 2010 e 2022 (CONEM, 2015; SNIS, 2021).

A falta de acesso ao saneamento básico afeta diretamente a qualidade de vida dos habitantes e exerce impactos adversos nos ecossistemas lagunares e marítimos locais. Cerca de 160 mil habitantes não têm acesso adequado à coleta e tratamento de esgoto, resultando na poluição de corpos d'água, prejudicando a biodiversidade marinha e a qualidade da água.

A atualização do Plano de Saneamento, juntamente com a incorporação de inovações tecnológicas, não apenas aborda a falta de acesso à água potável, mas também a questão crítica do esgotamento. Isso não apenas melhora a qualidade de vida dos habitantes, mas também fortalece a economia local, a qualidade da água e a saúde dos ecossistemas costeiros.

A cooperação interinstitucional é essencial para promover a pesquisa, desenvolvimento e implementação de soluções inovadoras e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento sustentável em Maricá. (CONEM, 2015; Nascimento; Heller, 2005; SANEMAR, 2022).

Este estudo serve como um apelo à ação, destacando a necessidade premente de resolver os desafios de saneamento em Maricá. A cidade tem o potencial de superar essas dificuldades, melhorar a qualidade de vida de seus habitantes e construir um futuro mais saudável

e sustentável. Cabe às autoridades locais, à comunidade e às partes interessadas unirem esforços para transformar essas recomendações em ações concretas, proporcionando uma transformação positiva e duradoura em Maricá.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S.; COTA, A. L. S.; RODRIGUES, D. F.. Saneamento, Arboviroses e Determinantes Ambientais: impactos na saúde urbana. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 10, p. 3857–3868, out. 2020.

ALVES, Altair. **Maricá entra na rota do turismo de luxo mundial com megaempreendimento e hotéis cinco estrelas**. Rio de Janeiro, 3 abr. 2023. Disponível em: <<https://diariodorio.com/marica-entra-na-rota-do-turismo-de-luxo-mundial-com-megaempreendimento-e-hoteis-cinco-estrelas/>>. Acesso em: 21 out. 2023.

BNDS. **Programa de Aceleração do Crescimento - Relatório Anual 2011 - BNDES**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Hotsites/Relatorio_Anual_2011/Capituloso/atuacao_institucional/o_bndes_politicas_publicas/pac.html>. Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico. Diário Oficial da União, 8. Jan .2007. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm. Acesso em: 21 out. 2023.

CONEN. **Plano Municipal de Saneamento Básico Maricá/RJ**. 18 mar 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1wKTVdW5lewpw-WLHfIs7whnjv-MziT-b?USP=SHARING>. Acesso em: 21 out. 2023

CUNHA, Romulo. **Despejo de esgoto em canal frequentado por banhistas em Maricá | Enfoco**. Enfoco - O seu site de notícias, 26 jan. 2022. Disponível em:<<https://enfoco.com.br/uncategorized/cidades/despejo-de>

-esgoto-em-canal-frequentado-por- banhistas-em-marica-36334>. Acesso em: 21 out. 2023.

IBGE. **Censo 2010 Amostras - resultados**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica/pesquisa/23/26170>>. Acesso em: 21 out. 2023.

IBGE. **Sinopse preliminar do censo demográfico 2000**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7308>> Acesso em: 21 out. 2023.

IBGE. **Panorama populacional de Maricá**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica/panorama>>. Acesso em: 21 out. 2023.

LOURENÇO, Anna beatriz. **Plantas que se proliferam em água contaminada se alastram em lagoa de Maricá, no RJ**. G1, 24 fev. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2021/02/24/plantas-que-se-proliferam-em-agua-contaminada-se-alastram-em-lagoa-de-marica-no-rj.ghtml>>. Acesso em: 21 out. 2023.

MARICÁ. **Urbanismo notifica proprietários sobre despejo irregular de esgoto - Maricá Info**, 8 jan. 2023. Disponível em: <<https://maricainfo.com/2023/01/08/marica-urbanismo-notifica-proprietarios-sobre-despejo-irregular-de-esgoto.html>>. Acesso em: 21 out. 2023.

MORAES, D. S. DE L.; JORDÃO, B. Q.. Degradação de recursos hídricos e seus efeitos sobre a saúde humana. **Revista de Saúde Pública**, v. 36, n. 3, p. 370–374, jun. 2002.

NASCIMENTO, N. DE O.; HELLER, L.. Ciência, tecnologia e inovação na interface entre as áreas de recursos hídricos e saneamento. *Engenharia Sanitária e Ambiental*, v. 10, n. 1, p. 36–48, jan. 2005.

NITERÓI. **Plano Municipal de Saneamento Básico**. Niterói, mar. 2020. Disponível em: <<https://www.seconser.niteroi.rj.gov.br/plano-municipal->

-de-saneamento-basico>. Acesso em: 21 out. 2023. Produto 9.

ONU. **Sustainable Development Goal 6: Água potável e saneamento | As Nações Unidas no Brasil**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/6>>. Acesso em: 21 out. 2023.

SANEMAR. **Sanemar firma acordo de cooperação com a Sanasa**. 8 ago. 2022. Disponível em: <<https://sanemar-sa.com.br/sanemar-firma-acordo-de-cooperacao-com-a-sanasa-2/>>. Acesso em: 21 out. 2023.

SNIS – SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO. Dados sobre a distribuição hídrica e coleta de esgoto. Rio de Janeiro: SNIS, 2021. <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/explore-compare>. Acesso em: 21 out 2023.

SOARES, S. R. A.; BERNARDES, R. S.; CORDEIRO NETTO, O. DE M.. Relações entre saneamento, saúde pública e meio ambiente: elementos para formulação de um modelo de planejamento em saneamento. Cadernos de Saúde Pública, v. 18, n. 6, p. 1713–1724, nov.2002.

ACESSIBILIDADE URBANA NO DISTRITO DE ITAIPUAÇU: PROPOSTAS PARA ANÁLISE E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES INCLUSIVAS

Gabrielle Paulo de Oliveira Pacheco
3º lugar (9º ano)

RESUMO

O direito de ir e vir é estabelecido pela Constituição Federal, contudo, para grupos específicos a garantia desse direito passa por desafios, em especial no que diz respeito à acessibilidade. Este trabalho tem como objetivo propor um modelo de análise para identificação de pontos positivos e negativos na acessibilidade, tendo como modelo a Avaliação Multicritério de Machado e Lima (2015) e tomando como exemplo a Avenida Zumbi dos Palmares, em Itaipuaçu. Através da realização de uma pesquisa de campo em diferentes trechos do local, analisamos cada um e quantificamos suas falhas, visando o reconhecimento e correção das mesmas pelo governo municipal a fim de promover a igualdade de oportunidade de acesso a todos os cidadãos de Maricá.

Palavras-Chave: Acessibilidade Urbana; Inclusão; Mobilidade Reduzida; Deslocamento de Pedestres; Avaliação Multicritério.

INTRODUÇÃO

Maricá é uma cidade bela e tranquila, com pontos turísticos deslumbrantes e políticas públicas em favor dos habitantes, como os ônibus “vermelhinhos” da EPT, a moeda social Mumbuca e o Restaurante Popular Mauro Alemão. Justamente por isso, Maricá tem atraído cada vez mais pessoas interessadas em seu desenvolvimento, alcançando uma população de 197.300 pessoas (IBGE, 2023), 54,87% a mais em relação aos números de 2010 (Idem). Itaipuaçu, seu quarto distrito, com praias lindas e muitas opções de lazer, é aquele que mais vem crescendo e sediando cada vez

mais eventos importantes para todo o município, como a 8ª edição da Feira Literária Internacional de Maricá (a FLIM). Todas essas atitudes do governo municipal são feitas em benefício da população. Ou pelo menos, uma parte dela.

Isso porque uma parcela dessa população não tem acesso a muitos benefícios da cidade em que residem. Trata-se da população com mobilidade reduzida, composta por pessoas com deficiência física ou motora e idosos com 65 anos ou mais. Estes correspondiam a 8,4% da população de Maricá em 2010, enquanto aqueles correspondiam a 5,5% da população no mesmo ano (IDR, 2019). Projetando esses valores sobre a população atual, chegaríamos à presença estimada de 16.573 idosos e 10.950 pessoas com deficiência física ou motora em nosso município.

Na Avenida Zumbi dos Palmares, em Itaipuaçu, por exemplo, driblar obstáculos torna-se algo comum no cotidiano dos cidadãos com mobilidade reduzida. A via, onde ocorreu 8ª edição da FLIM em setembro de 2023, possui importantes locais de eventos, entretenimento e lazer, como a Praça de Alimentação da Praça dos Gaviões e a Lona Cultural Beth Carvalho, que não podem ser acessados sem que o indivíduo antes passe por obstáculos físicos, dilema que não é motivo de preocupação alguma para outros frequentadores, que não têm sua mobilidade afetada.

REFERENCIAL TEÓRICO

Somos todos iguais sob o olhar da lei e garantir igualdades de oportunidades é dever do Estado e da sociedade. Por isso, é responsabilidade do governo assegurar que os habitantes com mobilidade reduzida sejam incluídos e possam usufruir dos mesmos direitos que todos. Para que tal feito seja realizado, é preciso ter em mente alguns conceitos fundamentais, como o de inclusão, que pode ser entendida como

um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros. (Freire, 2008, p. 5)

A fim de garantir esse direito, é necessário proporcionar acessibilidade para que todos, independentemente de sua capacidade de locomoção, tenham acesso às mesmas oportunidades. Mas o que seria acessibilidade? A lei brasileira nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 a define como

possibilidade e condição de alcance para utilização, **com segurança e autonomia**, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2000, p.1 – Grifo nosso)

A acessibilidade, além de ser essencial para a garantia dos direitos de pessoas com mobilidade reduzida, possibilitando a elas o acesso às necessidades básicas, também contribui no cotidiano dos demais cidadãos. É importante notar que muitas questões relacionadas à geometria de calçadas (um dos critérios que avaliaremos neste trabalho e serão melhor explicitados adiante), por exemplo, interferem na vida de todos: uma calçada em más condições, obstruída, com buracos e/ou degraus não sinalizados representa um risco para toda a população, pois exige um desvio, o que muitas vezes significa caminhar pela rua, onde há o risco de atropelamentos. Caso o desvio não seja possível, há ainda o risco de tropeçar e, em um cenário mais pessimista, ferir-se de forma grave ou até fatal.

Partindo desses conceitos, o objetivo do presente trabalho é propor um modelo de análise da acessibilidade em vias públicas de grande circulação que sirva como ferramenta ao Poder Público em seu dever de assegurar os direitos de indivíduos com mobilidade reduzida, reivindicando acessibilidade para que todos possam desfrutar, igualmente, de tudo o que o nosso município tem a oferecer.

Devido a sua importância dentro do distrito de Itaipuaçu, elegemos como exemplo a Avenida Zumbi dos Palmares, via que liga a área comercial do bairro do Barroco à praia, garantindo acesso a diversos estabelecimen-

tos comerciais e a áreas de lazer como praças e a Lona Cultural. Tamanha é a importância dessa via que ela foi escolhida para sediar a edição deste ano da Feira Literária Internacional de Maricá (FLIM), evento esse que recebeu 164.125 pessoas ao longo de 13 dias segundo dados da própria Prefeitura Municipal de Maricá (2023).

METODOLOGIA

Para realizar este trabalho, optamos por fazer um estudo de campo no local escolhido para analisar e verificar o nível de acessibilidade da via estudada. Inicialmente, fez-se uma pesquisa bibliográfica a fim de compreender as normas de acessibilidade em vigência e definir métodos e critérios de análise. Optamos por utilizar como base o modelo de Avaliação Multicritério proposto por Machado e Lima (2015), por ser um modelo de análise já utilizado e abalizado por outros autores, como Croti e Ferreira (2020), e que nos permitiria quantificar as adequações e inadequações às normas com valores em forma de nota, de modo a identificar trechos e aspectos com maior necessidade de intervenção. Efetuamos, contudo, algumas mudanças em relação às questões analisadas, para que elas se adaptassem à atualidade de acordo com as implementações feitas em versões mais recentes das normas dispostas pela ABNT, em especial, a NBR 9050 (ABNT, 2020). Foram feitos ainda registros fotográficos dos problemas encontrados e outros elementos que merecessem destaque.

Os critérios analisados, em exclusão de suas subcategorias (que serão apresentadas mais adiante através da tabela completa), foram definidos conforme listado abaixo:

- 1) Geometria das calçadas;
- 2) Obstáculos;
- 3) Travessias;
- 4) Mobiliário urbano;
- 5) Estacionamento;
- 6) Edifícios de uso público.

Para que pudéssemos avaliar mais precisamente o nível de acessibilidade no local, fizemos uma pesquisa de campo, analisando a via desde a área da Praça dos Gaviões até a Praça do Barroco, investigando também equipamentos de uso público em seus arredores imediatos. Por questão de precisão, dividimos a área de análise em quatro trechos (figura 1), A, B, C e D, pretendendo tornar cada análise um pouco mais detalhada. O trecho A, tem como seu início a Praça dos Gaviões e seu fim no cruzamento da via em estudo com a Rua Van Lerbergue; o trecho B começa no recém-construído Edifício Terrazzo e termina no cruzamento da Rua das Papoulas e da Rua das Mimosas com a Avenida Zumbi dos Palmares; o trecho C vai do Supermercado Redeconomia ao cruzamento com a Rua dos Cravos e o trecho D simboliza o restante do percurso até a Praça do Barroco e seus arredores.

Figura 1 - Percurso dividido em 4 trechos



Fonte: Google Earth (Imagem de 2020)

As pontuações dos trechos foram estabelecidas atribuindo-se as notas 0, 0.5 ou 1 ponto para cada critério avaliado no local, sendo 0 para locais que estivessem completamente fora da norma segundo o critério em análise, 0.5 para aqueles parcialmente em acordo com as normas e 1 para os que estivessem completamente em concordância com as normas. A pontuação total em cada critério foi estabelecida por média aritmética de seus subcritérios e a nota final de cada trecho foi então calculada a partir da média aritmética das notas em cada critério.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As notas atribuídas na visita de campo foram inseridas em uma ta-

bela feita através da ferramenta Google Sheets, onde foram inseridas as fórmulas para atribuir as notas dos trechos em cada critério e suas notas finais. Essa tabela com as notas pode ser visualizada a seguir:

Tabela 1 - Planilha de avaliação dos atributos do percurso

Critérios de Avaliação	Valores dos Atributos			
	Trecho A	Trecho B	Trecho C	Trecho D
1 - Geometria das Calçadas				
1.1 - Características do Piso				
1.1.1 - Calçada de superfície regular, firme, estável, contínua e antiderrapante sob quaisquer condições	0,5	0,5	0,5	0
1.1.2 - Que não provoque trepidação em dispositivos com rodas	0,5	0	0,5	0
1.1.3 - Padronagem na superfície do piso que possa causar sensação de insegurança (estampas que, pelo contraste de cores, possam causar a impressão de tridimensionalidade)	1	1	1	1
1.2 - Largura da Calçada				
1.2.1 - Faixa livre de circulação com largura mínima de 1,20m	1	0,5	0,5	0
1.2.2 - Faixas livres desobstruídas, sem barreiras para o livre trânsito de pedestres (equipamentos não urbanos)	0,5	0,5	0,5	0
1.3 - Equipamentos Urbanos				
1.3.1 - Sinais de tráfego, semáforos e postes de iluminação que não estejam impedindo a circulação de pedestres	0,5	0,5	0,5	0,5
2 - Obstáculos				
2.1 - Desníveis				
2.1.1 - O piso apresenta-se completamente nivelado, sem ressalto.	0	0	0	0

2.1.2 - Desníveis superiores a 15,00 mm são considerados como degraus, apresentando-se devidamente sinalizados	0	1	0	0
2.1.3 - Grelhas de escoamento fora do fluxo principal de circulação ou, caso não seja possível, têm dimensão máxima de 15mm e são instaladas perpendicularmente ao fluxo principal ou têm vãos de formato quadrado/circular quando houver mais de um fluxo de circulação	1	1	1	0
2.1.4 - Tampas de caixas de inspeção e de visita niveladas com o piso.	1	0	1	0,5
2.2 - Obras na calçada				
2.2.1 - Presença de obras na calçada e devidamente isoladas.	1	1	1	0,5
2.2.2 - Está assegurada uma faixa livre (1,20 m) para a circulação de pedestres.	1	1	1	1
3 - Travessias				
3.1 - Rebaixamento das calçadas para travessia de pedestres				
3.1.1 - Nas calçadas, em locais com faixa destinada à travessia de pedestres em via pública, há rebaixamento nivelado do meio-fio ou rampa sobre a calçada.	1	1	0,5	0,5
3.1.2 - Faixa de circulação livre e ampla em frente à rampa com no mínimo 80cm de largura	1	0,5	0,5	1
3.1.3 - A rampa possui largura mínima de 1,20 m.	1	1	1	1
3.1.4 - Rebaixamentos em ambos os lados da rua alinhados entre si e as faixas de pedestres	0	0	0,5	0,5
3.2 - Faixas para travessia de pedestres				
3.2.1 - As faixas devem ser aplicadas nas seções de via onde houver demanda de travessia, junto a semáforos, focos de pedestres, no prolongamento das calçadas e passeios.	1	0,5	1	0,5
3.2.2 - Existem semáforos para carros.	0	0	0	0
3.2.3 - O tempo destinado à travessia de pedestres é dimensionado adequadamente (Travessia com tempo para um idoso a 1,2m/s atravessar).	0	0	0	0

4 - Mobiliário Urbano				
4.1 - Condições gerais				
4.1.1 - Deve proporcionar ao usuário segurança e autonomia de uso	1	1	1	1
4.1.2 - Deve ser projetado de modo a não se constituir em obstáculo suspenso.	1	1	1	1
4.1.3 - Deve ser projetado de modo a não possuir cantos vivos, arestas ou quaisquer outras saliências cortantes ou perfurantes.	1	1	1	1
4.1.4 - Deve estar localizado junto a uma rota acessível.	1	1	1	0
4.1.5 - Deve estar localizado fora da faixa livre para circulação de pedestre.	0	0,5	0	1
4.1.6 - Deve possuir sinalização tátil e visual de alerta.	0	0	0	0
5 - Estacionamento				
5.1.1 - Há vagas de estacionamento próximas à faixa de pedestres ou rampa de acesso, a no máximo 50m de distância até uma entrada acessível	1	1	1	0,5
5.1.2 - Há pelo menos 2% do total de vagas (ou no mínimo 1) reservados para veículos que transportem pessoa com deficiência	1	0,5	0,5	0,5
5.1.3 - Sinalização específica e visível indicando o local da vaga (tanto nas vagas horizontais à calçada quanto nas verticais).	0,5	0,5	1	0,5
5.1.4 - Quando afastadas da faixa de travessia de pedestres, a vaga está associada ou próxima à rampa de acesso à calçada.	1	1	1	1
6 - Edifícios de Uso Público				
6.1 - Banheiros				
6.1.1 - Um por pavimento, localizado nas áreas de uso comum do andar	0,5	0,5	1	0,5

6.1.2 - Sanitário com elevação com altura entre 0,42m e 0,45m do chão (medidas a partir da borda superior sem o assento)	0	0	0	0
6.1.3 - Barras de apoio na frente dos lavatórios e junto aos sanitários	0,5	1	1	1
6.1.4 - Dispositivos de sinalização de emergência	0,5	0	0	0,5
6.1.5 - No mínimo 5% do total de cada peça instalada deve ser acessível	0,5	1	1	1
6.1.6 - Porta-objetos junto ao lavatório, ao mictório e à bacia sanitária, a uma altura entre 0,80 m e 1,20 m, com profundidade máxima de 0,25 m	0	0	0	0
6.2. - Acesso e Circulação				
6.2.1 - Entradas acessíveis com no máximo 50m de distância das demais	0,5	1	0	0,5
6.2.3 - Rampas ou elevadores e escadas com corrimãos dos dois lados	0,5	0	0	1
6.2.4 - Portas de no mínimo 0,80m de espaço	0,5	1	1	1
6.2.5 - No mínimo 1 dos acessos à edificação sem barreiras arquitetônicas ou obstáculos	0,5	0	0	0,5

Fonte: próprios autores com base na NBR 9050:2004 e Decreto N° 5.296/2004

Tabela 2 – Valores dos Índices de Acessibilidade por Trecho e Critério

Critério	Trecho A	Trecho B	Trecho C	Trecho D	Média por Critério
1 - Geometria das Calçadas	0,667	0,500	0,583	0,250	0,500
2 - Obstáculos	0,667	0,667	0,667	0,333	0,583
3 - Travessias	0,571	0,429	0,500	0,500	0,500
4 - Mobiliário Urbano	0,667	0,750	0,667	0,667	0,688
5 - Estacionamento	0,875	0,750	0,875	0,625	0,781
6 - Edifícios de Uso Público	0,400	0,450	0,400	0,600	0,463
Média por Trecho	0,641	0,591	0,615	0,496	

Fonte: próprios autores

Como podemos ver, o trecho A é o que apresenta melhor pontuação, 0,641 ponto, seguido do trecho C, com 0,615 ponto e pelo trecho B, com 0,591 ponto e trecho D, com 0,496 ponto. Verificando mais atentamente os resultados de cada trecho nos critérios e suas subcategorias, chegamos às conclusões a seguir.

O trecho com pior desempenho na avaliação foi o trecho D, que é justamente o trecho da Praça do Barroco, local mais movimentado da Avenida Zumbi dos Palmares e frequentemente referido como principal centro comercial em Itaipuaçu, e preferido até mesmo por pessoas que moram em lugares mais distantes. Apesar de sua importância e centralidade para o comércio e o cotidiano local, o trecho teve um desempenho abaixo da média (inferior a 0,500 ponto) ao ser avaliado a respeito dos critérios 1 (Geometria das Calçadas) e 2 (Obstáculos). Ou seja, o trecho, em grande parte, é aquele que menos permite o trânsito livre, seguro e autônomo de pessoas que tenham alguma dificuldade quanto à mobilidade, por conta de barreiras e situações como calçadas parcialmente ou completamente depredadas. Isso impossibilita a passagem de tal forma que, muitas vezes, é necessário desviar pela rua, arriscando-se por entre os carros, ou até saltar por cima das avarias, alternativa inviável para pessoas com mobilidade reduzida. Além disso, quando não estão diretamente obstruídas pela destruição, estão bloqueadas por equipamentos urbanos e outros obstáculos (Figura 2).

Figura 2 - Buraco e avaria nas calçadas na região do entorno da Praça do Barroco, inclusive com interrupção do piso tátil; Poste de luz e sacos de lixo interrompendo o fluxo na calçada

Fonte: próprios autores



Fonte: próprios autores

Porém, ainda foi possível observar medidas acessíveis que não estavam presentes nos demais trechos, por mais que esses tenham recebido

uma maior pontuação. Alguns exemplos positivos foram a sinalização correta e satisfatória de rampas, assentos e faixas de pedestres (Figura 3). Medidas assim, mesmo se encontrando em desvantagem em relação aos obstáculos, já contribuem muito na garantia de acesso para pessoas com deficiência, e demonstram que pelo menos há ou houve um certo nível de preocupação com essa parcela da população durante a construção do local.

Figura 3 - Faixa de Pedestres corretamente sinalizada; Espaço reservado para cadeirante em mesa de jogo na praça sinalizado; Travessia de pedestres elevada e nivelada com a calçada



Fonte: próprios autores

O trecho C, que obteve a segunda maior pontuação geral, destacou-se principalmente nos critérios 2, 4 e 5, que dizem respeito à presença ou ausência de obstáculos físicos, à acessibilidade de mobiliários urbanos e à oferta e reserva de vagas de estacionamento, respectivamente. Embora tenha recebido uma boa nota, ele ainda se saiu mal no critério F, de edifícios públicos, por apresentar, em alguns centros comerciais, faixas de circulação obstruídas, vagas preferenciais existentes, porém inacessíveis e outros cenários semelhantes (Figura 4).

Figura 4 - Buraco com esgoto exposto na calçada; Vagas reservadas com acesso bloqueado por correntes; Postes e fios a pouca distância e invadindo a rota acessível sinalizada pelo piso tátil



Fonte: próprios autores

O trecho B, por sua vez, obteve uma pontuação particularmente bai-

xa no critério 3, de travessias. Isso se deve por conta de fatores como os rebaixamentos desalinhados com as faixas de pedestres que deveriam acompanhar e a ausência de semáforos, que auxiliariam muito, considerando o fluxo constante de carros na região (Figura 5). Além disso, há que se considerar as estreitas faixas de circulação, que também apresentaram diversas irregularidades.

Figura 5 - Poste deixando menos de 1,5m livre para circulação; Buraco na calçada; Rampa de acesso desalinhada com a faixa de pedestres



Fonte: próprios autores

Num contexto geral, porém, o local recebeu uma nota média, pois a despeito de seus pontos negativos, pontuou bem em outros critérios, como o critério 5 (Estacionamento) e o critério 4 (Mobiliário Urbano), no qual foi o trecho de melhor pontuação.

Finalmente, o trecho A foi definido como o mais acessível por suas notas positivas em quase todos os critérios, à exceção o critério 6, sobre o qual trataremos logo em seguida. Esse trecho se destacou nos critérios 5, 1, 2 e 4, com a mesma pontuação nos últimos três. Os critérios citados tratam de estacionamentos, geometria das calçadas, obstáculos e mobiliário urbano. No critério 3, travessias, a nota foi superior a 0,500 ponto, porém mais baixa que a de outros trechos. Mesmo nesse trecho, aquele com maior pontuação em nossa análise, ainda foram encontradas falhas a respeito da acessibilidade, principalmente em relação aos edifícios de uso público, por não serem encontrados banheiros acessíveis em locais como a Lona Cultural Beth Carvalho e a Área dos Food Trucks na Praça dos Gaviões.

Além disso, foram encontradas falhas como degraus e vãos superiores a 15mm próximos ao piso tátil, objetos bloqueando-o e a faixa de circulação num geral e rampas associadas à faixa de pedestres desalinhadas com esta (Figura 6).

Figura 6 - Vão superior a 15mm não nivelado na instalação do piso tátil; Rampa de acesso à calçada desalinhada com a faixa de pedestres; Obstáculo móvel restringindo a circulação a menos de 1,5m



Fonte: próprios autores

Esse é um cenário alarmante, pois é o trecho onde se encontra a maior parte dos espaços destinados ao entretenimento e ao lazer na Avenida Zumbi dos Palmares, sendo esse trecho em específico o que sediou a 8ª edição da FLIM. Ou seja, a falta de acessibilidade, especialmente nesse trecho, implicam a não-garantia do direito constitucional ao lazer dos cidadãos com mobilidade reduzida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho propôs um método de análise das condições da acessibilidade em vias públicas para o município de Maricá, usando como exemplo a Avenida Zumbi dos Palmares. O objeto em análise foi repartido em 4 trechos, A, B, C e D, para melhor contemplar suas questões individuais em relação aos critérios estabelecidos seguindo as normas técnicas e a legislação vigentes e permitir uma comparação entre os trechos. Através do método de análise proposto, foi possível atribuir uma pontuação em relação ao desempenho de cada trecho, no qual o trecho A obteve as maiores notas, C e B obtiveram um desempenho mediano e o trecho D obteve as menores notas, sendo classificado como o pior dentre os 4.

Averiguando o cenário integral, nota-se que todos os trechos receberam uma pontuação baixa no critério 6, Edifícios de Uso Público, o que aponta a necessidade de melhor fiscalização e acompanhamento na construção dos edifícios, principalmente considerando que muitos deles foram construídos recentemente, porém sem se adequarem às normas em vigência.

Com os problemas devidamente identificados e sinalizados, é possível que o governo os reconheça com mais facilidade e que a solução para

eles venha na forma de políticas públicas para a fiscalização, manutenção e conservação de medidas de acessibilidade, que possam, preferencialmente, abranger não só o local focalizado na pesquisa, como toda a cidade.

Utilizando análises como a aqui apresentada, podemos avaliar precisamente o nível de acessibilidade presente de um local em estudo, determinando aspectos específicos que precisem de melhoria. Isso poderia auxiliar o poder público e órgãos como o Serviço de Obras de Maricá (SO-MAR), contribuindo para a implementação de reformas e adequações que visem a melhoria na acessibilidade. Propusemo-nos assim a criar um meio de efetivar os direitos da população com mobilidade reduzida, mas também facilitar o trabalho da prefeitura e o processo naturalmente complexo de desenvolver medidas que promovam a melhoria de condições de vida para a população.

REFERÊNCIAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Brasília, DF: Senado, 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em 3 out. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000 e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Senado, 2004. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em 3 out. 2023.

BRASIL. Lei n. 12.587, de 3 de janeiro de 2012. **Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2012.

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm>. Acesso em 3 out. 2023.

CROTI, Geanderson Oeyke; FERREIRA, Walter Gonçalves. Avaliação da acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida: um estudo na região central de Jaboticabal. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. e138911815, 2020. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1815>>. Acesso em: 3 out. 2023.

FREIRE, Sofia. Um olhar sobre a inclusão. **Revista de Educação**, p. 5-20, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5299/1/Um%20olhar%20sobre%20a%20Inclus%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades: Maricá**. 2023. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica/panorama>>. Acesso em 16 out. 2023.

IDR - Instituto Municipal de Pesquisa e Informação Darcy Ribeiro. **Maricá em Números**. 1ª edição. Maricá, RJ, 2019, 2 páginas.

MACHADO, Mariza Helena; LIMA, Josiane Palma. Avaliação multicritério da acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida: um estudo na região central de Itajubá (MG). **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 7, p. 368-382, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/urbe/a/v8gPf-Vz7CbFWKd5GpXN797j/>>. Acesso em: 3 out. 2023.

MACHADO, Mariza Helena; LIMA, Josiane Palma. Avaliação da acessibilidade pela perspectiva da pessoa com mobilidade reduzida. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 13, n. 29, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/5548>>. Acesso em: 3 out. 2023.

MANZINI, Eduardo José. Inclusão e acessibilidade. **Revista da Sobama**, v. 10, n. 1, p. 31-36, 2005. Disponível em: <<https://www.unifio.edu.br/wp-content/uploads/2019/07/Inclus%C3%A3o-e-Acessibilidade.pdf>>. Acesso em: 3 out. 2023.

MILHOMEM, Thiara Lustosa; GOMES, Denise de Mendonça; TEIXEIRA, Ana Kalina Silva Goes. Turismo e Acessibilidade: Um Passeio Pela Rua do Bom Jesus-Recife/PE. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 4, p. e443046-e443046, 2023. Disponível em: <<https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/3046>>. Acesso em: 3 out. 2023.

PRADO, A. R. A. **Acessibilidade e Desenho Universal**. Versão atualizada do texto publicado nos anais do 3º Congresso Paulista de Geriatria e Gerontologia – GERP’ 2003, promovido pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBBG/SP, Santos, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ. **Mais de 164 mil pessoas visitaram a 8ª Festa Literária Internacional de Maricá**, 17 out. 2023. Disponível em: <<https://www.marica.rj.gov.br/noticia/mais-de-164-mil-pessoas-visitaram-a-8a-festa-literaria-internacional-de-marica/>>. Acesso em 18 out. 2023.

A AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA CULTURA DE DIREITOS NAS ESCOLAS

Ana Luiza Rodrigues dos Santos

RESUMO

O presente artigo discute a importância do programa “Cultura de Direitos”, um projeto de promoção da cultura, criado em 2018 pela Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular de Maricá em parceria com a Casa da Cultura da Baixada Fluminense, que oferece oficinas gratuitas nas áreas de audiovisual, música, mídias sociais, capoeira e grafite, que visam promover o acesso à cultura, à arte e à cidadania, além da diversidade cultural e da expressão individual. O projeto possui seis polos de cidadania, que atendem nos quatro distritos de Maricá, locais onde são ministradas as oficinas, sendo eles: Bambuí, Pedreiras, Manu Manuela, Inoã, Spar e Recanto. Oferece gratuitamente transporte próprio para o deslocamento dos alunos até o polo, uniforme e lanche, além de instrumentos e materiais necessários para a realização das oficinas. O objetivo do artigo é debater de que maneira o programa pode ser ampliado nas escolas, de que forma o programa pode estreitar a relação com as escolas, melhorar sua divulgação e despertar o interesse da população, promovendo a inclusão social, a criatividade e a conscientização. Essa iniciativa é um exemplo de como as políticas locais podem incentivar a participação cívica, o acesso à educação e o enriquecimento cultural da comunidade.

Palavras-Chave: cultura; arte; direito; escolas; sociedade.

INTRODUÇÃO

O município de Maricá vem se destacando no quesito desenvolvimento humano, investindo em políticas públicas que visam promover a cidadania; uma das iniciativas para essa promoção é o Programa Cultura de Direitos.

O programa “Cultura de Direitos” é uma iniciativa da Prefeitura de Maricá, realizado através da Secretaria de Direitos Humanos, com a colaboração da Casa da Cultura da Baixada Fluminense. Tem como principal objetivo proporcionar oficinas gratuitas, incentivando o aprimoramento de habilidades técnicas e a realização de ações socioculturais.

A Casa da Cultura da Baixada Fluminense é uma Organização da Sociedade Civil, que é definida no Art. 2º, I, a da Lei 13.019 de 31 de julho de 2019, como :

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:
I - organização da sociedade civil

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva. (Brasil, 2019).

A Organização da Sociedade Civil firma com a Prefeitura um termo de parceria, que deve seguir os procedimentos legais, sendo realizado, entre a Casa da Cultura da Baixada Fluminense e a Prefeitura de Maricá, o termo de colaboração nº 01/2018.

A iniciativa do programa é regida pelo decreto Nº 054 de 30 de maio de 2017, que dispõe sobre a regulamentação das parcerias entre o município de Maricá e a OSS – Organização da Sociedade Civil – para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de projetos e atividades previamente estabelecidos em planos de trabalho, nos termos das leis federais nº 13.019, de 2014 e nº 13.204, de 2015.

São oferecidas pelo projeto oficinas de capoeira, audiovisual, música, grafite e mídias sociais, com uma limitação mínima de idade, porém sem limitação máxima, fornecendo aos seus alunos material para a realização das aulas, uniforme, lanche e o transporte gratuito para o deslocamento casa/polo.

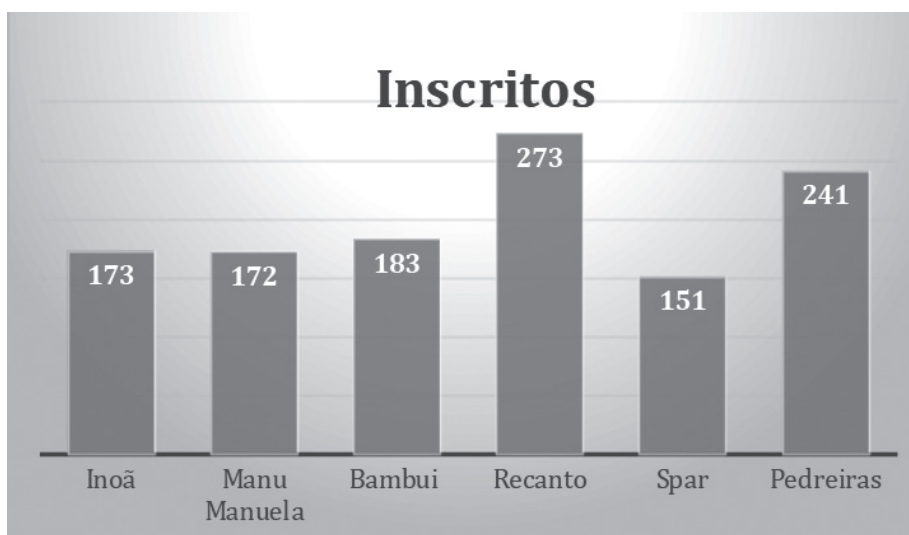
É importante ressaltar que o projeto dispõe de toda uma equipe técnica para acompanhamento das famílias dos alunos matriculados. Em cada polo, é possível encontrar agentes do Comitê de Defesa dos Bairros e assistentes sociais, habilitados a identificar demandas e prestar as devidas orientações. A equipe representa a ponte entre o cidadão e o poder público.

O projeto se destaca por tornar a cultura e a arte acessíveis a um público mais amplo. Muitas vezes, o acesso à cultura e à arte é limitado por barreiras financeiras ou geográficas. Oferecer oficinas gratuitamente ajuda a superar essas barreiras e permite que mais pessoas participem. No entanto, apesar de todo aparato disponibilizado pelo poder público, é necessária a ampliação do projeto e o questionamento proposto em nosso trabalho é de que maneira a escola pode auxiliar nessa ampliação.

REFERENCIAL TEÓRICO

1. Os Polos de Cidadania

O Projeto Cultura de Direitos, atualmente, conta com 06 (seis) polos de cidadania, onde são realizadas as oficinas, localizados nos 04 (quatro) distritos da cidade de Mária, são eles: Inoã, Manu Manuela, Bambuí, Recanto, Spar, Pedreiras.



Os polos de cidadania oferecem oficinas de maneira gratuita, tendo como requisito básico apenas a idade mínima de 05 anos para iniciar no projeto, não sendo avaliada a renda ou a classe social dos alunos. Além disso, os polos dispõem de todo material necessário para que os inscritos participem das aulas, tais como: instrumentos musicais, câmeras fotográficas, tintas e telas para a aula de grafite.

Oficinas	Idade Mínima
Coral	08 anos
Violão	10 anos
Violino	10 anos
Cavaquinho	10 anos
Flauta Doce	10 anos
Saxofone	10 anos
Percussão	08 anos
Vídeo Maker	15 anos
Roteiro e Cultura Cinematográfica	15 anos
Iluminação e Foto Contemporânea	15 anos
Fotografia e Direitos Humanos	15 anos
Mídias Sociais	13 anos
Capoeira	05 anos
Grafite	10 anos

O projeto ainda conta com um transporte próprio que auxilia na locomoção dos alunos até os polos, possibilitando, assim, que alunos que moram distante das unidades possam se locomover sem dificuldades ou, até mesmo, que alunos menores que não têm quem os leve, possam chegar em segurança. O projeto ainda oferece o lanche e o uniforme para todos os alunos matriculados.

As oficinas têm duração aproximada de 1:30h, sendo oferecidas no período da manhã ou da tarde, com duração de 05 meses, gerando ao final um certificado de conclusão.

No que tange à importância das oficinas para o desenvolvimento pessoal, podemos citar o entendimento de Barros (1973), para ele:

A música é de todas as artes, a mais dinâmica e comunicativa. É uma arte sublime, bela, expressiva, seja nas suas manifestações populares, seja nas suas formas folclóricas, líricas ou clássicas. É a única linguagem universal que os homens possuem e entendem e ela. (Barros 1973, p. 01).

Consideramos importante relatar a história de Jorge Luiz Lopes da Silva Júnior. Ele e sua esposa são alunos das oficinas de Iluminação e Foto Contemporânea e Fotografia e Direitos Humanos, João Pedro, filho deles, é aluno das oficinas de capoeira e percussão no polo Manu Manuela. A família, que conheceu o projeto através de um amigo, hoje trabalha profissionalmente, fotografando eventos privados e fez da fotografia uma fonte de renda para a família.

Jorge nos conta que a primeira vez que manuseou uma câmera fotográfica profissional foi na oficina do projeto. Depois disso, comprou seu próprio equipamento e vem realizando pequenos trabalhos para ajudar no sustento da família. O casal, recentemente, foi um dos finalistas do concurso de fotografia realizado pela secretaria de Turismo de Maricá, tendo 03 de suas fotografias expostas na sede do órgão. Ao ser perguntado sobre a importância do projeto Cultura de Direitos para sua família, Jorge relata: “O projeto Cultura de Direitos é um projeto completo, qualifica, inclui e alimenta sonhos, ele me trouxe esperança.”

Sendo assim, podemos perceber que o projeto vem gerando frutos, participação de famílias, desenvolvimento, inclusão e cidadania, o que reforça a necessidade de sua ampliação.

2. Comitê de Defesa dos Bairros e Equipe Técnicas

Dentro do projeto Cultura de Direitos, podemos encontrar dois instrumentos que auxiliam no desenvolvimento e na busca pela garantia de direitos, são eles : O Comitê de Defesa dos Bairros e a equipe técnica.

O Comitê de Defesa dos Bairros é composto por agentes sociais que tem como missão estabelecer um contato direto entre o governo e a família dos alunos do projeto. Esses agentes visitam as residências dos alunos, realizando uma pesquisa socioeconômica, a fim de identificar possíveis demandas que devem ser encaminhadas ao poder público.

Ao identificar a necessidade de cada família, os agentes apresentam a demanda técnica vinculada ao polo de cidadania, momento em que é realizado um atendimento pessoal com um membro familiar ou o aluno, se for maior de idade. São os agentes sociais que também ajudam na divulgação do projeto, seja com apoio ao polo de cidadania, seja através de ações de panfletagem.

Portanto, podemos constatar que o projeto não trata apenas do oferecimento de oficinas, mas também de uma busca por garantia de direitos e cidadania.

3. A divulgação e comunicação do projeto

A falta de divulgação de projetos é um problema comum que afeta muitas iniciativas, sejam elas governamentais, comunitárias, culturais ou empresariais. Esse problema pode ter várias consequências negativas. Destacando-se, dentre eles:

- 1) **Falta de Reconhecimento:** projetos que não são devidamente divulgados frequentemente permanecem desconhecidos do público-alvo. Isso pode limitar o reconhecimento do projeto e dificultar a participação das pessoas que poderiam se beneficiar com ele.
- 2) **Baixa Participação:** a falta de divulgação eficaz pode levar à baixa participação ou adesão ao projeto. As pessoas podem não estar cientes da existência do projeto, de seus objetivos ou de como podem se envolver, o que prejudica a eficácia da iniciativa.

Atualmente o projeto Cultura de Direitos tem sua principal divulgação nas redes sociais, em que mantém retratadas suas aulas e seus eventos. Outra forma de divulgação são os festivais realizados pelo projeto; esses festivais acontecem em locais públicos, como praças e orlas, e concentram a apresentação dos alunos participantes, levando assim o conhecimento para a comunidade local. No entanto, ainda há grande parcela da população de Maricá que não conhece o projeto Cultura de Direitos.

4. A ampliação do projeto através da escolas

A escola é uma organização em que tanto seus objetivos e resultados quanto seus processos e meios são relacionados com a formação humana, ganhando relevância, portanto, o fortalecimento das relações sociais, culturais e afetivas que nela têm lugar, em concordância com Adilsira Barcellos, diretora da escola Municipal Caic Elomir Silva. Em entrevista, ela afirma que Simone Frazão Nascimento, diretora geral da escola municipal Levy Carlos Ribeiro, tem seus dois filhos matriculados na oficina de capoeira do polo Manu Manuela; no entanto, ela relata que conheceu o projeto através de uma amiga, e que não recebeu nas dependências da escola qualquer membro do projeto para divulgação. Os próprios diretores podem ajudar na divulgação dentro das escolas, mas é essencial que integrantes do projeto se façam presentes dentro do território escolar para apresentar o projeto.

Porém, Nathaly Santos, coordenadora do Polo de Cidadania no Manu Manuela, relata que o polo já realizou algumas ações em escolas de São José, tendo como exemplo a Escola Municipal Caic Elomir Silva e o Colégio Estadual Euclides Paulo da Silva, levando apresentações e professores para realizar atividades nas instituições. Além disso, a técnica Jacqueline também relatou o trabalho que vem sendo realizado pelo polo Spar, juntamente com as escolas do bairro, como rodas de conversas sobre temas diversos, no espaço escolar. Outra possibilidade sugerida pelo aluno Jorge Luiz (já citado nesse artigo), trata da criação de sedes do projeto nas escolas, como polos embrionários, que realizam a divulgação e acompanham os alunos da instituição de ensino.

Fato é que a ideia de união escola + polos de cidadania pode auxiliar e muito a ampliação do projeto, tendo em vista o objetivo comum de transformar vidas e garantir direitos.

METODOLOGIA

A pesquisa utilizada para a realização deste trabalho foi bibliográfica, através da leitura de dissertações e artigos.

Neste artigo também foram usados trechos de entrevistas com a di-

retora da escola municipal Vereador Levy Carlos Ribeiro, Simone Frazão Nascimento. Outros entrevistados foram: a professora do projeto Cultura de Direitos, Julia Ingrid, o aluno do polo Manu Manuela, Jorge Luiz, a coordenadora do polo Manu Manuela, Nathaly dos Santos, e a assistente social do polo Spar, Jaqueline Barros.

O tipo de pesquisa desenvolvida foi a explorativa. Os métodos utilizados para entender o problema foram o qualitativo e o histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que a ampliação do projeto por meio das escolas tem extrema importância no desenvolvimento de crianças e adolescentes. Além disso, as escolas são as principais influenciadoras dos alunos com idade entre 05 e 17 anos, e, estreitando a relação entre diretores escolares e coordenadores dos polos de cidadania, a escola torna-se um excelente canal para ampliação e divulgação do projeto.

A divulgação por parte dos diretores em reuniões de pais, a realização de atividades dos polos, frequentemente, dentro das escolas pode alcançar inúmeros alunos e lhes despertar o interesse.

REFERÊNCIAS

BARROS, Armando de Carvalho. **A Música**. CEA – Cia. Editora Americana. 1973.

BRASIL. Lei Nº 13.204 de 14 de dezembro de 2015. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015.

GAINZA, Violeta Hemsy de. Prefácio. In: FONTERRADA, Maria Trench de Oliveira. 2. ed. **De tramas e Fios**: um ensaio sobre música e educação. São Paulo: Editora UNESP; Rio de Janeiro: FUNARTE, 2008.

COPETTI, Aline Aparecida Oliveira¹; ZANETTI, Adriane; CAMARGO, Maria Aparecida Santana. **A música enquanto instrumento de aprendizagem significativa: a arte dos sons**.

“PROLETÁRIOS DE TODO MUNDO UNI-VOS”: APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DAS IDEIAS COMUNISTAS EM MARICÁ.

Beatriz Florêncio Soeiro

RESUMO

Este trabalho contribui para a elaboração de uma história da presença, da materialização e da institucionalização das ideias comunistas no município de Maricá. Para isso, realizou uma revisão bibliográfica nas publicações que tematizam a história política da cidade e buscou também realizar entrevistas pautadas pela metodologia da história oral. Assim, ele se divide em dois momentos: no primeiro, retoma a discussão sobre as perseguições a militantes comunistas individuais no município, perpetrada geralmente pelas ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e a Civil-Militar brasileira (1964-1985); num segundo momento, contribui para a narrativa histórica sobre a presença do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na cidade, visto este ser o único partido nominalmente comunista com atividade parlamentar em Maricá.

Palavras-Chave: Comunismo; Marxismo; PCdoB; Maricá; Karl Marx.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história do município de Maricá variadas ideias políticas estiveram presentes entre a população, tanto de extrema esquerda quanto de extrema direita, conforme afirma Cezar Brum em seu livro “Contando a História de Maricá” (BRUM, 2004). O objetivo deste artigo é esboçar uma narrativa sobre a história da presença das ideias comunistas em Maricá a partir do século XX. Conhecer o passado histórico e político do município em que se vive é parte ativa do processo de produção da cidadania local bem como do resgate

do patrimônio material e imaterial do município e da memória política de seus habitantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dado os limites expositivos e de propósito do presente trabalho, não faremos uma revisão de toda a literatura especializada sobre o comunismo e a história geral das ideias comunistas. Apenas seria imperioso afirmar que, aqui, nos ateremos às ideias comunistas de inspiração marxista e, mais especificamente, na história recente da corrente política que ficou conhecida como “marxismo-leninismo”, assim divulgada principalmente após a Revolução Russa e inspiradora da linha ideológica da fundação do primeiro partido comunista no Brasil, o PCB, em 1922.

Seria necessário, então, remontar de maneira breve às origens do marxismo e, depois, falar brevemente sobre a presença dessas ideias no Brasil, de forma mais geral, e em Maricá, de forma mais específica.

Karl Marx, que empresta seu nome à corrente do pensamento e práxis comunista que ficou conhecida como marxismo, foi um filósofo, político e economista alemão que juntamente com seu amigo Friedrich Engels escreveu e publicou o livro *O manifesto do partido comunista* no ano de 1848, ambos foram figuras muito importantes para a propagação das ideias comunistas até os dias atuais. O livro, em questão, apresenta e defende os princípios comunistas.

As ideias do comunismo marxista, em sua práxis política, defendiam a abolição da propriedade privada dos meios sociais de produção (e não de qualquer propriedade privada).

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi fundado no ano de 1922 na cidade de Niterói/RJ, município vizinho ao de Maricá, por essa razão a proximidade é um dado importante para a história dessas ideias na cidade. Durante a história recente do município (a partir do século XX), vários de seus habitantes e concidadãos defenderam ou foram perseguidos por serem acusados de defender o comunismo. Os relatos compilados por Cezar Brum (Brum, 2004) apontam perseguições ocorridas principalmente nas ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Não conseguimos apurar se o PCB tinha um diretório ou co-

mitê próprio no município e, assim, a existência mais recente de um partido nomeadamente comunista em Maricá é o PCdoB no início do século XXI. Abaixo falaremos de alguns casos de perseguição a comunistas e supostos comunistas na cidade.

Segundo Cezar Brum

entre 1937 e 1942 ocorreu uma grande perseguição aos militantes e simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro. Assim sendo, todos os suspeitos, quando descobertos, eram caçados até serem capturados. Desta forma, Maricá também teve pelo menos um representante comunista encarcerado (BRUM, 2004: 73).

Brum nos conta que o possível comunista encarcerado era Antônio Santos, conhecido também como Tunico Santos, e o relato disponível no livro dá conta de que, durante os anos da ditadura do Estado Novo, “muito espancado, o pobre homem foi acusado de ‘ser comunista’ e de possuir ‘armamentos’ para realizar uma ‘revolução socialista em Maricá’” (Brum, 2004: 73).

No entanto, os relatos compilados por Cezar Brum acerca do tema se concentram mais em outra ditadura: a Civil-Militar, ocorrida no Brasil de 1964 à 1985. O autor perfila uma longa lista de situações de perseguição à comunistas ou supostos comunistas na cidade, dos quais poderíamos destacar alguns. O caso de “Pedrinho” é um dos primeiros a ser apresentado

Pedrinho (Pedro Aguiar Coelho) era um nordestino que morava em Maricá, militante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) oficialmente, porém clandestinamente filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) naquele momento estava na ilegalidade (Brum, 2004:86).

Depois disso, muitos outros exemplos são apresentados, tais como: “a saga da família Lobo”, diretamente ligada à “saga de Antônio Lobo”; depois, “as prisões dos Rangel”, e então “A prisão de Levy Ribeiro”, “As prisões de Conhen” se seguem até a narração da prisão e tortura, por parte da ditadura e pela vida do D.O.P.S., de um dos militantes comunistas que

ganharam mais espaço no livro, talvez pela sua importância para a vida política da cidade: trata-se de Herotides Guimarães, que no livro ganha o subtítulo de “a trajetória de um militante comunista convicto” (Brum, 2004: 101-104).

Outras situações, como acusações e perseguições a supostos comunistas, são descritas no subcapítulo “A resistência na câmara”, que relata, principalmente, a atuação legislativa e parlamentar de João Batista Vereza Meireles, mais conhecido por Batuta que foi vereador municipal e, até mesmo, presidente da câmara municipal durante a ditadura, no final dos 1970, e que passou por várias perseguições e inquéritos policiais (inclusive de familiares) durante o período citado.

Após o final do período de ditadura civil-militar e o restabelecimento das liberdades democráticas, os partidos políticos, desde que cumprissem as exigências da lei eleitoral, puderam se organizar novamente. Assim, nesse momento o Brasil assiste a uma reestruturação e pluralização de partidos comunistas existentes, como a continuidade (agora na legalidade) do antigo PCB e o surgimento de novas legendas, como o PCO e o PCdoB.

Conforme já dissemos, o único desses partidos nominalmente comunistas, pelo que essa pesquisa pôde apurar, presente de maneira total e representativa no município de Maricá, atualmente, é o PCdoB (Partido Comunista do Brasil), sendo inclusive o único partido nominalmente comunista presente na câmara de vereadores do município. Para buscar compreender como as ideias comunistas se materializaram na construção e criação de um comitê municipal deste partido, a pesquisa entrevistou um de seus presidentes recentes do comitê municipal. As informações seguintes sobre a história da materialização partido no município foram tiradas dessa entrevista.

Embora o entrevistado não tenha conseguido precisar com total definição a data de fundação do comitê municipal do partido em Maricá, ele afirmou que ela se deu entre os anos 2000 e 2002, no início do século XXI, portanto, o que se tornou o marco referencial da nossa pesquisa. O PCdoB tem como estruturação partidária a definição dos níveis de centralidade nacional da direção do partido, seguidos de comitês estaduais e municipais, como o de Maricá. Tendo como sede oficial o

chamado “Galpão do povo” que fica no bairro de Inoã, o comitê municipal do partido passou por muitas mudanças nesses 20 anos de atividade municipal, em estimativa. De início, a atuação do partido passou por longos hiatos, já que, segundo o entrevistado, nem todos os presidentes convocaram os meios partidariamente institucionais necessários à continuidade da atuação partidária em mandatos posteriores.

A atual direção e conteúdo do partido, entretanto, segundo o entrevistado, remonta ao ano de 2015, quando quadros oriundos do Partido dos Trabalhadores (PT) local, da cidade de Maricá, decidiram migrar deste partido para o PCdoB no intuito de reativar e reavivar a legenda no nível municipal, reconstruindo assim o comitê municipal. Os motivos apontados para tal têm, em larga medida, ligação com a presença das ideias comunistas em Maricá, visto que, segundo o entrevistado, alguns dos motivos que levaram à mudança de partido dos quadros oriundos do PT foi a percepção de que, embora este último partido seja importante, era necessário fortalecer um partido que tivesse como pauta clara a defesa do fim do capitalismo (para além da social-democracia), a transformação do estado e a defesa de um “socialismo com a cara do Brasil”, conforme disse o entrevistado. A linha política do PT, ainda segundo o entrevistado, estaria mais para a social-democracia. Por isso, esses quadros optaram pela migração para o Partido Comunista do Brasil.

A estratégia política dos quadros do partido passou a ser a da “luta institucional”, fazendo parte da disputa eleitoral e, assim, agindo dentro das câmaras e com a elaboração de chapas, por exemplo, já que é lá, nas câmaras, que leis fundamentais para os direitos da população são editadas, e isso faria parte da linha de atuação na “luta pelos direitos”. Já no ano de 2016 o PCdoB conseguiu eleger 1 vereador para a legislatura seguinte. Nas eleições locais de 2020, para o mandato seguinte, seguindo essa estratégia o partido conseguiu eleger 3 vereadores – estes que atualmente compõem a câmara municipal na legislatura em vigor.

Uma outra marca dessa nova atuação do PCdoB na cidade foi a presença da organização UJS – União da Juventude Socialista – no município. O entrevistado destacou que a instituição é um movimento independente do Pcdob, mas que, quando membros jovens procuram se filiar ao

partido, lhes é recomendado que também se filiem e atuem na UJS, se inteirando de suas discussões. No início, a UJS foi articulada no nível municipal, no ano de 2016, por filiados ao PCdoB, mas hoje, segundo o entrevistado, há vários membros que não necessariamente são filiados ao partido. É a UJS que funda a UMES, a União Maricaense dos Estudantes. Depois, no ano de 2017, a UJS sofre um processo de “racha” político, e um grupo dá origem a um novo grupo de movimento de juventude, o MPJ: Movimento Popular da Juventude.

O entrevistado também acredita que não há grupos de estudo marxista nesses movimentos da juventude, visto que a via de atuação agora seria outra, a partir dos movimentos sociais, como os movimentos antirracista, o de direitos das mulheres e outros. O entrevistado também afirmou não saber da existência de diretórios ou comitês municipais de partidos comunistas anteriores ao estabelecimento do PCdoB na cidade. Conforme vimos, entretanto, é certo que houve perseguição à cidadãos maricaenses que eram vistos como comunistas, principalmente nos períodos ditatoriais da nossa história, quer eles estivessem ligados a algum diretório ou comitê municipal, que não.

Assim, podemos concluir o presente trabalho com um mapa de algumas das principais atividades movidas pelas ideias comunistas institucionalizadas no município no tempo presente.

REFERÊNCIAS

BRUM, Cezar. **Contando a história de Maricá**. GBN Designe's, 2004.

MARX, K; ENGELS, F; **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: EdiPro, 2015.

SANEAMENTO BÁSICO

Bruno Rangel

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o impacto do saneamento básico na vida dos cidadãos e discutir a necessidade de políticas públicas que o tornem cada vez mais eficiente. Tendo em vista que o descarte incorreto de lixo é uma realidade que está muito presente em nossa cidade, a descontaminação de áreas usadas para descarte inadequado de lixo seria uma boa medida não só por contribuir com o bem estar populacional e ambiental, mas também até na geração de empregos. Além disso, durante essa pesquisa será possível perceber a necessidade de cada vez mais estarmos atentos às consequências de um saneamento básico mal desenvolvido, focando especificamente na problemática dos lixões e das formas erradas de descarte de resíduos.

Palavras chave: Descarte de lixo; Saneamento básico; Aterros sanitário; Lixões; Descontaminação do solo.

INTRODUÇÃO

Em nossa cidade há um evidente problema no descarte correto do lixo, algo claramente ilustrado pela situação do “Aterro Sanitário do Caxito” - local anteriormente usado para descarte de lixo de Maricá - que com o passar do tempo se tornou cada vez mais abandonado, e por conta disso acabou sendo fechado pela prefeitura em março de 2013. Porém, vale ressaltar que as toneladas de resíduos não foram retiradas do local, ou seja, mesmo depois de sua interdição continuam poluindo os lençóis freáticos e o solo da região.

Logo, as necessidades de políticas de saneamento básico se mostram urgentes e indispensáveis em tais lugares, como por exemplo, me-

didadas de descontaminação do solo de áreas assoladas pelo descarte indevido de resíduos, para que eles possam ser novamente saudáveis e bons para os mais diversos usos.

A fitorremediação, técnica muito usada para descontaminação do solo por metais pesados, mas que se mostra eficaz também na descontaminação de áreas anteriormente usadas para descarte de lixo, traz diversos benefícios para o meio ambiente, por sua aplicação não degradar muito o local já afetado. Este trabalho foi produzido a partir da pesquisa de artigos relacionados ao saneamento básico, lixões e aterros sanitários e fitorremediação.

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com os pesquisadores Alexandre Leoneti, Sônia Oliveira e Eliana Prado, o saneamento básico no Brasil ainda é marcado por um enorme déficit e desigualdade ao seu acesso, o que logicamente traz um grande viés negativo para a população, sobretudo as mais pobres, uma vez que o saneamento básico é um conjunto de medidas indispensáveis para o povo que, segundo a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), compreende os seguintes serviços: abastecimento de água; coleta e tratamento de esgotos; limpeza urbana, coleta e destinação do lixo; drenagem e manejo da água das chuvas. Além disso, tendo como base o discurso da OMS na conferência de Ottawa em 1986, onde é dito que o saneamento também é uma ferramenta para a promoção da saúde. Portanto é perceptível o papel essencial dele em nossa sociedade.

Considerando que o saneamento básico é não somente uma, mas várias ações, neste trabalho o foco será voltado para a problemática dos lixões e dos aterros sanitários. Dados da ABRELPE revelam que no nosso país ainda existem aproximadamente 3.000 lixões e as cidades ainda não mobilizam recursos para avanços nessa área.

Entretanto, a existência deles causa diversos problemas sociais e ambientais. Uma das ilustrações possíveis para tais impactos são os dados coletados após um levantamento feito pela Selurb, que apresenta a

produção de 6 milhões de gases que contribuem no efeito estufa a partir da queima irregular de resíduos em lixões. Alguns outros exemplos foram fornecidos por uma graduanda em Gestão Ambiental pela USP, são a contaminação do solo pelo chorume e também a contaminação dos lençóis freáticos pela infiltração do chorume no solo.

Tendo isso em vista, há diversas maneiras de resolver as consequências geradas do descarte incorreto de resíduos, dentre elas para a recuperação do solo existe a fitorremediação, que segundo os pesquisadores Alice Morita e Fabio Moreno, consiste em: "(...) uma tecnologia emergente e inovadora que usa diferentes plantas para remediar áreas contaminadas, ou seja, degradar, extrair, conter ou imobilizar contaminantes dos solos e das águas."

METODOLOGIA

A maneira utilizada para a produção deste trabalho foi a pesquisa, análise e estudo de artigos científicos relacionados ao saneamento básico, focando em medidas para remediar o dano causado em lixões e aterros sanitários fechados, dentre elas, a que será abordada será a fitorremediação que é normalmente utilizada para tratar solos contaminados por diversos produtos e resíduos. A ideia principal deste artigo é mostrar a eficiência e benefícios da fitorremediação aplicada em áreas usadas para o descarte incorreto de lixo. Tendo em vista que causam menores impactos ambientais e apresentam eficiência, a fitorremediação se mostra uma técnica que merece mais investimento para o seu desenvolvimento e sua notoriedade.

DESENVOLVIMENTO DA FITORREMEDIAÇÃO EM LIXÕES E ATERROS SANITÁRIOS FECHADOS

A fitorremediação é uma técnica muito usada no estudo da biotecnologia, que utiliza plantas para fazer processos de degradação, extração, contenção ou imobilização de resíduos de contaminação por meio do contato de determinada espécie de planta com o determinado contaminante presente no solo. A principal base desse método é a capacidade dessas plantas de sobreviverem em ambientes com condições extremas, agindo

na descontaminação e na estabilização no local onde forem postas.

Para além do seu uso mais comum, a fitorremediação também pode ser utilizada para a redução dos danos ambientais. Na prática, isso se dá pelo emprego de coberturas de evapotranspiração, que tem como objetivo principal aumentar os índices evapotranspiração e biorremediação nesses locais. Há alguns exemplos de plantas resistentes que apresentam altíssimas taxas de sobrevivência nos aterros que compõem essas coberturas que podemos citar, dentre elas destacam-se: *Alphitonia excelsa*, *Cupaniopsisanacardioides*, *Eucalyptus crebra*, *Hibiscus tiliaceus*, *Livistona decipiens*, *Pongamia pinnata* e *Sterculia quadrifida*,

TÉCNICAS DE FITORREMEDIAÇÃO

1. Fitodegradação

É uma técnica que consiste no uso do metabolismo dos organismos vegetais escolhidos para realizar a degradação dos resíduos contaminantes. Acontece tanto por meio de processos metabólicos internos da planta quanto pela produção e liberação de enzimas produzidas pelas plantas que ajudam a quebrar essas substâncias. É normalmente utilizada para tratar a contaminação por produtos orgânicos, também são capazes de atuar na degradação de substâncias inorgânicas presentes no solo.

2. Fitoestabilização

É a técnica que consiste no uso das plantas para estabilização e imobilização dos contaminantes do solo para impedir a movimentação desse solo por conta da erosão e poluição. Essa técnica é dependente da incorporação do contaminante na lignina e no húmus do solo por meio de ligações covalentes irreversíveis. Tende a ter o tempo do tratamento reduzido por não incorporar os contaminantes em seus tecidos, apenas tratar essas substâncias no meio onde está inserida.

3. Fitoextração

É a técnica que consiste no uso de plantas específicas que acumulam os resíduos contaminantes do solo em seus tecidos sem que aconteça a degra-

dação dos mesmos. Ela também envolve a absorção de desses resíduos por meio das raízes. É usada mais comumente no tratamento do solo por contaminação por metais. Após a planta acumular o máximo de contaminantes possíveis, ela é retirada, com o objetivo de impedir a volta do contaminante para o local ou também qualquer outro tipo de contaminação.

4. Rizolização

A rizolização tem como base os princípios da fitoextração, porém nessa técnica os resíduos apenas se acumulam nas raízes das plantas, enquanto na outra, além da raiz, também há o acúmulo de contaminantes no xilema e nas folhas. Por absorver os resíduos contaminantes, a rizolização é mais utilizada na separação de metais da água.

5. Fitovolatilização

A fitovolatilização consiste em um processo em que as plantas transportam contaminantes para fora do seu meio dispersando-os na atmosfera, utilizando a capacidade metabólica de plantas específicas para se associarem a microrganismos da sua rizosfera para transformar esses resíduos em compostos voláteis. Os contaminantes são liberados pelas folhas das plantas.

6. Rizodegradação

A rizodegradação consiste na presença de microrganismos nas raízes das plantas aumentando as suas atividades biológicas, fazendo com que haja uma aceleração da digestão de contaminantes nas raízes. São usados principalmente no combate à contaminantes hidrofóbicos, que não podem ser absorvidos pelas plantas. Além disso, os microrganismos melhoram o solo através de mais aeração e da retenção de umidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A fitorremediação é uma técnica que traz diversos resultados positivos para o meio ambiente, dado que são muito menos agressivos à natureza se comparados a técnicas convencionais, uma vez que há

pouquíssima degradação e alteração nas as áreas que vierem a ser descontaminadas. Também é uma medida relativamente não muito cara, pois demanda pouco gasto no investimento para serem postas em ação. Outro benefício é a possibilidade de ser aplicada no local onde for necessária de forma direta (“In Situ”). Podem atuar de maneira preventiva, ao serem aplicadas com o objetivo de impedir a retenção de grandes quantidades de resíduos contaminantes no solo, a longo prazo. Entretanto, a fitorremediação também possui algumas limitações, uma delas é o tempo que precisa para fazer o processo de descontaminação completa, podendo durar de semanas até anos, não sendo recomendável para áreas que requerem respostas rápidas ao tratamento. Assim como apresenta redução do seu potencial devido a alguns fatores, tais como: o clima; o tipo de solo onde é feita a aplicação; a quantidade de contaminantes presentes na área e a profundidade em que eles estão localizados. Além desses fatores, a fitorremediação apresenta fatores de dependência em relação às estações do ano, é relativamente desconhecida e não recebe tantos investimentos em pesquisas para seu melhor desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é importante para a cidade, pois traz uma proposta de melhoria na nossa infraestrutura, além do aumento da qualidade de vida dos moradores da região a partir da resolução do problema com o aterro sanitário fechado. Desse modo, o meio ambiente também seria beneficiado, uma vez que a questão do solo e lençóis freáticos poluídos seriam resolvidos. Por fim, a fitorremediação não é tão agressiva à natureza como os outros métodos.

REFERÊNCIAS

SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. Tratamento e refuncionalização de solo contaminado pó lixo lixiviado de aterro sanitário. Scielo, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/esa/a/fxmmh3hmWgHJBxZJQ9kHY-fK/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2023.

SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. Desenvolvimento de mudas de cedro-rosa em solo contaminado com cobre: tolerância e potencial para fins de fitoestabilização do solo, Scielo, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rarv/a/c4hFnn5Yc34pmqkJMMFz3wM/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2023.

SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. Fitorremediação aplicada a áreas de disposição final de resíduos sólidos urbanos. Scielo, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/esa/a/cTNmt4VrvCZkLbtR68gbZPL/?lang=pt>. Acesso em: 11 out. 2023.

SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. Sintomas de toxicidade de cádmio e mecanismo de absorção em plantas: uma revisão. Scielo, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bjb/a/Jz3BCcHF7fXNfzg5Prdt4SH/?lang=en>. Acesso em: 10 out. 2023.

SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. Crescimento e tolerância de mudas de *Enterolobium contortisiliquum* Vell. cultivadas em solo contaminado com zinco. Scielo, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cflo/a/VGG-vbxjzcdZvgv4nz5vv6Sv/?lang=pt>. Acesso em: 11 out. 2023.

SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. Eficiência de um sistema piloto utilizando áreas alagadas no pós-tratamento do lixiviado gerado no Aterro Sanitário de Curitiba, Curitiba, Paraná, Brasil. Scielo, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/esa/a/pgjb93GZr5gkpYjDFBsz3xb/?lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2023.

SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. Fitorremediação de solos contaminados com picloram por *Urochloa brizantha*. Scielo, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pat/a/RYSrmBXDnfCCWFFt3Lrnth/?lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2023.

SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. Susceptibilidade de espécies de plantas com potencial de fitorremediação do herbicida sulfentrazone.

Scielo, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rceres/a/pK6Pwf4WG-cMyYbsfmzR5zzq/?lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2023.

SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. Potencial de duas espécies de eucalipto na fitoestabilização de solo contaminado com zinco. Scielo, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rca/a/jGM3vWjLvP8QZmmzHSWXbv-q/?lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2023.

SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. Desafios técnicos e barreiras sociais, econômicas e regulatórias na fitorremediação de solos contaminados. Scielo, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcs/a/XHbd6zKV-dzQMWfsRNHTgMqx/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2023.

SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. Desempenho ambiental da destinação e do tratamento de resíduos sólidos urbanos com reaproveitamento energético por meio da avaliação do ciclo de vida na Central de Tratamento de Resíduos – Caieiras. Scielo, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jesa/a/qxvLfvfjY6C8RWTFTw3CRZL/?lang=pt#>. Acesso em: 15 out. 2023.

SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. Ações participativas em saneamento rural: bases conceituais e diretrizes metodológicas. Scielo, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/TQ5MWTtSPFGHC6QdzMM-tCC/?lang=pt#>. Acesso em: 15 out. 2023.

SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. Saneamento básico no Brasil: considerações sobre investimentos e sustentabilidade para o século XXI. Scielo, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/KCkSKLRdQVCm5Cw-JLY5s9DS/#>. Acesso em: 16 out. 2023.

Panorama do Saneamento no Brasil. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/saneamento-basico/a-ana-e-o-saneamento/panorama-do-saneamento-no-brasil-1>. Acesso em: 17 out. 2023.

VASCONCELLOS, M. C., PAGLIUSO, D., SOTOMAIOR, V. S. Fitorremediação: Uma proposta de descontaminação do solo. *Estud. Biol., Ambiente Divers.* 2012 jul./dez., 34(83), 261-267. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/Estudosdebiologia/2012/vol34/no83/16.pdf>. Acesso em: 19 out. 2023.

Prefeitura e Fiocruz iniciam parceria para monitorar antigo aterro sanitário do Caxito. Disponível em: <https://portalantigo.marica.rj.gov.br/2019/08/13/prefeitura-e-fiocruz-iniciam-parceria-para-monitorar-antigo-aterro-sanitario-do-caxito/>. Acesso em: 18 out. 2023.

INTRODUÇÃO À CULTURA MBYÁ-GUARANI: DESMISTIFICANDO MITOS E CELEBRANDO TRADIÇÕES

Caio Freitas dos Santos

RESUMO

Com foco em apresentar ao maior número possível de pessoas a cultura do povo mbyá-guarani que habita em Maricá, foi realizada uma pesquisa que tem como objetivo desmentir alguns mitos e dar voz a esse grupo que, muitas vezes, é colocado à margem da sociedade. Após visitar duas aldeias que existem no município e adquirir o conhecimento empírico e teórico, chega-se a uma conclusão: há um grande desconhecimento da cultura mbyá-guarani pela maioria da sociedade maricaense. É fundamental que haja uma maior conscientização da população sobre a necessidade de valorizar a presença desses povos em nosso município e de preservar seu rico e diverso patrimônio histórico cultural. O presente trabalho busca fazer uma introdução à cultura mbyá-guarani, percorrendo sobre sua realidade e os desafios que enfrentam para manter vivas suas tradições.

Palavras-Chave: indígenas; cultura; linguagem; etnocentrismo; território

INTRODUÇÃO

Antes da chegada dos portugueses ao Brasil, as terras onde atualmente se situa o município de Maricá eram habitadas pelos tamoios. Entretanto, no processo de colonização, a maioria dos povos indígenas do Brasil foi dizimada e teve seu território ocupado. Isso também ocorreu em Maricá, onde atualmente existem apenas duas aldeias que não são originárias daqui, mas provenientes de grupos de remanescentes indígenas que habitavam outras localidades e migraram para o município há algum tempo.

A aldeia Tekoa Ara Hov, localizada no distrito de Itaipuaçu, é formada por um grupo de guaranis que vieram do Espírito Santo e possui, aproximadamente, 30 pessoas. A aldeia Ka'aguy Hovy Porã é a mais antiga, sendo composta por indígenas que vieram de Paraty Mirim, nos anos 2000, e que inicialmente viveram no bairro de Camboinhas, na cidade de Niterói. Devido a conflitos territoriais, a área em Camboinhas teve que ser abandonada e uma nova aldeia foi construída em Maricá, com o apoio da Prefeitura Municipal, que fez a doação do terreno. Na nova aldeia, vivem, aproximadamente, 40 pessoas. Como boa parte da população maricaense desconhece a forma como vivem esses povos indígenas, essa pesquisa tem como objetivo analisar e promover uma compreensão mais aprofundada da importância da cultura indígena para a sociedade e busca conscientizar a população maricaense da necessidade de valorizarmos e preservarmos o pouco da cultura indígena que está ao nosso alcance, representada pelos mbyá-guaranis nas duas aldeias localizadas em Maricá.

1. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Não há muitas publicações a respeito dos indígenas Mbyá-guaranis de Maricá e esse foi um dos motivos do surgimento do presente artigo. Com base no que diz José Ribamar Bressa Freire (1951), em seu texto *cinco ideias equivocadas sobre os índios*, há alguns erros cometidos por parte dos não-indígenas, como por exemplo: acreditar que a cultura deles é atrasada, congelada e que os índios vivem no passado; termos uma ideia de índios como a descrita por Pero Vaz de Caminha; dizermos que o brasileiro não é índio. Segundo suas próprias palavras “[...] esses não são os únicos equívocos que cometemos em relação aos índios e a nós mesmos, mas talvez sejam aqueles que mereçam urgentemente ser discutidos.”

Já Norielem Jesus de Martins (2016), em sua dissertação de mestrado, afirma que, “[...] apesar dos muitos esforços dos movimentos sociais em estabelecer políticas de igualdade racial, os povos indígenas vivem ainda uma realidade conflituosa com a sociedade global, principalmente

no que se refere ao direito às suas territorialidades.” Segundo o autor, os materiais produzidos acerca da história dos povos indígenas quase não são divulgados nas escolas. No Rio de Janeiro, por exemplo, há pessoas que sequer sabem da existência de aldeias indígenas no Estado. Isso não só ressalta, mas também confirma o que diz Bressa em seu artigo. Com base no ponto de vista dos dois autores, o presente artigo é uma tentativa de dar maior visibilidade à questão indígena em nosso município, buscando uma visão mais adequada destas comunidades e dos desafios por elas enfrentados.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para alcançar um maior conhecimento da cultura desses povos foi a realização de visitas a cada uma das aldeias mencionadas, juntamente com uma equipe composta por estudiosos da Universidade Federal Fluminense, no mês de setembro de 2023. As visitas foram marcadas pelo professor Daniel Ganzarolli, do CEPT Leonel Brizola, que realiza uma pesquisa de doutorado com essas duas aldeias. Com isso, foi possível a observação do cotidiano dos indígenas, bem como a realização de entrevistas e a oportunidade de interagir com membros dessas duas comunidades.

Com o objetivo de compreender sua cultura, tradições, valores e desafios contemporâneos, a pesquisa tem sido conduzida com respeito à sensibilidade cultural e o consentimento das comunidades indígenas. Todos os procedimentos seguem as diretrizes éticas e os resultados desta pesquisa serão compartilhados nesse artigo científico, respeitando a privacidade e a confidencialidade das fontes e contribuindo para uma melhor compreensão da cultura mbyá-guarani em Maricá.

I. INDÍGENAS SÃO CONSERVADORES

Essa afirmação pode parecer, à primeira vista, equivocada. Não obstante, antes de explicá-la melhor, é preciso ter uma visão do que vem a ser conservadorismo. Segundo João Camilo de Oliveira Torres (1968), teórico do conservadorismo brasileiro, em seu livro intitulado *Os Construtores do*

Império, “o conservadorismo é antes um estado de espírito do que um sistema racionalmente fundado” (TORRES, 1968, p. 21). Mas o que seria esse “estado de espírito”? Seria a ordem natural das coisas. A consciência humana adota isso, não de forma racional, mas natural - e isso se dá porque temos uma alma dotada de razão e vontade. Práticas conservadoras não só podem, como mudam de um país para o outro. Diferentemente dos reacionários, os conservadores não negam o futuro ou, muito menos, tentam reviver o passado. Sabem, por meio de uma análise da realidade, o que precisa ser mantido e o que, ou precisa ser reformado, ou deve ser totalmente eliminado. Os indígenas destas duas aldeias mantêm os mesmos costumes, religião, métodos de cura, respeito máximo a Opy¹ e, diferentemente dos índios que aqui viviam na época do descobrimento do Brasil, abominam o canibalismo. É uma reforma de espírito conservador.

II. INDÍGENAS SÃO ÚNICOS NO CAMPO DA CIÊNCIA

Segundo o antropólogo Darell Posey os indígenas são únicos no campo da ciência, essa afirmação é decorrente do conhecimento indígena, para ele:

Se o conhecimento do índio for levado a sério pela ciência moderna e incorporado aos programas de pesquisa e desenvolvimento, os índios serão valorizados pelo que são: povos engenhosos, inteligentes e práticos, que sobreviveram com sucesso por milhares de anos na Amazônia. Essa posição cria uma “ponte ideológica” entre culturas, que poderia permitir a participação dos povos indígenas, com o respeito e a estima que merecem, na construção de um Brasil moderno.

A atual sociedade brasileira, porém, não se apropriou desses conhecimentos devido à nossa ignorância e ao desprezo dos saberes indígenas, os quais nós rejeitamos sem ao menos tentar conhecê-los. O preconceito não nos tem permitido usufruir desse legado cultural acumulado du-

1 **Opy:** Casa de Reza. Em qualquer aldeia Mbyá-Guarani, a maior construção é sempre a Opy. Não possui janelas, apenas duas portas, uma voltada para oeste, de frente para o pátio central, e a outra para leste, na direção do mar. O chão é de terra batida e o teto, de folha de pindó (folhas de coqueiro). O mobiliário é constituído por alguns bancos, uma rede e uma fogueira.

rante milênios. Criamos o estereótipo de uma cultura indígena selvagem e exótica, nada além disso. Por essa razão, não estamos propensos nem dispostos a admitir que temos muito a aprender com a cultura desses povos. Um especialista em biologia, citado pelo antropólogo francês Lévi-Strauss em seu livro “O Pensamento Selvagem”, chama a atenção para o fato de que muitos erros e confusões poderiam ter sido evitados se o colonizador tivesse confiado nas taxonomias indígenas, em lugar de improvisar outras não tão adequadas.

Para combater esse equívoco, o Museu Goledi, em 1992, realizou uma exposição sobre a ciência dos Kayapós (um grupo étnico indígena que habita na Amazônia do Brasil), mostrando a importância dos saberes indígenas para a humanidade. Esta exposição documentou o sofisticado conhecimento que os Kayapós produziram acerca de plantas medicinais, agricultura, classificação e uso do solo, sistema de reciclagem de nutrientes, métodos de reflorestamento, pesticidas e fertilizantes naturais, comportamento animal, melhoramento genético de plantas cultivadas e semi-domesticadas, manejo de pesca e da vida selvagem e astronomia. Muitos grupos indígenas realizaram experimentação genética com plantas, diversificando e enriquecendo as espécies. Só na região do rio Uaupés, afluente do rio Negro (AM), Janette Chernella, uma pesquisadora americana, em 1986 identificou 137 tipos diferentes de mandioca entre índios Tukano. Um importante legado dos povos indígenas no campo da ciência são os seus milenares conhecimentos medicinais. Alguns estudiosos dizem que os índios do Brasil já chegaram a conhecer mais de 200.000 espécies de plantas medicinais.

Segundo Gersen Baniwa, indígena graduado em Filosofia pela UFAM - Universidade Federal do Amazonas e mestre em Antropologia Social pela UNB - Universidade de Brasília, “foram os indígenas da América que dominaram, ao longo de séculos ou mesmo de milênios, conhecimentos sobre os produtos anestésicos que hoje são fundamentais para os processos cirúrgicos praticados pela medicina moderna”. Os cientistas estrangeiros que trabalharam na Amazônia tiveram muito lucro devido às suas descobertas provenientes de conhecimentos ancestrais dos povos da floresta. Descobriram importantes propriedades anestésicas reali-

zando estudos e experimentos com as substâncias usadas pelos indígenas para paralisar o sistema nervoso de suas presas enquanto praticavam a caça. Nesse viés, a medicina tradicional ainda pode se beneficiar muito com o estudo de plantas e ervas usadas pelos indígenas para curar os males de sua civilização.

III. O DESCONHECIMENTO DA LINGUAGEM INDÍGENA POR PARTE DOS JURUÁS

Como o preconceito por parte dos *Juruás*² faz com que os indígenas não tenham voz ou espaço na ciência e na sociedade, o resultado acaba sendo a desvalorização da cultura e dos saberes desses povos, que seriam de grande utilidade se levados em conta por nossa sociedade. Uma história real, ocorrida na época da ditadura militar, serve para ilustrar o quanto perdemos em não conhecer mais a cultura indígena. Na década de 70, durante o governo Geisel, começou a construção da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto. A usina nuclear, localizada em Angra dos Reis, foi construída num lugar que os índios Tupinambás haviam denominado de “Itaorna” e que, até hoje, é conhecido por este nome. Os engenheiros responsáveis pela construção não sabiam que o nome dado pelos indígenas podia conter uma informação importante sobre a estrutura do solo do local. Segundo Kuramoto e Apolloni, do departamento de física da Universidade Estadual de Londrina - PR,

A usina nuclear, conhecida como Angra I, acumulou uma longa história de incidentes e erros de projetos. Sua localização, nas proximidades da cidade de Angra dos Reis, é considerada por alguns pesquisadores, inadequada. A falta de um sistema de transporte eficiente para a retirada dos moradores em caso de acidente compromete a segurança. As condições estruturais do terreno são as piores, devido a uma falha geológica na região denominada de “Itaorna”, batizada pelos índios com o significado de Pedra Podre. (Kuramoto, R. Y. R. e Apolloni, C. R, p 382).

² **Juruá:** O termo “**Juruá**” é associado a um indivíduo que não é indígena -- geralmente branco, mas a cor não é um fator fundamental. Juruá é aquele indivíduo que não nasceu num berço indígena, isto é, não viveu a cultura guarani.

Os engenheiros só descobriram que Itaorna quer dizer “pedra po-dre” em fevereiro de 1985, quando fortes chuvas destruíram o Laboratório de Radioecologia que mede a contaminação do ar na região. O prejuízo, calculado na época em 8 bilhões de cruzeiros, talvez pudesse ter sido evitado se não fôssemos tão etnocêntricos. Com essa história, fica evidente que deveríamos nos importar em ao menos conhecer os significados das palavras indígenas que são usadas para nomear lugares, montanhas, alimentos que consumimos no dia a dia, entre outras coisas. A língua portuguesa, no Brasil, recebeu uma forte influência das línguas indígenas e isso não pode ser negado ou ignorado. Em Maricá, diariamente usamos termos indígenas, apesar de nem nos darmos conta disso. O próprio nome da cidade é de origem indígena. Eduardo Navarro, em seu Dicionário de Tupi Antigo (2013), explica que o termo seria originário do tupi antigo pariká, nome de uma planta leguminosa. A segunda explicação, também de origem guarani, significa “espinheiro”, cuja origem está numa árvore nativa da região. Da mesma forma, vários bairros do município também receberam nomes indígenas, como, por exemplo, “Inoã”, que em tupi-guarani significa o “campo alto”. Já a palavra “Itaipuaçu” é um termo tupi que significa “grande pedra na qual a água faz barulho”, através da junção de itá (pedra), ‘y (água), pu (barulho) e gûasu (grande). Algumas outras localidades do município com nomes indígenas são: Itaocaia (casa na pedra), Itapeba (pedra achatada), Araçatiba (local com muito araçá), Jacaroá (praia de jacarés), Pindobas (tipo de palmeira) e Camburi (peixes robalos). Até mesmo a moeda social do município de Maricá tem nome indígena, de origem tupi: Mumbuca (abelha).

IV. MBYÁ-GUARANI E A RELIGIÃO

Visitando as aldeias, pode-se constatar que a Opy é a maior construção, geralmente localizada no espaço central da aldeia. É neste local que os conhecimentos tradicionais da cultura são perpassados e cerimônias religiosas, como o batismo e a consagração do milho, são realizadas. O Batismo é um ato muito importante, não somente para os mbyás, mas para todos os guaranis, pois é o momento em que se des-

cobre o verdadeiro nome e clã ao qual pertence uma criança, através do *Opyrigua*³, que entra em contato com Ñanderú⁴. Os guaranis mbyá têm dois nomes: um revelado pelo pajé, na *Opy*, e o outro de juruá. Para mostrar a importância que os indígenas mbyás dão para a *Opy*, o cacique Augustinho, da Aldeia Araponga, afirma. “Lá, durante essa celebração, as mulheres têm de estar de saia e não podem ir de calça de jeito nenhum. Juruá, só se for chamado.” (SILVA, CS. 2015)

A líder Jurema, da Aldeia Mata Verde Bonita (*Tekoa Ka'aguy Hovy porã*), localizada em São José do Imbassai, no município de Maricá, afirma no Mini documentário Aldeia Mata Verde Bonita - Maricá, disponível no Youtube:

Em religião, nós temos a casa de reza (*Opy*), que é a nossa cultura, e também temos a Igreja, que é a casa de oração também hoje. Juruá que a gente fala. A igreja daqui é evangélica. Aqui na aldeia já tem evangélica, então acho que a gente não tem preconceito (INOVA APS Maricá).

Da mesma forma, a importância da religião mbyá-guarani pode ser avaliada através das palavras do vice-cacique: “Se o mbyá deixar a religião dele, a língua, vai começar a beber, faz baile, tem briga com parente, casa com branco e desaparece a nação, morre o índio.”

V. O TERRITÓRIO E A AMEAÇA DO RESORT MARAEY

Assim como a religião é importante, há outra coisa que os indígenas valorizam demais: o território. O nome Mbyá, a propósito, significa “muita gente num só lugar” – e está totalmente relacionado à importância que eles dão ao território. A construção de um resort envolvendo 840 hectares de Área de Proteção Ambiental (APA), dentro da Fazenda de São Bento da Lagoa, entre a Praia da Barra e a Lagoa de Maricá, vem amea-

3 **Opyrigua:** Líder espiritual, mais conhecido como pajé. Responsável pelo comando da aldeia e batizados, o pajé é considerado um sacerdote, curandeiro e conhecedor de rituais ligados aos deuses indígenas.

4 **Ñanderú:** Deus. Os mbyá-guaranis mantêm fidelidade à religião tradicional. O cacique Verá Mirim, em depoimento ao antropólogo Aldo Littaif, declarou, sinalizando para a Casa de Rezas: “aqui é pra nossa reza, é pra se lembrar de Deus. Nós rezamos diretos com nosso Deus, Ñanderú. Católico já tem santo. Esse é o nome de nosso Deus, Ñanderú.”

quando o território cedido para os indígenas. Apesar de não terem sua terra (TI) reconhecida, os indígenas guaranis residem no município, na comunidade Mata Verde Bonita. O indígena Darcy Tupã (2023), durante um protesto em defesa das terras indígenas, manifesta a sua indignação mediante a possibilidade da construção do resort: “O nosso direito está sendo violado. Entre uma delas o “minha oca, minha vida”, que é o “minha casa, minha vida” que foi prometido às índias e até agora nada. Esses “espanhóis” invasores, safados, eles acham que vão pisotear sempre, vai ser diferente aqui.”. (Canal da ASFUNRIO no Youtube - 17/04/2023).

Segundo a IDB Brasil, grupo responsável pelo Projeto Maraey, a aldeia Mata Verde Bonita se instalou, temporariamente, em 2013, numa área privada do empreendimento, período em que estava sendo feito o licenciamento do projeto. O grupo afirma que a empresa segue trabalhando ao lado das lideranças indígenas locais, de representantes da Prefeitura de Maricá e da Funai, visando encontrar uma área definitiva para a aldeia, que seja mais adequada às necessidades do grupo e que possua solo fértil e acesso à água, como pleiteado pela liderança dos indígenas.

A felicidade de uma maioria elitista se contrapõe à infelicidade de uma minoria discriminada ao longo da história, que mais uma vez tem seu território ameaçado. Esse sempre foi um dos maiores problemas enfrentados pelos indígenas do Brasil: a luta pela conservação de seu território.

VI. OS INDÍGENAS E A EDUCAÇÃO

Às vezes as pessoas pensam que uma criança indígena passa o dia apenas brincando, caçando ou pescando, mas não é bem assim. As crianças das aldeias de Maricá vão a uma escola dentro da sua própria comunidade e recebem uma educação bilíngue. São alfabetizados primeiro na língua indígena materna, o guarani, e depois no português. É importante que, nas aldeias, as aulas sejam ministradas também na língua do povo e que seja ensinada a história da comunidade, para que a cultura tradicional não se perca. Nas escolas indígenas, as aulas vão até o 5º ano do Ensino Fundamental; a partir do 6º ano, os indígenas passam a frequentar as escolas do município, nas quais os *juruaís* ministram as aulas.

Para os mbyá-guaranis, a educação vai muito além do âmbito escolar. No processo de aprendizagem, são levados em conta aspectos individuais de cada pessoa, a forma como cada um se enxerga e se relaciona. A escola, então, perde as barreiras físicas, configurando-se dentro do espaço em que habitam. Toda a sociedade tem responsabilidades dentro da educação guarani; os pais, pajés, familiares, todos são professores e alunos. Porém, isso não quer dizer que não existam espaços físicos que funcionem como escolas guaranis, elas existem e são responsáveis por organizar conhecimentos, ensinando saberes que são formulados no cotidiano e transmitidos de geração em geração.

Com total foco em preservar a cultura indígena, a Prefeitura de Maricá, por meio da Secretaria de Educação, iniciou em (08/08/2022), a 1ª edição do curso “Povos Indígenas no Rio de Janeiro: educação para as relações étnico-raciais, por uma educação antirracista”, em parceria com a Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ – Caxias) e o Programa de Educação sobre Negros e Indígenas na Sociedade Brasileira da Universidade Federal Fluminense. Com 80 horas/aula, a capacitação gratuita teve formato virtual e é voltada para os profissionais de educação do município, com o objetivo de aperfeiçoar as práticas pedagógicas sobre história, cultura e direito dos povos indígenas do Rio de Janeiro.

Da mesma forma que a Prefeitura de Maricá, o Ministério Público Federal tem como dever proteger os direitos indígenas, principalmente o de poderem preservar e manter vivas sua cultura e tradição. É por isso que o MPF luta para que as escolas indígenas sejam bilíngues. Aprender a ler e a escrever no seu idioma natal é um direito de todos. Para o poeta e contista indígena Olívio Jekupé, a educação é a melhor maneira para a preservação dos direitos dos nativos. Segundo Jekupé, a escrita é uma arma do branco, que deve também ser usada pelos indígenas a seu favor; é uma arma de defesa e de denúncia, uma forma de dar voz e vez a uma minoria social que por tanto tempo foi silenciada.

Assim como a imagem do indígena é associada a alguém que não estuda, há um outro equívoco normalizado pelo senso comum: que os indígenas são muito menos capacitados intelectualmente que os juruás.

Entretanto, é cada vez maior o número de indígenas que alcança as universidades. Cita-se, por exemplo, o caso de Leandro Kauray, um mbyá-guarani graduado em Ensino de Matemática pelo curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal de Minas Gerais, também autor do livro “Teko hypy, a origem do mundo”, atualmente mora na cidade do Rio de Janeiro e leciona na Escola Indígena da Aldeia Mbyá Guarani Ka’aguy Hovy Porã, em Maricá. Leandro também atua como professor de Língua Guarani no Programa de Línguas Estrangeiras Modernas da Universidade Federal Fluminense. Recentemente, um dos acontecimentos mais importantes para os indígenas na vida acadêmica foi a eleição do filósofo, ambientalista, poeta e líder indígena, Ailton Krenak, para a Academia Brasileira de Letras. Krenak é o primeiro representante indígena a ocupar uma cadeira na ABL Além de uma inspiração para aqueles indígenas que querem viver a vida acadêmica, Krenak e Leandro são a prova viva de que os indígenas são tão capazes quanto os juruás.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda há muito a ser estudado a respeito da vasta cultura dos Mbyá-guaranis. Este artigo visa despertar os cidadãos maricaenses a uma busca por um maior conhecimento desses grupos indígenas, pois somente assim é possível compreender suas necessidades, como se distribuem, quais são seus anseios, além de outros aspectos, para que se possa desenvolver projetos de cunho social e econômico de forma mais bem elaborada e que sejam verdadeiramente relevantes para essas comunidades.

O presente artigo é importante para o município de Maricá, pois ajuda a conhecer e a entender o perfil dos habitantes das aldeias indígenas locais, os problemas que enfrentam, como valorizam suas tradições, sua religião e seu território. O conhecimento da cultura de outros povos ajuda a diminuir nossa visão etnocêntrica e a lidar com o preconceito racial, ainda tão presente em nossa sociedade. O preconceito não pode ser encarado como prática individual de indisciplina, mas como um problema social (e moral), demandando, portanto, ações afirmativas – como políticas voltadas à concretização da igualdade de oportunidades para indíge-

nas e mais respeito pela sua cultura. É, por fim, indispensável, vê-lo como reflexo espelhado da coletividade, com nossas mazelas éticas e sociais. Durante muito tempo, os povos indígenas foram estigmatizados e, sua cultura, considerada inferior. Esses povos sofreram todo tipo de violência, lutando bravamente pela preservação de seus ideais e de sua cultura. É hora de os indígenas receberem o devido valor, de serem ouvidos e de terem seus direitos respeitados. Certamente o caminho para que isso seja alcançado não é fácil, mas tornar sua cultura conhecida é um passo imprescindível nessa luta pela igualdade de direitos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. Lemos. **Pequeno Vocabulário Tupi-Português**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951. Disponível em: http://etnolinguistica.wd-files.com/local--files/biblio%3Abarbosa-1951-pequeno/barbosa_1951_tupi-portugues.pdf. Acesso em: 21 out. 2023.

BRANCO, Zuleika. **As contribuições dos povos indígenas para o desenvolvimento da ciência no Brasil**. Blog da Biblioteca Central da UFRGS: 01/03/2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bibliotecacentral/as-contribuicoes-dos-povos-indigenas-para-o-desenvolvimento-da-ciencia-no-brasil/>. Acesso em: 20 out.2023.

CAMILO, João de Oliveira Torres . **Os Construtores do Império: Ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro**. Brasília – DF: Edições Câmara. 1 ed, p., ago. 2017. Disponível em: <https://www.epedagogia.com.br/materialbibliotecaonline/36560s-Construtores-do-Imperio.pdf>. Acesso em: 21 out. 2023.

JESUS, NORIELEM DE MARTINS. **Educação Escolar Indígena Guarani no Estado do Rio de Janeiro: Tensões e Desafios na Conquista de Direitos**. Rio de Janeiro – RJ: UFRJ, jun. 2016. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/1422/6/2016%20-%20Norielem%20de%20Jesus%20Martins.pdf>. Acesso em: 22 out. 2023.

KURAMOTO, Renato Yoichi Ribeiro e APPOLONI, Carlos Roberto. **Uma breve história da política nuclear brasileira.** Disponível em: <https://iusgentium.ufsc.br/wp-content/uploads/2018/08/1-Obrigat%C3%B3rio.pdf-Breve-Hist%C3%B3ria-da-Pol%C3%ADtica-Nuclear-Brasileira.pdf>. Acesso em: 21 out. 2023.

OLIVEIRA, Elizabeth. **Resort de grupo espanhol tem conflito acirrado na APA de Maricá.** Jornal O Eco: 20/04/2023. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/resort-de-grupo-espanhol-tem-conflito-acirrado-na-apa-de-marica>. Acesso em: 22 out. 2023.

PREFEITURA, de Maricá. **Curso gratuito tem formato virtual e vivência prática em duas aldeias existentes no município.** Prefeitura de Maricá, ago. 2022. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/noticia/marica-capacita-professores-em-cultura-dos-povos-indigenas>. Acesso em: 22 out. 2023.

RIBAMAR, José Bessa Freire. **Cinco Ideias Equivocadas Sobre o Índio** Rio de Janeiro: Departamento Cultural, São José, 1951. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/repecult/article/view/578/578f>. Acesso em: 14 out 2023.

VASCONCELOS, Agenor Cavalcanti. Nietzsche e os índios amazônicos. Natal – RN: **Revista Saberes**, v. 2, n.5, ago. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/414/485>. Acesso em: 20 out 2023.

OS DESAFIOS DA MOBILIDADE URBANA EM MARICÁ

Camila Vieira Lopes

RESUMO

A mobilidade urbana é um fator fundamental quando tratamos de planejamento urbano, influenciando diretamente na qualidade do transporte e locomoção do cidadão. O desenvolvimento acelerado de cidades como Maricá, situada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, traz desafios de gestão pública que precisam acompanhar o ritmo desse crescimento, que é fomentado pela exploração petrolífera na região. Problemas como expansão urbana desordenada, aumento populacional e falta de planejamento urbanístico geram impactos consideráveis na vida da população, que passam a lidar rotineiramente com congestionamento no trânsito, transportes lotados e falta de infraestrutura nas vias públicas. Além da revisão bibliográfica sobre o assunto, este trabalho visou o mapeamento dos problemas de mobilidade do município, através da análise quali-quantitativa de um questionário baseado na experiência cotidiana dos habitantes. Os resultados apontam que os problemas de mobilidade causam um impacto considerável na qualidade de vida do cidadão. A infraestrutura apresentada ainda está muito aquém das demandas exigidas pela comunidade maricaense. É necessário a execução de um Plano de Mobilidade Urbana eficaz que consiga atender as necessidades da população. A implementação de políticas que possam descentralizar as áreas de comércio e serviços, diminuindo a dependência de viagens à região central, a melhoria no sistema de transporte público e o incentivo à utilização de transportes limpos e alternativos em detrimento do automóvel individual, são algumas das ações vislumbradas para se ter uma mobilidade urbana mais saudável, econômica e sustentável no município de Maricá.

Palavras-chave: mobilidade urbana; transporte; infraestrutura; acessibilidade; sustentável

INTRODUÇÃO

O padrão de mobilidade da população brasileira vem passando por fortes modificações. O intenso e acelerado processo de urbanização, a ampliação do acesso aos veículos automotores pela população e questões como a falta de planejamento são causadores de problemas de mobilidade urbana. Com o aumento do transporte individual motorizado, as condições de mobilidade popular vêm se degradando, principalmente em função do crescimento dos acidentes de trânsito com vítimas, dos congestionamentos urbanos e também dos poluentes veiculares (Carvalho, 2016).

De acordo com Florentino (2011), a mobilidade urbana refere-se à capacidade de se deslocar dentro de um espaço urbano, considerando a integração e alternância entre tipos modais (carros particulares, bicicletas e fretados, por exemplo). Além disso, o conceito de mobilidade urbana abre espaço para as especificidades relacionadas à acessibilidade, integração entre regiões, perfis de usuários, integração entre tipos modais e condições sociais de uso do transporte público de maneira mais ampla, que assegurem o direito de usufruto do espaço urbano para seus cidadãos.

O município de Maricá, localizado na Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, vem sofrendo aceleradas transformações decorrentes do processo de urbanização nos últimos anos, somado a um momento de grande desenvolvimento econômico fomentado pela exploração petrolífera e a descoberta dos depósitos do pré-sal na Bacia de Santos, a cerca de 200 km de sua costa (Nogueira, Barbosa, Rossi, 2015). Contudo, a cidade possui muitas deficiências em aspectos de planejamento e controle urbanístico, acentuados por uma expansão urbana desordenada, que resultam em não conformidades no uso e ocupação de seu território (Toledo *et al.* 2021).

Este trabalho surge da inquietação de entender como Maricá está

reagindo às demandas de mobilidade geradas pelo crescimento evidente. Ao fim deste estudo, espera-se gerar propostas para suavizar os problemas percebidos na cidade, identificando alternativas que possam contribuir com o município na solução das demandas de mobilidade urbana.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ultimamente, o conceito de Mobilidade Urbana é empregado em diversas áreas do conhecimento e divulgado em múltiplas publicações. Dentre as várias designações encontradas, uma das definições mais comuns está relacionada aos deslocamentos diários (viagens) de determinada população no espaço urbano, abrangendo não apenas sua efetiva ocorrência, mas também a possibilidade ou facilidade de ocorrência destas viagens (Cardoso, 2008).

Gonçalves e Malfitano (2021) afirmam que a discussão sobre mobilidade urbana se relaciona diretamente com o conceito de “direito à cidade”, introduzido pelo sociólogo francês Henri Léfèbvre, em 1969. Para o autor, o direito à cidade está relacionado ao direito à participação e à apropriação da cidade (Léfèbvre, 2001).

A partir da segunda metade do Século XX, em grande parte das cidades brasileiras, a urbanização modificou substancialmente os seus tecidos urbanos¹, passando por alterações no volume das edificações, dos modos de implantação, das técnicas utilizadas e das disposições e dimensões dos espaços livres (Negrão e Silveira, 2016). O planejamento urbano passou a focar na implantação de um suposto rápido e livre trânsito dos veículos, derivado dos avanços da indústria automobilística e da especulação imobiliária (Maropo *et al*, 2020).

Essa proposta voltada para a inserção de transportes motorizados individuais gera nas cidades o que Silva e Romero (2015) chamam de Ciclo de Dependência Automotiva, em que a dinâmica urbana está focada na circulação, armazenamento e aquisição de

1 Tecido urbano é formado por um conjunto de camadas que combinadas configuram o desenho da cidade. Sua composição se dá através de elementos como: traçado viário, malha de quadras, parcelamento, tipos de ocupação, gabarito, uso do solo.

automóveis, e estes induzem o planejamento e uso do solo em virtude de suas características de transporte.

Postiço e Toda (2022) recordam que as políticas públicas de incentivo ao uso dos transportes individuais se tornaram um sério problema nos grandes centros urbanos, uma vez que o aumento da taxa de motorização causa impacto na maneira como a população se locomove. O aumento do deslocamento motorizado individual gera problemas como ruas congestionadas, sistema de transporte público inadequado, crescimento das regiões periféricas de forma desordenada, dentre outros aspectos.

Diferenciando-se do conceito de mobilidade urbana, o termo “transporte público” deve ser compreendido como uma parte integrante da mobilidade, relacionada a ferramentas que viabilizam o fluxo de trânsito de acordo com concessões públicas de serviços. O transporte público está mais voltado para a dimensão da oferta e demanda de determinado serviço (Florentino, 2011).

A lei nº 12.587, sancionada em 03 de janeiro de 2012, institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, como instrumento da política de desenvolvimento urbano brasileira, cujo objetivo é contribuir para o acesso universal à cidade (BRASIL, 2012). A integração entre os diferentes modais e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território do Município são os focos da nova lei, que visa aprimorar os sistemas de mobilidade urbana do país, estabelecendo como prioritários os investimentos em meios não-motorizados e no transporte público (Pero e MihessenHESEN, 2013). O planejamento da mobilidade urbana deve considerar metas ambientais e princípios de acesso universal da cidade, com o objetivo de melhorar a transitabilidade e promover o crescimento sustentável. (Postiço e Toda, 2022).

A acessibilidade é outro termo bastante tratado nesta temática. De acordo com a Lei 12.587/2012 significa “facilidade disponibilizada às pessoas que possibilite a todos a autonomia nos deslocamentos desejados, respeitando-se a legislação em vigor” (BRASIL, 2012). Este conceito evoluiu ao longo do tempo, associando-se à facilidade de alcançar fisicamente um determinado lugar, enquanto que mobilidade

está relacionada com a capacidade com que o deslocamento pode ser realizado, levando em conta não só aspectos geográficos como socioeconômicos (Pero e Mihessen, 2013).

Muito se discute sobre parâmetros de sustentabilidade aplicados à mobilidade urbana. Pensando a mobilidade urbana sustentável a partir das três dimensões principais do desenvolvimento sustentável – econômica, social e ambiental –, podem-se delinear os pressupostos básicos nos quais a proteção ambiental, a sustentabilidade econômica e a justiça social se tornam condicionantes importantes no processo de planejamento (Carvalho, 2016). Do ponto de vista ambiental, há um crescente interesse no planejamento de cidades sustentáveis, decorrente do esgotamento dos combustíveis fósseis, a poluição alarmante, as emissões de carbono e a resultante ameaça ao clima são grandes incentivos para tentar aumentar a sustentabilidade nas cidades do mundo todo (Gehl, 2015, p105).

Nos últimos quinze anos, o Brasil vem apresentando importantes investimentos na área de mobilidade, com programas de mobilidade financiados pelo governo federal, tais como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Copa do Mundo, o PAC Mobilidade de Grandes Cidades e o PAC Mobilidade Médias Cidades. Contudo, é preciso que os gestores, junto à população, possam discutir os melhores caminhos para a alocação desses recursos, construindo diretrizes voltadas à melhoria da mobilidade (Lima Neto; Galindo, 2015).

O marco legal da mobilidade urbana (Lei nº 12.587/2012) trouxe consigo o desafio de desenvolver planos de mobilidade urbana para os municípios. Incentivos ao desenvolvimento de planos de mobilidade aderentes às necessidades dos municípios, além da institucionalização de instrumentos de planejamento da mobilidade na gestão pública municipal, devem ser estimulados e cobrados como critério de análise, de forma a imbuir a municipalidade de um processo de capacitação no setor (Lima Neto; Galindo, 2015).

UM PANORAMA SOBRE A MOBILIDADE URBANA EM MARICÁ

Segundo dados do IBGE (2022), o município de Maricá obteve um dos maiores crescimentos do Estado chegando a um número superior a 197 mil

habitantes. Um aumento de 54,87%, comparado ao censo anterior realizado no ano de 2010.

Além da especulação imobiliária que ocorre em função da expectativa de crescimento da região, a indústria petrolífera exerce um efeito multiplicador, que transborda para outros setores (Rocha, 2017). Segundo levantamento da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), a cidade de Maricá fechou o ano de 2022 com uma arrecadação recorde em royalties de exploração de petróleo, na casa de R\$ 2,5 bilhões, além de ter recebido mais R\$ 1,8 bilhão em participações especiais (FIRJAN, 2023).

Os investimentos no desenvolvimento local tendem a suscitar problemas relacionados à mobilidade urbana no município. Postiço e Toda (2022) afirmam que a gestão pública da cidade não atende de forma eficaz às necessidades de deslocamento da população. Outro grande problema, está relacionado aos impactos do crescimento populacional verificado nos últimos anos e com tendência de continuidade nos próximos, contribuindo para o aumento nas demandas de locomoção e transporte.

A organização urbana de Maricá foi desenvolvida para uso do veículo individual, havendo um crescimento disperso ao longo das rodovias, gerando dependência das rodovias que a cortam. Dentre os principais desafios a serem enfrentados, destacam-se a minimização dos impactos sobre o trânsito e transporte; o uso do espaço público urbano que priorize o pedestre, reduzindo os conflitos entre a circulação a pé e o trânsito de excesso de veículos que gera congestionamentos nas regiões centrais; as obras e as adequações realizadas para incentivar os transportes não motorizados e coletivos, especialmente para as vias de pedestres e ciclistas, onde serão necessários canais de integração (Postiço e Toda, 2022).

Como forma de solucionar o problema do transporte público rodoviário, alvo de reclamações devido aos preços elevados, à má conservação e falta de manutenção dos ônibus das empresas responsáveis por operar no município, o governo municipal criou, através da Lei complementar nº 244 de 11 de setembro de 2014, uma autarquia que prestasse o serviço de transporte gratuitamente (JOM, 2014).

Em dezembro de 2014, os primeiros ônibus da Empresa Pública de Transportes (EPT), os chamados “Vermelinhos”, equipados com ar

condicionado, sensores de portas (somente trafegam com as portas fechadas) e elevadores para deficientes físicos, iniciaram suas operações totalmente custeadas pelo governo municipal, tornando Maricá a primeira cidade com mais de 100 mil habitantes, no Estado do Rio de Janeiro, a oferecer transporte público gratuito à população (Ribeiro, 2017). A EPT além de operar uma parte da frota com cerca de 25 ônibus próprios, faz a gestão dos veículos das empresas contratadas, tendo uma média 115 veículos circulando diariamente (MARICÁ, 2023).

Como parte das ações para promover a mobilidade sustentável na cidade, a partir da promulgação da Lei nº 2.862, de 20 de maio de 2019, o município de Maricá criou o sistema gratuito de bicicletas compartilhadas, as chamadas “Vermelhinhas”, que teve suas atividades iniciadas em março de 2021 (JOM, 2019). Através do cadastro em um aplicativo de *smartphone*, os usuários podem liberar o empréstimo de bicicletas de forma totalmente gratuita. A retirada e devolução das bicicletas podem ser feitas em uma das estações espalhadas pelo município, observando o tempo limite determinado para o dia retirado, que tem como máximo tempo de utilização, de uma hora de segunda a sexta e de duas horas no sábado e no domingo. Ao todo são cerca de 250 bicicletas gratuitas compartilhadas, espalhadas por 25 estações espalhadas pela cidade (MARICÁ, 2023).

Apesar dos esforços, o sistema das “Vermelhinhas” ainda se mostra insuficiente. A maior parte das estações de retirada das bicicletas se concentram em uma porção da cidade de maior poder aquisitivo, na região central do município, além do distrito Itaipuaçu com os bairros com maior valor de metragem quadrada atendida de forma densa, enquanto outras regiões dispõem de poucas estações em seu território. Além disso, ainda não foi realizada aquisição de bicicletas infantis e para pessoas com deficiência (Cardozo, 2023).

Analisando o cenário do município, a falta de centros de bairro em outros distritos, faz com que os munícipes se desloquem para o centro para acessar o comércio e outros serviços. Além disso, a maioria dos investimentos seguem destinados ao meio de transporte automotivo (carros), decisão que pode ser considerada ineficaz, ao se observar que

persiste uma série de problemas, tais como dificuldade de acesso do transporte público, ciclofaixa mal inserida que coloca em risco a segurança de pedestres e ciclistas, ruas estreitas que conflitam com vagas para estacionamento rotativo, entre outros exemplos que favorecem o caos urbano (Postiço e Toda, 2022).

METODOLOGIA

Os estudos realizados neste artigo tiveram como referência os fundamentos de metodologia apontados por Marconi e Lakatos (2002). Para se entender as questões relacionadas à mobilidade urbana no município de Maricá, adotou-se um tipo de pesquisa exploratória. Primeiramente, realizando uma revisão bibliográfica nas bibliotecas *online* Google Acadêmico e Scielo, a fim de encontrar publicações que abordem a temática trabalhada. Para tal, foram utilizadas palavras-chaves como: mobilidade urbana; transporte; sustentabilidade; acessibilidade; e Maricá.

Apesar de ser possível se obter textos que tratam de transporte e mobilidade urbana de forma geral, quando se trata de Maricá, a bibliografia encontrada é escassa, se limitando a algumas poucas publicações e aos portais oficiais vinculados à Prefeitura Municipal.

Para entender como o cidadão maricaense está inserido no contexto da mobilidade urbana, foi adotado um questionário *online* utilizando uma abordagem quali-quantitativa por observação direta e extensiva com perguntas de múltipla escolha. Ao todo, foram 17 perguntas questionando: Informações pessoais como Idade, Gênero, Ocupação e Renda Familiar Bruta; Informações sobre deslocamento na cidade; Informações sobre a utilização de transporte público na cidade; Desafios de mobilidade urbana enfrentados; Opinião sobre as condições das vias da cidade; Utilização dos transportes públicos gratuitos, ônibus e bicicleta.

Devido ao curto tempo para a obtenção dos dados, foi feita a opção pelo envio do questionário de forma *online* e aleatória para um grupo heterogêneo de moradores de Maricá. Após o período de 15 dias, o questionário obteve um número de 123 respostas. Todos

os participantes, ao responder ao questionário, aceitaram participar desta pesquisa, que não possuía campo para identificação, a fim de manter o sigilo dos partícipes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para entender como a população se insere neste contexto, um questionário *online* com 17 perguntas foi respondido por 123 pessoas aleatórias do município, gerando dados a serem analisados de forma qualitativa, dialogando com a bibliografia consultada.

Para efeito de entendimento do público participante, foram feitas perguntas pessoais simples. No critério de idade: (29,2%) possui entre 18 e 29 anos; (29,2%) entre 46 e 65 anos; (26,7%) entre 30 e 45 anos; totalizando 85,1% na faixa de 18 a 65 anos, que representa a população mais economicamente ativa. Com relação ao gênero, 66,7% foram mulheres.

Perguntados sobre a ocupação: 30,1% eram estudantes (não foi feita distinção de nível de ensino); 25,2% servidor público; enquanto 18,7% disse ser trabalhador formal CLT. Somente 8,1% sinalizou estar desempregado. Quando perguntados sobre renda familiar bruta, 53,7% apontou mais de três salários mínimos.

Na questão da principal forma de deslocamento, o transporte público (ônibus) foi o mais escolhido, com 48% dos participantes, enquanto 39,8% sinalizaram o carro particular. Também chamou a atenção o baixo número de pessoas que aderem aos meios de transporte limpos: 3,3% bicicleta própria e apenas 2,4% caminhada a pé. Esses números sugerem uma movimentação extremamente intensa de veículos, sobretudo, os veículos individuais.

Na frequência de uso do transporte público: 37,4% utilizam o transporte público diariamente, indicando uma alta dependência desse meio de transporte. Por outro lado, 17,9% afirmaram nunca usar o transporte público. A maioria das viagens tem um propósito relacionado ao trabalho (39%), seguido por estudo (33,3%). O que, associado à informação de ocupação, corrobora com a ideia de que as ações voltadas para a área de mobilidade são fatores essenciais para o funcionamento da dinâmica da cidade.

O nível de satisfação com o transporte público foi equilibrado: 35% satisfeitos, 33,3% neutros e 20,4% insatisfeitos ou muito insatisfeitos. Isso sugere que, apesar dos esforços nas políticas de transporte público, ainda há espaço para melhorias na percepção do sistema.

Segundo a maioria dos partícipes, o maior desafio enfrentado em relação à mobilidade urbana em Maricá é o congestionamento do trânsito, citado por 53,7% dos participantes, seguido pelos 18,7% que citaram a falta de opções no transporte público. Partindo dessa problemática, 42,3% afirmaram enfrentar problemas de congestionamento diariamente. Essas informações confirmam a literatura estudada que aponta a necessidade de políticas públicas efetivas para dirimir os problemas de mobilidade consequentes do crescimento da região.

Dentre os fatores que influenciam na escolha do meio de transporte, o custo foi o fator mais influente, com 60,2% dos entrevistados levando isso em consideração, seguido pela disponibilidade (53,7%) e rapidez (33,3%).

Na percepção da infraestrutura adequada para pedestres, a maioria (56,1%) acredita que a cidade oferece alguma infraestrutura, porém necessita aplicar melhorias; acompanhado de outros 23,6% que pensam que Maricá não apresenta a infraestrutura necessária para os transeuntes. Os dados reforçam a necessidade de atenção com as calçadas e passeios públicos, pois é a principal maneira de salvaguardar a integridade física do pedestre.

Com relação à satisfação com as estradas e vias públicas: 58,6% se mostraram insatisfeitos ou muito insatisfeitos; 20,3% se mantiveram neutros com o estado que se encontram. Esse é um dos graves problemas que podem ser observados no município, que é extremamente dependente da rodovia estadual para sua dinâmica de funcionamento. É preciso ações efetivas coordenadas entre Poder Municipal e Governo do Estado (responsável pela manutenção das rodovias que cortam o município) para garantir a pavimentação adequada das estradas, a fim de garantir a circulação segura e evitar acidentes que podem gerar fatalidades.

Perguntados sobre o serviço de compartilhamento de bicicletas (Vermelhinhas), a maioria (66,7%) afirmou conhecer, mas não utilizar o sistema. Isso pode sugerir que a implantação ainda está em uma fase

inicial, não conseguindo atingir a maior parte da população. É necessário ampliar o sistema para alcançar uma parcela mais apartada da região central, a fim de servir não somente como lazer, mas como meio de transporte limpo importante para a mobilidade da cidade. Na adequação das ciclovias para atender a demanda, 45,5% acreditam que as ciclofaixas são suficientes, mas ainda precisam de melhorias, enquanto 38,2% pensam que não atendem a demanda necessária. Isso pode sugerir que a população ainda se sinta insegura para transitar de bicicleta em meio ao trânsito cotidiano.

Com respeito à satisfação com os ônibus gratuitos da EPT (Vermelinhos): 38,2% se manifestaram como satisfeitos ou muito satisfeitos; 30,9% neutros; e 24,4% insatisfeitos ou muito insatisfeitos. Este equilíbrio pode estar relacionado à qualidade do uso deste usuário. Os Vermelinhos se mostram benéficos por serem acessíveis a todos, mas, por ser a única opção de muitos, os problemas se evidenciam, causando a dualidade da experiência do usuário. Sobre as principais melhorias necessárias nos Vermelinhos, 66,1%, acreditam que é necessário oferecer mais opções de horários. Por ser a única opção de transporte viável em diversos casos, muitos usuários precisam adequar suas atividades aos horários dos ônibus, gerando distanciamentos e dificultando o acesso ao trabalho, estudo e lazer.

Essa análise sugere que a mobilidade urbana é um tema complexo, com diferentes necessidades e demandas entre os participantes. Há um destaque para a importância da sistematização do transporte público e a necessidade de lidar com os problemas de congestionamento. Além disso, pensar em ações que possam incentivar o uso de transportes limpos são primordiais para pensar a mobilidade urbana de uma cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a revisão da literatura disponível e a análise dos dados coletados com as respostas ao questionário da população maricaense, foi possível entender que, apesar dos esforços que a gestão municipal vem realizando, as demandas de mobilidade urbana decorrentes do desen-

volvimento local precisam ser repensadas. A concretização de um Plano de Mobilidade Urbana Municipal (PMU), que esteja em consonância com a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.587/2012) e que tenha participação da população, é essencial para a aplicação de intervenções efetivas de mobilidade urbana.

A área do centro da cidade é a localidade de maior circulação, tanto de pessoas quanto de veículos. Entretanto, sua infraestrutura rodoviária não é preparada para absorver as novas demandas da cidade. Os congestionamentos do trânsito já são uma realidade diária, causando prejuízos aos cidadãos que precisam se locomover, principalmente, nos horários de pico.

Portanto, para o momento, a saída reside em aplicar ações que visam desafogar o fluxo viário na região central, com intervenções que possam acompanhar a evolução da cidade no médio e no longo prazo. O primeiro passo deve ser o espalhamento dos núcleos de comércio, serviços e atividades trabalho e lazer para os outros distritos do município. Paralelamente, as políticas de transporte público precisam ser aperfeiçoadas, a fim de estimular o uso do transporte coletivo e dos meios de transportes limpos em detrimento dos automóveis individuais. Essas ações são importantes para diminuir as viagens e as necessidades de deslocamento de grandes distâncias do cidadão, principalmente, com destino à região central.

No que se refere ao transporte público, ainda que a oferta gratuita dos ônibus “Vermelinhos” seja um ponto extremamente positivo para a população, a escassez de horários e a constante superlotação fazem com que a experiência do usuário seja prejudicada, em especial, aquele que tem os ônibus da EPT como principal e, muitas vezes, única forma de locomoção pela cidade. A criação de novos horários levando em consideração os momentos de maior demanda, aliada a ampliação da frota são as soluções mais simples e rápidas de serem aplicadas. Além disso, o planejamento de novos itinerários que liguem localidades-chaves do município sem a necessidade de passar pela rodoviária no Centro, pode ser uma alternativa eficaz para muitos maricaenses.

Uma proposta mais ousada seria viabilizar a implantação de meios de transportes “alternativos”, como, por exemplo, o veículo leve sobre

trilhos (VLT) ou ainda o transporte hidroviário. Este último, seria capaz de fazer a interligação entre os bairros que circundam as lagoas, e sua utilização não se limitaria apenas aos moradores e trabalhadores da região em seus deslocamentos cotidianos, mas também servindo como atrativo turístico, possibilitando a criação de aparelhos públicos em torno de seu funcionamento. Um projeto similar está sendo desenvolvido para o Complexo Lagunar da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, baseado em exemplos de sucesso em cidades ao redor do mundo, podendo servir de inspiração para os estudos de viabilidade com o intuito de aplicação em Maricá (RIO DE JANEIRO, 2023).

Outra medida importante que deve ser priorizada é o incentivo ao uso dos meios de transportes limpos como as bicicletas e, propriamente, a caminhada. Para isso, a criação e manutenção da infraestrutura das vias públicas, ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas, calçadas e passeios públicos precisam de atenção coerente com a importância que esses meios têm. A incorporação do Programa Cicloviário ao sistema de transporte, proporcionando maior conexão entre a bicicleta e os outros meios de transporte é fundamental. Além disso, o projeto das “Vermelhinhas” precisa ser encorpado através da implantação de mais estações e bicicletas fora do centro de Maricá, atendendo diferentes regiões do município, além da necessidade de campanhas para a utilização da bicicleta, salientando seus benefícios como um transporte saudável, econômico e ecológico.

Este trabalho se mostra capaz de ser um ponto de partida para que outras pesquisas tragam novos olhares e necessidades, se aprofundando ainda mais em aspectos específicos no campo da mobilidade urbana em Maricá. As propostas sugeridas visam atuar nas principais preocupações e necessidades identificadas na pesquisa, contribuindo para um sistema de mobilidade urbana mais eficiente e satisfatório para a população. É fundamental que essas soluções sejam implementadas de forma integrada, considerando as particularidades e demandas específicas de cada região da cidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012. **Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm. Acesso em: 8 out. 2023.

CARDOSO, C. **Análise do transporte coletivo urbano sob a ótica dos riscos e carências sociais**. PUC, São Paulo, 2008.

CARDOZO, M. M. F. R. **Sistema de bicicletas compartilhadas: um comparativo entre o município do Rio de Janeiro e o de Maricá**. 2023.

CARVALHO, C. H. R. de. **Mobilidade urbana sustentável: conceitos, tendências e reflexões**. 2016.

FIRJAN destaca arrecadação expressiva em participações especiais e royalties de petróleo no RJ em 2022, 2023. Disponível em <https://firjan.com.br/noticias/firjan-destaca-arrecadacao-expressiva-em-royalties-e-participacoes-especiais-fluminense-em-2022-1.htm>. Acesso em: 4 out. 2023.

FLORENTINO, R. **Como transformar o direito à mobilidade em indicadores de políticas públicas? Uma contribuição**. 2011.

GEHL, J.. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GONÇALVES, M.V.; MALFITANO, A.P. S. **O conceito de mobilidade urbana: articulando ações em terapia ocupacional**. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 29, 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em <http://ibge.gov.br>. Acesso em: 23 set. 2023.

LÉFÈBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA NETO, V. C.; GALINDO, E. P. **Planos de mobilidade urbana: instrumento efetivo da política pública de mobilidade?**. Texto para Discussão, 2015.

MARICÁ. **Jornal Oficial de Maricá**, de 12 de set. de 2014. Ano VI, Ed.nº 128. Disponível em: https://www.eptmarica.rj.gov.br/legislacao/lei_244.pdf. Acesso em: 6 de set. 023.

MARICÁ. **Jornal Oficial de Maricá**, de 20 de mai. de 2019. Ano XI, Ed.nº 955. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/jom/ed-955/>. Acesso em: 7 de set. 2023.

MARICÁ. **Autarquias - Empresa Pública de Transporte (EPT)**. Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Maricá, 2023. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/orgao/ept>. Acesso em 20 de set. 2023.

MAROPO, V. L. B. *et al.* Mobilidade nos centros urbanos: estudo para implantar ruas completas no centro de João Pessoa, Paraíba, Brasil. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 12, 2020.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 5º. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002.

NEGRÃO, A. G.; SILVEIRA, J. A. R. **Conjuntos habitacionais populares e periferização: a produção e apropriação do setor sudeste de João Pessoa/Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 2016.

NOGUEIRA, A. M.; BARBOSA, G. S.; ROSSI, A. M. G. **Planejamento urbano: município de Maricá, RJ**. 2015.

PERO, V.; MIHESSEN, V. Mobilidade urbana e pobreza no Rio de Janeiro. **Revista Econômica**, v.15, n. 2, 2013.

POSTIÇO, L. G.; TODA, F. A. **Um estudo sobre as necessidades na cidade de Maricá com proposta de melhorias à luz das inovações em transporte e mobilidade urbana.** 2022.

RIBEIRO, C. D. **Formação da agenda para o transporte público gratuito: uma análise do município de Maricá.** 2017.

RIO DE JANEIRO. Transporte aquaviário nas lagoas da Barra e de Jacarepaguá é debatido em consulta pública. **Portal Oficial a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro**, 2023. Disponível em <https://prefeitura.rio/noticias/transporte-aquaviario-nas-lagoas-da-barra-e-de-jacarepagua-e-debatido-em-consulta-publica/>. Acesso em: 20 set. 2023.

ROCHA, R. de C. da C. **A redistribuição espacial da população de Maricá: uma abordagem a partir da mobilidade e da urbanização.** 2017.

SILVA, G.; ROMERO, M. **Sustentabilidade urbana aplicada: Análise dos processos de dispersão, densidade e uso e ocupação do solo para a cidade de Cuiabá**, Mato Grosso, Brasil. EURE (Santiago), v. 41, n. 122, p. 209-237, 2015.

TOLEDO, L. M. *et al.* Panorama do Sistema Lagunar de Maricá-RJ: Indicadores de Saneamento vs. Qualidade de Água. **Revista Internacional de Ciências**, v. 11, n. 1, p. 6-24, 2021.

CRIAÇÃO DE ABELHAS SEM FERRÃO NO MUNICÍPIO DE MARICÁ: MANUTENÇÃO DO ECOSISTEMA E GERAÇÃO DE RENDA

Camile Vitória de Souza Rocha

RESUMO

As abelhas sem ferrão, com mais de 500 espécies conhecidas, exercem importantes funções ecológicas, como a polinização, dispersão de sementes e manutenção de ecossistemas agrícolas e naturais. Além disso, seus produtos derivados têm notável valor nos meios social e econômico. Ações antrópicas como o uso insustentável dos recursos naturais, dentre eles o uso de agrotóxicos influenciam na conservação da biodiversidade e nas populações de abelhas. Tais animais são essenciais para a manutenção do ecossistema presente no bioma da Mata Atlântica. O objetivo principal da pesquisa é propor a meliponicultura como atividade promotora de sustentabilidade, renda e educação ambiental no município de Maricá, através do cooperativismo. Foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, por meio de revisão de literatura que indicou a possibilidade de implantação de cooperativas em ambientes de áreas de proteção ambiental. Também indicou carência de conhecimento popular sobre as abelhas sem ferrão no ambiente.

Palavras-Chave: Abelhas sem ferrão; meliponicultura; cooperativismo; biodiversidade.

INTRODUÇÃO

Com cerca de 20 mil espécies conhecidas no mundo, as abelhas são animais presentes no ecossistema da Terra antes do surgimento das primeiras civilizações (Sforcin et al., 2017). Destaca-se, no presente trabalho, a fauna das abelhas sem ferrão. Identificadas também como

meliponíneos e abelhas indígenas, pertencentes à classe Insecta, ordem Hymenoptera, Família Apidae e tribo Meliponini. Com mais de 500 espécies conhecidas, sob dezenas de gêneros (Grüter, 2020). No Brasil, antes do início do processo de colonização europeia, os povos originários já se relacionavam com meliponíneos para fins alimentícios e medicinais. Por isso, também são nomeadas como abelhas indígenas (Sforcin et al., 2017).

As abelhas, pertencentes à classe dos meliponíneos, têm como uma de suas principais características o ferrão atrofiado. Isto não as impede de se defenderem, uma vez que têm a capacidade de morder a pele de um potencial predador ou de se enrolar em cabelos e pelos. Desse modo, podem ser consideradas abelhas de manejo mais simples para os humanos, em razão do menor risco de acidentes relacionados à ferroada. São características de regiões tropicais e subtropicais. Além disso, produzem mel e vivem em colônias, assim como as abelhas *Apis mellifera*, com ferrão desenvolvido. São insetos eussociais e se organizam em colônias numerosas (GRÜTER, 2020).

Para Pereira, Souza e Lopes (2017), assim como para Witter (2014), a população na colônia é formada por três tipos de indivíduos: rainha, zangões e operárias. A responsabilidade da rainha é manter a ordem social na colônia e o cultivo dos ovos. As operárias são responsáveis pela limpeza, produção de cera, cuidado com a cria, coleta de materiais, construção das estruturas do ninho e pela defesa. No caso dos zangões, a principal função é reprodutiva, a partir da copulação com rainhas virgens.

As abelhas sem ferrão possuem funções de extrema importância no ecossistema terrestre e também no meio social humano. A exemplo tem-se a polinização, dispersão de sementes e consequente influência na perpetuação de espécies, manutenção de ecossistemas agrícolas, bem como influência na produção de alimentos frutíferos. Além disso, sua importância está presente no desenvolvimento de produtos meliponícolas e meio econômico, a partir da comercialização do mel, cera, própolis e geleia real produzidos.

Atualmente, a permanência das abelhas sem ferrão no ecossistema terrestre encontra-se em risco devido às ações antrópicas relativas ao

uso insustentável dos recursos naturais, tais como: desmatamento, contaminação de recursos naturais e poluição.

Desse modo, as abelhas sem ferrão passam por um processo de fragmentação do seu *habitat* natural, bem como diminuição de recursos alimentares disponíveis para esse grupo, fato que reduz a população Meliponini (Grüter 2020). Além disso, poucas espécies nativas são criadas racionalmente, devido à escassez de conhecimentos técnicos (Pereira Souza; Lopes, 2017).

O presente trabalho justifica-se pelas funções ecológicas exercidas pelas abelhas sem ferrão nos biomas, especificamente no da Mata Atlântica., além da necessidade de conservação da biodiversidade da classe Meliponini. A pesquisa tem como objetivo geral incentivar a prática da meliponicultura como atividade promotora de sustentabilidade, renda e educação ambiental no município de Maricá. Como objetivos específicos buscou-se identificar as funções ecológicas exercidas pelas abelhas sem ferrão; analisar aspectos do mel produzido pelos meliponíneos; apresentar a meliponicultura e as normas que regem essa prática. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, a partir de revisão de literatura.

IMPORTÂNCIA DAS ABELHAS SEM FERRÃO PARA O MEIO AMBIENTE

A polinização consiste no processo de transferência do pólen para o gameta feminino da planta, por fatores abióticos, tais como vento, água, ou a partir de fatores bióticos por intermédio da ação dos seres vivos – insetos, por exemplo. Para o processo de polinização por fatores bióticos, o pólen é transferido da antera (parte reprodutora masculina) para o estigma (parte reprodutora feminina), para a fertilização e reprodução de espécies da flora. Neste contexto, as abelhas são os principais agentes polinizadores.

As abelhas sem ferrão são bioindicadoras. Elas podem ser utilizadas para indicar a qualidade ambiental, bem como as alterações ambientais de um determinado local. Os agrotóxicos têm grande influência em sua populações (Rocha, 2012). Dentre os biomas brasileiros,

estima-se que 30% das espécies da Caatinga e Pantanal e 90% das espécies da Mata Atlântica sejam polinizadas pelas abelhas sem ferrão (Pereira; Souza; Lopes, 2017).

MEL DE ABELHAS INDÍGENAS SEM FERRÃO

O mel produzido por diferentes espécies de abelhas possui propriedades físico-químicas e características próprias. O produzido por abelhas sem ferrão, se comparado ao produzido pela espécie exótica *Apis Mellifera*, é diferenciado. Contém maior teor de umidade, o que resulta em um produto de textura mais fluida e de cristalização mais lenta. Também se destaca por sua cor, sabor e aroma, bem como pela maior acidez. É concentrado em açúcares, predominantemente glicose e frutose. Há também características medicinais notáveis por seu potencial de ação antioxidante, antibacteriana, anti inflamatória e cicatrizante (Grüter, 2020).

Além disso, tem maior valor econômico agregado se comparado ao produzido pela espécie *Apis Mellifera*, em razão de suas características únicas e presença de altos teores de flavonóides e polifenóis, porém sua produtividade é menor. A produção limitada justifica-se pelo conhecimento reduzido e pelos baixos níveis de industrialização, o que resulta em uma distribuição menos difundida como indicam Esa *et al.* (2022) e Ávila *et al.* (2018).

MELIPONICULTURA

A meliponicultura ocorre a partir do desenvolvimento de técnicas de manejo para criação racional de abelhas sem ferrão. No Brasil, atualmente a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 496/2020 regulamenta o manejo sustentável dessa espécie nativa, levando em consideração a importância da meliponicultura para a economia, bem como para o ecossistema terrestre. Na resolução, é estabelecida a necessidade de autorização ambiental para o uso e manejo com exploração econômica acima de 49 colônias (BRASIL, 2020). As atividades econômicas incluem a criação e multiplicação de colmeias, produ-

ção de mel, cera e própolis. Esta cultura também pode ser um possível tema ligado à educação ambiental, em razão da importância de preservação da espécie nativa.

Um instrumento desenvolvido para a criação de abelhas sem ferrão é a “caixa racional”, com diferentes modelos adaptados para determinadas espécies. Destaca-se neste trabalho, o modelo do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), denominado caixa INPA, desenvolvido pelo pesquisador Fernando Oliveira. É caracterizada pelas seguintes divisões: ninho, sobre-ninho e melgueira, destinadas ao manejo das colmeias (PEREIRA; SOUZA; LOPES, 2017).

De forma a facilitar o reconhecimento de abelhas sem ferrão, a Portaria Nº 665, de 3 de novembro de 2021, conferiu ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) a responsabilidade de publicar o catálogo Nacional de Abelhas-Nativas-Sem-Ferrão (BRASIL, 2021). A partir dos artigos 7º e 11º, da resolução CONAMA 496, que estabelecem que a criação de abelhas sem ferrão será restrita à região geográfica de ocorrência natural das espécies, levando em consideração que a criação de espécies de abelhas sem ferrão fora da região de sua ocorrência natural poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente, por meio de sua análise de risco (BRASIL, 2021).

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se por sua abordagem qualitativa e seu caráter exploratório, do tipo revisão de literatura acerca dos temas de meliponicultura e sua relação com o cooperativismo. A revisão bibliográfica foi realizada através de livros e artigos científicos depositados no Portal de Periódicos CAPES, com os seguintes termos: *stingless bee*; abelhas sem ferrão; abelhas nativas; cooperativa.

Entende-se por cooperativa a organização composta por pelo menos 20 pessoas físicas, unidas a partir de objetivos sociais e econômicos comuns. Baseia-se em 7 princípios: adesão voluntária e livre, gestão democrática, participação econômica, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade. A

cooperativa tem como objeto principal de suas ações o associado, mas também deve agir a favor de questões da comunidade. Dessa maneira, esse modelo de organização demonstra também um compromisso social, o que pode resultar em benefícios para a comunidade da área de atuação da cooperativa (SILVA; BÚRIGO; CAZELLA, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante da revisão bibliográfica realizada e a proposição de ações no âmbito do cooperativismo, compreende-se que a prática da meliponicultura, no município de Maricá, pode ser de grande valia para o ecossistema da cidade, presente no bioma da Mata Atlântica, como também à população local. Sendo que, para que tal prática ocorra em larga escala e com exploração econômica é necessário atentar às condições estabelecidas na resolução CONAMA nº 496. Nesse sentido, propõe-se que a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, juntamente à Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Cidade Sustentável possam atuar em conjunto, em prol da prática de meliponicultura na cidade. A partir disso, a criação de iscas de abelhas sem ferrão pode ser feita dentro do espaço ou circundando áreas de proteção ambiental da cidade.

Criadas entre 1984 e 2011, as Unidades de Conservação Estaduais: Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET) e Área de Proteção Ambiental de Maricá (APAMAR), no município de Maricá são geridas pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA) e representam 4,66% do território. O município conta também com UC's Municipais: Área de Proteção Ambiental (APA) das Serras de Maricá (APASEMAR), APA Municipal das Lagoas de Maricá (APALAGUNAR), Refúgio de Vida Silvestre de Maricá (REVIMAR). Além de Monumentos naturais: Monumento Natural Municipal da Pedra de Inoã e Monumento Natural da Pedra de Itaocaia. No ano de 2021, foi inaugurada a sede da Unidade de Conservação do Silvado, que se localiza na APA das Serras de Maricá (Apasemar), com administração da Secretaria da Cidade Sustentável. As UC's municipais somam cerca de 36% da área de Maricá (MARICÁ, 2020).

Dessa forma, a meliponicultura nas áreas supracitadas poderá ser benéfica em razão do serviço ambiental que estas realizam, na manutenção e preservação de ecossistemas naturais. Além disso, visando uma prática produtiva, coletiva e sustentável da fabricação e comercialização do mel, o presente trabalho identificou o potencial do cooperativismo. Sendo esse, um modelo de organização que visa, sobretudo, a obtenção de renda a partir de uma gestão mais igualitária, não deixando de ser um empreendimento. O trabalho conjunto, feito por colaboradores com objetivos similares, se apresenta com maior eficiência, se comparado ao trabalho individual, visto que proporciona o compartilhamento de conhecimentos e tem como resultado uma maior produtividade (Araujo; Souza; Farias; Lobão, 2023).

O município poderá se beneficiar também no segmento educacional, pois as abelhas sem ferrão possuem um perfil menos agressivo, podem ser exemplos de preservação e de estudos em educação ambiental e de biologia nas escolas municipais.

Por fim, é importante destacar a importância da presença dos meliponíneos no ecossistema presente no bioma da Mata Atlântica e a meliponicultura como uma proposta que influencia diretamente na preservação da biodiversidade das abelhas sem ferrão, com perspectivas para uso econômico.

Quanto à percepção da população em relação às abelhas, apicultura e meliponicultura, o trabalho realizado por Peccioli (2020), no município de Ourinhos, no estado de São Paulo, permitiu reflexões. Por meio de coleta de dados, através de questionário on-line relacionado às abelhas sem ferrão, foram coletadas respostas de 171 participantes aleatórios. Com a análise dos dados supracitados, concluiu-se que a maioria dos entrevistados tinham algum conhecimento sobre as abelhas sem ferrão e sobre as funções ecológicas exercidas por esses insetos. Contudo, a meliponicultura é desconhecida por muitos e a apicultura mais difundida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho identificou a potencialidade do conhecimento sobre as abelhas sem ferrão, através de suas características gerais, importância ecológica e viabilidade da meliponicultura aplicada ao contexto do cooperativismo no município de Maricá. Este é um movimento contrário ao risco de diminuição da biodiversidade e de populações Meliponini. Disseminar esta prática concorre para a manutenção do ecossistema local, geração de renda e incentivo à educação ambiental.

Para tanto, propõe-se que o poder público municipal possa atuar com objetivo de viabilizar a meliponicultura de forma regulamentada nas unidades de conservação, com incentivo à educação ambiental, de forma harmônica com a comunidade local. Para tal, é sugerida a criação de cooperativas para o aproveitamento e comercialização de produtos meliponícolas, de forma sustentável. Tais ações em potencial servirão também como objeto de estudos acadêmicos das populações Meliponini e possíveis impactos para o bioma Mata Atlântica.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, J. C. O.; SOUZA, F. G. de; FARIAS, V. L.; LOBAO, Fabio Antonio da Silva. Ganhos competitivos na constituição de uma cooperativa em uma vila da zona rural do município de Tracuateua, PA. **Interações**, Campo Grande, v. 24, n. 1, p. 321-342, 16 maio 2023.

ÁVILA, S. *et al.* Stingless bee honey: quality parameters, bioactive compounds, health-promotion properties and modification detection strategies. **Trends In Food Science & Technology**, [S.L.], v. 81, p. 37-50, nov. 2018.

BRASIL. Portaria nº 665, de 03 de novembro de 2021. **Institui O Catálogo Nacional de Abelhas-Nativas-Sem-Ferrão. (Processo 02070.004380/2020-13).**

BRASIL. Resolução nº 496, de 19 de agosto de 2020. Disciplina o uso e o manejo sustentáveis das abelhas- nativas-sem-ferrão em meliponicultura.. **Disciplina O Uso e Manejo Sustentáveis das Abelhas-Nativas-**

-Sem-Ferrão em Meliponicultura. Brasília, 20 ago. 2020.

ESA, N. E. F. *et al.* A Review on Recent Progress of Stingless Bee Honey and Its Hydrogel-Based Compound for Wound Care Ma. **Molecules**, [S.L.], v. 27, n. 10, p. 3080-3100, 11 maio 2022.

GRÜTER, C. **Stingless Bees:** their behavior, ecology and evolution. Cham: Springer, 2020 385 p.

MARICÁ. Plano Diretor nº 125, de outubro de 2020. **Plano Diretor Produto 3 Diagnóstico Técnico.** Maricá, RJ, out. 2020. Disponível em: https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/09/p3_diagnostico_tecnico_revfinal_27_11.pdf. Acesso em: 22 out. 2023.

PECIOLI, P. V. *et al.* Abelhas sem ferrão: a importância da polinização para os ecossistemas. *In: Anais do XIX Congresso de Iniciação Científica [...]* Ourinhos: FIO, 2020. p.1 - 15. Disponível em: <http://www.cic.fio.edu.br/anais-CIC/anais2020/pdf/03.10.pdf>. Acesso: em 4 out. 2023.

PEREIRA, F. de M.; SOUZA, B. de A.; LOPES, M. T. do R. **Criação de abelhas-sem-ferrão.** 1 ed. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2017. 31 p.

ROCHA, M. C. de L. e S. de A. **Efeitos dos agrotóxicos sobre as abelhas silvestres no Brasil:** proposta metodológica de acompanhamento. Brasília: Ibama, 2012. 88 p.

SFORCIN, J. M. *et al.* **Própolis e geoprópolis:** uma herança das abelhas. São Paulo: Unesp Digital, 2017. 97 p. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/85v2w/pdf/sforcin-9788595461819.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.

SILVA, E. A. M.; BÚRIGO, F. L.; CAZELLA, A. Cooperativismo de crédito e desenvolvimento sustentável: a aplicação do sétimo princípio cooperativista - interesse pela comunidade. **Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 232-262, 26 out. 2021. Pegada Eletrônica.

WITTER, S. **Manual de boas práticas para o manejo e conservação de abelhas nativas (meliponíneos)**. 1 ed. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2014. 141 p.

ASFALTO NAS RUAS DE MARICÁ

Christian Mattos

RESUMO

O município de Maricá apresenta vários problemas. Entre eles, destacam-se: iluminação, saneamento básico. Porém, um dos mais agravantes é a situação das ruas. Então, de forma eficiente, tecnológica, sustentável e benéfica para a cidade, a pesquisa apresenta uma possível solução para esse problema que tanto afeta a comunidade maricaense.

Palavras-chave: Asfalto; Pavimentação; Maricá; Ruas.

INTRODUÇÃO

A palavra “asfalto” tem origem no latim “asphaltum”, que por sua vez deriva do grego “asphaltos” (Harper, 2021). O termo grego foi utilizado para descrever uma substância viscosa de origem natural encontrada na região do Mar Morto, conhecida como betume. O asfaltamento das ruas é um dos problemas mais agravantes de Maricá, afetando diretamente os moradores da cidade, além do que, uma das primeiras coisas que os turistas veem quando vêm visitar a cidade é a qualidade das ruas. Pensando nessa questão a pesquisa refletiu sobre uma possível solução ou amenização do problema com o asfalto.



O ASFALTO NA CIDADE DE MARICÁ

O asfalto é o resíduo obtido a partir da destilação fracionada do petróleo, em que há separação de misturas. O resíduo gerado é chamado de ligante betuminoso. O asfalto possui propriedade impermeável à água e baixa reatividade química a muitos agentes, como ácidos, álcalis e sais.

Hoje em Maricá um dos problemas mais agravantes é a situação das ruas, que para muitos é um absurdo da parte da prefeitura, já para outros é um absurdo da parte dos moradores com relação ao cuidado com as ruas. Há muitas incógnitas para esse assunto, mas é indiscutível que o problema em questão deve ser amenizado e se possível resolvido com sabedoria, praticidade e consciência.

AS AÇÕES DA PREFEITURA

O que Maricá tem feito diante desse problema?

No site da própria prefeitura de Maricá podem ser encontradas algumas notícias sobre o que o nosso prefeito, Fabiano Horta, vem fazendo junto a SOMAR “serviço de obras de Maricá” para o melhoramento da cidade por meio de obras como pavimentação de passarelas. Porém, ainda assim, muitas ruas, bairros estradas e vias são afetadas com a falta de pavimentação. Vejamos:

A Prefeitura de Maricá prossegue com o programa de revitalização da cidade, realizando obras em diversas ruas do município. Nesta terça-feira (11/08) as ações de asfaltamento e manutenção ocorreram nos bairros do Centro, Inoã, Itaipuaçu e Jaconé. No Centro, uma equipe realizou o reparo da Rua Pereira Neves. O mesmo aconteceu na pista auxiliar da RJ-106, em Inoã. Em Itaipuaçu, a autarquia Serviços de Obras de Maricá (Somar) executou diversas melhorias nas vias, incluindo manutenções na Rua Douglas Marques Rienti (antiga Rua 83) e finalização da pavimentação das ruas Gerânios (Barroco) e Sessenta (Jardim Atlântico Central). Já na Rua Professor Cardoso de Menezes (antiga Rua 1), foi feito o trabalho de troca de solo para reforço de base. As equipes atuaram também no entorno do Beco das Caçulas (Inoã) e da rua de acesso à Praia de Jaconé, fazendo o revestimento do piso asfáltico. (MARICÁ, 2020)



Imagem 2 - Ponte construída pela Somar em Ponta negra

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Frequentemente, em Maricá, são realizadas obras que deixam a cidade “melhor”, mais “atualizada” e “moderna”. Hoje, de uma maneira geral, Maricá utiliza o mesmo tipo de pavimento que a cidade de São Paulo, considerada, por muitos, como a mais avançada em termos de pavimentação. No entanto, é possível modificarmos alguns fatores para que a pavimentação de Maricá seja melhor e eficiente.



Imagem 3- Trabalhadores pavimentando as ruas de São Paulo.

METODOLOGIA

Para a cidade de Maricá, a nossa reflexão é a necessidade de utilizar a mesma técnica que é feita em São Paulo, ou seja, a pavimentação por camadas, criando camadas internas e externas, assim tendo uma boa base para o asfalto, deixando-o resistente. Já na produção do asfalto, seria feita uma substituição pelo “Asfalto Borracha”, que é o mais eficiente do Brasil hoje em dia, reconhecido por sua durabilidade, resistência e eficiência.

- Vejamos:

O **asfalto-borracha** é um revestimento de pavimento constituído de cerca de 14% de pó de pneu moído. Por pertencer à linha de asfaltos modificados, também é conhecido como **AMB – asfalto modificado por borracha**. No entanto, a nomenclatura do material varia muito no mercado (PORTAL AEC: 2023).

Foto ilustrativa do Asfalto borracha



RESULTADOS E DISCUSSÕES

A técnica aplicada juntamente com o material utilizado possibilita alguns resultados. Entre eles, cita-se o aproveitamento dos pneus. Maricá possui vários pneus “espalhados” pela cidade em diversos locais, que poderiam ser recolhidos pela prefeitura para uma futura pavimentação das ruas, com isso reduzindo o número de pneus descartados nas ruas. Assim, além de ajudar a cidade, o asfaltamento com o reaproveitamento de pneus também contribuiria para a preservação do meio ambiente.

Sem dúvidas, Maricá tem uma das melhores infraestruturas de todo o Rio de Janeiro, porém, apesar disso, é necessário ter mais “atenção” para as suas necessidades. Então, diante de tudo o que comentado e pesquisado, a possível solução seria a utilização da técnica atual, porém modificando apenas o produto utilizado. Assim, dando uma boa qualidade das ruas e vias, o aproveitamento dos pneus descartados auxilia o meio ambiente, e, finalmente, possibilita uma boa qualidade de vida aos moradores do município.

AGRADECIMENTO

Cristiane Mattos Porto, muito obrigado por ter me ajudado e incentivado durante a pesquisa.

Keyla Felipe, muito obrigado por ter me ajudado e orientado de forma incrível na pesquisa.

REFERÊNCIAS

Imagem 1 - Professora Luciane Kawa. Disponível em: <http://professoralucianekawa.blogspot.com/2014/07/o-betume-natural.html>. Acesso em: 21 Jul. 2023.

Prefeitura de Maricá. Disponível em <https://www.marica.rj.gov.br/noticia/prefeitura-recupera-ruas-do-centro-inoa-itaipuacu-e-jacone>. Acesso em: 21 Jul 2023.

Portal AEC. Disponível em <https://www.aecweb.com.br/revista/materias/asfalto-borracha-garante-vias-mais-seguras-e-duraveis/15935>. Acesso em: 21 Jul 2023.

“UMA CASA, MUITAS HISTÓRIAS”: OS DIFERENTES USOS DA CASA DE CULTURA DE MARICÁ

Danielly Rodrigues de Carvalho

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa é mapear os diferentes usos que a atual Casa de Cultura do município de Maricá teve em sua história que, pela natureza de sua utilização, se mistura com a própria história do município, visto já ter sido sede da Câmara dos Deputados, da Prefeitura e de outras instituições desta natureza. As metodologias adotadas foram as da pesquisa em fontes bibliográficas e revisão da literatura especializada, bem como a de incursões e visitas etnográficas aos espaços da Casa e a realização de entrevistas para a geração de dados a partir da metodologia da história oral. A partir do que pesquisamos, se pode concluir que, apesar dos seus diferentes usos, a casa de cultura se manteve relevante para a história do município, seja como sede de importantes instituições, seja como importante centro de memória para o exercício da cidadania maricaense.

Palavras-Chave: Memória; Patrimônio; Preservação; Tombamento; Casa de Cultura.

INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje, a importância da preservação do patrimônio histórico e cultural de Maricá já é bastante conhecida. Dentre o patrimônio histórico e cultural da cidade, podemos destacar o prédio onde hoje funciona a Casa de Cultura de Maricá. Este prédio, que hoje abriga um museu e um centro de memória, teve uma importância fundamental para a história do município. Durante esse tempo, o prédio foi utilizado de diferentes formas. O objetivo deste artigo é mapear seus diferentes usos em sua história e na

história do município de Maricá. Para isso, se utiliza de revisão bibliográfica, da prática de visitas etnográficas, em trabalho de campo, e da metodologia específica da história oral, portanto da realização de entrevistas, como entrevista realizada com a principal museóloga da unidade.

Justifica-se para importância deste trabalho o conhecimento das raízes históricas e culturais do município, bem como o aprofundamento da identidade e origem de Maricá e de sua preciosidade. A valorização e memória do desenvolvimento do patrimônio historicamente rico é de suma importância para a história maricaense.

A Casa de Cultura de Maricá, localizada no município, é conhecida como o centro de memória histórico-cultural da região desde 26 de maio de 2001, quando se tornou oficialmente titulada para esta finalidade. Este prédio único tem uma longa história que vai muito além da construção, envolvendo não apenas os tijolos e a tinta do prédio, mas também a rica trajetória dos indivíduos e os eventos históricos que formaram sua existência.

A história da Casa de Cultura de Maricá, por vezes, é desconhecida por parte da população maricaense, mesmo que seja tão relevante para a compreensão e apreciação das raízes e identidade cultural do município. Este “simples” prédio representa uma rica fonte de conhecimento e resgate da memória coletiva, a qual deve e merece ser explorada bem como apresentada devidamente, já que a preservação das lembranças e a valorização do passado são aspectos significativos para a formação da identidade de qualquer comunidade.

A casa carrega consigo a voz de grupos anteriores, os mesmos que contribuíram para a edificação e o progresso cultural deste município. Ela é uma verdadeira comprovação viva das diversas transformações e eventos, que a com o passar dos anos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A vila de Santa Maria de Maricá, onde foi construída a atual Casa de Cultura, foi criada a partir do alvará datado do dia 26 de maio de 1814, assinado pelo então príncipe regente Dom João VI. Este fato corresponde

à emancipação político-administrativa de Maricá, que completa 209 anos em 2023.

Visto isso, apresentaremos alguns trechos do citado alvará, trechos estes que contribuíram para maior entendimento de nossa pesquisa, já que deixa clara a intenção da coroa de consolidar uma estrutura administrativa no território, que prescinde da criação de postos administrativos e de estruturas prediais que abriguem essas instituições, como foi no caso da construção da futura Casa de Cultura. Vejamos:

Alvará do Príncipe Regente Dom João criando a Vila de Santa Maria de Maricá: '(...)Hei outrossim por bem criar na referida Vila dois juízes ordinários, um juiz de órfãos, três vereadores, um procurador do Conselho, dois almotacés, dois tabeliães, do público judicial e notas, um Alcaide e um escrivão do seu ofício ficando anexos aos primeiro Tabelião aos ofícios da Câmara, Sizas e Almotaçaria, e ao segundo Ofício de Escrivão dos Órfãos, os quais todos servirão seus empregos e ofícios na forma das leis do Reino. E ficará gozando das prerrogativas, privilégios e franquezas que as mais vilas são concedidas; e se fará levantar pelourinhos, Casas da Câmara, Cadeia e as oficinas do Conselho, aos quais o ministro que for encarregado do levantamento da Vila efetuará de baixo das ordens da Mesa do Meu Desembargo do Paço, e as custas dos moradores dela(...) Dada no Rio de Janeiro a 26 de maio de 1814. (D João VI apud Silva; Gama; Toledo 2023 p. 23).

No ano de 1841, após um longo período de construção, a Casa da Câmara e Cadeia foi finalmente concluída, embora não se tenha certeza histórica, ao menos a partir do que foi possível pesquisar, sobre o tempo exato decorrido do início da obra até a sua conclusão. Situada no chamado "Largo das Palmeiras", no que hoje é o bairro do Centro de Maricá, esta construção foi possível graças às doações de terras dos descendentes do Sesmeiro Baltazar de Abreu Rangel e, principalmente, o apoio financeiro da população local.

É interessante ressaltar a presença de uma placa no frontão da fachada do edifício, destacando com orgulho a data de inauguração da Casa de Câmara e Cadeia de Maricá. Nesta placa, um círculo representa simbolicamente o mundo e abriga a mencionada data histórica, enquan-

to folhas ornamentais, possivelmente da planta pau d'água (*peregum*) adornam o espaço abaixo do círculo. Esta planta, muitas vezes encontrada abundantemente nos arredores do edifício, carrega consigo um forte significado religioso (C.f. Silva; Gama; Toledo, 2023).

De forma curiosa, a posição em que a planta no frontão da fachada se encontraprocura apontar simbolicamente que a Casa de Câmara e Cadeia é um local onde nenhum mal dali sairá. A presença dessa planta no local ganha ainda mais relevância já que é uma referência aos presos que ali estavam encarcerados, uma vez que a presença das folhas de pau d'água simboliza a proteção divina e a garantia de que mal algum se propagará a partir dali. Esta placa está no local até hoje (Silva; Gama; Toledo, 2023). Durante visita etnográfica ao local, foi possível observar que os citados elementos de fachada se encontram preservados e a relação simbólica proposta pelas autoras entre a presença dos elementos descritos e seu significado pôde ser aventada, embora não totalmente confirmada.

Conforme aponta Thérèse de Biase Simão a partir de informações do INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, “a Câmara passou a ser regulada pela constituição de 1824, a Lei Orgânica do Município de 1º de outubro de 1828; Código Criminal de 1830, o processo de 1832 e o ato adicional de 1834” (Simão in: Lambraki, 2005: 141).

O major Júlio Frederico Koeler foi escolhido pelo primeiro presidente da província do Rio de Janeiro, Joaquim José Rodrigues Torres, também conhecido como futuro visconde de Itaborahy, no ano de 1835. Sua nomeação ocorreu com o objetivo de desenvolver um projeto e criar um orçamento para a construção da Casa de Câmara e Cadeia de Maricá. Nascido em Magúncia (também grafada, mais recentemente, como Mainz, no original), na Alemanha, no dia 16 de junho do ano de 1804; Koeller mostrou-se um engenheiro competente. Após a saída do mesmo do exército prussiano, onde serviu como alferes, ele migrou para o Brasil no ano de 1828. Suas habilidades chamaram a atenção do Exército Imperial brasileiro, que o contratou devido à escassez de oficiais na referida época. Para confirmar sua competência, Koeller realizou testes rigorosos na Academia Militar do Rio de Janeiro e foi admitido como 1º tenente do Corpo de Engenharia do exército (C.f. Silva; Gama; Toledo, 2023).

Koeller também projetou e orçou a Casa de Câmara e Cadeia de Itaboraí (casa gêmea da atual Casa de Cultura de Maricá) e contribuiu para projetar a cidade de Petrópolis, como afirmou a museóloga entrevistada, e o Palácio homônimo da cidade, como afirma Thérèse Simão (in: Lambraki, 2005, p. 141).

A construção da Casa de Cultura e Cadeia faz parte de uma estrutura administrativa que a coroa portuguesa implantava nos locais colonizados. A estrutura e o estilo e projetos arquitetônicos da Casa são conhecidos como “estilo neoclássico”, conforme a caracterizou a museóloga entrevistada. Como exemplos que sustentam essa percepção arquitetônica, foi apontado que ela possui uma volumetria geométrica que busca harmonia e simetria, características que remetem à arquitetura da Grécia antiga, de onde esse estilo busca se originar. Construída em uma época em que não havia a disponibilidade dos modernos e mais estruturalmente sofisticados recursos industriais como o cimento, concreto ou a possibilidade de edificar estruturas centrais de ferro, as técnicas utilizadas na construção do edifício eram baseadas em materiais como barro, pedra e óleo de baleia. A utilização de tais materiais, além de destacar a falta de recursos mais avançados na época, também contribui para a estética da estrutura, conferindo-lhe uma aparência sólida e duradoura.

Como um de seus primeiros usos, a Casa desempenhava um papel fundamental para a sociedade da época como cadeia. Neste contexto, a solidez, robustez e segurança da estrutura eram fatores necessários para cumprir sua função carcerária, de acordo com a museóloga entrevistada.

Assim, conforme já vislumbramos, em seus primeiros usos, a atual Casa de Cultura serviu como Cadeia, Câmara e Tribunal de Jurados na Vila de Maricá; Theresa Simão destaca que, levando ainda em consideração ser o alvará de construção datado de 1814 e a conclusão definitiva do prédio ser de 1841, de onde e como as três instituições funcionavam seria um mistério (C.f. Simão in: Lambraki, 2005: 141).

Ainda neste período, uma das festividades mais importantes descritas pelo jornal “A Defensiva [ano 2, nº 26]” é a comemoração do dia do município de Maricá. Por meio de um artigo de 3 páginas, o jornal descreveu com êxtase a celebração que ocorreu em 1º de janeiro de 1939. Neste momento,

podemos observar que o prédio já acumulava também a função de abrigar a Câmara Municipal, provavelmente adaptada após a mudança do país de Império para a República e a subsequente mudança no estatuto da cidade. Podemos observar também que o jornal relata já ter funcionado no local a prefeitura da cidade, embora não fique muito claro se ela ainda lá funcionava no ano de 1939. No mesmo dia, na praça principal, aconteceu a inauguração do busto do conselheiro Macedo Soares, uma figura de grande importância na região, bem como a introdução da imagem de cristo “na sala do Júri que funcionava na Câmara” (ver Lambraki, 2005: 141).

A Casa de Cultura, como mencionado anteriormente desempenhou diversos papéis ao longo de sua história. Após a saída da Câmara, Cadeia e Prefeitura que coexistiram, o edifício abrigou o Banco do Brasil por um período e, posteriormente, quando o banco deixou o local, a secretaria de cultura de cultura em conjunção com o atual museu (que na época era apenas uma sala de memória) e a Academia de Ciências e Letras de Maricá. Além destas principais ocupações citadas, a atual Casa de Cultura abrigou também, em períodos intercalados, o Fórum municipal, Junta Militar, sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), coletoria estadual e delegacia de política.

Esta enorme diversidade de usos destacam a grande importância do edifício ao longo dos anos e, dado este fato, pode ter sido uma das principais razões da preservação deste prédio – por ter sido tão necessário durante todo o tempo, o edifício, diferentemente de muitos outros foi mantido. Assim acredita a museóloga responsável pela Casa de Cultura. Também foi apontado que um fator fundamental para sua preservação foi o fato de ter se transformado em um referencial para a população da época e atualmente, inclusive.

A museóloga, além do exposto acima, também apontou que os diferentes usos da (hoje) Casa de Cultura não alteraram a essência de sua estrutura e o seu aspecto estrutural, tendo sido a maior parte das intervenções funcionais superficiais. Foi citada, por exemplo, a mudança do piso das partes outrora dependências da cadeia, com uma adição de piso superior que, posteriormente, foi retirada, ressaltando o piso original da construção. Também foram citadas adições

de partições internas móveis ao edifício, necessárias à sua funcionalidade como repartição pública, mas que depois foram retiradas, contribuindo para preservar a partição original e estrutural de cômodos e dependências. Além disso, também foi citado que em alguns usos do prédio – como, por exemplo, em seu uso como prefeitura – houve a instalação de um sistema de encanamento *externo* ao edifício (e que, portanto, não alterou também substancialmente a sua estrutura). Houve adição temporária de banheiros. A opção pela estrutura de encanamento externo, entretanto, conforme apontou a museóloga, deve ter ocorrido tendo em vista objetivos e formas mais pragmáticas para a execução das novas funcionalidades do prédio. De qualquer forma, seja por consciência e necessidade de preservação ou por razões de ordem prática, a museóloga apontou que os diferentes usos não impactaram mudança profunda e significativa na estrutura original do prédio, conforme dito.

O tombamento do edifício não tardou. O INEPAC informou (conforme consta em Simão in: Lambraki, 2005: 142) que, de acordo com o decreto nº 5.5808, de 13 de junho de 1982, encontram-se tombados em Maricá, os seguintes bens: Casa da Câmara e Cadeia, Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo, a casa e a capela da Fazenda Macedo Soares, na estrada que leva a Ponta Negra, no segundo Distrito de Maricá. Processo número E-18/300 427/84 – Tombamento Provisório; data de 16 de dezembro de 1985 – RJ. E o processo número E-18/100 172/91 – Tombamento Provisório data de 6 de março de 1991 da serra do Mar/Mata Atlântica, englobando no Estado do Rio de Janeiro o território de 36 municípios (Lambraki, 2005: 142).

O prédio da Câmara foi semi-reformado por seu presidente Wanderley Guapissú de Sá no ano de 1993, e, no ano de 1999 foi totalmente reformado pelo prefeito José Delaroli de acordo com as normas do Inepac e Delaroli retirou a imagem de Cristo introduzida no edifício desde o ano de 1939; com a afirmação de que a Casa precisava ser restaurada e em janeiro de 2001 a imagem foi recolocada no local pelo presidente Paulo Maurício Duarte Carvalho sob a bênção do padre Manoel da Cruz (Lambraki, 2005: 142).

Após todos estes eventos importantes para a Casa, no dia 26 de maio do ano de 2001, o edifício foi modificado e transformado em Casa de Cultura, a que conhecemos atualmente e foi entregue à população local de Maricá pelo prefeito Ricardo Queiroz em virtude da iniciativa do presidente da Câmara Paulo Maurício Duarte Carvalho que levou o Legislativo para o antigo prédio do Fórum, após as apropriadas reformas (Lambraki, 2005: 142).

A situação atual da Casa de Cultura de Maricá envolve uma história de fechamento e restauração que durou 5 anos. Em 2015, a Casa foi fechada devido à necessidade de reparos e melhorias, pois ao longo dos anos, os diversos órgãos que a ocuparam fizeram alterações e acréscimos que, embora provisórios, conforme vimos, acabaram levando a alguma alteração de seu aspecto tanto interno como externo, ainda assim, nada que compromettesse sua estrutura. Ao longo dos cinco anos de restauração, foram realizadas várias intervenções e trabalhos para preservar as características originais da Casa. Este processo foi de suma importância para resgatar sua identidade histórica e arquitetônica, garantindo que ela continue sendo preservada e significativa, conforme nos apontou a sua museóloga responsável.

A Casa é um testemunho vivo de como o povo foi de extrema importância para a construção de um edifício tão necessário e que dura até hoje, com uma simbologia que até hoje narra também a história da cidade. É geralmente contado no roteiro feito pelos seus visitantes que a escadaria central da casa tem exatamente 26 degraus para representar o dia de aniversário da cidade.

Atualmente, a Casa de Cultura é um espaço aberto para a comunidade visitá-la com uma experiência imersiva única e, principalmente, ganhou também um desenvolvimento ligado à arte: eventos temáticos, festivais, oficinas, exposições e apoio à produção artística se fazem presentes atualmente na Casa, que também conta com um acervo pesquisável e contribui para a difusão do conhecimento e do patrimônio.

É um local de aprendizados, memórias e recordações, espaço onde mora parte da identidade do município. As exposições de longa duração, que contam a história da cidade, são alguns dos principais atrativos.

REFERÊNCIAS

LAMBRAKI, Alexandra (Org). *Compêndios da História de Maricá*. Rio de Janeiro: Cop Editor, 2005.

MARINS, Roberta. Monumentos ocultos: prédios que todos veem, mas nem todos compreendem. In: **Prêmio Novos Pesquisadores**. Rio de Janeiro: Délcio Teobaldo Editoria, 2017.

SILVA, Maria; GAMA, Renata; TOLEDO, Renata. 26 de maio de 1814 criação da Vila de Maricá. **Revista Maricá Já**. Maricá: n 108 ano XXI // maio, 2023.

A EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES (EPT) E A GARANTIA DO DIREITO À LOCOMOÇÃO DOS CIDADÃOS MARICAENSES

Davi Barros Batista

RESUMO

Este estudo foi desenvolvido no âmbito do VI Prêmio Novos Pesquisadores, promovido pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Formação de Maricá, e tem como objetivo fazer um levantamento bibliográfico e documental do histórico da criação da Empresa Pública de Transportes de Maricá, a EPT, e a implantação da Tarifa Zero ou Passe Livre em Maricá, que permitiu uma maior liberdade de circulação dos cidadãos maricaenses, garantindo o direito previsto pelo inciso XV do Art.5º da Constituição de 1988. A EPT foi criada em 2014 e atualmente possui 115 veículos circulando diariamente, sendo 24 desses veículos próprios da EPT. Além disso, a EPT possui ainda 250 bicicletas gratuitas compartilhadas, espalhadas por 25 estações pela cidade. A EPT foi criada para promover o transporte urbano, o transporte coletivo, trazendo soluções de problemáticas relacionadas à população de baixa renda, garantindo o seu direito a locomoção. Ao mesmo tempo também atua como alternativa para redução das viagens por automóvel, contribuindo para a redução dos congestionamentos, da poluição ambiental, dos acidentes de trânsito e do consumo de combustível. A metodologia utilizada para este estudo foi uma ampla pesquisa bibliográfica e documental, além da experiência do próprio autor ao utilizar tanto os vermelhinhos quanto as vermelhinhas. Maricá, hoje, é um território repleto de possibilidades para a sua população, pois os royalties da exploração do petróleo em sua costa, que são recebidos pelo município, vêm sendo empregados em benefícios dos cidadãos maricaenses, garantindo direito e estimulando a democracia.

Palavras-Chave: Empresa Pública de Transportes (EPT); Tarifa Zero ou Passe Livre; direitos; democracia.

INTRODUÇÃO

A necessidade dos seres humanos em se deslocar no espaço geográfico sempre existiu, seja para obter alimento, habitação ou segurança. Inicialmente, o deslocamento era feito a pé ou utilizando a tração animal, mas com o passar do tempo foram desenvolvidas técnicas humanas para se deslocar com maior velocidade e com maior capacidade de carga, assim, objetos técnicos, como a roda, potencializaram o desenvolvimento do transporte humano.

Os meios de transportes são as diversas formas de deslocamento utilizados pelos seres humanos com intuito de se mover em diferentes distâncias e direções. Os meios de transportes atuais utilizam diferentes tecnologias para o deslocamento espacial das pessoas, mercadorias e serviços, sendo agrupados em modais, que são redes que possuem pontos em comum e são divididos nas seguintes categorias: rodoviário; aéreo; ferroviário; hidroviário e dutoviários. No Brasil, o transporte de passageiros é feito sobretudo pelo sistema rodoviário.

Este estudo foi desenvolvido no âmbito do VI Prêmio Novos Pesquisadores, promovido pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Formação de Maricá, e tem por objetivo de fazer um levantamento do histórico da criação da Empresa Pública de Transportes de Maricá, a EPT, e a implantação da Tarifa Zero ou Passe Livre em Maricá, que permitiu uma maior liberdade de circulação dos cidadãos maricaenses, garantindo o direito previsto pelo inciso XV do Art.5º da Constituição de 1988.

Para a realização deste estudo, foi feito uma ampla pesquisa sobre o transporte público no mundo e no Brasil, sobre a criação da Empresa Pública de Transportes (EPT) e sobre a Tarifa Zero ou Passe Livre no Brasil e em Maricá. A ideia é entender como a criação da EPT permitiu uma maior democratização nos acessos espaciais do município de Maricá, garantindo o direito de ir e vir dos cidadãos maricaenses.

Desta maneira, este estudo apresenta-se dividido em quatro partes: o referencial teórico, a metodologia, os resultados e discussões e as considerações finais. Na primeira parte, há uma breve história sobre a origem do transporte público no mundo e no Brasil, com destaque para o modal rodoviário no Brasil. Também são abordadas as questões da implementação da Tarifa Zero ou do Passe Livre no Brasil e em Maricá e a criação da EPT. Na segunda parte, é feita uma apresentação dos dados disponibilizados pela EPT sobre os transportes de passageiros em Maricá. Na terceira parte, é apresentada a metodologia de pesquisa, e por último, na quarta parte, abordaremos como este estudo pode contribuir para reunir informações pertinentes sobre o transporte gratuito, limpo e de qualidade para a população maricaense.

REFERENCIAL TEÓRICO

1. O transporte público urbano

A origem do transporte público urbano data do século XVII em Paris, na França, onde o físico, matemático e filósofo Blaise Pascal construiu 7 carruagens que tinham capacidade para levar 8 passageiros. Já no Brasil, o primeiro transporte coletivo começou a circular em 1817 no Rio de Janeiro, durante o reinado de Dom João VI, movido por tração animal (Agência Brasil, 2020).

Atualmente, de acordo com a legislação vigente, o transporte coletivo de passageiros é um serviço público de responsabilidade da Prefeitura, mas na maioria das vezes é explorado pela iniciativa privada, através de concessão, permissão ou autorização. Como o setor privado tende a priorizar os aspectos comerciais e financeiros dos transportes, muitas vezes não oferecem serviços adequados, em termos de qualidade (Cordeiro, 2018).

A EPT foi criada para o transporte urbano e coletivo. Pretende trazer soluções de problemáticas relacionadas à população de baixa renda, garantindo o seu direito de locomoção. Ao mesmo tempo também atua como alternativa para redução das viagens por automóvel, contribuindo para a redução dos congestionamentos, da poluição ambiental, dos acidentes de trânsito e do consumo de combustível.

2. O transporte rodoviário urbano

O conceito de ônibus como modalidade de transporte público foi criado em 1826 por Stanislas Baudry, na cidade francesa de Nantes, sendo a primeira modalidade a servir o transporte público. Para Cordeiro (2018) o termo ônibus designa uma modalidade de transporte público coletivo, no qual os passageiros não são proprietários deles e são servidos por terceiros, podendo ser fornecidos tanto por empresas públicas ou por privadas.

O Brasil durante o século XX privilegiou as rodovias como alternativas para o transporte de cargas e de pessoas a nível nacional. Essa estratégia teve como objetivo integrar o território brasileiro e também industrializar o país com base na formação de polos automobilísticos.

Em um país de dimensões continentais, o transporte rodoviário não deveria ser o principal modo de transporte, visto que a manutenção das rodovias de longas distâncias encarece muito o custo do transporte, além disso também são utilizados em larga escala os combustíveis fósseis (diesel, gasolina e gás natural), o que contribui imensamente para a poluição da atmosfera terrestre e, conseqüentemente para a ebulição global, que já é uma realidade para o mundo neste início do século XXI.

Infelizmente, o transporte ferroviário no Brasil foi sendo abandonado ao longo do tempo por sucessivos governos. As instalações das ferrovias são mais caras, demoradas e não interessam a muitos governantes e gestores que estão mais preocupados em se manter no poder do que na promoção das políticas públicas de qualidade para a população. Assim, ao longo do século XX, o investimento nas ferrovias foi desencorajado, da mesma forma que em outros sistemas de transportes, como, por exemplo, as hidrovias e as aerovias.

Um sistema de transporte multimodal seria o ideal para o Brasil a diversificação dos sistemas de transportes seria muito importante para diminuir o trânsito das regiões metropolitanas, melhorando a qualidade de vida dos trabalhadores, potencializando a interseção entre o transporte rodoviário, ferroviário e fluvial. A condição das rodovias como política estatal teve sua origem no presidente Washington Luis, que em discurso, em 1920, com as famosas palavras *“a governança é para o povo, mas não po-*

demos viver lá sem pavimentar todo tipo de estrada, portanto governar é construir estradas”. Ele também criou a polícia rodoviária federal e um mecanismo para promover a circulação rodoviária no Brasil: o fundo especial para construção e preservação das estradas federais.

Posteriormente, Juscelino Kubitschek transferiu do Rio de Janeiro para Brasília a capital do Brasil, interligando o país com rodovias que partiam de Brasília. Atualmente, o país está a perdendo a competitividade de seus produtos voltados para a exportação devido a má manutenção das estradas, uma vez que os atrasos no fornecimento de matérias-primas e de produtos fazem com que os custos se reflitam no preço do produto final.

A EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES (EPT)

Em 2014, a cidade de Maricá passou por uma revolução na área de mobilidade urbana inaugurando a Empresa Pública de Transportes (EPT), tendo a primeira viagem dos ônibus conhecidos popularmente como “vermelhinhos” ocorrida em 18 de dezembro deste mesmo ano (Figura 1).

Segundo o próprio site da EPT, a Empresa Pública de Transportes de Maricá foi implantada em 2014 pela Lei Complementar nº 244 e tem como objetivo consolidar e assegurar a democratização dos espaços públicos, contribuindo para melhorar a qualidade de vida da sociedade e garantir o direito de ir e vir dos cidadãos no âmbito da cidade de Maricá. Para isso, a EPT gera o transporte público gratuito, com as linhas de ônibus municipais de tarifa zero e o sistema de bicicletas compartilhadas.

A EPT além de operar uma parte da frota faz a gestão das empresas contratadas, Fiel Turismo e Amparo, temos hoje em média 115 veículos circulando diariamente, mas próprios da EPT em torno de 24. Além das 250 bicicletas gratuitas compartilhadas, espalhadas por 25 estações espalhadas pela cidade.

Figura 1: Esquema cronológico com os principais momentos da EPT

1. Gestão da Frota de Ônibus Tarifa Zero – “Vermelinhos”

Consiste em um sistema de transporte público gratuito para toda cidade que conta com veículos equipados com ar-condicionado, sistema de controle e informação aos usuários e atuação nos quatro distritos do município. Os ônibus são operados pela EPT e seus motoristas são funcionários concursados, oferecendo aos cidadãos um serviço de transporte público de alta qualidade.

2. Gestão do Sistema de Bicicletas Compartilhadas – “Vermelhinhas”

Com as “Vermelhinhas”, a EPT amplia o transporte individual na cidade, unindo a qualidade de vida e a sustentabilidade em sua essência. Maricá é a segunda cidade do Estado do Rio de Janeiro a implementar o sistema de bicicletas compartilhadas e uma das primeiras no Brasil a realizar esse serviço de forma gratuita para a população. As “Vermelhinhas” atendem a população de Maricá no cumprimento de pequenas distâncias com bicicletas eficientes e duráveis, levando facilidade para o povo e integrando modais.

3. A tarifa zero ou passe livre

A Tarifa Zero ou Passe Livre é uma política pública que prevê o uso do transporte público sem cobrança de tarifa do usuário final. Nesse modelo, o sistema é financiado pelo orçamento do município, com fontes de recursos que variam, a partir do desenho adotado por cada cidade.

Segundo a reportagem da BBC Brasil (2023) sobre Tarifa Zero nos transportes públicos do Brasil, 67 cidades brasileiras já adotam a tarifa zero em todo o seu sistema de transporte, durante todos os dias da semana, conforme levantamento da NTU (Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos), atualizado em março de 2023. Dessas, 51 adotaram Tarifa Zero depois dos protestos de 2013, que se iniciaram como uma resposta à repressão do Movimento Passe Livre (MPL).

A maioria das cidades que adotaram a Tarifa Zero são consideradas pelo IBGE pequenas e médias, com populações que variam de 3 mil a mais de 300 mil habitantes. Ao menos quatro capitais estudam neste momento

a possibilidade de adotar a tarifa zero em seus sistemas de transporte: São Paulo, Cuiabá, Fortaleza e Palmas, de acordo com levantamento da área de mobilidade urbana do Idéc (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor).

No Brasil, a tarifa zero foi proposta pela primeira vez durante o mandato da então petista Luiza Erundina à frente da Prefeitura de São Paulo (1989-1992). Mas, naquela ocasião, a proposta não avançou. A política voltou ao debate público nos anos 2000, com o surgimento do MPL.

4. Tarifa Zero em Maricá

Maricá, no Rio de Janeiro, iniciou seu projeto de tarifa zero ainda em 2014, durante o mandato de Washington Quaquá (PT) na prefeitura do município. Foi o primeiro município do país com mais de 100 mil habitantes a implementar a Tarifa Zero em seus ônibus, segundo o CENSO (2022) Maricá possui cerca de 197 mil habitantes. A cidade, localizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, conta em seu orçamento um aporte dos *royalties* do petróleo – uma espécie de compensação recebida por municípios em função da exploração do óleo em suas águas. Foi com esse dinheiro em caixa que Maricá viabilizou uma política de renda básica que atualmente beneficia 42,5 mil moradores e também os ônibus gratuitos para a população (BBC Brasil, 2023).

Para dar início à política de Tarifa Zero, a prefeitura de Maricá criou uma autarquia, a Empresa Pública de Transportes (EPT). Com frota e motoristas formada por funcionários públicos concursados, a empresa operava no início com um número reduzido de ônibus gratuitos, que circulavam ao mesmo tempo que linhas pagas, operadas por duas empresas privadas que tinham o direito de concessão no município. Essa operação concomitante levou a embates na Justiça, encerrados apenas com o fim das concessões.

Foi apenas em março de 2021 que a EPT passou a operar todas as linhas do município com tarifa zero, por meio de ônibus próprios e outros alugados de empresas privadas através de processos de licitação. Atualmente com 120 ônibus e 3,5 milhões de passageiros por mês, o custo mensal do sistema varia de R\$ 10 milhões a R\$ 12 milhões.

O município enfrentou, no entanto, um desafio comum a todas as

idades que implantam a tarifa zero: explosão de demanda e, consequentemente, dos custos de operação. Segundo a reportagem a demanda por transporte público aumentou 6 vezes, e a EPT passou a transportar de 20 mil passageiros para 120 mil diariamente.

5. Tarifa Zero no Segundo Turno das Eleições de 2022

O primeiro teste em grande escala da proposta no país aconteceu no segundo turno das eleições presidenciais, em outubro de 2022. Naquele dia, centenas de cidades brasileiras deixaram de cobrar passagem nos ônibus e trens para facilitar o acesso dos eleitores às urnas.

Os números revelam a imensa demanda reprimida pelo transporte urbano e o fato de que, atualmente, milhões de brasileiros não usam ônibus, metrô e trens por falta de dinheiro.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para este estudo foi bibliográfica e documental, além da experiência do próprio autor ao utilizar tanto os vermelhinhos quanto as vermelhinhas. Buscou-se dar preferência para fontes oficiais e jornais de grande circulação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

1. Os vermelhinhos

Os “vermelhinhos” impactam diretamente na economia da população maricaense. Uma família economiza cerca de 20% de sua renda mensal por causa da Tarifa Zero nos ônibus, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. No último ano, a população de Maricá economizou mais de R\$ 160 milhões, segundo estudo da EPT.

2. As possíveis reservas de hidrogênio

Recentemente, estudos apontam que existe uma grande reserva de hidrogênio localizada no território maricaense e já se estuda a possibilidade de haver uma transição energética da frota dos vermelhinhos para este combustível considerado mais limpo do que os derivados do petróleo.

3. As vermelhinhas

As vermelhinhas registraram aumento de 95% no quantitativo de usuários ativos cadastrados. Ao todo, 41.886 novos usuários foram registrados alcançando a marca de 85.902 usuários no sistema desde o início da operação, em março de 2021.

4. Ciclovias e Ciclofaixas

Atualmente o município possui 26km de ciclovias e ciclofaixas e há pretensão de expandir. O investimento em transporte limpo e que gera saúde para a população é de extrema importância tanto para a escala global quanto para a escala local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstrou a importância da Empresa Pública de Transportes (EPT) para o fortalecimento da democracia no município ao garantir o direito da população à locomoção no território maricaenses, além de impactar positivamente a renda das famílias com a Tarifa Zero dos ônibus vermelhinhas. Outro benefício que a EPT traz para a população é a disponibilidade das bicicletas vermelhinhas, garantindo transporte limpo e saudável.

Maricá, hoje, é um território repleto de possibilidades para a sua população, pois os *royalties* da exploração do petróleo em sua costa, que são recebidos pelo município vem sendo empregados em benefícios dos cidadãos maricaenses, garantindo direito e estimulando a democracia.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL, Empresa Brasil de Comunicações (EBC). Primeiro serviço de transporte público foi lançado há 360 anos. Por Sheily Noleto - Repórter da Rede Nacional de Rádio – Brasília. Redação: Beatriz Evaristo. Sonoplastia: José Maria Pardal. Edição: Sheily Noleto/ Renata

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, 2016.

BRASIL DE FATO, Em Maricá, ônibus “vermelhinhos” com tarifa zero pouparam 20% da renda das famílias. Jéssica Rodrigues, 05 de Junho de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/2023/06/05/em-marica-onibus-vermelhinhos-com-tarifa-zero-pouparam-20-da-renda-das-familias>. Acesso em: 22 Fev. 2023.

BBC Brasil, Tarifa Zero: as lições das 67 cidades do Brasil com ônibus de graça. Thais Carrançã Role, Da BBC News Brasil em São Paulo. 13 abril 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy65e4qnjjpo>. Acesso em 22 Fev 2023.

CORDEIRO, R. F. Estudo do setor de transporte público da cidade de João Monlevade a partir da análise fatorial. Monografia apresentada à Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para obtenção do Título de Bacharel em Engenharia de Produção pelo Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas, 2018. Disponível em: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/1649/16/MONOGRRAFIA_EstudoSetorTransporte..pdf. Acesso em: 22 Fev. 2023.

RODRIGUES, M. O. **Avaliação da qualidade do transporte coletivo da cidade de São Carlos**. Tese de Doutorado Universidade de São Paulo, 2006.

MARICÁ E OS RUMOS ANCESTRAIS, A AGROECOLOGIA COMO MÉTODO IMPULSIONADOR DA “SAN”

Elena Rodrigues Gregório

RESUMO

Essa pesquisa se refere ao estudo da importância da ancestralidade para promover a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) por meio de práticas agroecológicas. O desenvolvimento foi feito com o conhecimento participativo do projeto desenvolvido por meio de um Termo de Colaboração entre a prefeitura de Maricá e a Cooperar, via Secretaria de Agricultura Pecuária, Pesca e Abastecimento. Neste projeto os interessados podem se formar por meio de práticas e estudos teóricos mais aprofundados e buscar sua segurança alimentar. A relevância é que a saúde depende de uma alimentação saudável e alimentos produzidos sem usar produtos químicos trazem saúde. A agroecologia fala de respeito com as relações, de todos os envolvidos, pessoas, ambiente, sociedade e tudo mais. O respeito a ancestralidade aparece nas práticas agroecológicas que dão caminho para produzir alimentos saudáveis. O objetivo do artigo é conhecer e divulgar o projeto por meio de visitas vivas e participação nas práticas, sua importância e relevância aparecem no decorrer da pesquisa. Temos como resultado o crescimento das pessoas que participam do projeto, de diversos lados, educacional, profissional, mental, social e outros.

Palavras-Chave: Segurança Alimentar, Nutrição, Formação, Conhecimento.

INTRODUÇÃO

O município de Maricá situa-se na borda leste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), fazendo fronteira com Niterói, São Gonçalo,

Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito e Saquarema. Sua extensão é de 361,6 km². Possui uma população estimada de 167.668 habitantes, conforme consulta ao Portal IBGE Cidades (IBGE, 2022).

O município de Maricá tem uma relação muito próxima com ancestralidade, que é fonte de vida e identidade e de práticas culturais. O reconhecimento de que pertencemos a lugares que outras pessoas viveram e formaram, nos conecta a espaços e tempos de futuros de práticas mais criativas e saudáveis.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (Nora, 1993, p.9).

Essa frase é do historiador francês que fala de lugares da memória, o nome dele é Pierre Nora. Ele fala que a narrativa da riqueza das memórias individuais podem ressignificar as vivências pessoais. É pensando nisso que falamos que a agroecologia como prática de vida, mostra um caminho para o desenvolvimento saudável da qualidade de vida das pessoas que seguem essa forma de viver.

A agroecologia é uma forma de praticar a produção de comida sem veneno, mas também ajuda pessoas que precisam. Quando falamos de comida sem veneno, estamos buscando como referência a SAN – Segurança Alimentar e Nutricional, caminho de construção coletiva e motivadora de bem viver.

Maricá busca dar opção de qualidade de vida para a população que quer ser agroecológica e ter qualidade de vida. Para praticar a agroecologia é necessário dar importância para a cultura dos povos ancestrais que já praticavam a preservação ambiental e tinha respeito com o uso do meio ambiente.

E falando em ancestralidade, seu respeito e valor, o município de Maricá abriga duas aldeias em seu espaço geográfico, a aldeia indígena Tekoa Ara Hovy – Céu Azul de etnia Guarani e a aldeia de etnia Guarani Mbya Ka' Aguy Hovy Porã que significa Mata Verde Bonita. Estes grupos de inte-

grantes do povo Guarani recebem alimentos agroecológicos produzidos nas Unidades de Produção agroecológicas situadas na cidade de Maricá.

A forma encontrada para levantar informações para escrever esse artigo foi a inserção da pesquisadora em vivências nos ambientes formativos do projeto, como observadora e praticante das ações que são desenvolvidas nos espaços do projeto. E é sobre essa integração de agroecologia e ancestralidade que buscaremos falar durante a escrita deste artigo.

A estrutura deste trabalho contará com caminhos que explicarão como foi a pesquisa, na seção seguinte estará a justificativa do estudo e, logo após, descreverei como reuni os dados alcançados. Na parte seguinte, relataremos os resultados e como as conclusões podem trazer novos comportamentos para uma alimentação saudável e segura para a população envolvida.

Será uma leitura de descobertas e alegrias, como foi a pesquisa e as vivências que precisaram ser feitas para coletar as informações.

JUSTIFICATIVA

Esse trabalho de pesquisa é importante porque ajuda as pessoas a conhecer o que o município de Maricá faz para o bem da população que vive e passa por aqui. O projeto das Unidades de Produção Agroecológica elabora espaços de formação de pessoas em agroecologia por meio da produção de alimentos sem uso de insumos químicos. Ele integra um Termo de Colaboração que Maricá celebra com a Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais Em Assentamentos da Reforma Agrária – COOPERAR.

Trata-se de um projeto que busca,

contribuir para o desenvolvimento sócio econômico numa perspectiva sustentável com intuito de fortalecer a construção de processos que possibilitem a elevação da consciência da sociedade, fomentando a organização social, seja em forma de grupos informais nas comunidades ou empresas sociais (COOPERAR, 2023).

Esse tipo de projeto mostra como é importante ensinar e apoiar as pessoas sobre a ancestralidade e a produção de alimentos sem usar veneno.

O município de Maricá tem uma contribuição forte para a valorização da ancestralidade em muitos aspectos. Um deles é a cessão de territórios para abrigar aldeias indígenas. No município temos dois territórios que são ocupados por povos indígenas e diversos programas são colocados a disposição deles para apoiá-los em suas vivências.

Este artigo se baseia na importância da ligação do modo de vida dos nossos ancestrais com a segurança alimentar e nutricional. Neste sentido, desde o momento que apoiamos a territorialização de povos ancestrais, também dizemos que são importantes suas formas de vida.

E uma forma de vida deste povo é a alimentação saudável e o respeito ao meio ambiente.

Uma característica deste projeto é a forma como são tratadas as pessoas que trabalham por lá. Elas são respeitadas como trabalhadoras e ganham todas as suas leis de trabalho. Nas vivências que realizei, aprendi que isso é agroecologia.

No capítulo seguinte, vamos comentar a pesquisa de autores sobre os temas deste artigo, sem esgotar todas as informações formativas que consegui.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para o conceito de agroecologia consideramos primeiro três autores como referência: Miguel Altieri, Ana Primavesi e Stephen Gliessman. A primeira obra de Altieri sobre o tema, é o livro intitulado “Agroecology”, de 1983. Já a de Gliessman foi “Memorias del Seminario regional sobre la agricultura agricola tradicional”, de 1978.

No ano de 1995, o escritor Altieri definiu a agroecologia como “a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis”. Nos anos 2000, ele acrescentou que a agroecologia agora é como uma “nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e

avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo” (Altieri, 2000, p. 18).

A agroecologia nos chamou a atenção para escrever esse artigo que reflete como a ancestralidade ajuda na alimentação.

Em 2001, o autor Gliessman afirmou que a agroecologia “é o estudo de processos econômicos e de agroecossistemas” mas que também é “um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável”, isso quer dizer que usar a agroecologia de todas as formas é um caminho para mudar o agora e o futuro da sociedade.

A terceira autora é Ana Primavesi, agrônoma, nascida na Austria, estudiosa do potencial de vida que o solo saudável pode apresentar. Ela é considerada por trazer a agroecologia para o Brasil. Ana Primavesi reflete sobre a técnica de manejo.

Ana Primavesi passou a usar o termo “Manejo Ecológico do Solo”, baseado em sua cobertura vegetal permanente, incluindo necessariamente os quebra-ventos, para conter brisas e ventos, que ela chamava de ladrões de água. (Primavesi, 2016).

Essa professora da Faculdade de Santa Maria, que morreu com quase cem anos, dizia que era possível cuidar do solo reprodutivo de três formas: o Manejo Convencional; o Orgânico – por substituição de insumos – e o Agroecológico. Vejamos esses modelos resumidamente:

1 – No sistema de Manejo Convencional, o solo é considerado somente um suporte físico para as plantas e só é usado enquanto tem utilidade.

2 – No Manejo Orgânico acontece a substituição dos nutrientes do solo, normalmente as pessoas utilizam mistura de esterco que podem não ser de animais de sistema orgânicos de produção.

3 – O Manejo Agroecológico é o que tenta manter os recursos naturais respeitando a vida que já tem no solo. Para finalizar este capítulo, coloco uma reflexão da autora que nos ensina sobre natureza, sociedade e relações em geral:

Os seres vivos, quer sejam bactérias ou animais, vivem em sociedade onde imperam as mesmas leis que regem nossa sociedade de consumo. Vale a lei do mais forte, a defesa da área vital, existem associações mas existem igualmente os vícios no reino animal, como formigas toxicômanas que gostam de comer colêmbolos tóxicos para ficarem embriagadas. (Primavesi, 2002, p. 147).

Na parte seguinte será colocada a forma como foram conseguidas as informações e quais etapas estiveram presentes para elaborar o artigo.

METODOLOGIA

Nesta seção serão apresentados os caminhos percorridos pela pesquisadora para colher informações sobre a pesquisa. Em visitas às dependências coordenadas pela cooperativa, com a utilização de caderno de anotações, escrevi as impressões sentidas. Em 2023, defini que era interessante fazer entrevistas e vídeos com as pessoas.

Uma limitação da pesquisa que eu considero descritiva, foi a de não poder ir em todas as ações. Por isso, vou relatar como respeitar a ancestralidade ajuda na alimentação no município de Maricá. Abaixo, eu destaco etapas que segui para entender como funciona o projeto e como posso contar para as pessoas sobre a importância dele.

Estratégia	Objetivo
Visitas	Conhecer
Leitura específica	Conceitos
Diálogo com participantes	Saber se é bom para eles
Trabalhar como voluntária	Viver a experiência

- 1) **VISITAS:** Com o objetivo de conhecer o dia a dia das Unidades de Produção Agroecológicas, participei dos trabalhos de cuidado e produção de hortas e viveiros. Durante estas visitas/vivências eu fazia perguntas que eu tinha dúvidas na hora de acompanhar ou fazer alguma coisa, quando eles

respondiam e eu não sabia alguma palavra eu anotava para pesquisar, aí era a hora de fazer uma leitura específica para aprender os conceitos.

- 2) **LEITURA ESPECÍFICA:** Os dias em que fui fazer as visitas e quase não entendia o que falavam, e com a leitura específica eu aprendi diversos conceitos.
- 3) **CONVERSA COM OS PARTICIPANTES DO PROJETO:** uma das vezes que fui lá tinha a entrega dos alimentos para as instituições. Não pude ir por ser menor de idade, mas eles comentaram que eu poderia conversar com quem recebia os alimentos, indo nos locais de livre acesso, como as feiras e espaços formativos.
- 4) **A EXPERIÊNCIA PELA VIVÊNCIA:** Escolhi ir à feira da agricultura familiar que ocorre todo mês na praça de Araçatiba, bem perto do centro de Maricá – RJ. Conversei com muitas pessoas que recebem os alimentos e fazem as formações ofertadas pelo projeto e afirmam que melhoraram a sua alimentação com a participação neste projeto.

Essa pesquisa tem como métodos características de pesquisa de campo, de pesquisa de levantamento e também de participante pois fui em alguns momentos participar das atividades como voluntária.

O objetivo desse artigo é conhecer e divulgar o projeto que a prefeitura desenvolve para fortalecer a alimentação segura, apresentar conceitos desenvolvidos por esse projeto, viver o dia a dia das práticas agroecológicas e saber se este projeto atende o que os moradores esperam.

O projeto é o desenvolvimento das etapas que compõem o plano de trabalho do Termo de Colaboração N° 18/2020 celebrado entre a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca e Abastecimento de Maricá (SECAPP) e a COOPERAR, conforme descrito no (PROGRAMA DE TRABALHO N.º 28.01.20.601.0003.1245).

No capítulo seguinte, os resultados e discussões são escritos com uma comparação com o que foi lido nas etapas de metodologia e estra-

tégia de leitura específica. A intenção é apresentar os conceitos que eu ainda não sabia quando as pessoas falavam de alguma coisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Essa pesquisa mostra que pensar em buscar encontrar os rumos ancestrais e respeitar como eles são feitos, vai promover a agroecologia e impulsionará a segurança alimentar e a nutrição das pessoas.

Os autores escolhidos para este artigo falam de desenvolvimento das práticas agroecológicas para formar o agroecossistema e juntar esse método com a agroecologia para formar a ideia de uma agricultura sustentável. Nas conversas vivas que tive com as pessoas, entendi que usam o ambiente como forma de alimentar o solo e a natureza também, como Altieri definiu a agroecologia: “a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis”.

Percebemos que existe uma linha responsável de pensar e agir no projeto e nos rumos que o município de Maricá busca para a segurança alimentar. É uma nova tecnologia criada e seguida, que junta processos econômicos e de agroecossistemas” se fazendo de “agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável”, como afirma Gliessman em sua característica do que é a agroecologia.

Estamos falando de agrupar o respeito às culturas ancestrais praticadas ou não praticadas, esquecidas, e começar a dar força para as pessoas gostarem de produzir e comer alimentos sem veneno. Isso foi o que percebi nas visitas vivas que fiz.

Quando falamos da terceira autora, lembramos que o projeto respeita as relações quando comenta as características do ambiente, sem alterar a forma do solo produzir. Também das relações da comunidade com as práticas já existentes há muito tempo.

Comparando o referencial com as informações conseguidas podemos ver que o município de Maricá se preocupa com seguir uma forma de fortalecer o processo de desenvolvimento da cidade, de forma muito participativa e valorizando o que os moradores acham de importante.

Abaixo estão algumas figuras/imagens das atividades desenvolvidas por esse projeto e sua descrição:

Figura 1 – Momento formativo



Figura 2 – Visita formadora



Figura 3 produção de alimentos



Na imagem 1 temos uma turma de formação em agroecologia, na imagem 2 uma criança aprendendo como cuidar correto da terra. Trata-se de uma maneira de ancestral, com respeito e consideração. Na imagem 3 temos o que é produzido pelos trabalhadores do projeto e levado para as pessoas que não podem comprar o alimento, logo não teriam a segurança alimentar e nutricional.

No capítulo de resultados e discussões podemos ver que as ações desse projeto da Cooperar com a prefeitura de Maricá atendem o que descreve o título desse artigo, que estamos nos rumos de garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos moradores usando como base o respeito, a ancestralidade e as práticas agroecológicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa foi possível aprender que a forma que as pessoas conseguem acesso a agroecologia praticada pela ancestralidade ajuda na forma de se alimentar melhor. No relatório técnico escrito pela Cooperar tem uma frase que descreve os objetivos do projeto e o quanto ele busca melhorara a vida das pessoas por meio da alimentação adequada.

Objetivando promover uma melhoria da segurança alimentar e nutricional, e compreendendo que essa qualidade é alcançada pelas práticas de manejo agroecológicas, seleção de mudas e sementes orgânicas e valorização das cultivares compatíveis com a região produtiva, buscamos estudos específicos sobre a produção agroecológica em diferentes situações e condições. (COOPERAR, 2022)

A consideração final possível neste estudo é a de que o projeto é importante e fundamental para a melhoria da saúde da população de Maricá, pois comida segura é sinal de melhorar a saúde. Os manejos agroecológicos estão ajudando as pessoas a melhorar a vida de muitas forma, até em ganhar dinheiro. Muitos moradores aprendem a fazer uma horta com o projeto da Cooperar e começam a vender as suas colheitas.

Finalizo este estudo sem acabar com todas as possibilidades de pesquisa, trata-se de uma grande área de conhecimento que quero investigar

mais porque parece está dando muito certo e a população gostando e crescendo nos estudos e práticas da agroecologia e respeito da ancestralidade.

REFERÊNCIAS

Campos, Cristina R; Reis, Marlucci. TRAJETÓRIA HISTÓRICA GUARANI MBYÁ: DE PARATY MIRIM A NITERÓI. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011

IBGE-Cidades Maricá: Panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica/panorama>. Acesso em 10 jan. 2022.

Martins, Norielem de Jesus. Educação Escolar indígena Guarani no Estado do Rio de Janeiro: Tensões e Desafios na Conquista de Direitos. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) PPGEduc, Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016.

NORA, P. Entre memórias e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. PROJETO HISTÓRIA, São Paulo, SP, vol. 10, Jul-Dez/1993, ISSN 2176- 2767 Seção Traduções p.7-28.

PRIMAVESI, Ana. Manual do solo vivo: Solo sadio, planta sadia, ser humano sadio. São Paulo: Expressão Popular, 2016

PRIMAVESI, Ana. Manejo ecológico do solo: A agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 2002.

QUAQUÁ, Washington. Maricá – Cidade das utopias. 10 anos de governo de hegemonia popular. Maricá: Mais que palavras, 2019.

Relatório técnico 2020/2022: Manutenção e expansão da unidade de produção agroecológica, localizada no município de Maricá, desenvolvimento de processos de formação, capacitação e trocas de experiências em agroecologia – Expressão popular – São Paulo 202363

O TRANSPORTE RODOVIÁRIO EM ITAIPUAÇU: SOLUÇÃO DE PROBLEMAS PARA A CRIAÇÃO DE NOVAS OPORTUNIDADES

Eyshila Noemi Santiago

RESUMO

O deslocamento urbano pelo distrito de Itaipuaçu – Maricá – RJ, tem sido predominantemente realizado por transporte rodoviário. Isso tem implicado em alguns problemas como a demora nas viagens, aumento da poluição e custo elevado para a manutenção de estradas e veículos. O presente trabalho busca analisar os impactos provocados pelo transporte rodoviário, sugerindo uma alternativa mais veloz, sustentável e viável, pensando nas gerações futuras. A compreensão do problema e a identificação dos impactos são objetivos da pesquisa, que fará uma revisão sobre a urbanização e buscará uma nova forma de deslocamento no espaço de Itaipuaçu.

Palavras-Chave: Transporte; deslocamento; sustentabilidade; urbanização.

INTRODUÇÃO

A mobilidade urbana é um tema que interessa ao poder público, à população e ao meio ambiente. Em um contexto de cada vez menos tempo para a realização de multitarefas, torna-se necessário criar mecanismos para um transporte mais eficiente, veloz e sustentável. Nosso artigo busca identificar os principais aspectos do transporte público de Itaipuaçu, Maricá, propondo novas possibilidades e alternativas. Ao analisarmos o transporte público no município de Maricá, pode-se afirmar que apesar do município, de certa forma, tentar cumprir a Lei 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que trata sobre a mobilidade urbana, ainda há muitos aspectos a

serem melhorados, pois mesmo com o avanço nessa questão, os ônibus não dão conta da demanda. Isso se dá, por conta do crescente número de passageiros que utilizam as linhas de transporte público, e do aumento populacional dos últimos anos.

Maricá tem buscado oferecer alternativas para sua população deslocar-se de forma gratuita e as bicicletas, que ficam em pontos estratégicos do município servem como opção sustentável. O grande projeto de mobilidade de Maricá são os chamados “vermelhinhos”, ônibus gratuitos que realizam o transporte de passageiros pelo município de Maricá. Segundo o site oficial do projeto, atualmente, a frota conta com 135 veículos, 39 linhas e média de 95 mil deslocamentos diários e cerca de 1300 viagens por dia. Mesmo sendo um projeto interessante é necessário problematizar algumas demandas e possibilidades para o transporte público de Maricá.

Os problemas gerados pela preferência ao transporte rodoviário são: sobrecarregamento do espaço urbano, com congestionamentos e aumento do tempo no transporte; maiores níveis de poluição, tendo em vista a movimentação dos veículos com combustíveis fósseis, no caso óleo diesel. A justificativa para a presente pesquisa é a busca para uma solução aos problemas enfrentados pelo transporte rodoviário, na representação principal dos chamados vermelhinhos, carros e motos.

O objetivo geral é compreender o transporte utilizado em Itaipuaçu, identificando os problemas e propondo uma solução viável para essa questão de mobilidade urbana.

REFERENCIAL TEÓRICO

O planejamento dos transportes municipais deve acompanhar na mesma proporção o aumento do número de usuários, para que a demanda seja solucionada, com vistas à evitar o sobrecarregamento do espaço, assim como a limitação do fluxo e o aumento do índice de acidentes. Outro aspecto a ser observado, se refere ao fato do município não ter infraestrutura rodoviária adequada para o quantitativo de automóveis e ônibus que circulam no dia a dia, em decorrência desse crescimento.

Dados do IBGE (2022), afirmam que Maricá possui a população de 167.668 pessoas e uma expansão territorial de 361.572 km. A tendência é que esse número aumente conforme o passar dos anos, por isso é tão importante que o transporte público funcione de maneira eficiente, para que atenda de forma eficaz às necessidades de locomoção dos habitantes.

Santos (2005) trata sobre como a globalização só é produzida no espaço local se o deslocamento da informação, recursos e atividades for igualmente veloz. A adoção de um sistema de transporte mais lento faz com que o espaço local fique desconectado e segregado do global. Há uma necessidade constante de um deslocamento mais fluido e conectado com inúmeros espaços para gerar mais desenvolvimento econômico e social.

Harvey (2005) vai tratar sobre a compressão do tempo-espaço provocada pelo avanço das tecnologias de transporte, pois à medida que os deslocamentos ficam mais rápidos as distâncias diminuem de tamanho e levam menos tempo para serem vencidas. Nesse contexto podemos pensar nas chamadas cidades inteligentes, que buscam conectar pessoas, ideias e atividades a partir do uso de tecnologias, economia sustentável e transporte limpo. A fundação Getúlio Vargas classifica as cidades europeias com mais de 100 mil habitantes dessa forma.

Maricá tem se mostrado uma cidade com inúmeras atividades culturais, economia sustentável, oportunidades econômicas e sociais. No entanto, ainda falta refletir acerca de uma urbanização com mobilidade mais veloz. Atualmente, Maricá ainda segue o mesmo modelo de outras áreas do Brasil, com o predomínio do transporte rodoviário em detrimento de outros modais. Se pensarmos no Brasil, temos em média 60% dos deslocamentos (pessoas e mercadorias) sendo realizados no modal rodoviário. Em Maricá não é diferente.

O projeto de ônibus gratuito é único e inovador, mas precisa de novas inserções para que Maricá possa virar também uma cidade inteligente como as europeias. A atividade gerada por Maricá demanda a criação de um novo modelo para diminuir a poluição, aumentar a velocidade dos deslocamentos e reduzir a poluição. Santos (2005) indica que o modelo rodoviário gera locais com vazios demográficos e aumenta a distância entre o centro e a periferia.

A conexão gerada pelos vermelhinhos poderia ser ampliada e melhorada com a inserção de um novo modelo, pois os deslocamentos ficariam mais rápidos e menos poluentes. Souza (2010) defende que o sistema rodoviário é ineficiente, caro e anti-ecológico. A adoção do modelo ferroviário aparece como uma solução para esse processo.

A geografia de Maricá permite a adoção desse modelo ferroviário somado ao sistema rodoviário existente, com novas conexões e possibilidades para que as pessoas possam se deslocar mais rapidamente.

METODOLOGIA

O presente artigo buscou analisar os problemas do transporte rodoviário no distrito de Itaipuaçu e para isso foi realizada uma revisão bibliográfica a partir de autores que analisaram a urbanização brasileira e como a adoção do transporte rodoviário gerou inúmeros impactos. Enquanto moradora do distrito vivencio os problemas do modelo de transporte rodoviário.

Poderíamos ter analisado o estado do Rio de Janeiro inteiro, mas fazendo um simples recorte em Itaipuaçu é possível observar situações já definidas e explicitadas pelos autores citados no artigo: a urbanização baseada no transporte rodoviário gera cidades poluídas, com grandes vazios demográficos, com altos custos para a manutenção do sistema de mobilidade urbana.

Maricá foi o município com maior aumento polucional registrado pelo último censo do IBGE. Isso gerou uma enorme demanda para o deslocamento urbano e a necessidade de repensar o modelo adotado até então. O município possui um sistema de transporte gratuito, que não é adotado em local nenhum do estado, mas que já demonstra sinais da necessidade de alternativas. A imagem abaixo mostra Maricá e sua predileção pelo transporte rodoviário.



Imagem 1: panorama da orla de maricá. Fonte: google earth, 2023.

A utilização de bicicletas, também gratuitas, nas inúmeras ciclofaixas do município surgem como alternativas baratas e sustentáveis, mas que acabam não atendendo a demanda de velocidade que a vida contemporânea exige. A partir disso, pensamos em uma solução para o problema: criar uma linha para transporte ferroviário no município, que possa interligar os modais ferroviário e rodoviário.

Essa linha de transporte ferroviário poderia ser como uma VLT (veículo leve sobre trilhos), que é um modelo mais barato e de superfície. Esse modelo é adotado na cidade do Rio de Janeiro na sua área central, ou seja, em Maricá seria mais que viável. O metrô poderia ser uma alternativa também, mas a implementação é mais cara. Nossa proposta traria

algumas vantagens para o município: deslocamentos mais rápidos, menor necessidade de manutenção, menos poluição do ar por combustíveis fósseis. Maricá daria mais um passo para virar uma cidade inteligente. Nossa linha férrea começaria na praia do Recanto e iria até o limite do município com Saquarema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A mobilidade ficaria ampliada com a criação desse sistema ferroviário, conforme a imagem abaixo. As vantagens seriam: um deslocamento de quase três horas no transporte rodoviário, sendo feita em minutos, menos poluição do ar, as relações econômicas, sociais e ambientais seriam mais relacionadas e direcionadas para o mesmo propósito.



Imagem 2: possível linha férrea de amarelo. Fonte: google earth, adaptada em 2023.

Investir em um novo modelo possibilitaria um crescimento urbano mais igualitário, sem a geração de grandes aglomerados e vazios demográficos. Com deslocamentos mais rápidos, a cidade das oportunidades poderia aproveitar melhor seu território, preservando o meio ambiente, sem esquecer do desenvolvimento econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo não busca respostas definitivas e propõe uma alternativa sustentável e veloz pensando na mobilidade urbana de Maricá. Não existe desenvolvimento econômico sem a integração de espaços, preservação ambiental e relações entre pessoas, culturas e recursos econômicos.

Com o crescimento acelerado de Maricá, torna-se necessário buscar novas alternativas, sempre respeitando as características econômicas, sociais, culturais e ambientais do local. Maricá já possui um pensamento voltado para o desenvolvimento local e nossa proposta visa ampliar esse processo.

REFERÊNCIAS

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 14. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005..

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, Milton. **Urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Disponível em: <https://www.fgv.br>. Acesso em: out. 2023..

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: set. 2023.

GOOGLE EARTH. Imagens de satélite. Disponível em: <https://earth.google.com>. Acesso em: out. 2023.

Secretaria de Transportes EPT - Maricá: Prefeitura de Maricá.

O SANEAMENTO BÁSICO EM MARICÁ: A IMPORTÂNCIA E PERSPECTIVAS

Josué Damasceno Côrtes Barbosa

RESUMO

O artigo discute a importância do saneamento básico, o seu conceito, as implicações e a legislação envolvida na implementação do saneamento. Essas informações foram obtidas através de levantamento bibliográfico. Observa-se também outras pesquisas a respeito do tema na cidade de Maricá e como essas pesquisas podem implicar positivamente a qualidade de vida da população local e os problemas que podem ser gerados com a falta de saneamento na cidade.

Palavras-chave: Saneamento básico; qualidade de vida; desenvolvimento urbano.

INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), saneamento é o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem-estar físico, mental e social. De outra forma, pode-se dizer que saneamento caracteriza o conjunto de ações socioeconômicas que tem por objetivo alcançar salubridade ambiental.

Para Bovolato (2013), modernamente, a oferta de saneamento associa sistemas constituídos por uma infraestrutura física (obras e equipamentos) e estrutura educacional, legal e institucional que abrange os seguintes serviços:

- Abastecimento de água às populações, com qualidade compatível com a proteção de sua saúde e em quantidade suficiente para a garantia de condições básicas de conforto;

- Coleta, tratamento e disposição ambientalmente adequada e sanitariamente seguras dos esgotos sanitários, nestes incluídos os rejeitos provenientes das atividades doméstica, comercial e de serviços, industrial e pública;
- Coleta, tratamento e disposição ambientalmente adequada e sanitariamente seguras dos resíduos sólidos rejeitados pelas mesmas atividades;
- Coleta de águas pluviais e controle de empoçamentos e inundações;
- Controle de vetores de doenças transmissíveis (insetos, roedores, moluscos).

Para Guimarães, Carvalho e Silva (2007), somam-se as informações citadas anteriormente os seguintes dados:

- saneamento dos alimentos;
- saneamento dos meios transportes;
- saneamento e planejamento territorial;
- saneamento da habitação, dos locais de trabalho, de educação e de recreação e dos hospitais; e
- controle da poluição ambiental – água, ar e solo, acústica e visual.

Dentro do contexto do município de Maricá, foi constatado pelo último Censo do IBGE (2022) um aumento populacional em aproximadamente de 50% em relação ao anterior, realizado no ano de 2010. Essa nova realidade do município é fundamental para o embasamento do trabalho. Segundo o Censo de 2010, apenas 64,4% dos domicílios apresentam rede de esgoto. Vale ressaltar que esses dados estão desatualizados e podem indicar um percentual menor em função da expansão da população da cidade.

Ainda segundo o Censo (IBGE, 2022), o município apresenta um índice de internações de 0,2 por mil pessoas por causa de diarreia. A diarreia é um grave problema de saúde pública intimamente associado às condições de higiene e da água utilizada. Em dados globais, as doenças diarreicas estão entre as maiores causas de morbidade e mortalidade em países em desenvolvimento³, onde são frequentes e podem ser

fatais, principalmente em crianças jovens⁵. Nesses países, estima-se que 1,5% das mortes de recém-nascidos em 1993 foram causadas por doenças diarreicas e, somente na América Latina e Caribe, foram responsáveis por 7,1% dos óbitos no período de 1998 a 2002. A transmissão de doenças infecciosas como a diarreia é um processo complexo, com muitos determinantes; ainda assim, sabe-se que 88% das mortes por diarreias são atribuídas à água não potável, saneamento inadequado e higiene precária. Por lei, esses serviços devem ser promovidos pelo setor de infraestrutura urbana, com participação do setor de saúde pública (competência do Sistema Único de Saúde-SUS) e da comunidade, como previsto na Constituição Federal de 1988.

Dentro da esfera legislativa, a Lei 11.445/2007, estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e no artigo 2, inciso VI, estabelece que a coleta de esgoto é fundamental para a promoção da saúde. Zaccariotto (2022) afirma que a Lei 14.026/2020, também conhecida como o novo marco legal do Saneamento Básico, trouxe uma série de inovações às normas mais relevantes do setor, visando com isto possibilitar que os serviços em questão, tão fundamentais ao desenvolvimento do país, tivessem bases efetivas para sua universalização. Afinal, já na terceira década do século XXI, o Brasil ainda se encontra com patamares sanitários muito aquém daqueles esperados de nação emergente. Esse é o questionamento que direciona o desenvolvimento do artigo, o saneamento básico é uma forma de gerar qualidade de vida para a cidade.

OBJETIVOS

Os objetivos do presente artigo são:

- Realizar um breve levantamento bibliográfico a respeito da realidade do saneamento básico no município;
- Relacionar a disponibilidade de saneamento básico com a qualidade de vida e com melhores condições de saúde; e
- Desenvolvimento do aluno no processo de pesquisa acadêmica.

METODOLOGIA

A pesquisa científica tem por objeto desenvolver o conhecimento, alcançando-o através de um conjunto de procedimentos específicos conhecidos como método científico. Para Moreira e Ostermann (1993) o método científico é interpretado como um procedimento definido, testado, confiável, para se chegar ao conhecimento. Consiste em compilar “fatos” através de observações e experimentações cuidadosas e em derivar, posteriormente, leis e teorias a partir destes fatos mediante alguns processos lógicos. Já quanto à metodologia como via de acesso à ciência pressupõe-se a construção de um método a fim de atingir um objetivo, uma meta, conduzindo à busca do conhecimento (Marsulo & da Silva, 2005).

Assim sendo, este trabalho pode ser classificado como uma revisão bibliográfica, que é considerado um estudo exploratório sobre o tema, pois se buscará conhecer brevemente sobre o uso de hortas para o ensino de ciências.

DISCUSSÃO

Saneamento é um fator essencial para o desenvolvimento econômico e social de um país, os serviços de água tratada, coleta e tratamento dos esgotos levam à melhoria da qualidade de vidas das pessoas, sobretudo na saúde infantil com redução da mortalidade infantil, melhorias na educação, na expansão do turismo, na valorização dos imóveis, na renda do trabalhador, na despoluição dos rios e preservação dos recursos hídricos etc. Dentro desse contexto e impulsionado pela Lei 11.445/2007, define o município como titular dos serviços de saneamento básico, tanto do planejamento das políticas públicas – que é de responsabilidade indissociável a ele, quanto à prestação, regulação e fiscalização dos serviços – que pode ser delegada a outros. Esse estabelecimento de titularidade favorece a administração pensada nas peculiaridades locais e regionais. Dentro desse contexto, a SANEMAR foi criada para ser a empresa responsável por prestar serviços em esgotamento sanitário e colaborar para o abastecimento de água no município de Maricá, visando a melhoria contínua da qualidade de vida e do meio ambiente.

A Sanemar está trabalhando para aumentar progressivamente a cobertura de esgotamento sanitário buscando a universalização, para que o desenvolvimento social esteja inserido no desenvolvimento econômico, impactando positivamente na qualidade de vida e no bem-estar da população. Ela criou alguns programas como a **Sanear Mais Água**, e **Sanear Mais Esgoto**, visando respectivamente, implantar soluções coletivas tecnologicamente apropriadas, como reservatórios, bem como garantir o fornecimento temporário de água, de maneira periódica para a parcela da população desprovidas de acesso à água tratada. A **Sanear Mais Esgoto**, visa implantar soluções coletivas tecnologicamente apropriadas, como sistemas de destinação de efluentes sanitários (sistema fossa-filtro-sumidouro), nos exatos termos de legislação municipal, para a população desprovida de acesso à rede de esgotamento sanitário e/ou com sistema impróprio.

O município de Maricá possui 53,8% de seu esgoto manejado de forma adequada, por meio de sistemas centralizados de coleta e tratamento ou de soluções individuais. Do restante, 14,9% é coletado, mas não é tratado e 31,3% não é tratado nem coletado.

As doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado (DRSAIs) constituem um conjunto de agravos transmissíveis à saúde, relacionados ao contexto ambiental, à infraestrutura, aos serviços e às instalações operacionais que contribuem ou dificultam a reprodução da vida. As DRSAIs podem estar relacionadas à inadequação dos sistemas e serviços de saneamento: abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, manejo de águas pluviais, proliferação de vetores; ou às condições precárias das habitações (IBGE, 2013). Silva (2019) diz que o componente do saneamento básico tem importância primordial, pois é a responsável por levar água em condições potáveis para a população. Isso se relaciona diretamente com a saúde da população, já que esse é um recurso essencial para a manutenção da vida, e deve ser disponibilizado em condições satisfatórias. Ainda segundo a autora, existe uma relação direta entre a disponibilização de água tratada e a redução nos casos de doenças que podem ser relacionadas à falta de saneamento, como é o caso de algumas doenças gastrointestinais.

Já o trabalho de Toledo *et al.* (2021) sistema de saneamento básico deficiente pode gerar inúmeras consequências nocivas à sociedade e ao meio ambiente. Dentre elas destacam-se os riscos à saúde pública e a poluição dos corpos hídricos. Medidas de mitigação desses problemas são necessárias, preferencialmente baseadas em ações de planejamento e gestão, que demandam um maior conhecimento do problema e a análise criteriosa de propostas para sua solução.

Já Dias (2017) afirma que estudos apontaram ainda para uma gradual aceleração da degradação das águas superficiais nos últimos anos, indicando um problema típico de gestão, num município em que os índices de abastecimento de água e de esgotamento sanitário estão bem aquém das médias encontradas no estado do Rio de Janeiro e no Brasil, afetando o rio Ubatiba.

CONCLUSÕES

Diante do cenário que se desenha a respeito da cidade, que é de crescimento tanto populacional quanto de importância regional, é fundamental prioritário o investimento no desenvolvimento de redes de saneamento básico e suas derivações. A falta de ações no sentido de não desenvolver o saneamento básico na cidade irá gerar perdas incalculáveis em todas as esferas da vida na cidade, uma vez que o desequilíbrio das condições da cidade fará com que o poder público tenha um gasto maior com tratamentos de saúde; o empreendimento ligado ao turismo apresentarão perdas de arrecadação pois o ambiente não estará “apto” ao uso e a própria cidade terá mais gastos para buscar novas fontes hídricas, uma vez que o esgoto está poluindo os mananciais locais. Diante dessa argumentação, faz-se necessário que o poder público tenha mais celeridade em relação ao saneamento básico na cidade.

REFERÊNCIAS

Bozkurt AI, Ozgür S, Ozçirpici B. Association between household conditions and diarrheal diseases among children in Turkey: a cohort study. *Pediatr Int* 2003; 45(4): 443-51.

Bovolato, L.E. Saneamento básico e saúde. Anais da UFT. (2013) Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwi3-pHT5POBAxW_G7kGHbWo-CVAQFnoECAwQAQ&url=https%3A%2F%2Fsistemas.uft.edu.br%2Fperiodicos%2Findex.php%2Fescritas%2Farticle%2Fdownload%2F1145%2F8039%2F8219&usg=AOvVaw3100wX9OY7j9ciwuDGShCk&opi=89978449 Acesso em: 25 set. 2023.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MARICÁ – SANEMAR (2022). Disponível em: <https://sanemar-sa.com.br/programas-2>. Acesso em: 29 ago. 2023.

Dias, F. F. A INFLUÊNCIA ANTRÓPICA NA QUALIDADE DAS ÁGUAS DO RIO UBATIBA, MARICÁ – RJ. Monografia de Conclusão de curso. UFF. (2017) Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/4179>. Acesso em: 2 out. 2023.

Fewtrell L, Kaufmann RB, Kay D, Enanoria W, Haller L, Collford JM Jr. Water, sanitation and hygiene interventions to reduce diarrhea in less developed countries: a systematic review and meta-analysis. *Lancet Infect Dis* 2005; 5(1): 42-52.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Atlas Geográfico de 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/atlas/tematicos/16365-atlas-de-saneamento.html>. Acesso em: 20 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/etapas.html>. Acesso em: 10 out. 2023.

Guimarães, A. J. A.; Carvalho, D. F. De; Silva, L. D. B. Da. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/institutos/it/deng/leonardo/downloads/APOSTILA/Apostila%20IT%20179/Cap%201.pdf>>. Apostila 2007. Acesso em: 15 ago. 2023.

Marsulo, M.A.G.; da Silva, R.M.G. Os métodos científicos como possibilida-

de de construção de conhecimento no ensino de ciências. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, ISSN-e 1579-1513, Vol. 4, No. 3, 2005. Disponível em: http://reec.webs.uvigo.es/volumenes/volumen4/ART3_Vol4_N3.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

Moe CL, Rheingans RD. Global challenges in water, sanitation and health. *J Water Health* 2006; 4: 41-57.

MOREIRA, M.A.; OSTERMANN, F. Sobre o ensino do método científico. **Caderno catarinense de ensino de física**. Florianópolis. Vol. 10, n. 2 (ago. 1993), p. 108-117 Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/85011/000220127.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 set. 2023.

Özkan S, Tüzün H, Görer N, Ceyhan M, Aycan S, Albayrak S. Water usage habits and the incidence of diarrhea in rural Ankara, Turkey. *Trans Soc Trop Med Hyg* 2007; 101(11): 1131-5.

Silva, D. L. da. Avaliação do Plano Municipal de Saneamento Básico de Maricá com vistas à sua revisão / Daniella Licurgo da Silva. – Rio de Janeiro: UFRJ/ Escola Politécnica, 2019. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/14246/1/monopolit10028291.pdf> . Acesso em: 29 set. 2023.

Teixeira JC, Pungirum MEM de C. Análise da associação entre saneamento e saúde nos países em desenvolvimento da América Latina e do Caribe, empregando dados secundários do banco de dados da Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS. *Rev Bras Epidemiol* 2005; 8(4): 356-76.

Toledo, L. M., Wall, F. C. M., Obraczka, M, & Salomão, A. L. de S. (2021). Panorama do sistema lagunar de maricá – rj: indicadores de saneamento vs. Qualidade de água. **Revista Internacional De Ciências**, 11(1), 6–24. <https://doi.org/10.12957/ric.2021.51768>. Acesso em: 08 out 2023.

UNICEF-United Nations International Children’s Emergency Fund; WHO-

-World Health Organization. Diarrhea: why children are still dying and what can be done UNICEF; WHO: Geneva; New York; 2009.

WORLD HEALTH ORGANIZATION – Water, Sanitation and Hygiene Links to Health. November, 2004.

Zaccariotto, C. A. S. (2022). O papel da fase de planejamento na sustentabilidade econômica e social dos serviços de saneamento básico. **Revista Digital De Direito Administrativo**, 9(2), 113-129. <https://doi.org/10.11606/issn.2319-0558.v9i2p113-129> . Acesso em: 05 out. 2023.

REAPROVEITAMENTO DO BAGAÇO DO MALTE DE CERVEJARIAS ARTESANAIS EM MARICÁ

Juan Carvalho Duarte

RESUMO

Este estudo aborda o reuso do bagaço de malte de cervejarias artesanais em Maricá como uma solução sustentável. Ele destaca a crescente geração de resíduos industriais e a necessidade de ações sustentáveis devido ao impacto ambiental gerado. O bagaço de malte, um subproduto da produção de cerveja, pode ser usado na produção de ração animal, reduzindo custos e atendendo à demanda crescente por carne e leite. Além disso, o bagaço pode ser utilizado na geração de energia sustentável, contribuindo para a autossuficiência energética das cervejarias. O estudo destaca a importância de abordagens inovadoras para lidar com desafios ambientais contemporâneos e promover a sustentabilidade e desenvolvimento econômico local, em Maricá.

Palavras-Chave: Bagaço de malte; Resíduos industriais; Sustentabilidade; Ração animal; Geração de energia.

INTRODUÇÃO

Atualmente o ecossistema vem sendo degradado pelo homem através de diferentes agressões cotidianas como as queimadas, o desmatamento, o desenvolvimento industrial, e junto a este último, o consumo desenfreado.

Com o nível de consumo atual na sociedade, a quantidade de resíduos cresce dia a dia, tornando o desenvolvimento sustentável um desafio para o planeta. Segundo os dados do Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos do Brasil, são geradas no país cerca de 82 milhões de toneladas de lixo anualmente, sendo apenas 2% reciclados (AGÊNCIA

BRASIL, 2023). Quanto ao resíduo industrial, no Rio de Janeiro, são descartados mais de 5 milhões de toneladas por ano (IPEA, 2012). Cabe, portanto, à nova geração criar novas formas de diminuir os efeitos colaterais das ações humanas.

As indústrias são um dos setores produtivos que mais poluem o meio ambiente. A indústria cervejeira vem crescendo a cada ano e arrecada anualmente em torno de 1,6% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional e é responsável pela geração de 2,7 milhões de empregos. Em 2021, a produção brasileira foi de 14,3 bilhões de litros de cerveja e aproximadamente 28 milhões de toneladas de resíduos foram gerados e descartados incorretamente, na maioria das vezes, em aterros sanitários. Em 2010, a produção cervejeira no Brasil era de 12,6 bilhões de litros de cerveja (Cordeiro; El-Aouar; Gusmão, 2012).

O malte é o principal insumo para as indústrias cervejeiras, como matéria-prima do produto final. Já o bagaço do malte, sedimento gerado após a produção da cerveja, é considerado um material versátil, podendo ser utilizado para a produção de rações para animais, compostagem, geração de energia, produção de plásticos biodegradáveis, entre outras possibilidades (Batista, 2016). Atualmente, na maior parte do país, esse bagaço, apesar de suas utilidades diversas, é tratado como resíduo industrial, sendo descartado.

A cada 100 litros de cerveja produzidos são gerados entre 14 e 20 kg de bagaço de malte. Assim, ao serem descartadas grandes quantidades de malte de forma incorreta, esse resíduo pode ser o responsável por causar diferentes impactos ambientais, como a contaminação do solo e da água e a emissão de gases de efeito estufa, como o metano (Cordeiro; El-Aouar; Gusmão, 2012).

A reutilização do bagaço do malte pode contribuir significativamente para a redução dos impactos ambientais, além de diminuir os custos associados ao descarte de resíduos, agregando valor, uma vez que o bagaço pode ser reaproveitado como um valioso insumo (Figueiredo, 2023). Diante disso, o bagaço do malte é reconhecido como um recurso de grande valor para a sociedade atual, oferecendo benefícios não apenas em termos de sustentabilidade ambiental, mas também impulsionando o desenvolvimento de novos negócios e oportunidades de emprego.

CARACTERIZANDO O PROBLEMA DE PESQUISA

O bagaço do malte é um subproduto gerado após o processo de produção da cerveja. É formado por restos de cascas e de polpa do malte, mas também pode ser adjunto com arroz, milho e trigo (Batista, 2016).

É um substrato bastante proteico, com alta concentração de fibras e, devido à sua composição química, é rico em compostos fenólicos e carboidratos. Por isso, o bagaço de malte é um substrato valioso como matéria-prima em diversos processos (Batista, 2016; ESCOLA SUPERIOR..., [s.a]).

Este subproduto se torna, portanto, uma ótima alternativa para a produção de ração animal, pois traz um aumento significativo de proteínas se comparado aos tradicionais alimentos encontrados no mercado pecuarista.

O consumo de leite e carne bovina vem aumentando diariamente, somado a isso, há a limitação das áreas de pastagem e a necessidade de proteção dos ecossistemas, tornando o fornecimento de alimento para o gado nas pastagens cada vez menor (Carvalho *et al.*, 2021).

Outro problema é a falta de destino para os resíduos das produções industriais, sendo um dos principais desafios atuais. Portanto, produzir alimentos para o gado, de modo a aproveitar um resíduo industrial que seria descartado, pode solucionar dois problemas em uma única alternativa (Carvalho *et al.*, 2021).

Na cidade de Maricá existem quatro cervejarias, que compõem o polo cervejeiro local. As cervejarias – BR espreado, Maltz, Alex bier e Bicho Grilo – têm sido valorizadas por meio da promoção de diferentes eventos gastronômicos na cidade (Apolinário, 2022). Assim, a Prefeitura de Maricá aposta na estratégia de valorização da produção local das cervejarias e incentiva o turismo e economia da cidade. A produção local das cervejarias, por isso, tem sido incentivada a aumentar, tornando a questão dos resíduos, uma problemática a ser discutida e implementada a médio prazo.

Deste modo, este projeto se baseia em apresentar evidências científicas das possibilidades de reaproveitamento do bagaço do malte de cerve-

jarias da cidade de Maricá na produção de ração animais, compostagem e produção de energia sustentável.

OBJETIVOS

- Compreender o problema da geração de resíduos industriais de cervejarias no Brasil;
- Averiguar os argumentos para uso sustentável do bagaço de malte no país;
- Propor a utilização dos resíduos (bagaço de malte) para uso sustentável a nível local – cidade de Maricá.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente projeto tem natureza qualitativa, sendo utilizado como método de coleta de dados um levantamento bibliográfico na plataforma Google Scholar. Foram utilizadas na busca palavras-chave como “reaproveitamento de bagaço de malte” e “uso de bagaço de malte”, em associação às palavras-chave “ração animal” e “produção de energia”.

Com o retorno da busca, foram escolhidos artigos que pudessem gerar argumentos para o uso sustentável do bagaço de malte nas duas situações de interesse, sendo possível a sua aplicação para o contexto local da cidade de Maricá.

UTILIZAÇÃO DO BAGAÇO DO MALTE PARA RAÇÕES ANIMAIS

O consumo anual de carne e leite está em constante crescimento devido ao aumento da demanda interna e à expansão contínua das exportações, com o Brasil figurando entre os principais exportadores mundiais de carne bovina. No entanto, apesar do aumento na extensão das pastagens a cada ano, a sua produtividade está em declínio progressivo, o que resulta na escassez de alimentos para o gado e na necessidade de expandir as áreas de pastagem (Carvalho *et al.*, 2021).

Essa expansão acarreta na degradação de diversos ecossistemas em todo o país, ameaçando diferentes habitats e inúmeras espécies

endêmicas. Além disso, um desafio crescente reside nas perdas ocorridas no processo industrial e na geração de resíduos que requerem descarte apropriado (Figueiredo, 2023).

Algumas indústrias não vêm fazendo o reaproveitamento adequado dos resíduos, gerando grandes quantidades de resíduos sem destinação adequada. Isso pode causar sérios problemas para o meio ambiente, pois dependendo da forma de descarte, há a contaminação do solo e da água, por exemplo (Figueiredo, 2023).

Portanto, a partir da necessidade de produzir alimentos para os ruminantes, como o gado bovino, e de um descarte adequado dos resíduos industriais é necessário se pensar em soluções para o problema.

Os autores Carvalho *et al.* (2021) apontam que ao realizar uma mistura entre o bagaço de malte e o capim elefante - uma espécie de “capiachu” - em silos, pôde-se obter uma alternativa de alimentação com menos custo para o produtor.

Além disso, foi observado que os silos de capim e bagaço de malte tiveram resultados melhores na quantidade de proteínas e fibras na alimentação animal, quando comparado apenas ao bagaço.

Observou-se que o período da coleta influencia diretamente na capacidade de proteína bruta do capim, as etapas de silagem também precisam ser avaliadas para que não existam falhas, tendo que ter uma boa vedação e a temperatura adequada. Esta silagem de bagaço de malte e capim elefante pode ser utilizado como forma de alimentação animal, sendo uma alternativa de baixo custo e eficaz para a produção de ração (Carvalho *et al.*, 2021).

Assim, ao controlar a composição da silagem, o seu armazenamento, e os resultados no ganho de massa do gado, é possível propor o uso do bagaço de malte no cotidiano da produção de carne bovina e leite na cidade de Maricá. Neste caso, seria possível o desenvolvimento de parcerias entre produtores cervejeiros e criadores de gado, aumentando a produção, barateando os custos de ambos, reduzindo a produção de resíduos e aumentando a qualidade da alimentação do gado.

UTILIZAÇÃO DO BAGAÇO DO MALTE PARA GERAÇÃO DE ENERGIA SUSTENTÁVEL

As indústrias são responsáveis por uma quantidade significativa de resíduos no Brasil, que vêm chamando atenção pelos impactos ambientais gerados. Essas indústrias precisam seguir as normas determinadas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), fazendo o gerenciamento desde a geração de resíduos até o descarte ou tratamento (Ferreira *et al.*, 2019).

Um caminho de destino é a produção de biogás, que pode ser usado como fonte de energia limpa e renovável. O bagaço do malte tem um grande potencial bioenergético, sendo uma excelente opção para produzir o biogás, a partir da decomposição anaeróbica, a energia gerada após esse processo pode ser reutilizada pela própria indústria cervejeira.

A produção do biogás é feita pela decomposição anaeróbica da matéria orgânica (biomassa), tendo como material e, sua maior parte metano (CH₄), uma segunda parte de dióxido de carbono (CO₂), e pequenas porcentagens de outros gases (cerca de 5%), como ácido sulfídrico (H₂S), hidrogênio (H₂), monóxido de carbono (CO), nitrogênio (N₂), amônia (NH₃), carboidratos e oxigênio (O₂) (Araújo, 2017).

O processo anaeróbio é dividido em quatro partes: A primeira parte é a hidrólise, em que as ligações moleculares do material orgânico (polímeros) são quebradas por enzimas, transformando em compostos orgânicos simples (monômeros) ou matéria orgânica volátil. A segunda fase é a acidogênese, em que o material da hidrólise é transformado em ácidos orgânicos voláteis (ácido propanoico, ácido butanoico, ácido láctico, álcoois, hidrogênio e carbônico). A terceira fase é a acetogênese, o produto decorrente da acidogênese é transformado em ácido acético, hidrogênio e dióxido carbônico. E por final, a quarta fase que é a metanogênese, convertendo ao ácido acético e o hidrogênio em metano e dióxido carbônico (Ferreira *et al.*, 2019).

Pode parecer um processo simples, mas é preciso prestar bastante atenção com alguns fatores que podem influenciar na produção do biogás. Todo grupo de bactéria tem uma temperatura ideal para ter um

rendimento maior, predominantemente na fase metanogênese é o grupo das mesófilas, que tem uma variação de temperatura entre 37°C a 42°C. As bactérias podem ter melhor desenvolvimento com um PH ideal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo destaca a importância da investigação sobre o aproveitamento do bagaço de malte, um subproduto da indústria cervejeira, como uma solução sustentável para dois desafios cruciais: a gestão de resíduos industriais e a produção de alimentos para animais. Diante da crescente degradação ambiental resultante das atividades humanas, a necessidade de ações mais responsáveis e sustentáveis torna-se cada vez mais urgente, visto o momento de ebulição global que vivenciamos atualmente.

O artigo apresentou evidências científicas que demonstram como o bagaço de malte pode ser utilizado na produção de ração animal, contribuindo para atender à crescente demanda por carne e leite, por conta de seu alto teor proteico, ao mesmo tempo em que evita o desperdício de resíduos industriais.

Além disso, a pesquisa apontou o caminho para a geração de energia sustentável por meio da decomposição anaeróbica do bagaço de malte, apresentando uma solução ambientalmente amigável para as indústrias cervejeiras. Isso não apenas reduz o impacto ambiental, mas também promove a autossuficiência energética dessas empresas.

Para a cidade de Maricá, onde o setor cervejeiro está crescendo, as descobertas deste estudo têm implicações diretas. A produção local dessas cervejarias é incentivada como parte da estratégia de valorização da economia local, tornando a gestão dos resíduos uma questão a ser enfrentada a médio prazo. A aplicação prática dos resultados deste estudo pode ser uma estratégia valiosa para as cervejarias de Maricá, aumentando sua sustentabilidade e contribuindo para a economia local.

Como perspectivas futuras, este artigo oferece um ponto de partida para pesquisas adicionais sobre o aproveitamento do bagaço de malte na região, criando um possível plano de piloto de captação do bagaço de malte, manejo para produção em ambas as vertentes propostas.

Além disso, é possível explorar diferentes métodos de aproveitamento e otimização de processos para maximizar o benefício ambiental e econômico.

No geral, este estudo destaca a importância de abordagens inovadoras para lidar com os desafios ambientais contemporâneos, proporcionando benefícios significativos para a sociedade e o meio ambiente, trazendo alternativas propostas pela ciência a aplicações locais que beneficiam a cidade de Maricá e seus cidadãos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Diagnóstico de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos**. 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/meio-ambiente/audio/2023-04/brasil-gera-cerca-de-80-milhoes-de-toneladas-de-residuos-por-ano>>. Acesso em: 01 out. 2023.

APOLINÁRIO, S. **Os primeiros passos do Polo de Cervejas Artesanais de Maricá**. A seguir: Niterói por Niterói. 2022. Disponível em: <<https://aseguirniteroi.com.br/colunas-e-blogs/os-primeiros-passos-do-polo-de- cervejas-artesanais-de-marica/>>. Acesso em: 10 out. 2023.

ARAÚJO, A. P. C. **Produção de Biogás a partir de resíduos orgânicos utilizando biodigestor anaeróbico**. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Química), Universidade Federal de Uberlândia, 2017.

BATISTA, E. A. **Estudo do processo de secagem do resíduo de malte gerado na produção de cerveja**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual da Paraíba, 2016.

CARVALHO, J. M., SIMÕES, A. C. S., MEDEIROS, M. B. O., RODRIGUES, A. R. P. Utilização do bagaço de malte como alimentação animal: uma alternativa para o pequeno produtor. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda (RJ), v. 16, n. 46, p. 1-7, ago., 2021.

CORDEIRO, L. G., EL-AOUAR, Â. A., GUSMÃO, R. P. Caracterização do bagaço

de malte oriundo de cervejarias. **Revista Verde** (Mossoró – RN), v. 7, n. 3, p. 20-22, jul.-set., 2012.

ESCOLA SUPERIOR DE CERVEJA E MALTE. **Resíduos das cervejarias: o que fazer com o bagaço do malte?** [s.a] Disponível em: <<https://cerveja-emalte.com.br/blog/bagaco-do-malte/#:~:text=O%20Baga%C3%A7o%20do%20malte%20%C3%A9,%2D%2C%20%C3%A9%20drenado%20e%20fermentado>>. Acesso em: 10 set. 2023.

FERREIRA, Z. G., SILVA, J. E. O. A., DOMINGOS, J. R. S., LUIZ, M. R. **Produção de biogás a partir do bagaço do malte: Abordagem teórica.** Anais... Congresso Internacional de Meio Ambiente e Sociedade (CONIMAS), 2019.

FIGUEIREDO, G. S. **Análise de impactos ambientais ocasionados por resíduos de malte oriundos de uma cervejaria: um estudo de campo em uma empresa localizada no norte do Brasil.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica, Universidade Federal de Santa Catarina). Florianópolis, 2023.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Diagnóstico dos Resíduos Sólidos Industriais: Relatório de Pesquisa.** 2012.

TOMBINI, C., GODOY, J. S., MELLO, J. M. M., MACHADO JUNIOR, F. R. S., LAJÚS, C. R., COSTELLA, M. F., DALCANTON, F. Análise da gestão do resíduo bagaço de malte em cervejarias da região oeste e extremo oeste do estado de Santa Catarina. **Revista Conjecturas**, ISSN: 1657-5830, v. 22, n. 8, 2022.

MARICÁ: A ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO DE JOVENS ADULTOS

Khauany da Costa Freitas

RESUMO

Neste artigo, abordamos a influência da desigualdade social e das dificuldades de acesso à educação no analfabetismo entre jovens e adultos no Brasil. Focamos em compreender as barreiras enfrentadas pelos moradores de Maricá ao acessar a educação na fase adulta, o que às vezes resulta na desistência dos estudos. O município de Maricá enfrenta o desafio de erradicar o analfabetismo, mesmo que aspire a se tornar pioneiro nesse aspecto. A pesquisa consistiu em entrevistas com alunas do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Escola Municipal Joana Benedicta Rangel. Um dos principais desafios identificados foi o deslocamento das casas até a escola, destacando a necessidade de intervenção do órgão central para implementar políticas públicas que facilitem o acesso a essa modalidade de ensino.

Palavras-chave: dificuldades do acesso à educação; escassez de escolas noturnas; desigualdade social; Educação de Jovens e Adultos; erradicação do analfabetismo.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da Educação Básica destinada ao público que não completou, abandonou ou não teve acesso à educação formal na idade apropriada, permitindo ao estudante retomar e concluir os estudos, promovendo a qualificação para conseguir melhores oportunidades no mercado de trabalho e os meios para uma melhor compreensão de sua condição enquanto cidadão.

Desde a Constituição Federal de 1988, a legislação prevê o direito à educação para toda a população, inclusive para aquelas pessoas que não tiveram acesso à escola em idade apropriada, na infância ou na adolescência. Dessa forma, é dever do governo federal, bem como de estados e municípios, assegurar a oferta pública e gratuita de educação escolar para jovens e adultos (Observatório de Educação, 2020).

Dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada em 2022, evidenciaram que no Brasil há 11 milhões de analfabetos, como destacado a seguir:

Sendo 6% das pessoas com 15 anos ou mais de idade, equivalente a 9,6 milhões de pessoas, eram analfabetas no Brasil. Desse total, 55,3% (5,3 milhões de pessoas) viviam na Região Nordeste e 22,1% (2,1 milhões de pessoas), na Região Sudeste. Quando analisado por cor ou raça, o estudo revelou que 3,4% das pessoas com 15 anos ou mais de idade de cor branca eram analfabetas, enquanto entre as pessoas da mesma faixa etária de cor preta ou parda o percentual era de 7,4%. Entre mulheres e homens com 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era de 5,4% para as mulheres e 5,9% para os homens. A pesquisa mostra que quanto mais velho é o grupo populacional, maior é a proporção no número de analfabetos. Entre as pessoas com 60 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era de 16,0% (IBGE, 2022).

Os dados acima demonstraram que a desigualdade social afeta fortemente a população e se manifesta na educação, afetando negros, nordestinos e pessoas com mais de 60 anos. Esses grupos enfrentam desafios diários que podem levá-los a abandonar a escola.

De acordo com Calado (2015), a desigualdade social é um conjunto de fatores socioeconômicos que limita o acesso de uma grande parte da população aos direitos sociais básicos, como educação e cultura.

No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Maricá e no Brasil, os estudantes muitas vezes são trabalhadores e provedores de suas famílias. Além dos desafios diários, a mobilidade no acesso à escola é um fator crítico em suas trajetórias educacionais, frequentemente re-

sultando no abandono escolar. Isso reflete a falta de responsabilidade do órgão público na solução desses problemas.

1. A EDUCAÇÃO E O ANALFABETISMO

De acordo com Freire (1979), a educação deve ser libertadora, promovendo uma abordagem reflexiva que permita aos alunos aprender de maneira humanizada. A troca de conhecimento entre docentes e discentes é fundamental, tornando a educação freireana dialógica e interativa. Freire argumenta que, ao compreender sua realidade, o indivíduo pode levantar hipóteses e buscar soluções para os desafios que enfrenta, tornando-se um sujeito autônomo e crítico.

Haddad (2019) destaca que a desigualdade representa um grande desafio na erradicação do analfabetismo, afetando consideráveis contingentes de pessoas jovens e adultas com baixa escolaridade. Ele enfatiza a importância de trazer a realidade e os desafios cotidianos dos alunos para o ambiente escolar, visando encontrar soluções práticas em suas vidas. Isso é particularmente relevante para os estudantes que trabalham, pois enfrentam o paradoxo de não poderem se afastar do trabalho devido à necessidade de sustento familiar, ao mesmo tempo em que reconhecem na educação a oportunidade de ascensão cultural, econômica e pessoal.

Nó diálogo entre os dois autores evidencia-se que a emancipação, como discutida por Freire (1967), está intrinsecamente ligada ao domínio da leitura e da escrita. A autonomia plena só pode ser alcançada quando os sujeitos dominam a cultura letrada ao seu redor. A falta desse domínio representa o desafio mencionado por Haddad (2019) no processo educacional.

2. A ESCASSEZ DE ESCOLAS DESTINADAS À JOVENS ADULTOS

A educação no Brasil frequentemente enfrenta contextos precários, desde a carência de material didático-pedagógico até deficiências no transporte escolar e políticas de inclusão. Isso se estende à oferta de espaços educacionais para segmentos da população que aguardam benefícios das políticas públicas para garantir seus direitos.

Nesse contexto, o município de Maricá, apesar de possuir 52 bairros e 4 distritos, carece de escolas destinadas a jovens e adultos, oferecendo

apenas três instituições localizadas em Itaipuaçu, Inoã e Centro. Embora tenha um projeto para alfabetização de jovens e adultos, a limitação reside no fato de que as aulas ocorrem apenas durante o dia.

É notável o contrassenso de um projeto direcionado a jovens e adultos, mas executado durante o dia, quando muitos deles precisam trabalhar. Essa abordagem é lógica, levando à dificuldade de participação e, potencialmente, à frustração diante de uma política destinada ao fracasso desde o início.

Os dados do Censo Escolar de 2015 revelam que a educação de jovens e adultos nunca atendeu a todo o público potencial, pois cerca de 67 milhões de brasileiros possuem baixa escolaridade, abaixo do que a lei estabelece como direito do cidadão.

Nesse cenário desafiador, o deslocamento de jovens e adultos de suas casas ou locais de trabalho para a escola e vice-versa é uma das principais barreiras. Muitos desistem de estudar devido à distância entre suas residências e a escola, além de enfrentar problemas como o perigo durante a noite e horários de ônibus que não coincidem com o horário escolar. A falta de divulgação sobre a existência de escolas voltadas para jovens e adultos também é um problema a ser destacado.

Os desafios da distância entre casa e escola afetam a rotina da aluna, levando-a a realizar tarefas cotidianas com pressa. A solução ideal seria uma escola próxima à sua residência, o que acreditaria resultar em melhor desempenho acadêmico. No entanto, essa dificuldade já a fez considerar a desistência, embora seu desejo sincero seja continuar os estudos.

Diversos alunos enfrentam desafios relacionados à distância, agravados pela falta de escolas para jovens e adultos no 2º distrito de Maricá. Isso obriga os moradores de bairros como Bambuí, Jaconé, Cordeirinho e Ponta Negra a se deslocarem para o Centro em busca de educação.

Essas dificuldades de acesso desencorajam muitos jovens e adultos que desejariam ser alfabetizados. A escassez de escolas próximas torna a experiência educacional pressionada. Os alunos chegam à escola cansados e desanimados, preocupados com o transporte e com o tempo, o que afeta seu rendimento nas aulas.

A falta de escolas dedicadas a jovens e adultos resulta em um aumento de pessoas que desistem de voltar aos estudos devido às dificuldades, prejudicando o objetivo de erradicar o analfabetismo em Maricá. Muitos, como a aluna 1, passam o dia trabalhando, cuidam de seus filhos em casa e precisam sair com antecedência para não se atrasar para a escola, saindo antes do término das aulas.

3. “PROJETO SIM! EU POSSO!” E O SEU AUXÍLIO NA ERRADICAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO

O projeto visa erradicar o analfabetismo por meio de busca ativa na cidade, com encontros de duas horas, cinco dias por semana, realizados em locais adaptáveis, como casas e garagens, para minimizar deslocamentos. O vice-prefeito, Diego Zeidan, enfatiza que o projeto “Sim, Eu Posso!” tem o propósito de eliminar o analfabetismo na cidade, empoderando e promovendo independência na população.

“Esse é projeto extraordinário que mudará a vida das pessoas, que poderão aprender a ler e escrever, dando dignidade e empoderamento para a população que até hoje não teve a oportunidade de concluir seus estudos. A leitura é fundamental para que o cidadão se informe sobre os acontecimentos do país e para decidir o melhor para a sua vida” (Diego Zeidan)

O secretário de Economia Solidária, Adalton Mendonça, evidenciou o desejo de tornar a Maricá a primeira cidade do Brasil a erradicar o analfabetismo. “Esse projeto representa um novo marco para a cidade, que é o combate ao analfabetismo. Quem ganha sempre é a população e a cidade. Nosso objetivo é que Maricá seja a primeira cidade do Brasil a entrar no mapa da erradicação do analfabetismo”, contou o secretário.

3.1 Como funciona o projeto?

O “Sim, Eu Posso!” é um projeto de alfabetização desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Latino-americano e Caribenho (IPLAC) em Cuba na

década de 1990. Reconhecido internacionalmente, já alfabetizou cerca de 11 milhões de pessoas em mais de 30 países, incluindo mais de 100 mil no Brasil, conforme acompanhamento do MST. No entanto, o projeto atende apenas no período diurno, o que não atende às necessidades dos alunos da Educação de Jovens e Adultos que trabalham e têm obrigações familiares. A falta de escolas noturnas próximas agrava essa situação.

De acordo com Freire (2015), o analfabetismo é uma expressão da desigualdade social, não apenas um problema a ser erradicado. Botega (2019) destaca que jovens a partir de 15 anos que trabalham de forma autônoma desde a infância e adultos com obrigações familiares enfrentam dificuldades para conciliar o estudo. Essa realidade reflete a desigualdade social no Brasil, onde muitos alunos não puderam estudar na idade apropriada devido à necessidade de trabalhar ou à falta de escolas próximas, levando ao abandono dos estudos.

METODOLOGIA

Com o objetivo de alcançar os objetivos citados acima, a metodologia utilizada neste estudo caracteriza-se como qualitativa. A abordagem se fundamenta em leituras e pesquisas voltadas para a análise das dificuldades enfrentadas no cotidiano dos jovens e adultos maricaenses, bem como as barreiras encontradas para acessar a escola.

A pesquisa foi conduzida através de um formulário na plataforma Google Forms com um grupo de 15 alunos, todos matriculados do 1º ao 5º ano do Ensino de Jovens e Adultos (EJA). Os participantes são residentes no município de Maricá e pertencem à faixa etária de 50 anos ou mais. Além disso, é importante destacar que esses alunos frequentam as aulas no turno noturno da Escola Municipal Joana Benedicta Rangel. Foram abordados vários aspectos relacionados à experiência dos alunos em relação à escola e à necessidade de uma escola do EJA em proximidade às suas residências. A pesquisa incluiu uma série de perguntas, nas quais os entrevistados foram questionados sobre onde residiam, se consideravam a escola distante de suas casas, a preferência por uma escola próxima de suas residências, quais dificuldades enfrentavam para che-

gar à escola e a avaliação da necessidade de uma escola destinada ao EJA próxima à residência, em uma escala de 0 a 10.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa revelaram que a grande maioria dos alunos reside a uma distância significativa da escola. Esse achado enfatiza a importância de considerar a localização geográfica dos alunos ao planejar escolas destinadas ao EJA. A existência de escolas próximas às residências dos alunos pode mitigar a barreira da distância e facilitar o acesso à educação. Além disso, a preferência clara demonstrada pelos entrevistados por uma escola próxima de casa reforça a ideia de que, ao planejar a expansão da Educação de Jovens e Adultos, é fundamental considerar a proximidade às residências dos alunos. Isso não apenas torna o acesso à educação mais conveniente, mas também pode aumentar a motivação dos alunos para participarem do programa de EJA.

Por fim, as dificuldades relatadas pelos entrevistados para chegarem à escola indicam a necessidade de abordar as barreiras logísticas enfrentadas pelos alunos. Isso pode incluir o transporte adequado, horários flexíveis ou outras medidas que facilitem a frequência dos alunos à escola.

Em resumo, os resultados desta pesquisa ressaltam a necessidade de abordar a questão da acessibilidade e proximidade geográfica ao planejar políticas educacionais para o EJA. A disponibilidade de escolas próximas às residências dos alunos pode ser um fator chave para reduzir o analfabetismo e aumentar a participação na educação de adultos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que medidas, como o funcionamento de mais escolas no turno da noite, são tomadas para que os alunos que moram em bairros distantes não precisem sair de tão longe apenas para estudar, e para que mais pessoas possam estudar. Isso porque os alunos já passaram por tantas dificuldades quando jovens para estudar, e agora, quando desejam retornar, possuem novamente dificuldades só desanima esses alunos. Além disso, é importante divulgar a existência do EJA, pois muitos maricaensis não sa-

bem da existência dessas escolas destinadas a eles.

O órgão público responsável pelo EJA deveria dar mais possibilidades ao público que necessita desses estudos para aprender o básico, que é ler. Isso é algo simples que muitos já sabem, mas para eles é um sonho poder ler e conseguir entender o que está escrito naquele livro, quadro ou até mesmo na televisão.

De acordo com Silva, “O ato de ler é uma necessidade concreta para a aquisição de significado e, conseqüentemente, de experiência nas sociedades onde a escrita se faz presente”.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, F. **Método “Sim, Eu Posso!” alfabetiza mais de mil moradores de Maricá - MST**. Rio de Janeiro: MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/10/03/metodo-sim-eu-posso-alfabetiza-a-mais-de-mil-moradores-de-marica/>. Acesso em: 19 out. 2023.

ANDRADE, E. **Maricá lança Jornada de Alfabetização “Sim, Eu Posso!” - Prefeitura de Maricá**. Rio de Janeiro: Prefeitura de Maricá. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/noticia/marica-lanca-jornada-de-alfabetizacao-sim-eu-posso/>. Acesso em: 16 dez. 2023.

BOTEGA, Jefferson. **As histórias de quem faz a Educação de Jovens e Adultos no Rio Grande do Sul**. GZH. Rio Grande do Sul: ClicRBS. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao/noticia/2019/10/as-historias-de-quem-faz-a-educacao-de-jovens-e-adultos-no-rio-grande-do-sul-ck26divfj09q801n3ezvrcpz.html>. Acesso em: 19 out. 2023.

CALADO, Lucas Barbosa. **Desigualdade social**. ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-ISSN 21-76-8498, v. 11, n. 11, 2015.

HADAD, Sérgio. **A situação atual da educação de pessoas jovens e adultas no Brasil**. Pátzcuaro. México. 2008. PDF

LAURA, A. **Educação: Analfabetismo**. IBGE. Disponível em: <https://edu->

ca.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html.
Acesso em: 19 out. 2023.

Observatório de Educação, Ensino Médio e Gestão. **Educação de Jovens e Adultos: a luta pelo direito à aprendizagem.** Instituto Unibanco. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/conteudo-multimidia/detalhe/educacao-de-jovens-e-adultos-a-luta-pelo-direito-a-aprendizagem>. Acesso em: 19 out. 2023.

Anexo



Pesquisa do EJA

A pesquisa tem a finalidade de reconhecer a distância da moradia dos alunos das escolas destinadas para a educação de jovens e adultos(EJA) e reconhecer a falta de mais escolas para a modalidade em Maricá. Pesquisa destinada ao projeto novos pesquisadores

✉ Não compartilhado

☁

* Indica uma pergunta obrigatória

Nome *

Sua resposta

Local onde reside *

Sua resposta


Turma


Sua resposta _____

Você acha a escola distante da sua casa? *

Sua resposta _____

Com escolas destinadas a jovens e adultos perto da sua residência seria melhor para você? *

Sua resposta _____ 





você tem alguma dificuldade de chegar na escola? se sim, quais? *

Sua resposta _____

0 à 10 sobre a necessidade de escolas perto de sua residência e porque? *

Sua resposta _____

Enviar **Limpar form** 



PERSPECTIVA DO PRIMEIRO EMPREGO NA VIDA DO JOVEM

Leticia Gramacho Barcelos

RESUMO

O presente artigo relata a falta de orientação para o jovem no momento crucial na busca do primeiro emprego. A orientação passa a ser o objetivo essencial para esse momento, pois geralmente, a juventude está em busca de respostas e a orientação profissional pode melhorar essa perspectiva, em que o jovem possa entender como agir e o que procurar. É importante um espaço para fomentar e institucionalizar momentos para a escuta atenta, ativa e efetiva dos estudantes, tanto nas escolas, quanto pelas secretarias de educação. A orientação correta não só pode melhorar as chances de desenvolvimento dentro das áreas de trabalho, como também pode ajudar na consolidação de uma vida mais feliz e plena, em âmbito profissional e pessoal.

Palavras-Chaves: Jovem; Orientação Profissional; Trabalho; Jovem Aprendiz.

INTRODUÇÃO

Há uma linha tênue entre infância e a fase adulta, chamada adolescência, ela é tão perplexa e é acompanhada de tantas incertezas, em que o adolescente se caracteriza muito velho para continuar com seus “hábitos infantis”, mas ainda novo para tentar se incluir no mundo adulto. A adolescência, evidentemente, é acompanhada de um atributo chamado processo de individuação (Jung 2003), em que a busca pela identidade, singularidade e autonomia se tornam presentes no dia a dia do jovem.

Nesse processo, o mundo de trabalho vem para os jovens como um

refrigério e gera expectativa de enfim conseguir o que tanto cobiçam: a autonomia.

Em meio a tantas incertezas, como transitar de um mero estudante a ser profissional contratado? O trabalho e a tão desejada autonomia terão de ficar somente nas idealizações, devido à falta de preparação e orientação para os jovens? Espera-se, então, um apoio maior que possa orientar os jovens nessa tão preciosa empreitada.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a definição de desempregado se aplica para aquela pessoa que está em idade de trabalhar (a partir dos 14 anos) procurando emprego, mas que não consegue encontrar. Essas pessoas são consideradas desocupadas.

O estudante em si, não está no grupo dos “*desocupados*”, pois mesmo não estando em um emprego, ele se dedica a outras atividades, logo, são considerados ocupados. Sem a orientação devida, o jovem passa a procurar atividade informal, que o leve a ter alguma experiência e algum retorno financeiro. Mediante aos tantos obstáculos no caminho da juventude, ela passa a ser alvo de transtorno de ansiedade, depressão, baixo estima, falta de apoio, educação defasada e pouco preparo para o mercado de trabalho. Considerando esses aspectos, acredita-se que auxiliando o jovem em sua caminhada inicial no mundo do trabalho, aumentará a percepção de empregabilidade para a juventude.

Abordaremos, neste artigo, a inserção no mercado de trabalho de um jovem estudante de 14 anos matriculado em uma escola regular, no município de Maricá, ainda no Ensino Fundamental II. É por meio do programa Jovem Aprendiz, proposto pela lei n.º 10.097/2000, aprovada no ano 2000, e regulamentada em 2005, que esta oportunidade se faz presente na vida deste jovem.

NEM CRIANÇA, NEM ADULTO

Ser jovem é ser forte, é conseguir enxergar o mundo por todos os ângulos, é ter sonhos e querer realizá-los, é ser ousado mesmo sentindo medo, é ter a arte de reinventar quando necessário, é ser estratégico, é estar imer-

so em um contexto de grandes desafios e complexidades. Ser jovem é sinônimo de energia, força e coragem!

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) é considerado jovem uma pessoa entre 15 e 24 anos. No Brasil, desde 2005, com a criação da Secretaria Nacional de Política de Juventude, a população jovem é a de 15 a 29 anos. Mas de uma maneira geral, a juventude abrange pessoas entre 15 e 24 anos e nela incluem-se os adolescentes.

Os adolescentes apresentam diversidade de grupos, atitudes, comportamentos, gostos, valores e filosofia de vida, sua faixa etária corresponde entre os 10 e os 19 anos. Como diz Serra (1997), “há diversos mundos e diversas formas de ser adolescente” (p. 29). As experiências vividas ao longo de sua vida marcam o indivíduo como ser único, apesar de compartilhar algumas características com outros jovens.

O adolescente é convocado a desligar-se da infância e a preparar-se para a vida adulta. É um processo doloroso e conflituoso de renúncia dos objetos de amor, um luto pelas perdas do momento da infância, que evidencia para o sujeito que para crescer é preciso tolerar essas perdas, se diferenciar dos pais, e se construir. A partir desse momento, ele passa a querer buscar a sua autonomia, gerando sua independência, mas ainda, é invalidado como um adulto. Para essa nova fase, entrar no mercado de trabalho, vai atuar como uma validação da sua maturidade na sociedade.

Ao menor de 16 anos de idade é vedado qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos; sendo admissível o Contrato de Aprendizagem, que deve ser feito por escrito e por prazo determinado conforme artigo 428 da CLT. Além de proporcionar a primeira vivência de trabalho, esse programa ainda possibilita o aprendizado de habilidades pessoais necessárias dentro de uma empresa.

Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a

executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação (Redação dada pela Lei nº 11.180, de 2005).

ENTRANDO NO MERCADO DE TRABALHO

Uma das questões a ser abordada diz respeito a como trabalhar aos 14 anos, sem configurar trabalho infantil, já que ao menor de 16 anos é vedado qualquer trabalho? Veja abaixo o que o Estatuto da Criança e do Adolescente, (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990) diz sobre o trabalho infantil:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

A melhor forma de se inserir no mercado de trabalho, nesta idade é pelo Programa Jovem Aprendiz, proposto pela lei n.º 10.097/2000, aprovada no ano 2000 e regulamentada em 2005. A lei do Jovem Aprendiz estimula empresas a contratarem jovens, oferecendo-lhes suas primeiras oportunidades de emprego, promovendo formação profissional e inserção no mercado de trabalho. Ao contratar e treinar jovens, a empresa ganha benefícios fiscais (BRASIL, 2000). Já os jovens garantem sua entrada no mercado, adquirindo formação teórica e prática, com conhecimentos aprofundados de como funciona o mercado.

Em decorrência do Programa Jovem Aprendiz, uma iniciativa federal, a mais de 20 anos os jovens de 14 a 24 anos, tais como os deficientes, conseguem o estopim para enfim se incluírem no mercado de trabalho formal, se qualificando também futuramente para indústrias. Mas como incluir esse jovem, de 14 anos, neste projeto?

Muitos alunos não têm ideia de como começar a entrar no mercado de trabalho. A princípio, ele apenas pensa em um trabalho informal, já que, com essa idade ele não poderia fazer parte de uma empresa. Por outro lado, na maioria das vezes, o estudante pensa em trabalhar quando entra

para o ensino médio. Deixando passar essa oportunidade de ingressar no programa jovem aprendiz aos 14 anos.

A escola, deveria fazer esse elo, auxiliando o aluno em sua empreitada trabalhista. Assim, ser selecionado para participar do Projeto Jovem Aprendiz e ter sua primeira experiência no mundo do trabalho ajuda os adolescentes a se perceberem como seres mais independentes e autônomos no seu processo de desenvolvimento e com mais chances de inserção definitiva no mercado de trabalho (Sousa et al. 2013).

A AJUDA DA ESCOLA

A gestão escolar, poderia criar um espaço, onde o jovem pudesse ser ouvido e orientado, já no Ensino Fundamental II. Embora pareça precipitado abordar a questão do primeiro emprego para esses jovens, a verdade é que quanto mais cedo esse planejamento vier, menos serão os estresses. É muito comum que os jovens, no início de suas carreiras, sejam mais inseguros devido à falta de vivências. Mas, ao começara trabalhar mais cedo se adquire mais segurança com as experiências e situações que acontecem no dia a dia do trabalho, Além de auxiliar no temido momento de escolher um curso superior e a realizar as provas do Enem.

Grande parte da população jovem, principalmente a de maior vulnerabilidade social, busca se inserir no mercado de trabalho e se depara com a indisponibilidade de oportunidade e com a carência de qualificação. Assim, tentativas frustradas de conseguir um emprego podem contribuir para que esses adolescentes tenham uma queda na sua percepção de empregabilidade na medida em que passa o tempo (Calazans et al. 2014).

A escola é um espaço de crescimento pessoal, intelectual e, também, profissional. Auxiliar o aluno nesse momento em que ele começa a pensar em trabalhar pode ser de grande ajuda, pois quando se pensa em trabalhar, não se imagina todo o mar de burocracia que tem de se enfrentar e conseguir um emprego sem uma experiência profissional ou qualificação em uma área específica é uma das maiores dificuldades para esses jovens.

Na verdade, esses jovens, não são considerados desempregados, já que eles têm a ocupação de estudante, segundo o IBGE (2013, 2016), mas a partir do momento que este jovem vê a necessidade de querer ter sua independência financeira, ele não sabe como agir, e se a escola oferecer esse serviço, ele terá onde sanar suas dúvidas. Neste caso, estamos abordando a possibilidade do primeiro emprego para o jovem de 14 anos, cuja orientação da escola será para que ele se inscreva no Programa Jovem Aprendiz.

Na criação de um espaço para orientação desse aluno, que está à procura de uma oportunidade de emprego, ele poderá ser orientado nas seguintes questões:

- O que é Jovem Aprendiz?
- Quais são os requisitos para ser um Jovem aprendiz?
- Como funciona?
- Quanto ganha um Jovem Aprendiz?
- Como fazer um currículo para Jovem Aprendiz?
- Como se preparar para uma entrevista de emprego?
- Quais são os benefícios de participar do programa?
- Vagas para Jovem aprendiz

Ao apresentar o Programa Jovem Aprendiz, o profissional da escola deverá orientar esse jovem aluno a como proceder para a inscrição no projeto. A princípio, o menor de 14 anos pode desempenhar todas as atividades, desde que com o acompanhamento de um empregado monitor, responsável pela coordenação de exercícios práticos pelas atividades do aprendiz no estabelecimento, em conformidade com o programa de aprendizagem (BRASIL, 2005).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como referencial teórico a primeira consideração gira em torno das políticas desenhadas para adolescência e juventude, nas quais se encaminham em sua grande maioria para o mundo produtivo, ECA (1990,

2002); CLT - Lei da Aprendizagem Profissional (nº10.097/2000); IBGE (2006). Utilizou-se, também, da ideia de Jung (1999, 2002, 2003), abordando a importância da desvinculação da vida familiar para uma vida autônoma, abrangendo: escola, trabalho em um convívio interpessoal, “a individuação é um processo psicológico da máxima importância. Ela consiste no desenvolvimento pessoal e na realização o mais plena possível da personalidade, representada pelo si mesmo”. Jung (2003, p. 124).

METODOLOGIA

Como metodologia a pesquisa se amparou em uma abordagem qualitativa e tecnicamente foi adotada a pesquisa bibliográfica, através de dados coletados em livros, artigos periódicos (revistas e trabalhos apresentados em palestras e seminários) e pesquisas na internet (documentos eletrônicos)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia principal desse projeto era explorar diversas oportunidades na busca do primeiro emprego para o adolescente. Visando uma parceria com o comércio local/escola, mantendo o aluno sempre informado das possibilidades de trabalho. Mas no decorrer da pesquisa, observou-se que antes dos 16 anos de idade, o adolescente não poderia ter acesso ao mundo do trabalho (BRASIL, 1990). Somente como aprendiz, esses jovens, a partir dos 14 anos poderiam ingressar nessa nova jornada.

Logo, deparou-se com a necessidade de orientar os jovens na integração ao Programa Jovem Aprendiz. Lá quem está à procura do primeiro emprego tem a oportunidade de se inscrever no programa, independentemente do local onde se encontra, já que várias empresas fazem seus cadastros, abrindo vagas para diversas localidades, sendo assim, os jovens de Maricá, podem se cadastrar em uma empresa próxima de sua moradia.

A inserção no mundo do trabalho possui valor social e reproduz o imaginário coletivo de valorização moral do ser trabalhador. A identidade do trabalhador se constrói precocemente pela identificação com

modelos adultos e pela inserção concreta no mundo do trabalho (Jacques, 1995 apud Amazarray, 2009).

Muitas vezes, a empresa que contrata o aprendiz oferece a oportunidade do jovem auxiliar no sustento da família. A renda extra ao jovem, oferece uma porta de entrada para futuros sonhos e projetos, sendo necessidade ou não, o programa é uma etapa necessária para o amadurecimento e crescimento dos jovens aprendizes.

Por fim, cabe perceber que as empresas exigem que a juventude se torne cada vez mais capacitada e adequada ao modelo formal de trabalho, ainda que os sujeitos inseridos no Programa Jovem Aprendiz são compreendidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente como sujeitos em desenvolvimento (BRASIL, 1990).

REFERÊNCIAS

AMAZARRAY, Mayte Raya et al. Aprendiz versus trabalhador: adolescentes em processo de aprendizagem. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 25, n. 3, p. 329-338, jul./set. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/ptp/a/LmqnNqrc79NZ3sRNTGSZLyN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2015.

BRASIL. Decreto nº 5.598/2005. Brasília: Diário Oficial da União, 2005.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 16 dez. 2018.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990a.

BRASIL. Lei da Aprendizagem. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Brasília/DF, 2000.

Calazans, F. D. D., de Sousa, J. P. Z. M., & Fischer, L. (2014). Programa de aprendizagem profissional e sua contribuição mercadológica: Uma análise sob as perspectivas aprendiz, professor e empresa. **Bioenergia em Revista: Diálogos**, 4(1), 35-58.

Cerqueira-Santos, E., Melo, O. C., Neto, & Koller, S. H. (2014). Adolescentes e dolescências. In L. F. Habigzang, E. Diniz, & S. H. Koller, *Trabalhando com adolescentes: Teoria e intervenção psicológica* (pp. 17-29). Porto Alegre, RS: A

Como ajudar os adolescentes a construir um projeto de vida. Disponível em: <https://www.sponte.com.br/como-ajudar-os-adolescentes-a-construir-um-projeto-de-vida>. Acesso em: 17 out. 2023.

Conselho de carreira: encontrando emprego e como trabalhar com 14 anos. Disponível em: <https://br.indeed.com/conselho-de-carreira/encontrando-emprego/como-trabalhar-com-14-anos>. Acesso em: 17 out 2023.

Guia de cursos: jovem aprendiz, confira onde encontrar vagas. Disponível em: https://www.guiadecursos.net/jovem-aprendiz-2023-confira-onde-encontrar-vagas-abertas/?gclid=CjwKCAjw7c2pBhAZEiwA88pOF2hI-VwsdArHwdov85bY7zUm_n4_yN0s9C2cxDSgd6YxTFqldbV_K8xoConAQAvD_BwE. Acesso em: 21 out. 2023.

Guia Trabalhista. Disponível em: <https://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/trabalhomenor.htm#:~:text=Ao%20menor%20de%2016%20anos,conforme%20artigo%20428%20>. Acesso em: 12 out. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores (PNAD). Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores (PNAD). Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

Jovem aprendiz. Disponível em: <https://www.gupy.io/blog-do-emprego/jovem-aprendiz>. Acesso em: 12 out. 2023.

JUNG, C. G. Cartas I. Petrópolis: Vozes, 1999.

JUNG, C. G. Cartas II. Petrópolis: Vozes, 2002.

JUNG, C. G. Cartas III. Petrópolis: Vozes, 2003.

Maricá é a terceira cidade com melhor índice relativo a empregos. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/noticia/marica-e-a-terceira-cidade-com-melhor-indice-relativo-de-empregos-no-pais/#:~:text=No%20total%2C%20foram%2013.050%20novos,a%20terceira%20melhor%20do%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 17 out. 2023.

Oportunidades profissionais. Disponível em: https://oportunidades-profissionais.com.br/programa-jovem-aprendiz-2023/?gclid=CjwKCAjw7c2pBhAZEiwA88pOF0YLtNu7Xg2rFNfFNfZ0FWQvj0sfh2IPgTGAKBpwkTZLceRly-hT8BoCWbsQAvD_BwE. Acesso em: 21 out. 2023.

O que é preciso para ser jovem aprendiz. Disponível em: <https://www.nube.com.br/blog/2022/12/20/guia-atualizado-quanto-ganha-um-jovem-aprendiz>. Acesso em: 21 out 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Problemas de la salud de la adolescencia: informe de un comité de expertos de la O.M.S. (Informe técnico n. 308). Geneva: OMS, 1965.

PROJETO pune quem submeter criança ou adolescente a trabalho perigoso. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/691530-projeto-pu>

ne-quem-submeter-crianca-ou-adolescente-a-trabalho-perigoso. Acesso em: 17 out. 2023.

Quais as vantagens de ingressar cedo no mercado de trabalho. Disponível em: <https://www.gamt.org.br/post/quais-s%C3%A3o-as-vantagens-de-ingressar-cedo-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 14 out. 2023.

SERRA, E. Adolescência: perspectiva evolutiva. In: Anais do VII Congresso INFAD, Oviedo, Espanha, 1997. p. 24-28.

VILLAR, M. da C. O.; MOURÃO, L. Avaliação do Programa Jovem Aprendiz a partir de um estudo quase-experimental. *Trends in Psychology*, v. 26, n. 4, p. 1999-2014, 2018.

ACESSO LIVRE

Luana Rafaela de Souza Castro

RESUMO

Este artigo trata sobre a saúde mental e como ela é afetada por eventos, como a pandemia, trazendo cada vez mais tristeza às pessoas diretamente e indiretamente. Discutiremos também sobre a importância de buscar acompanhamento psicológico, entendendo ainda que existem diferentes abordagens terapêuticas. Maricá oferece diferentes tipos de organizações e serviços disponíveis para quem precisa de apoio, para cidadãos com transtornos mentais e emocionais persistente ou com quadros moderados de ansiedade, entre outros e os indivíduos que precisam de apoio emocional e de prevenção ao suicídio. Foram realizadas pesquisas em sites e visitas às instituições especializadas, citadas no decorrer deste trabalho, eleições de trabalhos acadêmicos relevantes na área. Em função do material encontrado, os detalhes trazidos nas definições conseguem ser mais completos. Com as visitas poderemos ver a importância dessas instituições e como os pacientes desses lugares são bem tratados. É fundamental enfatizar que existam lugares como esses em Maricá para aqueles quem precisa de apoio na área de saúde mental.

Palavras Chave: Saúde mental; terapia; pacientes.

INTRODUÇÃO

A chave para um convívio social estável atravessa a saúde mental dos indivíduos. A resiliência da humanidade foi posta à prova com os relatos de morte na pandemia que contribuíram para o agravamento dos sintomas de ansiedade da população. Ainda durante esse período, os CAPS de Maricá mantiveram suas portas abertas a quem precisasse de assistência profissional e para os indivíduos que evitaram sair de casa durante o *lockdown*.

A pandemia impulsionou a terapia em sua versão online, que se mostrou eficaz e acessível durante esse período. O artigo trata da substituição feita em 2001 dos hospitais psiquiátricos por Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e a importância de organizações, como o Centro de Valorização da Vida (CVV), para oferecer apoio emocional e prevenção do suicídio. Este artigo enfatiza a importância do tratamento terapêutico na melhoria da saúde mental e destaca a evolução dos métodos terapêuticos ao longo da história a despeito da luta contra o estigma associado ao tratamento psicológico.

O desenvolvimento do trabalho foi feito a partir da análise de documentos, pesquisas em sites e visitas às instituições CAPS e a leitura de textos acadêmicos relevantes na área da psicologia e da psicanálise. O objetivo deste artigo é promover uma saúde mental fortalecida e apresentar os serviços que Maricá dispõe.

1. SAÚDE MENTAL

Saúde mental é um tema cada vez mais presente nos dias atuais. Ela promove uma condição de interação social mais harmônica diante a convivência em sociedade. Uma mente estável envolve a capacidade de estar no controle de suas próprias habilidades. Ser produtivo e se restabelecer após um momento de estresse, é uma característica de uma mente estável que sabe lidar com contratempos com maior facilidade.

A estrutura de uma boa saúde mental se constrói em cima do autoconhecimento, boa alimentação, sono regulado, sessões de psicoterapia ou de psicanálise e atividade físicas – que ajudam também a elevar a autoestima. No processo de equilíbrio emocional existem neurotransmissores que se manifestam no cérebro. Sua falta ou mal funcionamento pode estar relacionado com distúrbios mentais. Entre eles, temos a Dopamina, que é conhecida como “hormônio da felicidade”, quando liberada provoca a sensação de prazer, satisfação e aumento de motivação. Por sua vez, a endorfina, outro neurotransmissor, tem a função de aliviar a dor, reduzir o estresse, promover a

sensação de bem-estar e melhorar a qualidade do sono. Já a ocitocina diminui a ansiedade e o estresse.

2. IMPACTOS DA PANDEMIA NA SAÚDE MENTAL

A COVID-19 é uma enfermidade respiratória causada pelo vírus SARS-CoV-2. Seus primeiros relatos aconteceram na China, na cidade de Wuhan em 2019 e dali o vírus se espalhou para o restante do mundo. As primeiras semanas, até os primeiros meses, foram caracterizados por caos e desorientação. A ansiedade e a confusão generalizadas cresceram cada vez mais à medida que novos relatos de tragédia, morte e desespero apareciam em diversas partes do mundo.

No Brasil, a quarentena foi iniciada em 11 de março de 2020. As normas de segurança foram divulgadas para prevenir que a doença se propagasse. Uma das principais consequências desse isolamento foi o desgaste familiar, o afastamento dos familiares e o isolamento, ou então os conflitos entre os membros de uma mesma família, aumentaram a demanda por tratamentos psicológicos.

A pandemia trouxe desespero, fez a cabeça de todos mudar, valorizar mais as pessoas ao seu redor e a aproveitar mais a própria vida em si. Ao mesmo tempo esse mesmo desespero atingiu diretamente a questão de quão frágil é a vida humana e de quanto é necessário cuidar da saúde mental e física. O que pode ser notado na passagem abaixo da

O aumento dos sintomas psíquicos e dos transtornos mentais durante a pandemia pode ocorrer por diversas causas. Dentre elas, pode-se destacar a ação direta do vírus da Covid-19 no sistema nervoso central, as experiências traumáticas associadas à infecção ou à morte de pessoas próximas, o estresse induzido pela mudança na rotina devido às medidas de distanciamento social ou pelas consequências econômicas, na rotina de trabalho ou nas relações afetivas e, por fim, a interrupção de tratamento por dificuldades de acesso.

Esses cenários não são independentes. Ou seja, uma pessoa pode ter sido exposta a várias destas situações ao mesmo tempo, o que eleva o risco para desenvolver ou

para agravar transtornos mentais já existentes (Biblioteca Virtual em Saúde – Ministério da Saúde).

Apenas com o primeiro ano da pandemia, sentimentos e sintomas como os de solidão, de medo de morrer, de luto e de preocupações financeiras tiveram um aumento de mais de 25%. Na fase da pandemia sem a vacina, os psicólogos não poderiam expor esperança aos pacientes, eles só poderiam ouvir, já que ninguém teria certeza do que poderia acontecer. Além de não poder oferecer um real conforto, ainda havia a dificuldade de reiniciar todo o progresso do paciente em relação aos seus medos, diante de cada nova variante do coronavírus que surgia. Vejamos:

Por onde passa, o vírus deixa um tanto de tristeza e preocupação com o futuro, mas, no Brasil, médicos e psicólogos dizem que a onda de doenças psíquicas é uma outra epidemia, que cresce em paralelo à Covid. Em nenhum outro lugar do mundo subiu tanto o diagnóstico de ansiedade e depressão, segundo um estudo da Universidade de Ohio em parceria com universidades de 11 países. Sofremos mais que os outros porque, no Brasil, a pandemia demora a ceder, concluem os pesquisadores (G1, 2021).

As terapias, que antes eram feitas por psicólogos, psiquiatras e psicanalistas de forma presencial, com a quarentena passaram a ser online. Hoje em dia as duas formas de consulta são praticadas e, geralmente, o paciente pode escolher de acordo com sua preferência.

Com relação à saúde pública durante a pandemia, o município de Maricá investiu em Equipes Multidisciplinares de Atenção Psicossocial (EMAPS). Muitos centros de saúde, entre eles o CAPS, não mudaram sua forma de atendimento presencial. Essas equipes trabalharam com o risco de contaminação.

3. DIFERENÇA ENTRE PSICANÁLISE E PSICOLOGIA

A Associação Brasileira de Filosofia e Psicanálise diferencia a psicologia, como sendo a área que estuda a conduta humana e os processos men-

tais subjacentes (emoções e motivações); e a psicanálise, como a teoria psicológica que estuda a mente humana por meio da avaliação do inconsciente. São duas abordagens do campo da compreensão e tratamento do comportamento humano:

3.1 PSICOLOGIA

A Psicologia utiliza métodos de investigação e análise para estudar a relação alma-corpo, o pensamento humano e seu comportamento. Teve origem na filosofia como a ciência daquilo é possível através da alma humana e era dividida em psicologia racional e psicologia empírica, a primeira se baseia na reflexão e na filosofia, com definições, experiências e axiomas¹, a segunda coleta dados através da observação e dos experimentos realizados, com evidências objetivas. A psicologia moderna evoluiu para uma abordagem mais empírica e científica.

Seus métodos investigativos são: o introspectivo, que trata auto da observação e da autoavaliação do pensamento e da emoção; o experimental, que se refere aos testes controlados que investigam as relações de causa e efeito; e o clínico que, por sua vez, realiza entrevistas e testes psicométricos para coletar dados sobre a vida e a saúde mental do paciente – utilizado principalmente na psicologia clínica e psicoterapia.

A psicologia foi reconhecida como disciplina acadêmica a partir de 1789 com a fundação, do Laboratório de Psicologia Experimental, em Leipzig, na Alemanha, por de Wilhelm Wundt. Vários anos depois, foram desenvolvidas as áreas da psicologia, cita-se: a Psicologia Educacional; a Psicologia Organizacional; a Psicologia Hospitalar; a Psicologia Social; a Psicologia Ambiental; a Neuropsicologia e a Psicologia Jurídica.

3.2 PSICANÁLISE

Considerado o pai da psicanálise, Sigmund Freud desenvolveu a teoria psicanalítica a partir do estudo do inconsciente humano, para abordar/compreender os problemas emocionais e psicológicos. Segundo ele,

¹ Axioma é declaração inquestionável, ou seja, uma afirmação que é aceita como verdadeira sem haja necessidade de comprovação.

os conflitos e desejos inconscientes têm um impacto no comportamento humano.

Inicialmente, o processo de criação foi através da hipnose – para descobrir os “gatilhos” dos sintomas, do método catártico – que por meio da conversações surgiam lembranças relacionadas ao evento traumatizante; da interpretação dos sonhos – segundo Freud “a interpretação dos sonhos é a principal via de acesso para se conhecer as atividades inconscientes da mente” (Freud: 1901); e, por fim, dos atos falhos, manifestações do que foi reprimido pelo inconsciente. Na atualidade são utilizados os métodos da associação livre (uma versão melhorada do método catártico) e a interpretação dos sonhos.

Sigmund Freud nasceu em 1856 na República tcheca mas se mudou em 1860 para Viena, onde anos depois se formou em medicina e se especializou em psiquiatria. Ele trabalhou no Hospital Salpêtrière, na França, e se interessou na técnica da hipnose, que Jean Martin Charcot usava para acessar as doenças psíquicas que seus pacientes bloquearam inconscientemente. Ele trouxe a hipnose no seu retorno a Viena e a testou com jovens que sofriam de sintomas neurológicos. Porém, percebeu que não atingiu o efeito esperado. Também estudou mais sobre o inconsciente e, em conjunto de Josef Breuner, desenvolveu seu próprio método ao estimular seus pacientes a falar sobre seus sintomas. Freud os associava ao passado deles, método que ele chamou de Catártico. Em 1895, os dois estudiosos trabalharam no livro *Estudos sobre a histeria*.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os métodos terapêuticos citados neste artigo, de ambas as áreas, possuem alta relevância para o desenvolvimento pessoal de cada cidadão sob o acompanhamento profissional, tanto para aqueles que buscam melhorar a saúde mental quanto para quem precisa de tratamento de traumas do do passado que refletem e atrapalham a sua vida atual.

A sociedade enxergava, e ainda enxerga, o tratamento psicológico como algo sem necessidade e como algo negativo, carregado de muito

capacitismo² – que está enraizado no pensamento de todos desde há muito anos. É uma luta que todos devem fazer para desconstruir essas crenças capacitistas.

De acordo com a **Lei nº 10.216/2001**³, os hospitais psiquiátricos foram substituídos pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) que acolhem esses pacientes com transtornos mentais e trabalham para sua reintegração na sociedade; CAPS-AD, para usuários de álcool e outras drogas e CAPSi, para infanto-juvenil.

Todos os CAPS trabalham em regime de porta aberta, isto é, sem necessidade de agendamento prévio ou encaminhamento, oferecendo acolhimento e tratamento multiprofissional aos usuários. Contudo, o paciente passa por uma triagem⁴ e se o mesmo tiver um quadro considerado moderado, ele é encaminhado para uma Equipe Multidisciplinar de Atenção Psicossocial (EMAPS), que são equipes de assistência de saúde mental que atuam em serviços mais direcionados e específicos para casos menos graves. A equipe, então, fornece suporte contínuo e auxilia na reabilitação psicossocial do paciente. Psicólogos, assistentes sociais, psiquiatras e terapeutas ocupacionais que compõem esse grupo trabalham nas regiões próximas à residência dos usuários de acordo com a Unidade de Saúde da Família (USF) dos quatro distritos.

O CAPS III de Maricá proporciona serviços de atenção contínua com vinte e quatro horas de funcionamento.; o CAPS AD II e o CAPSi II funcionam das 8h às 18h de segunda a sexta.

O CVV (Centro de Valorização da Vida) é uma ONG que oferece apoio emocional e prevenção do suicídio. Em qualquer emergência, seja algum indivíduo que não tem alguém confiável para desabafar, ou, um paciente que não conseguiu entrar em contato com seu psicoterapeuta. O atendi-

2 Capacitismo: Preconceito com aqueles que possuem qualquer condição considerada não-natural desde os séculos passados e que ainda se mantém vivo até os dias atuais. Numa época em que a tecnologia é mais acessível, as pessoas que não buscam se informar sobre seu próprio pensamento incorreto são consideradas ignorantes.

3 BRASIL. **Lei nº 10.216/2001**, de 6 de abril de 2001. Protege os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo de assistência psiquiátrica no país. Diário Oficial da União Brasileira, Brasília, DF, v.

4 Triagem é um procedimento que envolve uma avaliação e a classificação dos pacientes com base em sua condição médica, gravidade dos sintomas ou necessidade de tratamento.

mento no CVV, é presencial ou por chat, telefone, email. É sigiloso, sem nenhum requerimento ou divulgação de dados para deixar o ambiente mais confortável o possível para aqueles que precisam de apoio

À medida que nossa sociedade progride, se torna evidente a relevância da saúde mental e dos serviços de assistência psicológica. Neste estudo, exploramos a interligação entre a saúde mental e ofertas de serviços psicológicos, enfatizando sua importância no contexto pós-pandêmico. Nossas descobertas reforçam a ideia de que a saúde mental é um componente crucial do bem-estar geral de um indivíduo. Os desafios emocionais e psicológicos são inerentes à experiência humana, e os profissionais fornecem um espaço seguro para a expressão de emoções, o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento e com a construção de resiliência de que todos precisamos para ir em direção a qualidade de vida.

Promover a saúde mental não é uma responsabilidade apenas dos profissionais de saúde, mas de toda a sociedade. A conscientização, a compreensão e a redução do estigma associado aos problemas de saúde mental são passos cruciais para criar uma sociedade mais saudável e inclusiva, e para garantir que todos tenham acesso a eles quando necessário.

6. REFERÊNCIAS

FREUD, Sigmund. **Sobre a psicopatologia da vida cotidiana**. São Paulo: Lafonte, 1901. v.6.

SILVEIRA, Flavianne. Relação do núcleo de apoio à saúde da família e a unidade básica de saúde: fortalezas e fraquezas, equipe saúde da família satélite, **Minas Gerais**. Belo Horizonte, Minas Gerais, p(1 e 27), 2015. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/Rela%C3%A7%C3%A3o_do_nucleo_de_apoio_saude_familia.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

20 anos da Reforma Psiquiátrica no Brasil: 18/5 – Dia Nacional da Luta An-

timanicomial. Biblioteca Virtual em Saúde - Ministério da saúde. Disponível em: <<https://bvsmms.saude.gov.br/20-anos-da-reforma-psiQUIATRICA-no-brasil-18-5-dia-nacional-da-luta-antimanicomial/#:~:text=Em%20substitui%C3%A7%C3%A3o%20aos%20hospitais%20psiQUIA%20AtrIcos,%2C%20em%20tratamento%20n%C3%A3o%20hospitalar>>. Acesso em: 19 out. 2023.

Maricá ganha mais quatro equipes multiprofissionais de Atenção Psicossocial. Prefeitura de Maricá, 2021. Disponível em: <<https://www.marica.rj.gov.br/noticia/marica-ganha-mais-quatro-equipes-multiprofissionais-de-atencao-psicossocial/>>. Acesso em: 20 out. 2023.

MORETTINI, Thays. **O método da associação livre**. Ibrapsi, 2023. Disponível em: <<https://ibrapsi.com.br/o-metodo-da-associacao-livre/#:~:text=A%20associa%C3%A7%C3%A3o%20livre%20%C3%A9%20um%20m%C3%A9todo%20que%20foi%20elaborado%20simplesmente,dele%20que%20nasceu%20a%20psican%C3%A1lise>>. Acesso em: 14 out. 2023.

OMS divulga Informe Mundial de Saúde Mental: transformar a saúde mental para todos. Biblioteca Virtual em Saúde - Ministério da saúde. Disponível em: <<https://bvsmms.saude.gov.br/oms-divulga-informe-mundial-de-saude-mental-transformar-a-saude-mental-para-todos/#:~:text=A%20depress%C3%A3o%20e%20a%20ansiedade,criminalizam%20a%20tentativa%20de%20suic%C3%ADdio>>. Acesso em: 18 out. 2023.

Painel Coronavírus. Coronavírus//Brasil. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 19 out. 2023.

Pandemia de COVID-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo. OPAS - Organização pan-americana de saúde, 2022. Disponível em: <[https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em#:~:text=2%20de%20mar%C3%A7o%20de%202022,Mundial%20da%20Sa%C3%BAde%20\(OMS\)](https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em#:~:text=2%20de%20mar%C3%A7o%20de%202022,Mundial%20da%20Sa%C3%BAde%20(OMS))>. Acesso em: 19 out. 2023.

Saúde mental e a pandemia de Covid-19. Biblioteca Virtual em Saúde - Ministério da saúde. Disponível em: <<https://bvsmms.saude.gov.br/saude-mental-e-a-pandemia-de-covid-19/>>. Acesso em: 22 out. 2023.

SILVEIRA, Flavianna. Relação do núcleo de apoio à saúde da família e a unidade básica de saúde: fortalezas e fraquezas, equipe saúde da família satélite, Minas Gerais. 2015. P.(1 e 27). **Medicina - UFMG**, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2015.

MEU NOVO LUGAR: AS POLÍTICAS PÚBLICAS ADOTADAS EM MARICÁ E SUA RELAÇÃO COM O CRESCIMENTO POPULACIONAL

Maria Carolina Madacon

RESUMO

Este artigo pretende tratar da relação entre as políticas públicas adotadas pela Prefeitura de Maricá e o crescimento populacional no município, bem como contribuir para identificar, junto à parte da população, necessidades e anseios da “nova” Maricá. O trabalho visa a mapear, portanto, campos de ação para a criação de políticas que atendam às demandas populares. Para a contextualização do tema, foram analisadas as atribuições dos municípios de acordo com a Constituição Federal de 1988, e os fundamentos das políticas públicas municipais. Em seguida, é investigado como o município de Maricá construiu suas políticas públicas nos últimos anos a partir de sua capacidade institucional para, por fim, abordar as percepções dessas políticas à luz das impressões colhidas de uma parcela dos seus beneficiários. No tratamento dos dados obtidos, foi aplicada a metodologia *survey*, utilizando o encaminhamento de formulário eletrônico com a finalidade de observar anseios da população e reunir informações para posterior análise. A amostra obtida a partir do compartilhamento do formulário, embora restrita ao número de vinte respostas, proporcionou um vislumbre das percepções de parte da população. Os resultados apontam para o reconhecimento do papel das políticas públicas entre as razões que motivaram a transferência dos respondentes para Maricá. No entanto, os resultados também ressaltam a necessidade da aplicação de políticas relacionadas à segurança e à saúde, áreas sensivelmente impactadas pelo crescimento populacional.

Palavras-chave: crescimento populacional, política pública, município, qualidade de vida, Maricá.

INTRODUÇÃO

1. Promovendo a equidade

Em 2014 o município de Maricá, situado na região metropolitana do Rio de Janeiro¹, implementava uma iniciativa que se tornaria sua política pública mais conhecida: os ônibus com “tarifa zero”, isto é, transporte coletivo subsidiado pela Prefeitura². Por meio de entrevistas semiestruturadas, devidamente transcritas³, obtivemos o relato de uma família usuária desses veículos, popularmente chamados de “vermelhinhos”.

O grupo familiar em questão é formado por quatro pessoas, todas residentes em Maricá. A média de utilização diária é de 3,5 deslocamentos em ônibus intramunicipais [Linhas que a EPT, Empresa Pública de Transportes, atua]. Especificamente, duas pessoas utilizam diariamente dois ônibus, a terceira é usuária de cinco ou seis veículos, enquanto uma quarta pessoa realiza quatro viagens. Considerando uma estimativa de quatrocentos e vinte usos mensais, calcula-se que, caso não houvesse os “vermelhinhos”, a despesa mensal com o transporte representaria um gasto consideravelmente alto no orçamento familiar⁴.

Quando da implantação do transporte subsidiado, Maricá atraía novos moradores pela perspectiva de melhor qualidade de vida face à crise econômica⁵, particularmente no estado do Rio de Janeiro, responsável pela se-

1 Censo 2010: Maricá. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica>> Acesso em: 01 out. 2023.

2 Maricá, Lei Complementar nº244/2014, Artigo 8: “fica criado, como órgão de deliberação coletiva e assessoria direta da Presidência da Empresa Pública de Transportes, o Conselho de Planejamento Estratégico, que se destinará a ofertar subsídios para o planejamento da prestação dos serviços públicos relativos aos transportes individual e coletivo de passageiros, em todas as áreas de atuação da EPT”.

3 Esses depoimentos foram transcritos para o programa de edição de texto Word.

4 Cálculo realizado anteriormente pela EPT com a média de tarifas de ônibus dos municípios vizinhos, disponibilizado via e-mail: jose.costa@eptmarica.rj.gov.br. Acesso em: 20 out. 2023.

5 Fernanda de Holanda Barbosa Filho. A crise econômica de 2014/2017. *Estudos Avançados*, 31 (89), 2017, p. 51- Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/Bd4Nt6NXVr9y4v8tqZLJnDt/#:text=A%20crise%20de%202014%2F2017%20da%20economia%20brasileira%20teve%20como,geraram%20um%20custo%20fiscal%20elevado>>. Acesso em: 1 out. 2023.

gunda maior economia do país⁶. O início da operação dos “vermelhinhos” tornou Maricá um município atraente para muitas famílias de baixa renda, considerando que o preferível meio de locomoção de trabalhadores e estudantes brasileiros é o transporte coletivo, especialmente os ônibus⁷. A qualidade de vida resultante da implementação de políticas públicas como a “tarifa zero” mostrou-se particularmente convidativa para parte da população fluminense, conforme mostraram as entrevistas⁸.

2. Justificativa e Objetivos

O município de Maricá tem uma população estimada em cento e noventa e sete mil e trezentos habitantes, distribuída em quatro distritos: Sede, Ponta Negra, Inoã e Itaipuaçu. Pode-se constatar o crescimento demográfico do município ao considerar que, entre 2010 e 2022, houve um acréscimo de sessenta e nove mil e oitocentos e trinta habitantes⁹. Nesse período, Maricá foi o município que apresentou o crescimento populacional recorde em relação aos outros anos, de 54,87%, fato que possui relação direta com as políticas públicas do município¹⁰.

O Quadro 1 apresenta a evolução demográfica de Maricá ao longo das últimas décadas, com base nos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

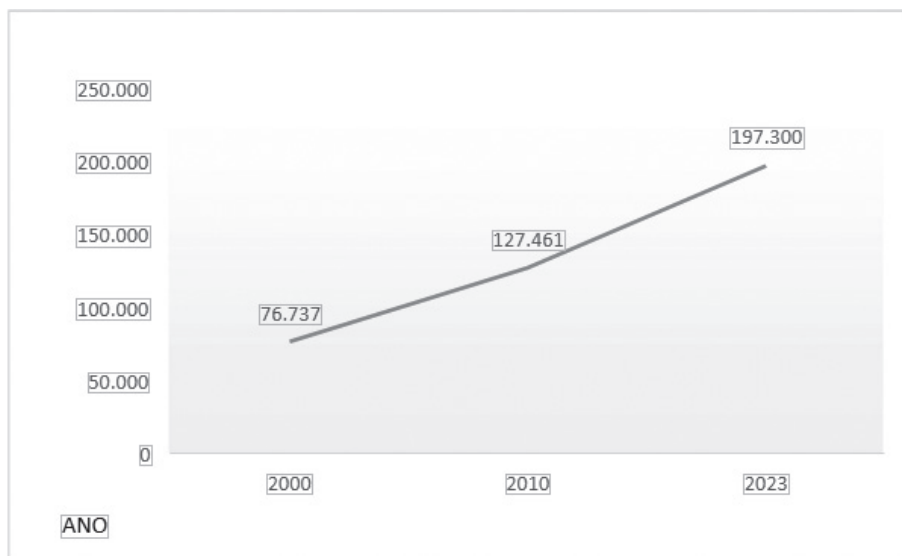
6 Eduardo Fernandez Silva. Evolução da economia do estado do Rio de Janeiro na segunda década do século XXI. *Câmara dos Deputados – Consultoria Legislativa*. Estudo Técnico, Dez. 2017. Disponível em: <evolucao_economia_fernandez (2).pdf. Acesso em: 1 out. 2023.

7 Agência CNT Transporte Atual. Ônibus é o meio de transporte que os brasileiros preferem. *Confederação Nacional do Transporte*, 29 set. 2016. Disponível em: <<https://www.cnt.org.br/agencia-cnt/onibus-e-o-meio-de-transporte-que-os-brasileiros-preferem>>. Acesso em: 1 out. 2023.

8 Esses fatos serão exteriorizados na Conclusão.

9 Censo 2010: Maricá, cit.

10 Maricá tem crescimento populacional recorde. Disponível em: <<https://www.marica.rj.gov.br/noticia/marica-tem-crescimento-populacional-recorde-de-5487/>> Acesso em: 1 out. 2023.



Quadro 1. Gráfico elaborado pela autora, com a base de dados do IBGE que apresenta a evolução demográfica de Maricá em três décadas. 2023.

O estudo sobre a relação entre as políticas municipais e o crescimento populacional assume uma relevância substancial. O aumento da população em uma entidade federativa demanda a implementação de ações institucionais, tornando assim imperativo que nos aprofundemos na análise de como essas medidas são percebidas pelos cidadãos. Algumas indagações decorrem dessa reflexão: parte da população recém-chegada ao município tributa sua opção por residir em Maricá à perspectiva de qualidade de vida atrelada às políticas públicas? Essas políticas fazem, hoje, parte do cotidiano dessas pessoas? Quais ações do poder municipal são mais apreciadas? Existem demandas ainda não atendidas pela Prefeitura?

No cenário atual, é possível discernir um processo de mudança contínua na localidade. É nesse contexto que a democracia, instrumento de concepção e execução de políticas públicas, assume papel fundamental como agente garantidos de direitos aos cidadãos maricaenses. Em escritos acerca do exercício da cidadania dentro da polis, Aristóteles faz ponderações perspicazes, argumentando que:

Vemos que toda cidade é uma espécie de comunidade, e toda comunidade se forma com vistas a algum bem, pois todas as ações de todos os homens são praticadas com vistas ao que lhes parece um bem; se todas as comunidades visam algum bem, é evidente que a mais importante de todas elas e que inclui todas as outras, tem mais que todas, este objetivo e visa ao mais importante de todos os bens; e ela se chama cidade e é a comunidade política¹¹.

O objetivo geral do artigo é, por meio de consulta a alguns moradores de Maricá, contribuir para a formulação de novas políticas públicas que, a par das experiências implementadas, propiciem a satisfação dos residentes. Como decorrência desse objetivo central, optou-se por delinear os objetivos específicos a seguir:

- 1) Analisar o processo de alocação de responsabilidades aos municípios estabelecido pela Constituição Federal de 1988;
- 2) Definir o conceito de políticas públicas e examinar suas premissas para a população;
- 3) Estabelecer uma correlação entre as políticas públicas do município e o crescimento populacional, corroborando a hipótese segundo a qual tais políticas constituem fator de peso na atração de novos moradores em Maricá.

REFERENCIAL TEÓRICO

Antes da Constituição Federal de 1988 os municípios não tinham a atribuição de Ente governamental, papéis atribuídos apenas às Unidades Federativas e à União. Durante a Assembleia Constituinte, optou-se pela redação de um artigo que indicasse as atribuições legais dos municípios, como a coleta do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição¹²”.

11 Aristóteles. *Política*. Trad. Mario Gama Kury. Brasília: Editora UnB, 1985, p. 1252 a.

12 BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* de 1988. Brasília: Presidência da República (Artigo 18). Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/constituicao-supremo/artigo>>.

A redução da amplitude da esfera governamental é compreendida como um fator que favorece a eficiência, além de permitir maior engajamento da população nas questões locais. A esse respeito, Angela Moulin discorre:

A descentralização das políticas públicas é um instrumento necessário para promover democratização do poder e favorecer a flexibilidade dos gastos segundo critério estabelecidos pela população local. Conjugada com maior responsabilidade na gestão fiscal-financeira dos municípios, tende a se traduzir em melhoria na eficiência alocativa dos gastos públicos¹³.

Os municípios fluminenses têm experimentado um aumento significativo de sua população, acompanhando o crescimento demográfico da capital do estado. Esse fato, além de impulsionar a circulação econômica, resulta em maior capacidade de arrecadação de impostos, gerando recursos para investimentos em projetos de natureza municipal. De acordo com a Lei

Orgânica de Maricá, o governo municipal tem a responsabilidade de fornecer uma série de serviços, como: 1) mercados, feiras e matadouros; 2) construção e conservação de estradas e caminhos municipais; 3) transportes coletivos estritamente municipais; 4) iluminação pública¹⁴. Tais serviços, desempenham um papel fundamental na promoção do desenvolvimento econômico local, por meio de projetos que atraem investimentos e estimulam a geração de empregos. De acordo com Angela Moulin:

Dado que os cidadãos vivem nos municípios, devem tornar as prefeituras os veículos de seus interesses coletivos, fazendo-as influir ativamente na formulação de políticas, inclusive nas de alcance nacional, ainda que geridas localmente, como as relativas às áreas da saúde e da educação¹⁵.

asp?abrirBase=CF&abrirArtigo=156>. Acesso em: 1 out. 2023.

13 Angela Moulin. *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.218.

14 Maricá. *Lei Orgânica Municipal de Maricá de 05 de Abril de 1990*. Maricá: RJ, 1990, Artigo 49, Inciso XXXVII. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/legislacao/legislacao_tributaria/leis/lei_organica_munic_ipal_de_marica.pdf>. Acesso em: 11 out. 2023.

15 Angela Moulin, op. cit., p. 219.

Para cumprir esse compromisso, as prefeituras implementam políticas com objetivo de garantir que os munícipes tenham acesso aos direitos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal (educação, saúde e lazer), bem como a satisfação de necessidades específicas de cada local. Além disso, desempenham papel fundamental no fomento do progresso social e na mitigação de questões prementes, como a exclusão social, o desemprego e a desigualdade na distribuição de renda.

Em 2017, Maricá se tornou o município fluminense que obteve a maior quantia em royalties e participações especiais provenientes da indústria de petróleo, totalizando um montante de R\$ 746.780.000,00, número que se mantém elevado até o presente¹⁶. A contribuição dos royalties para a economia de Maricá demonstrou-se de grande relevância, proporcionando à prefeitura os recursos necessários para a implementação de políticas públicas eficazes. No entanto, o município tem empreendido esforços na formulação de ações que visam à consolidação de sua economia em uma perspectiva de longo prazo para que, mesmo após a descontinuação das participações especiais, a qualidade de vida dos residentes não seja comprometida. Em depoimento fornecido para esta pesquisa, o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Igor Paes Nunes, abordou esse objetivo:

“[...] O royalty hoje é uma ferramenta que o município tem para que a gente construa a cidade, para em um futuro, não depender do royalty seja realidade. Maricá tem feito um dever de casa aprendendo com erros cometidos em outros municípios recebedores de royalty. [...] A criação do Fundo Soberano de Maricá é um diferencial em relação aos outros municípios recebedores de royalty [...]”¹⁷

As políticas públicas de Maricá abrangem diversas áreas, como a garantia da liberdade de locomoção e programas destinados a combater a desigualdade social. No entanto, em razão das dimensões deste traba-

16 Bruno Rosa; Ramona Ordoñez. Confirma os municípios do Rio que mais receberam royalties de petróleo. *O Globo*, 15 abr. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/confirma-os-municipios-do-rio-que-mais-receberam-royalties-de-petroleo-22591719>>. Acesso em: 11 out. 2023.

17 Secretário de Desenvolvimento Econômico, Igor Paes Nunes. Em entrevista na data: 11 set. 2023. Entrevistadora: Maria Carolina Madacon. Maricá, 2023. Arquivo de mídia em telefone móvel. Entrevista concedida na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Comércio, Indústria, Petróleo e Portos de Maricá.

lho, o artigo se concentrará nas três políticas mais amplamente utilizadas pela população: Tarifa Zero (“vermelinhos”), Moeda Social (Mumbuca) e Passaporte Universitário¹⁸.

A moeda social Mumbuca foi estabelecida em 2013 como parte do programa de Renda Básica e Cidadania (RBC), uma política destinada a combater a pobreza e promover a economia solidária, com um total de quarenta e duas mil e quinhentas pessoas beneficiadas em 2023. Essa política injetou mais de R\$1.000.000,00 na economia de Maricá, com uma média de quinze mil transações por minuto¹⁹. Ademais, no que tange à educação, há o Passaporte Universitário, um programa que proporciona o acesso dos maricaenses ao ensino superior, com suas mensalidades subsidiadas pela prefeitura. Seu objetivo é promover a ascensão ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, melhorar a situação educacional e econômica das famílias contempladas. Atualmente, o programa beneficia cinco mil oitocentos e oitenta e três alunos, com um total de setenta e quatro já formados²⁰.

Esses programas experimentaram um aumento constante no número de beneficiários, o que pode ser atribuído ao crescimento populacional do município na última década. Dados da Empresa Pública de Transportes também revelam um aumento significativo no número de linhas e frotas dos ônibus subsidiados, diretamente relacionado ao crescimento populacional, segundo o agente da empresa contatado para esta pesquisa²¹. Em 2016, os “vermelinhos” circulavam em apenas três linhas, com treze ônibus em circulação, número que aumentou em mais de 100% em 2023, já que atualmente existem trinta e nove linhas e cento e trinta e cinco ônibus em circulação. Isso sugere que a população recém-chegada

18 Cf. Quadro 3.

19 Moeda Social Mumbuca completa dez anos. *Prefeitura de Maricá*. Disponível em: < <https://www.marica.rj.gov.br/moeda-social-mumbuca-completa-dez-anos/#:~:text=Criada%20pela%20Prefeitura%20de%20Maric%C3%A1,solid%C3%A1ria%20e%20combate%20%C3%A0%20pobreza>>. Acesso em: 11 out. 2023.

20 Passaporte Universitário. *Prefeitura de Maricá*. Disponível em: <<https://www.marica.rj.gov.br/programa/passaporteuniversitario/#:~:text=Atualmente%2C%205.883%20pessoas%20s%C3%A3o%20alunos,de%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Rela%C3%A7%C3%B5es%20Internacionais>>. Acesso em: 11 out. 2023.

21 Contato realizado presencialmente e via e-mail. Entrevista concedida na sede da Empresa Pública de Transporte de Maricá em 20 out. 2023.

ao município está se beneficiando dessas políticas, uma vez que não é necessário um histórico prolongado de residência em Maricá para usufruir do transporte²².

METODOLOGIA UTILIZADA

As políticas públicas são particularmente importantes para um município em constante expansão e desenvolvimento, sobretudo levando-se em conta sua capacidade de atrair novos moradores. Logo, a necessidade de estabelecer um contato direto com a população se revelou indispensável, pois, como verificar a hipótese do artigo sem ouvir ao menos parte da população? Assim sendo, com o intuito de abordar as questões motivadoras apresentadas, optou-se pela estratégia de distribuição de um formulário eletrônico por meio da plataforma Google Forms. O número de respostas individuais limitou-se a vinte, dado o pouco tempo disponível para a coleta de dados, que se restringiu a uma semana. As perguntas contidas no questionário objetivavam entender as razões pelas quais os respondentes escolheram Maricá como seu local de residência, identificar os fatores que influenciam sua permanência e conhecer quais políticas públicas são mais utilizadas e apreciadas pela população.

As perguntas foram elaboradas com o cuidado em não gerar desconforto para os entrevistados. Dado que o tema do artigo envolve uma dimensão pessoal, relacionada aos critérios na escolha do lugar para residir, optou-se pela formulação de perguntas diretas e não intrusivas. Em vista disso, a maioria das questões possuíam um enfoque qualitativo, mas em algumas perguntas mais objetivas, optamos pela abordagem quantitativa, com a finalidade de não constranger os participantes da pesquisa via internet. Foram elaborados inicialmente dois formulários, mas apenas os resultados gerados pelo segundo questionário participam da análise constante no artigo, pois o primeiro formulário não foi encaminhado com o devido termo de consentimento aos respondentes²³. Apesar dessa circunstância, os dados obtidos por meio do

22 Cf. Quadro 3.

23 A exigência do termo de consentimento foi solicitada posteriormente, durante o primeiro encontro do curso ofertado pela organização do concurso (4 out. 2023). Tal acontecimento ocasionou

segundo formulário revelaram-se satisfatórios para os fins do trabalho.

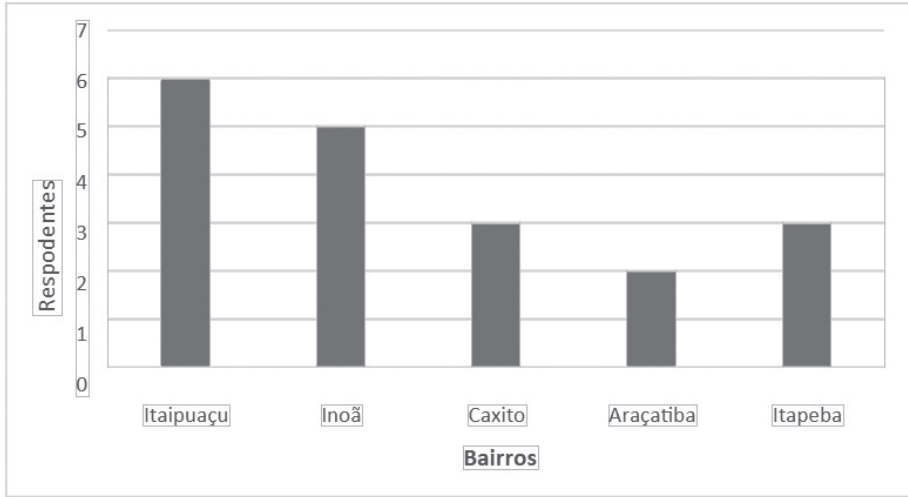
O propósito primordial foi estabelecer critérios para delimitar o público qualificado a participar do estudo, o que resultou na restrição do envio do formulário a maiores de dezoito anos de idade e que residentes no município por um período igual ou inferior a dez anos, contados a partir da data de lançamento da primeira política pública de âmbito econômico – Moeda Social Mumbuca. Essa restrição impactou, por sua vez, no volume de respostas obtidas. Para uma análise mais aprofundada e que assegurasse a precisão dos resultados da pesquisa, optou-se pela utilização do método *survey*, o qual se destaca por sua natureza exploratória por consolidar a investigação de uma teoria ou hipótese. Esse método envolve questionários com perguntas de natureza investigativa, visando a coleta de informações relativas às características e ações em um grupo específico de indivíduos. Nesse contexto, procedeu-se com a segmentação das respostas com base na divisão de bairros, evidenciando que os de –Itaipuaçu e Inoã, respectivamente – apresentaram a mais significativa concentração de novos moradores. Além disso, investigou-se o tempo de residência desses indivíduos no município, de acordo com o limite supracitado, bem como se a escolha de Maricá como local de residência estava correlacionada com as políticas implementadas.

Com o intuito de reforçar o alicerce da pesquisa, procedemos à revisão de literatura especializada dedicada ao exame das políticas públicas, suas atribuições e a importância que desempenham. Procedeu-se, outrossim, a condução de uma entrevista com Igor Paes Nunes Sardinha, Secretário de Desenvolvimento Econômico de Maricá. A inclusão dessa entrevista no desenvolvimento da pesquisa revelou-se crucial, por fornecer perspectivas de análise a partir da esfera administrativa municipal. A entrevista, realizada presencialmente e registrada por meio de gravação de áudio, abordou o impacto das políticas públicas no crescimento populacional, a receptividade dessas políticas pela comunidade e os objetivos da Prefeitura ao implementá-las.²⁴

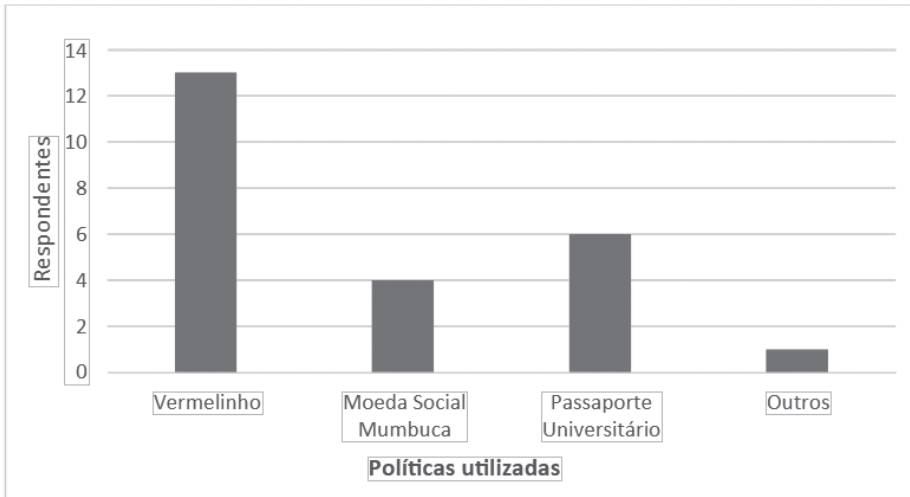
o cancelamento do primeiro formulário, que possuía cento e cinquenta respostas.

24 Além disso, houve tentativas de contato com a Secretaria de Economia Solidária para discutir o

RESULTADOS

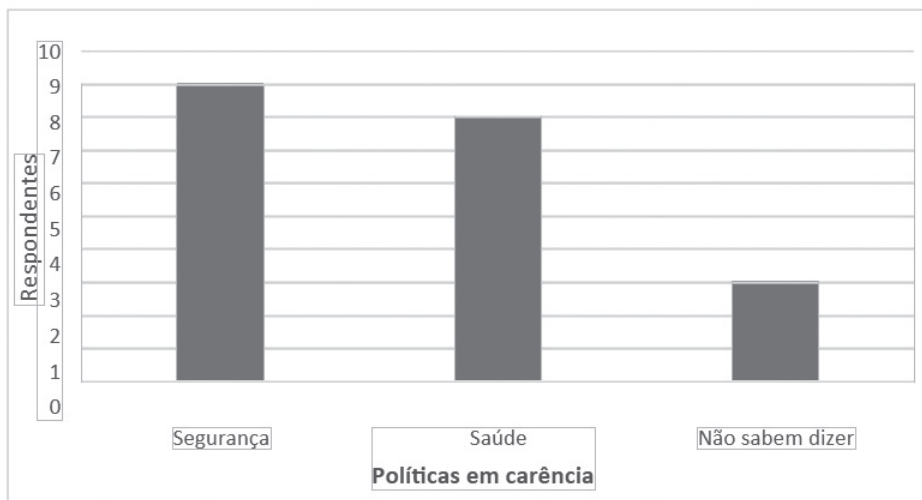


Quadro 2. Panorama das respostas a respeito de qual bairro os respondentes residem. 2023.



Quadro 3. Panorama das respostas a respeito de quais políticas públicas os respondentes mais utilizam e possuem apreço. 2023.

programa previamente mencionado no artigo, a Moeda Social – Mumbuca –, uma vez que a referida entidade é responsável pela sua implementação na cidade. Porém, não houve retorno por parte da mesma.



Quadro 4. Panorama das respostas a respeito de quais políticas estão em estado de carência em Maricá na opinião dos respondentes. 2023.

A persecução do objetivo central do artigo – contribuir para identificar as impressões dos moradores de Maricá sobre as políticas públicas implementadas e suas relações com o crescimento demográfico do município – respalda a atenção aos dados coletados por meio do questionário, de cuja análise nos ocupamos nesta seção do trabalho. Constatou-se que 60% dos respondentes reconhecem a influência das políticas públicas em sua decisão de residir na região. Conclui-se, portanto, que as políticas implementadas no município constituem fator central na escolha de Maricá como residência para os recém-chegados. Adicionalmente, é possível notar que as políticas públicas do município também se mostraram satisfatórias, até mesmo para moradores de municípios vizinhos, dado que muitos dos novos residentes já demonstravam apreço por tais iniciativas antes de se mudarem para Maricá. Inicialmente, partiu-se da hipótese de que a maioria da população recém-chegada ao município se concentraria nos arredores do centro da cidade, justificada pela sua proximidade em relação aos serviços essenciais: bancos, hospitais, supermercados, entre outros. Entretanto, os dados provenientes dos questionários revelaram que grande parte

da população entrevistada declarou residir nos bairros de Itaipuaçu e Inoã²⁵, que são mais afastados desses serviços²⁶.

A utilização do formulário eletrônico proporcionou uma compreensão mais atenta de algumas necessidades populares, permitindo considerar possíveis medidas subsidiadas pelo governo municipal para abo- noar essas demandas. No que tange às demandas da “nova” Maricá, destacou-se a carência de atenção em relação à segurança no municí- pio, um fator crucial, já que a segurança está diretamente relacionada ao afluxo no município. De maneira análoga, essa mesma situação se refle- te no âmbito da saúde, visto que foram identificadas nas respostas do questionário lacunas na oferta desse serviço público²⁷.

Entende-se que essas questões apontadas pelos respondentes ao questionário poderiam ser trabalhadas pelo poder público por meio da criação de postos de patrulha em locais específicos do município visan- do à segurança, principalmente onde o afluxo populacional foi particular- mente grande nos últimos anos. Na área da saúde, o desenvolvimento de programas de atendimento domiciliar, ampliação dos existentes ou agen- damento eletrônico de consultas e exames para agilizar o acesso aos ser- viços ambulatoriais seriam potencialmente bem-vindos pela população. Por fim, a criação de centros de ouvidoria para acolher as demandas dos cidadãos em relação às políticas municipais proporcionaria, além do enga- jamento popular, maior satisfação dos residentes frente à administração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os benefícios decorrentes das políticas públicas são indubitavelmen- te numerosos para o município de Maricá: movimentam a economia, tra- balham para minimizar a desigualdade de renda e promovem qualidade de vida. No presente estudo, especialmente, foi possível estabelecer uma relação entre a satisfação da população e o crescimento demográfico. A análise da eficácia dessas iniciativas contribui para a formulação de futu-

25 Cf. Quadro 2.

26 Fato que pode estar ligado ao custo de vida mais baixo, já que são bairros afastados da sede do município de Maricá.

27 Cf. Quadro 4.

ras políticas públicas que atendam satisfatoriamente às necessidades da população. Além disso, uma escuta eficaz e direta das demandas populares por meio dos órgãos municipais proporciona aos cidadãos de Maricá a sensação de serem ouvidos, fortalecendo vínculos entre o povo e o poder público. Isso, por sua vez, possibilita o exercício da cidadania de forma consciente e otimista, sempre em prol do bem comum.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CNT Transporte Atual. Ônibus é o meio de transporte que os brasileiros preferem. **Confederação Nacional do Transporte**, 29 set. 2016. Disponível em: <<https://www.cnt.org.br/agencia-cnt/onibus-e-o-meio-de-transporte-que-os-brasileiros-preferem>>. Acesso em: 1 out. 2023.

ARISTOTELES. **Política**. Trad. Mario Gama Kury. Brasília: Editora UnB, 1985.

BARBOSA FILHO, Fernanda de Holanda. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, 31 (89), 2017, p. 51-60. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/BD4Nt6NXVr9y4v8tqZLJnDt/#:~:text=A%20crise%20de%202014%20da%20economia%20brasileira%20teve%20como,geraram%20um%20custo%20fiscal%20elevado>>. Acesso em: 1 out. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/constituicao-supremo/artigo.asp?abrirBase=CF&abrirArtigo=156>>. Acesso em: 1 out. 2023.

BRASIL/Rio de Janeiro/Maricá. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica>>. Acesso em: 1 out. 2023.

BRUM, Cezar. **Contando a história de Maricá**. Maricá: GBN Designers, 2016.

CAVALCANTE, Pedro. A implementação municipal das políticas sociais: uma análise espacial. 2014. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 42, jan./jun. 2014, p. 239-69.

CENSO 2010: Maricá. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica/pesquisa/23/27652?detalhes=true>>. Acesso em: 1 out. 2023.

FREITAS, Henrique; OLIVEIRA, Mírian; SACCOL, Amarolinda Zanela; MOSCAROLA, Jean. O método de pesquisa survey. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 35, n. 3, jul./set. 2000. Disponível em: <<http://rausp.usp.br/wpcontent/uploads/files/3503105.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2023.

MARICÁ. *Lei Orgânica Municipal de Maricá de 05 de Abril de 1990*. Maricá: RJ, 1990. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/legislacao/legislacao_tributaria/leis/lei_organica_municipal_de_marica.pdf>. Acesso em: 11 out. 2023.

MOEDA Social Mumbuca completa dez anos. *Prefeitura de Maricá*. Disponível em: <<https://www.marica.rj.gov.br/moeda-social-mumbuca-completa-dez-anos/#:~:text=Criada%20pela%20Prefeitura%20de%20Maric%C3%A1,solid%C3%A1ria%20e%20combate%20%C3%A0%20pobreza>>. Acesso em: 11 out. 2023.

MOULIN, Angela. *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

POLÍTICAS Públicas: entenda o que são, para que servem e veja exemplos. *CNN Brasil*, 9 fev. 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/politicas-publicas/>>. Acesso: 1 out. 2023.

ROSA, Bruno; ORDOÑEZ, Ramona. Confira os municípios do Rio que mais receberam royalties de petróleo. **O Globo**, 15 abr. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/confira-os-municipios-do-rio-que-mais-receberam-royalties-de-petroleo-22591719>>. Acesso: 11 out. 2023.

SCHMITT CACCIA, Lara. Mobilidade urbana: políticas públicas e apropriação do espaço em cidades brasileiras. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

SILVA, Eduardo Fernandez. Evolução da economia do estado do Rio de Janeiro na segunda década do século XXI. **Câmara dos Deputados – Consultoria Legislativa**. Estudo Técnico, Dez. 2017. Disponível em: <evolucao_economia_fernandez (2).pdf>. Acesso em: 1 out. 2023.

SOUZA, Celina. Federalismo e Descentralização na Constituição de 1988: Processo Decisório, Conflitos e Alianças. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 44, nº 3, 2001, p. 513-60. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/nv-cyk7p5tSLrVXVSNLNRdVb/?lang=pt>>. Acesso: 1 out. 2023.

A FALTA DE PESQUISA SOBRE FÓSSEIS EM MARICÁ: UM BREVE LEVANTAMENTO

Matheus Araujo Silva

RESUMO

O presente artigo propõe que se reflita por que não há procura por fósseis no município de Maricá e, à luz da legislação brasileira, qual a importância desta prática científica e seus benefícios e, por fim, propõe medidas para a solução deste problema.

Palavras-Chave: Fósseis; Paleontologia; Maricá; Legislação.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca lançar luz sobre a falta de pesquisas e de material bibliográfico sobre fósseis no município de Maricá, no Estado do Rio de Janeiro. Após perceber que não existia nenhuma citação facilmente encontrável em buscadores e navegadores de internet sobre fósseis verdadeiros (com mais de 10 mil anos), achados em Maricá, resolveu-se pesquisar mais a fundo para apurar a existência de artigos científicos ou de notícias sobre fósseis encontrados no município de Maricá.

Para tanto, a pesquisa utilizou revisão de literatura, buscando na internet palavras-chave “procura por fósseis em Maricá” na base Scielo. Como resultado, obtiveram-se cinco artigos sobre o tema, sendo eles sobre cursos de paleontologia e sobre fósseis que foram expostos no município de Maricá, mas nenhum resultado sobre fósseis encontrados no município de Maricá ou sequer a procura por eles.

Após os resultados da primeira pesquisa, então decidi usar palavras-chave mais abrangentes, a saber, “fósseis do estado do Rio de Janeiro”. Foram mais de dez artigos e publicações distintas, mas que, em sua grande maioria, eram sobre fósseis do Museu Nacional, não havendo entre eles nenhum vindo do município de Maricá.

É minimamente estranho não haver artigo ou publicação sobre fósseis achados no município de Maricá ou no Estado do Rio de Janeiro como um todo.

POR QUE NÃO HÁ PROCURA POR FÓSSEIS EM MARICÁ?

Após perceber que não há registros de fósseis achados no município de Maricá ou sobre sua procura, buscou-se a causa desta questão. A pesquisa com as palavras-chave “fósseis Brasil scielo”, tentou saber se haveria a ocorrência de fósseis em alguma outra região. Em caso positivo, poderia existir também em Maricá. O resultado da pesquisa foi um artigo sobre fósseis achados em campo Formoso, uma cidade no centro do Estado de Minas Gerais, encontrados pelo paleontólogo Peter Lund, pertencentes a um grande xenartro, o “Nothrotherium maquinense”, uma preguiça terrícol brasileira. Além destes, também existem registros de fósseis em Ibirá, no Estado de São Paulo, o “Ibirania parva”, trata-se de um pequeno dinossauro Saurópode com cerca de seis metros de comprimento, sendo considerado um dos menores Titanossauros do mundo (Navarro et al., 2022). Então, tendo sido encontrados fósseis em outras localidades na região Sudeste do Brasil, restou o questionamento de por que não há a procura por estes em Maricá.

Como haver fósseis localizados em outros estados da região Sudeste ainda não é um argumento suficiente para afirmar que existem fósseis no município de Maricá, foram buscadas mais evidências. Ao pesquisar as palavras-chave “em que tipo de locais podemos achar fósseis”, foram encontradas, através do site Mundo Educação, informações de que fósseis são formados por restos de matéria orgânica, ou seja, de seres vivos como animais, plantas, bactérias, que se preservaram por milhares de anos. Grande parte dos fósseis são achados em rochas sedimentares¹

Em seguida, e por consequência da pesquisa anterior, passou-se a pesquisar se existem rochas como as citadas no município maricaense. Ao pesquisar usando as palavras-chave “rochas sedimentares em Mari-

1 Rochas sedimentares são rochas que se formam na superfície da crosta terrestre sobre temperaturas e pressões relativamente baixas, pela degradação de rochas pré-existentes seguida de transporte e de deposição dos distritos ou menos comumente por acumulação química.

cá”, o site “Geoparque, costões e lagunas”, deu-nos como resultado que o município de Maricá, no setor de geologia, é marcado pela presença de rochas metamórficas, ígneas e sedimentares. O site inclusive refere-se os beachrocks de Jaconé que, inclusive, foram vistos por Darwin como o Mansur e outros citam:

Na praia de Jaconé, região entre Maricá e Saquarema, ocorrem beachrocks em mais de 1100m de extensão contínua (podendo alcançar 6 km em linha descontínua). Indicam uma posição do nível relativo do mar na época de sua formação um pouco mais baixa que a atual cerca de 0,5 m. Suas conchas foram datadas em 8.198 – 7.827 anos A.P.. Esta ocorrência permitiu a identificação de 3 litofácies em arenitos, coquinas e conglomerados. “Foram descritas no site estruturas primárias como estratificação plano-paralela e cruzada de baixo ângulo e acanalada. Num Estado predominantemente formado por rochas cristalinas, esta rara ocorrência sedimentar reveste-se de importância. Seu valor é amplificado porque foi descrito por Charles Darwin, então com 23 anos de idade, em 9 de abril de 1832. Pesquisas arqueológicas realizadas na região descobriram seixos de beachrock nos sambaquis da Beirada e de Moa, em Saquarema, mostrando que este material já era conhecido do homem pré-histórico há mais de 4.000 anos A.P. Por seus atributos é classificado como patrimônio geológico com importância histórica e cultural e pelas informações científicas que abrangem aspectos geomorfológicos, sedimentar, paleoambiental, petrológico e estratigráfico além, de arqueológico e contextualizado na história da ciência. Tem importância internacional e valor científico, cultural, didático e ecológico (Mansur et al., 2011).

Fica claro, portanto, que em partes do município de Maricá há rochas sedimentares, inclusive com vestígios arqueológicos que podem, em camadas mais antigas, possibilitar o achamento de vestígios paleontológicos (fósseis).

Sabendo-se que Maricá tem uma geologia propícia a preservar fósseis e que em outras localidades da região Sudeste os encontramos, é bem evidente, e muito provável, que possa havê-los no município, o que reforça o questionamento que origina este artigo.

Possivelmente, esse ocorrido pode ser derivado da história da paleontologia no Brasil. Pesquisou-se a palavra-chave “história da paleontologia do Brasil, que voltou como um dos resultados o artigo, “A nação pela pedra: coleções de paleontologia no Brasil, 1836-1844”, de Paulo Henrique Martinez, do Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista. Para o autor:

A formação e o estudo de coleções de história natural e de paleontologia participaram da instauração da ordem política do Império do Brasil, delineando também uma ordem científica. A simbiose entre ciência e nação encontrou em Peter W. Lund, iniciador dos estudos de paleontologia em nosso país, um agente ativo e constante. As coleções e escritos desse naturalista deram amparo à visualização do passado e à escrita da história em museus, instituições científicas e culturais brasileiras e europeias. As disputas pelo ordenamento político sob as Regências e a Maioridade foram acompanhadas de perto pelo estudo e a explicação das formas de vida e do globo no passado (Martinez, 2012).

Se no Brasil a paleontologia começou em 1836, há cerca de 187 anos, o que a torna relativamente recente. Por exemplo, na Inglaterra o estudo científico dos fósseis é feito desde 1769, ou seja, quando a paleontologia chegou ao Brasil, já existia há 67 anos na Inglaterra.

Outro possível motivo para não haver paleontólogos trabalhando no município de Maricá pode ser o fato de que o Brasil não possui graduação em paleontologia, sendo o seu estudo uma especialização na área como ocorre na Universidade de Santo Amaro em São Paulo, por exemplo. Sendo assim, para se tornar um paleontólogo no Brasil é necessário ou fazer primeiramente uma graduação em área afim e, depois, uma pós-graduação em paleontologia ou, ainda, fazer uma graduação no exterior. Isto faz com que muitas pessoas desistam da paleontologia. Destaca-se ainda que a maioria dos paleontólogos se concentram em regiões onde já existem sítios arqueológicos, como no Estado de São Paulo.

Outra possibilidade é que grande parte do município de Maricá é composto por florestas da Mata Atlântica, sendo assim, tendo reservas ambientais e reservas indígenas e, como não é permitido realizar esca-

vações em uma reserva, existe uma dificuldade em realizar pesquisas paleontológicas. De acordo com o Instituto Estadual do Ambiente a área de reserva é de 969,61 hectares. Sua localização é o Sistema Lagunar do município de Maricá, parte da Restinga de Maricá e a totalidade da Ilha do Cardoso (INEA, 2016).

O último motivo dentre os possíveis de não haver a procura por fósseis no município de Maricá é a falta de investimento público nas escavações paleontológicas, embora este não seja um problema particular da cidade como demonstra:

Outro ponto importante que deve estar no radar dos paleontólogos (e no de outros pesquisadores que militam nas chamadas ciências básicas) é a situação geral do financiamento da pesquisa por parte do poder público. Não há como negar a tendência mundial em favorecer a ciência aplicada em detrimento da 'ciência pela ciência', uma vez que a primeira produz resultados que são diretamente aproveitados para a melhoria da condição geral da sociedade. Essas melhorias podem variar desde avanços em procedimentos na indústria como para a cura de doenças. Essa cobrança já chegou a muitas agências de fomento no Brasil, que passaram a solicitar regularmente em seus editais uma explicação por parte do proponente sobre qual o impacto que o desenvolvimento do respectivo projeto pode gerar para a sociedade.

Como a paleontologia responde particularmente a essa pergunta? A resposta mais óbvia está ligada ao produto que o estudo dos fósseis pode oferecer: uma melhor compreensão da evolução e diversificação da vida no nosso planeta. Sem os paleontólogos, a sociedade não saberia nada de como os diversos grupos de organismos surgiram e se modificaram ao longo do tempo. Tampouco teriam uma noção de porquê certos organismos vivem atualmente em um ponto do planeta e não em outro (por exemplo o urso polar no Ártico e o leão na África). Sem contar com a compreensão do aparecimento da nossa própria espécie, que obrigatoriamente passa pelo estudo dos fósseis. Muitos pesquisadores defendem que esses motivos já são mais do que suficientes para justificar a aplicação de recursos na pesquisa paleontológica (Kellner, 2015).

É preciso ressaltar, como se fará mais adiante, que um município tão grande deveria investir na área da paleontologia, ainda que o retorno do dinheiro aportado seja em longo prazo.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE FÓSSEIS, A IMPORTÂNCIA E OS BENEFÍCIOS QUE A PROCURA DELES PODE TRAZER A MARICÁ.

Considerando que não há procura por fósseis em Maricá, chega-se ao questionamento de por que o governo municipal deveria investir dinheiro público neste tipo de pesquisa científica.

Primeiramente, os fósseis são um patrimônio histórico e cultural brasileiro como diz a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 20, 23 e 24 (BRASIL, 1988). Para a Sociedade Brasileira de Paleontologia:

Os artigos 20, 23 e 24 da Constituição do Brasil de 1988 são bastante claros ao definir que os fósseis são bens da União e que há a responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na defesa de nosso patrimônio natural. Além de serem bens públicos, a Constituição também considerou (no artigo 216) os 'sítios de valor paleontológico' como patrimônio cultural brasileiro, o qual deve ser protegido pelo poder público através de todas as formas legais de acatamento e de preservação. (Sociedade Brasileira de Paleontologia, s.d.).

Desta sorte, a Carta Magna Brasileira aborda da seguinte maneira o pertencimento dos recursos minerais:

Artigo 20 São bens da União:
I – os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vieram a ser atribuídos;
IX – os recursos minerais, inclusive os do subsolo;
X – as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos (BRASIL, 1988).

Assim, tanto os jazigos fossilíferos são bens da União, quanto pode-se enquadrar a conceituação de fóssil como o registro de vida do passado que se preservou graças a um processo de mineralização nos incisos

I, IX e X do artigo 20 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Ainda para a Sociedade Brasileira de Paleontologia, fundamenta-se o domínio da União em relação aos sítios em que são encontrados fósseis:

O fundamento jurídico primordial que atribui o domínio da União aos sítios paleontológicos é o Art. 20, I. Os recursos minerais a que se refere o Art. 20, IX se submetem propriamente ao Código de Mineração e não ao DL 4146/42. Dessa forma, apenas as massas individualizadas de substâncias fósseis, que formam parte dos recursos minerais do país, são regidas pelo Código de Mineração, onde o próprio CM destaca que os demais tipos de fósseis são regidos por leis especiais. Além disto, os sítios pré-históricos (Art. 20, X) não são representativos de todos os depósitos fossilíferos” (Sociedade Brasileira de Paleontologia, s.d.).

De fato, encontramos fundamentação jurídica também nos seguintes artigos da Constituição:

Artigo 23.

III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens notáveis e os sítios arqueológicos;

IV – impedir a evasão, a destruição e descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural.

Artigo 24.

Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar corretamente sobre:

VII – proteção ao patrimônio histórico, cultural, turístico e paisagístico;

VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Artigo 216.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: ...

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

- I – despesas com pessoal e encargos sociais;
- II – serviço da dívida;
- III – qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados (BRASIL, 1988).

Em resumo, os artigos 23, 24 e 216 da Constituição Federal mostram que os fósseis e os sítios paleontológicos são patrimônios tanto turísticos, culturais quanto paisagísticos.

É, desta forma, dever da União proteger os fósseis brasileiros e os sítios onde eles são encontrados, já que são um patrimônio público, localizando e levando-os para um museu ou ainda, com todos os cuidados científicos e técnicos, também é possível deixá-los nos sítios paleontológicos para serem estudados lá mesmo.

Os fósseis devem ser achados para serem protegidos de um terrível e muito comum mal que é o mercado ilegal e seu contrabando.

Grande parte dos fósseis contrabandeados vão parar em coleções privadas onde não podem ser estudados ou, até pior, são danificados como por exemplo o fóssil do *Irritator Challengeri*, um dinossauro spinosaurídeo brasileiro da bacia do Araripe. O crânio no *Irritator* foi quebrado e modificado propositalmente para parecer mais valioso (Puntini, 2023). O crânio fossilizado foi retirado do país ilegalmente, levado para um museu alemão e descrito por um paleontólogo europeu que comprou o fóssil mesmo consciente da ilegalidade da retirada do Brasil. Hoje, o fóssil ainda permanece no mesmo museu. Outros fósseis contrabandeados são os do *Ubirajara Jubatus*, o primeiro dinossauro com penas preservadas no Brasil e que, felizmente, já foi repatriado (Igor, 2023).

Como demonstrado, os fósseis são patrimônio público e, inclusive, sua venda é um crime. Através de informações do passado, nós podemos entender o presente e possivelmente o futuro, nos levando a prevenirmos com problemas relacionados ao clima da região, por exemplo. Sabendo como a vida lidou com as mudanças que ocorreram ao longo dos anos, podemos supor com mais certeza como ela lidará com as mudanças no futuro. O Grande Intercâmbio Biótico Americano (GIBA) que, de acordo com Guilherme Pimenta foi:

um importante evento evolutivo na história das Américas, e os seus processos ainda são um amplo tema de estudo ao longo dos anos. O efeitos do intercâmbio nas faunas da América do Sul. Assim, foram utilizadas metodologias científicas para caracterizar a produção e uma revisão sistemática da literatura para qualificar o que se tem de resultados. A literatura amostrada apresentou uma crescente produção de autores da América Latina e vários centros de estudo na região, além de expor as mudanças na composição faunística, migrações dentro do intercâmbio e a influência de novos elementos nos ecossistemas sul-americanos. Em conclusão, os resultados mostraram congruência com tendências bibliográficas anteriores, e o enorme peso que o Grande Intercâmbio Biótico Americano têm sobre a biota da América do Sul até hoje (Pimenta, 2022).

Como já alegado, estudar o passado nos ajuda a compreender o presente e a projetar o futuro. Procurar fósseis no município de Maricá significa não perdermos o conhecimento que eles podem nos trazer, garantir que esses importantes patrimônios públicos não sejam roubados e levados para o exterior. Extrapolando os dados científicos, em exercício lúdico, é possível que já tenham sido achados fósseis em Maricá, mas ao invés de serem levados para um museu, talvez eles estejam sendo vendidos ilegalmente.

Além de fósseis serem uma fonte de conhecimento sobre a vida no passado distante, também podem ser usados para gerar movimento econômico e acadêmico ao município de Maricá, já que uma escavação emprega paleontólogos (encontram e estudam os fósseis), geólogos (estudam e analisam o solo), operários dos equipamentos de escavações e guindastes entre outros. Além de empregá-los diretamente, as escavações podem gerar empregos indiretamente como, por exemplo, professores universitários que ensinarão os trabalhadores das escavações.

Esta atividade movimentará o turismo. Como ocorre, por exemplo, com o parque de La Brea na Califórnia, um sítio paleontológico com animais da era do gelo, que possui exemplares de preguiças gigantes, de mamutes, de tigres dentes de sabre. La Brea foi transformado em um parque ecológico/museu trazendo investimentos e finanças para a Ca-

lifórnia. Outro exemplo é o vale dos dinossauros no Paraná onde foram achados icnofósseis (pegadas, fezes, ninhos e tocas fossilizadas) e hoje é um grande ponto turístico. Se encontrados, fósseis em Maricá poderiam transformar a localidade em um ponto turístico como um museu ou parque ecológico.

O QUE FAZER PARA QUE OCORRA A PROCURA POR FÓSSEIS EM MARICÁ? PEQUENA CONCLUSÃO PARA UMA GRANDE QUESTÃO.

Entendida a importância da procura por fósseis e seus benefícios e ainda que ela não existe em Maricá, resta uma questão a solucionar, a saber, quais seriam as ações necessárias para que tal busca fosse realizada no município.

A priori, é necessário fazer investimentos públicos e privados nesta área. O retorno seria uma emergente indústria do turismo sustentável que poderia estar ligada a estudos associados à indústria dos hidrocarbonetos, como defende Camila Silva. Além disso, os munícipes residentes em possíveis áreas fossilíferas podem contribuir com sua noção de pertencimento ao meio para o turismo de base comunitária (Silva, 2016). Neste sentido, a já existente política de distribuição de renda na cidade, a moeda social Mumbuca, poderia ser utilizada como incentivo à participação popular.

A primeira ação facilitaria a segunda e consequente: trazer paleontólogos para este município. Para tanto, torna-se necessário criar cursos e universidades de paleontologia e de geologia. Mais uma vez, uma política já existente na cidade, o Passaporte Universitário, poderia contribuir, desde que expandido e pensado para atrair as instituições federais como a UFRJ para o estudo do material descoberto e a implementação de um campus avançado em Maricá.

Nos casos das reservas serem descobertas, é necessário afinar a forma legal que não destrua o meio ambiente já que, como pensa Silva:

a Paleontologia não pode ser vista distante do debate ecológico, já que ocorrem mudanças positivas nas relações entre sítios paleontológicos e as comunidades de seu entorno, mas estas não podem trazer consigo

“possíveis mudanças negativas, a exemplo da exclusão dessas comunidades em relação ao lucro da atividade turística (Silva, 2016).

Por fim, para que todo conhecimento seja democratizado e divulgado, inaugurar museus em parceria com a iniciativa privada, já que eles ajudam a despertar o interesse da população, além de servir como um ponto turístico e objeto de estudo para graduandos e pós-graduandos.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, M. da C. de M. C. Aspectos pré-históricos pleistocênicos do projeto arqueológico Manguinhos e suas potencialidades. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 5, n. 1, p. 121–128, jan. 1989.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARBONARO, F. A.; GHILARDI, R. P. Fósseis do Devoniano de Goiás, Brasil (Sub-bacia Alto Garças, Bacia do Paraná). *Papéis Avulsos de Zoologia*, v. 56, n. 11, p. 135–149, jan. 2016.

DELLOS. Andressa Xavier Rodrigues. Vamos falar sobre fósseis? Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/pibid2014/files/2017/08/vamos-falar-sobre-fosseis-andressa-xavier-rodrigues.pdf>. Acesso em: 11 out. 2023.

FERRAZ, Joseane Salau. Legislação brasileira relacionada à Paleontologia. Disponível em: <https://arqueologiaeprehistoria.com/legislacao-brasileira-relacionada-a-paleontologia/>. Acesso em: 14 out. 2023.

FERREIRA, C. S.; COELHO, A. C. DOS S.. Novo gastrópode fóssil da bacia de São José de Itaboraí, estado do Rio de Janeiro, Brasil (Mollusca, Gastropoda, Pulmonata, Endodontidae). *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, v. 84, p. 193–195, 1989.

IGOR, Leonardo. A volta do Ubirajara: conheça a história do fóssil cearen-

se devolvido ao Brasil após quase 30 anos na Alemanha. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/06/11/a-volta-do-ubirajara-conheca-a-historia-do-fossil-cearense-devolvido-ao-brasil-apos-quase-30-anos-na-alemanha.ghtml>. Acesso em: 11 out. 2023.

INEA e Prefeitura removem 20 toneladas de lixo da faixa de restinga da Área de Proteção Ambiental de Maricá. 2016. Disponível em: <https://www.inea.rj.gov.br/%E2%80%8B%E2%80%8Binea-e-prefeitura-removem-20-toneladas-de-lixo-da-faixa-de-restinga-da-area-de-protecao-ambiental-de-marica/>. Acesso em 14 out. 2023.

KELLNER, Alexander. Apresentação: para onde caminha a paleontologia brasileira? *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 67, n. 4, p. 20-24, Dez. 2015. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252015000400009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 out. 2023.

LOPES, M. M.. Cenas de tempos profundos: ossos, viagens, memórias nas culturas da natureza no Brasil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 15, n. 3, p. 615-634, jul. 2008.

MARTINEZ, P. H.. A nação pela pedra: coleções de paleontologia no Brasil, 1836-1844. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 19, n. 4, p. 1155-1170, out. 2012.

OLIVEIRA, Adriano. Paleontólogos e arqueólogos criticam falta de incentivo para pesquisas e museus no Brasil. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2018/12/14/paleontologos-e-arqueologos-criticam-falta-de-incentivo-para-pesquisas-e-museus-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 11 de out. 2023.

PIMENTA, Guilherme Borges. Os efeitos do Grande Intercâmbio Biótico Americano nas faunas Sul-Americanas: uma revisão sistemática da literatura. UNESP, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/92c->

96689-2c85-427d-b3ef-1fc4cac2afd9. Acesso em: 11 de out. 2023.

PUNTINI, Júlia. Criticado por usar fóssil 'roubado' do Brasil, estudo na Alemanha diz que dinossauro nordestino era caçador ágil. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia/noticia/2023/05/16/criticado-por-usar-fossil-roubado-do-brasil-estudo-na-alemanha-diz-que-dinossauro-nordestino-era-cacador-agil.ghtml>. Acesso em: 11 de out. 2023.

SILVA, Camila Neves ; COSENZA, Angélica. Paleontology and environmental justice: making connections through political ecology. *Ambiente & Sociedade*, v. 24, p. e00892, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/TySCNqtr9RzLRW3ftJCnV4K/?lang=pt>. Acesso em: 14 out.2023.

SELLES, S. E.; ABREU, M. Darwin na Serra da Tiririca: caminhos entrecruzados entre a biologia e a história. *Revista Brasileira de Educação*, n. 20, p. 05–26, maio 2002.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PALEONTOLOGIA. Legislação brasileira. S.d. Disponível em: <https://sbpbrasil.org/legislacao-brasileira/>. Acesso em: 12 out. 2023.

PRODUÇÃO DE MATERIAL PARADIDÁTICO COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES EM ESCOLA DE MARICÁ

Miguel Fernandes Moreira

RESUMO

A Educação Inclusiva começa a ser amplamente discutida a partir da década de 90 do século XX, com a produção de grandes conferências mundiais, como a de Jontien e Salamanca. Como o Brasil é signatário, a inclusão escolar tornou-se uma obrigação por força de Constituição e leis complementares. Apesar das normativas a respeito da inclusão de alunos com dupla excepcionalidade, são necessárias ferramentas didáticas para a inclusão real destes alunos no ambiente escolar. A metodologia adotada foi de pesquisa-ação, com a produção de material paradidático com os objetivos de promover a integração do aluno PCD com o ambiente escolar e de oferecer uma ferramenta didática para a educação inclusiva. Os resultados incluem a produção de 6 páginas de desenho e um poema, abordando a biodiversidade de Maricá, além do sentimento de inclusão e de pertencimento oferecido ao aluno.

Palavras-Chave: Educação inclusiva; dupla excepcionalidade; didática.

INTRODUÇÃO

Desde a década de 90 do século passado, o mundo vem discutindo com mais profundidade a questão da inclusão de alunos com deficiência no ambiente escolar regular. É na década de 90 que aconteceram as conferências de Jontien e de Salamanca, ambas gerando documentos que falavam a respeito da educação inclusiva.

O Brasil, através da constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) e legislação complementar (BRASIL, 2011; 2015), protege e garante a entrada de alunos com deficiência no ambiente escolar, seja em sala de aula ou com atendimento individualizado. Uma das categorias de pessoas com necessidades educacionais especiais e protegidas pela lei são os alunos com dupla excepcionalidade, ou seja, que possuem alguma espécie de síndrome, deficiência ou transtorno junto com diagnóstico de altas habilidades ou superdotação.

Alunos com dupla excepcionalidade, diagnóstico ainda muito recente no Brasil, possuem o direito garantido de estarem na rede regular de ensino, mas apenas a sua presença na escola não é o suficiente para oferecer um ambiente escolar com conteúdos que desenvolverão sua cidadania, conhecimentos do mundo do trabalho e possibilidade de continuidade de estudos, aliadas a uma boa qualidade de vida escolar. São necessários recursos didáticos para um ensino eficiente e eficaz.

Este trabalho, tem como objetivo oferecer uma ferramenta pedagógica na forma de material paradidático, como forma de trabalhar a Educação Inclusiva de alunos com dupla excepcionalidade em uma escola de Maricá. O segundo objetivo é promover o uso dos trabalhos que são produzidos na Educação Inclusiva, como forma de integração do aluno com dupla excepcionalidade com o resto da escola.

A justificativa deste trabalho é o cumprimento da legislação pertinente, que diz que todo aluno PCD possui o direito de participar da modalidade regular de ensino. O próprio autor faz parte deste público e seu trabalho é auto direcionado, em que o próprio trabalho serve como promotor de sua própria inclusão escolar.

O trabalho é organizado em 8 capítulos. A introdução, aborda o contexto geral, os objetivos, a justificativa e a relevância do trabalho; a fundamentação teórica, lança as bases teóricas e as legislações pertinentes; a metodologia aplicada ao trabalho; os resultados e as discussões a respeito da ferramenta desenvolvida; as considerações finais e continuidade do projeto e, por fim, as referências com as quais este trabalho foi baseado.

1. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR

A Educação Especial, observando a partir da década de 1990, sofreu mudanças profundas na legislação e no modelo de atendimento às pessoas com deficiência (PCD), que constam, nos documentos que regem os acordos internacionais assinados pelo Brasil, como a Declaração de Jomtien (1990), resultante da Conferência Mundial sobre Educação para Todos e a Declaração de Salamanca (1994).

As PCD foram inicialmente marginalizadas pela sociedade. Assim, progressivamente, vivenciaram diversas etapas, desde as mais tradicionais, que excluía esse segmento social, até as concepções mais modernas, que enxergam a Inclusão Educacional de forma mais humanizada. Sobre esse assunto, Sanfelice diz:

A inclusão educacional é obtida por segmentos sociais que se mobilizam com esta finalidade, talvez surpreendendo planos oficiais, planejamentos estratégicos, recursos previstos e, enfim, implodindo certa política educacional conduzida pelo Estado. Esse conflito faz com que as relações sociais se movimentem por caminhos nem sempre desejados pelo capital ou pelo Estado, mas ainda assim é administrável (Sanfelice, 2006, p. 35).

Dessa forma, as primeiras legislações sobre a inclusão das PCD à sociedade são a Constituição Federal (BRASIL, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 (BRASIL, 1996). Nesses documentos oficiais é firmado o direito à educação para todos, sob responsabilidade do Estado garantir essa inclusão.

2. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (LDBEM), foram publicadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 2001, tendo como princípios: a) a preservação da dignidade humana; b) a busca da identidade e; c) o exercício da cidadania (BRASIL, 2001). Logo, implementar as instruções dadas pela lei exigia algo funda-

mental: serviços de apoio pedagógico especializado para a PCD presente nas escolas a partir de então.

A análise destas questões é de fundamental importância, pois mostra os pontos frágeis da proposta da inclusão escolar. Assim, pensar em acesso à escola para PCD sem dar as condições para que o processo educacional seja cumprido com qualidade, é relativizar a questão da inclusão à simples presença deste aluno em sala de aula. Prieto (2006, p. 35-36), ao discorrer sobre alguns dos desafios que se impõem para a efetivação da educação como um direito de todos, diz que um destes consiste em:

[...]não permitir que esse direito seja traduzido meramente como cumprimento da obrigação de matricular e manter alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns. Se assim for, ou seja, se o investimento na qualidade de ensino não se tornar uma ação constante [...] nesse caso, eles podem ter acesso à escola, ou nela permanecer, apenas para atender uma exigência legal, sem que isso signifique reconhecimento de sua igualdade de direitos (Prieto, 2006, p. 35-36).

3. A DUPLA EXCEPCIONALIDADE E SUA INCLUSÃO NA ESCOLA

Dupla Excepcionalidade (DE) é o nome dado a pessoas que apresentam deficiência, síndrome ou transtorno, ao mesmo tempo que habilidades ou superdotação (AHSD). Na DE, os alunos apresentam dificuldades comportamentais, emocionais e de aprendizagem, simultaneamente às habilidades superiores, necessitando de atendimento educacional especializado, conforme prevê a Política Nacional de Educação Especial (Coutinho-Souto; Fleith, 2021).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, traz o modelo escolar inclusivo com a exigência da adoção de novas práticas pedagógicas. Um dado importante é que as pesquisas científicas no enfoque educacional e de qualidade de vida de dupla excepcionalidade são temas recentes de investigações no Brasil. Também, são poucas as informações obtidas sobre esse público e a atenção que recebem no Atendimento Edu-

cional Especializado (AEE), nas escolas de todo o país (Lopes; André; Soler, 2022). Desse modo, não bastam a criação de leis relativas à Educação Inclusiva, é necessário que a atuação dos professores seja efetiva e eficaz, permitindo que concepções de padrões homogêneos dos alunos se rompam, assim como surjam práticas pedagógicas para trabalhar com alunos DE, contribuindo como o aprendizado e melhor qualidade de vida na escola.

4. METODOLOGIA

Este trabalho é de caráter qualitativo, de pesquisa aplicada à produção de material paradidático. Houve encontros semanais, por 2 horas, durante os horários de atendimento especializado, discutindo sobre o que colocar e como colocar no texto. Foram no total 5 encontros.

No primeiro encontro foi discutido sobre o material do trabalho e a ordem na qual seriam colocados os artigos e informações, foi solicitado a pesquisa, leitura e fichamento dos artigos usados como fundamentação teórica.

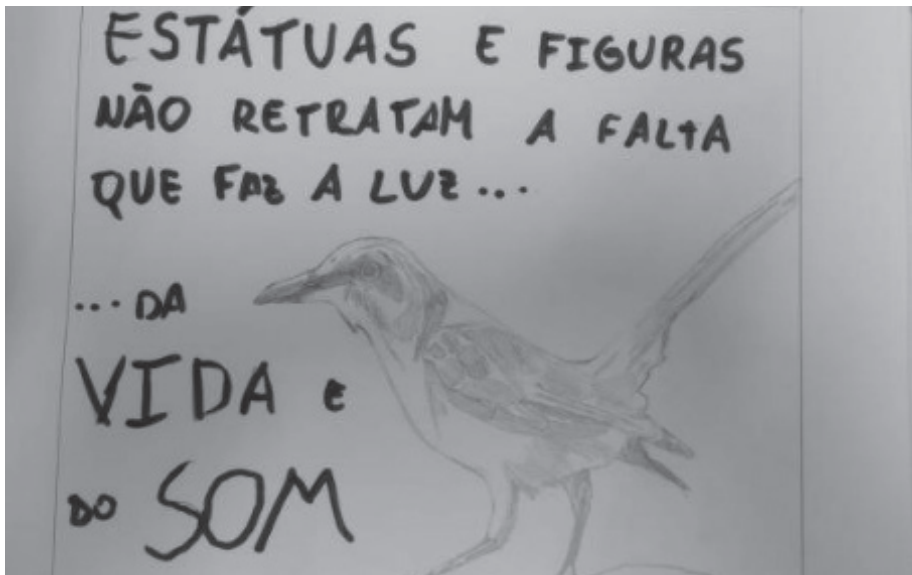
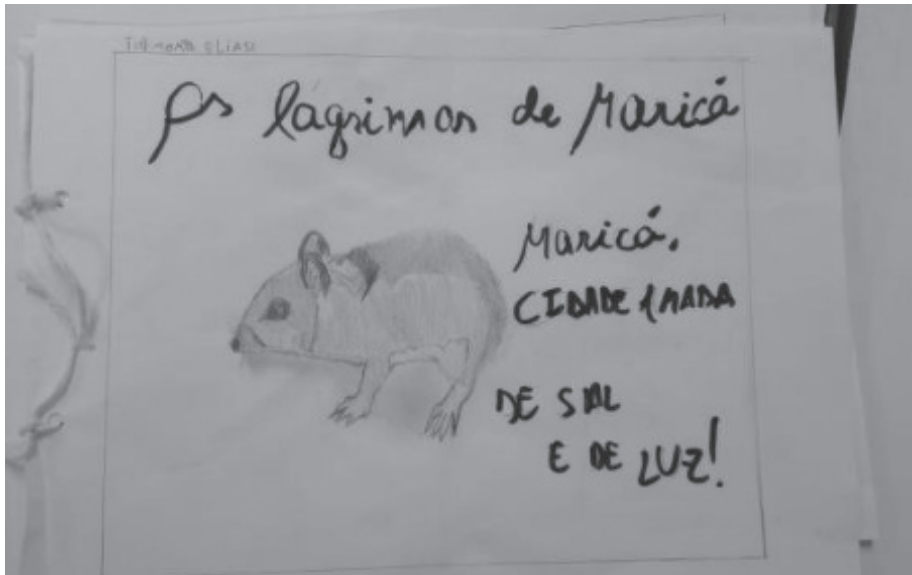
No segundo encontro, foi orientado na escrita do fichamento e trabalhou-se mais um artigo para fundamentação teórica.

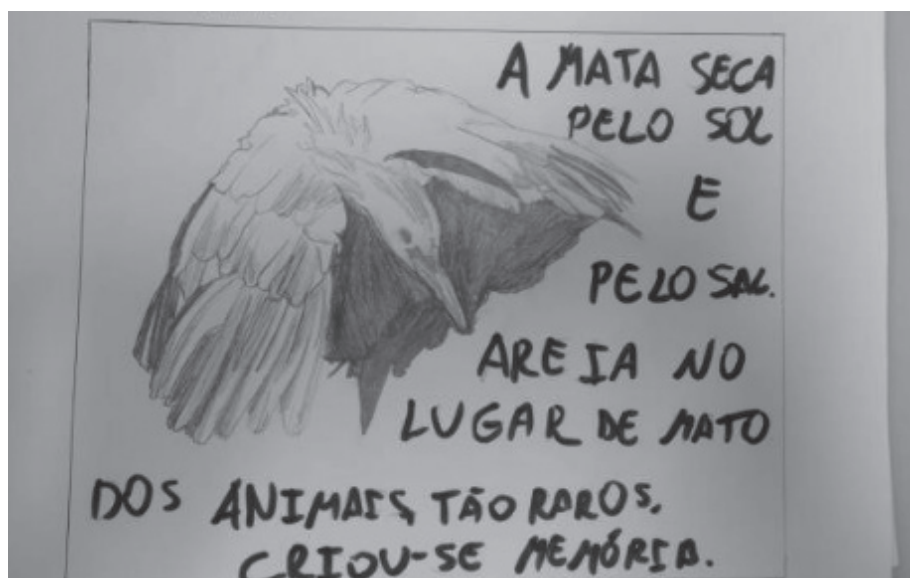
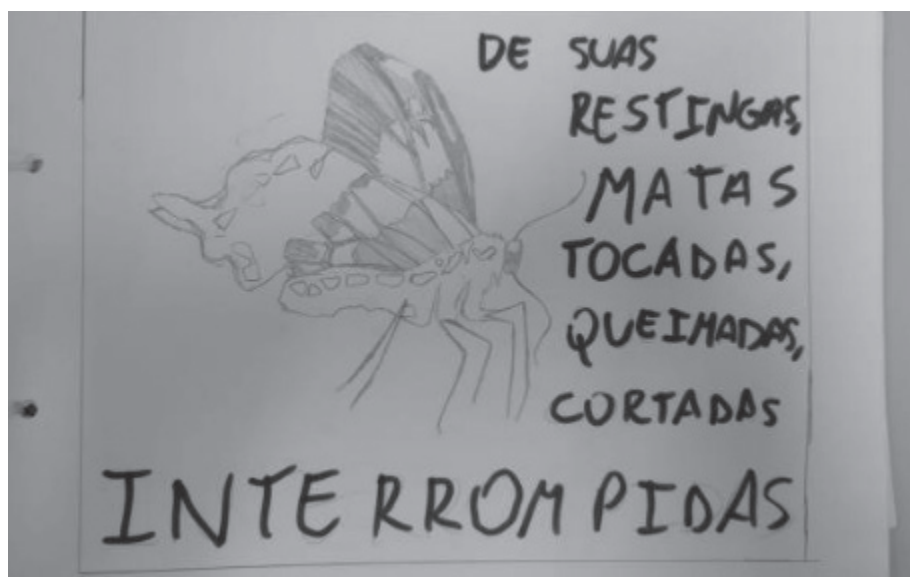
No terceiro e quarto encontro, foi pesquisado o livro vermelho das espécies em extinção e que são endêmicas do município de Maricá, também foi quando começamos o processo de produção dos desenhos presentes no material paradidático produzido.

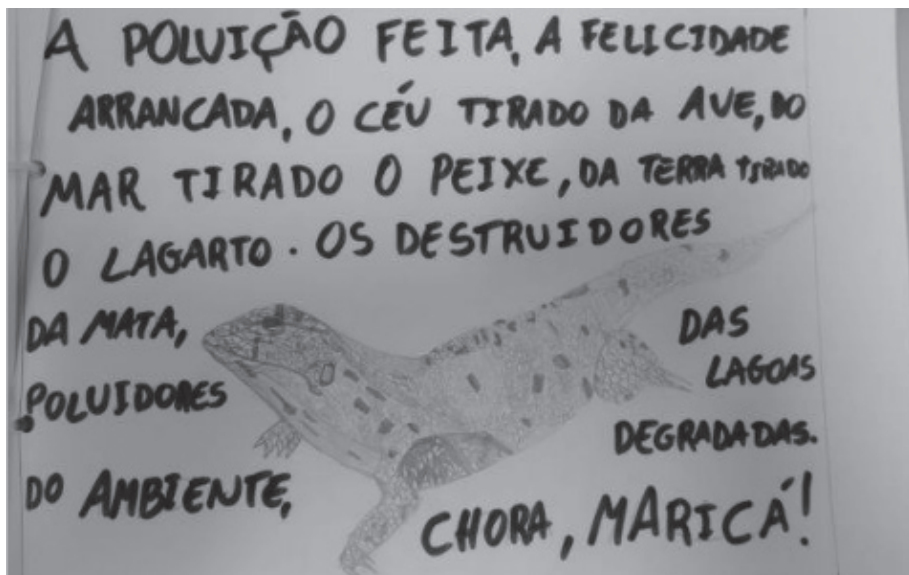
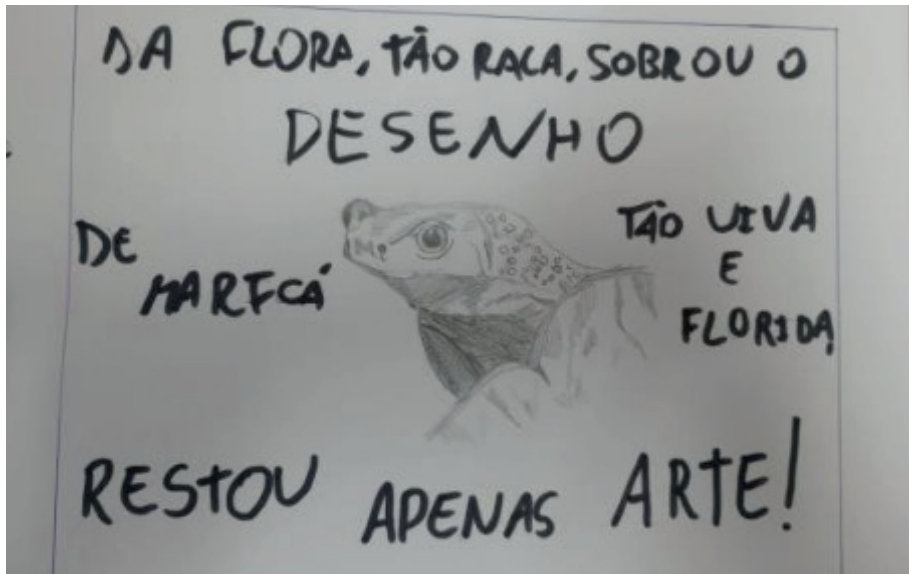
No quinto encontro, foi feita a produção do poema apresentado no material paradidático, também foram feitas as categorias metodologia, resultados e discussões e considerações finais.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O material paradidático produzido nos encontros foi formatado em caderno, com as folhas unidas, como se contassem a poesia, junto aos desenhos. FIGURA 1: páginas do material paradidático







Fonte: O Autor

Este trabalho teve como resultado as discussões que ajudaram o autor a entender mais sobre como as pessoas com TEA se sentem em relação a como a escola oferece seus auxílios e como os autistas conseguem aproveitar da ajuda oferecida pela Prefeitura.

A maioria dos autistas tem muitos problemas com a forma que outras pessoas pensam deles. Mesmo com toda a ajuda oferecida pela prefeitura, eles cometem mais falhas e apresentam mais dificuldades nos estudos que os outros alunos, por conta disso, tendem a pensar que as outras pessoas, ao seu redor, desenvolvem uma opinião muito ruim sobre eles, mesmo não havendo comentários rudes/ofensivo. Eles acham que os outros tendem a falar mal deles silenciosamente, e quando um professor realmente exige ou os pressiona a fazer o dever, é como se o professor já estivesse falando disso há muito tempo e muitas vezes, supostamente sem dar o aluno a oportunidade de responder.

Tudo isso acaba causando muito estresse ao aluno, tornando difícil pra explicar suas dificuldades na escola, resultando em uma falta de comunicação e compreensão do autista, fazendo que todo esse estresse se acumule, podendo causar surtos frequentes de ansiedade na escola.

Muitas escolas refletem que a solução pra todo esse problema é simplesmente deixar o aluno estudando sozinho em casa, o que realmente dá certo no início, porém, enquanto o tempo passa, o aluno apresenta dificuldades nas atividades domiciliares, até porque, ele nunca esteve acostumado a esse tipo de estudo antes. Pedir ajuda aos professores também é complicado e nem sempre os pais conseguem ajudá-los, seja porque geralmente eles não estão em casa ou por qualquer outro motivo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que esse trabalho deve ser expandido para auxiliar s alunos, entregando, independentemente do resultado, mais experiências em produção de texto, resumo e outros aspectos importantíssimos para as atividades escolares, além de dar um maior entendimento sobre a escola e

como ela funciona em relação aos auxílios e ajudas entregues aos autistas, em alguns casos esse tipo de trabalho também pode ajudar o aluno a desenvolver uma opinião melhor sobre a escola.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa (1988). Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 10 out. de 2023.

BRASIL **Presidência da República**, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 out 2023.

BRASIL Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011: dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 29 set 2023.

BRASIL Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 out 2023.

BRASIL Conselho Nacional de Educação/Câmara de Ensino Básico. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Declaração de Salamanca. Salamanca/Espanha, 1994.

COUTINHO-SOUTO WKS, FLEITH DS. **Inclusão educacional: estudo de caso de um aluno com dupla excepcionalidade.** *Revista de Psicologia*. 2021;39(1):339-81. <https://doi.org/10.18800/psico.202101.014>

LOPES, Sonia Maria Maciel; ANDRÉ, Julio Cesar; SOLER, Zaida Aurora Sperli Geraldês. **Dupla Excepcionalidade: negligenciados na educação e na qualidade de vida!** Revista Enfermagem Brasil. V. 21, n. 3. p. 235-238. DOI <https://doi.org/10.33233/eb.v21i3.5210>. 2022

PRIETO, Rosângela Gavioli. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil.** In: ARANTES, Valéria Amorim (Org);

SANFELICE, José Luís. Inclusão educacional no Brasil: limites e possibilidades. In: **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 21, p.29-40, novembro 2006.

ANÁLISE NUTRICIONAL DE ALUNOS DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE MARICÁ A PARTIR DO ÍNDICE DE MASSA CORPORAL

Paulo Guilherme Souza

RESUMO

A alimentação é, cada vez mais, entendida como uma forma de produzir saúde ou de gerar doenças crônicas não transmissíveis, dependendo dos nossos hábitos alimentares. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo investigar a maneira como alunos de uma escola municipal de Maricá costumam a se alimentar e a faixa de peso em que estão inseridos. Os instrumentos utilizados para compreensão desta questão foram o cálculo do índice de massa corporal (IMC) de cada aluno e um questionário com perguntas sobre a frequência de ingestão de alimentos *in natura* e ultraprocessados e a quantidade de atividade física praticada semanalmente. Observou-se, nos dados coletados, uma semelhança com o que vem sendo afirmado em diversos estudos anteriores. Um grande percentual de pessoas encontra-se acima do peso, e um contexto de baixa frequência na prática de atividade física, pouca ingestão de alimentos *in natura* e um elevado percentual de consumo de alimentos ultraprocessados. Portanto, entendemos ser urgente uma maior discussão sobre o tema no ambiente escolar, para que haja uma maior conscientização por parte dos alunos e de seus familiares. Acreditamos que tal compreensão pode promover a construção de hábitos alimentares mais saudáveis.

Palavras-Chave: Nutrição; Saúde; Ultraprocessados; Atividade Física; IMC.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa realizada em uma escola municipal situada em Maricá. Não podemos revelar o nome da escola na escrita deste trabalho, pois, se assim fizermos, violaremos a regra do Prêmio Novos Pesquisadores, a qual não permite que haja qualquer informação que contribua para identificação da autoria deste trabalho.

É importante dizer que esta investigação começa a se desenvolver por conta da existência do prêmio, que contribui a incentivar que alunos do ensino fundamental se interessem por produzir suas próprias pesquisas, reconfigurando, portanto, o modo habitual de ensino-aprendizagem na escola básica, que hoje está centrado nas aulas expositivas.

Mas este trabalho é, também, um desdobramento das aulas de Educação Física realizadas no primeiro trimestre deste ano, com as turmas do 9º ano. Nessas aulas, foram discutidas algumas questões relacionadas à nutrição, visando a conscientização dos alunos sobre o que comem no seu dia a dia, compreendendo os benefícios de uma alimentação rica em alimentos naturais e os perigos de uma dieta ancorada em alimentos ultraprocessados.

Em uma das aulas, foi exibido o documentário *Muito Além do Peso* (2012), produzido por Estela Renner. A obra discute como uma dieta rica em calorias vazias e alimentos ultraprocessados, algo comum no atual momento histórico, tem produzido uma epidemia de obesidade, com graves consequências para a saúde de crianças e adolescentes.

Ao assistirmos e debatermos o filme em questão, ficou perceptível o espaço ocupado pelos alimentos ultraprocessados na vida de crianças e jovens nos dias de hoje. Foi relatado, por diversos alunos, que muitos alimentos ultraprocessados estão incorporados às suas dietas. Sobre algumas dessas comidas, ficou claro que há o entendimento do prejuízo que causam à saúde, mas sobre diversos outros (como o miojo e suco de caixinha, por exemplo) acreditava-se serem alimentos que não são nocivos ao nosso organismo.

Nesse sentido, percebemos que existe a coincidência de fatores como maus hábitos alimentares já consolidados e a desinformação sobre o quão perigoso pode ser o consumo cotidiano de alimentos ultra-

processados, somado a baixa ingestão de alimentos *in natura* e frequência baixa na prática de atividade física semanal.

Por esse motivo, entendemos ser importante ter uma melhor compreensão da maneira como os alunos de nossa escola costumam se alimentar. Para tal, escolhemos uma das turmas do 9º ano como amostra. Os alunos da turma, que tiveram interesse e autorização para participar do estudo, tiveram seus dados biométricos de peso e altura coletados para realização do cálculo do índice de massa corporal (IMC) e também responderam a um questionário sobre seus hábitos alimentares.

Portanto, o objetivo deste trabalho foi investigar a faixa de peso dos alunos desta escola. No entanto, sabemos que a utilização do IMC, para fins de pesquisa, pode ter maior contribuição quando observamos grandes grupos de pessoas em análises com viés quantitativo. Por não trabalharmos com uma grande amostragem, optamos por conhecer um pouco dos hábitos alimentares dos alunos através das informações fornecidas por eles. Entendemos que, desta forma, seria possível fazer uma análise qualitativa do grupo pesquisado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A obesidade tornou-se um dos principais problemas de saúde pública no Brasil e no mundo. De acordo com a Organização Mundial da Saúde a estimativa é de que 2,3 bilhões de adultos ao redor do mundo estejam acima do peso, sendo 700 milhões de indivíduos com obesidade, isto é, com um índice de massa corporal (IMC) acima de 30 (Vigete! Brasil 2020). E a causa principal de obesidade é a substituição do consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados por alimentos ultraprocessados de alta densidade energética e baixa qualidade nutricional.

A substituição das refeições contendo alimentos tradicionais, como o arroz e o feijão, por lanches pode contribuir para o aumento da prevalência, por exemplo, da anemia, entre o grupo de jovens de maior idade, e, também, da obesidade. Isso se dá, pois o conteúdo de lipídeos nos lanches normalmente é elevado, onde estas refeições, normalmente, não são equilibradas nutricionalmente (Pomini; Sant'Ana; Souza, 2009).

De acordo com reportagem realizada pelo Jornal da USP em maio de 2023, uma pesquisa realizada na Universidade de São Paulo calculou o impacto do consumo de ultraprocessados na população brasileira, a partir dos dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e dos dados de mortalidade dos brasileiros. Ao cruzar os dados, pode-se estimar que, aproximadamente, 57 mil pessoas morrem de forma prematura por ano como consequência do consumo de ultraprocessados (Fukui, 2023).

Um estudo realizado por Louzada et al (2021) ao relacionar o consumo de alimentos ultraprocessados com a gordura corporal de adolescentes, afirma que há uma relação direta entre o aumento do consumo desse tipo de alimento com o excesso de peso em ambientes escolares no Brasil. Além disso, o mesmo estudo cita trabalhos que tanto observam uma relação direta entre o baixo consumo de ultraprocessados e a diminuição do IMC quanto percebem que a maior ingestão de ultraprocessados está diretamente relacionada a um maior teor de gordura corporal.

Os Alimentos ultraprocessados são produzidos com a intenção de ser convenientes, práticos e portáteis. Se encaixam bem em um tipo de vida corrida que as pessoas, em geral, possuem hoje. Podem ser consumidos em qualquer lugar e em pouco tempo. Em geral, são vendidos como fast food, bebidas açucaradas ou pratos semiprontos para o consumo. Chegam ao mercado revestidos de grandes estratégias de marketing, o que acaba por induzir ao consumo excessivo de calorias e à substituição das refeições feitas na hora, baseadas em alimentos *in natura* ou minimamente processados.

Nesse sentido, entendemos ser importante observar, do ponto de vista nutricional, o universo onde estamos inseridos. Trata-se de uma escola municipal, a qual é frequentada, em geral, por alunos com baixo poder aquisitivo. Tal informação é importante de ser dita visto que o preço dos alimentos frescos (como carnes, leite, frutas e hortaliças) tendem a custar mais caro que os alimentos ultraprocessados (Claro et al, 2016). Portanto, somando este dado com a observação cotidiana dos alunos se alimentando na escola no horário do recreio, percebemos um grande

número de pessoas consumindo calorias vazias, ou seja, alimentos com alta concentração de energia e baixa qualidade nutricional.

METODOLOGIA:

Para este estudo, identificamos a faixa de peso de 22 alunos de uma das turmas do 9º ano do ensino fundamental (na faixa etária de 14 a 16 anos), e os questionamos com o intuito de ter uma noção geral dos seus hábitos alimentares. Considerando que o universo dos alunos do segundo segmento do ensino fundamental (6º ao 9ºanos) possui em torno de 350 alunos, o grupo de alunos pesquisados é de cerca de 6,3 por cento do total de alunos.

Pelo fato do tamanho da amostra ser pequeno, temos como consequência uma maior margem de erro e de confiabilidade da pesquisa, no que se refere à representação fidedigna de todo o universo escolar. No entanto, é importante salientar que este trabalho pretende ser, antes de qualquer coisa, um exercício que visa estimular a pesquisa e propor outros caminhos de construção de saber para alunos que, até então, pouco ou nunca tinham experimentado ocupar o lugar de pesquisador.

Por este motivo não nos preocupamos em seguir, à risca, protocolos metodológicos pré-estabelecidos por estudos anteriores. Acreditamos que, do ponto de vista educacional, seria mais interessante realizar uma pesquisa bibliográfica que viabilizasse refletir e construir o próprio método de investigação do universo que estamos inseridos. Uma outra causa dessa opção foi o pouco tempo que tivemos disponível para a realização da pesquisa e a dificuldade de realização de encontros presenciais no contraturno e fora do espaço escolar.

Em relação a obtenção dos dados, pedimos a autorização dos alunos e de seus responsáveis para medirmos o peso e a altura de cada um, pois estes são necessários para o cálculo do IMC. Nesse sentido, sabemos quais são os alunos que participaram da pesquisa, mas optamos por não individualizar os dados obtidos. Por esse motivo, ao lado dos dados de peso e altura de cada aluno, constam apenas as informações de gênero e idade.

Durante o processo da pesquisa, nos chegou à informação de que a nutricionista da escola estava realizando um mapeamento dos índices de massa corporal dos alunos. Ao solicitarmos os dados que haviam sido recém obtidos, a profissional prontamente aceitou colaborar com a pesquisa. Isto, ao nosso ver, acabou por ser interessante, visto que não apenas as medidas foram aferidas com equipamentos de maior precisão, como tal fato contribui para uma maior integração entre professores, alunos e profissionais que atuam na escola.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que se utilize o IMC quando há o intuito de diagnosticar tanto a obesidade quanto a desnutrição em adolescentes. Este é um indicador bastante utilizado, principalmente, em estudos populacionais com maiores amostragens, devido ao baixo custo, a simplicidade para realização das medidas e a alta reprodutibilidade (ROMERO et al., 2008).

Idade Anos completos	Masculino			Feminino		
	Baixo Peso	Sobrepeso	Obesidade	Baixo Peso	Sobrepeso	Obesidade
6	13,0	17,7	21,1	13,2	17,0	19,3
7	12,9	17,8	21,8	13,1	17,2	19,8
8	12,9	18,1	22,6	13,0	17,4	20,4
9	12,9	18,5	23,6	13,1	17,9	21,2
10	12,9	19,0	24,6	13,4	18,6	22,3
11	13,3	19,6	25,5	13,8	19,5	23,5
12	13,6	20,3	26,3	14,3	20,5	24,8
13	14,0	20,9	26,9	15,0	21,6	26,2
14	14,4	21,6	27,5	15,7	22,7	27,5
15	15,0	22,3	27,9	16,3	23,7	28,5
16	15,5	22,9	28,3	16,8	24,4	29,2
17	16,1	23,5	28,7	17,2	24,8	29,5

(Tabela 1: Tabela de Referência do IMC por Idade e Gênero)

Estabelecemos a tabela de IMC acima, utilizada por Palla e Souza (2017), como referência para classificar a faixa de peso de cada estudante. A tabela foi escolhida pelo fato de indicar valores de referência ano a ano e por fazer a separação entre sexos. Dessa maneira, entendemos que temos mais precisão na avaliação dos dados biométricos.

De acordo com a tabela, compreendemos as faixas de peso da seguinte forma:

- Está abaixo do peso o aluno que tiver IMC menor ou igual ao valor

- de referência de baixo peso para a sua idade e seu sexo;
- Está no peso normal o aluno que tiver IMC maior que o valor de referência de baixo peso e menor que o valor de referência de sobrepeso para a sua idade e seu sexo;
 - Está com sobrepeso o aluno que tiver IMC maior ou igual ao valor de referência de sobrepeso e menor que o valor de referência de obesidade para a sua idade e seu sexo;
 - Está obeso o aluno que tiver IMC maior ou igual ao valor de referência de obesidade para a sua idade e seu sexo .

No entanto, como já dito anteriormente, com a utilização do IMC conseguimos observar apenas a faixa de peso que uma pessoa se encontra, visto que esse índice nos informa, de maneira geral, a densidade de tecido adiposo de um corpo. Por esse motivo, é importante identificar os fatores determinantes do IMC, em adolescentes, para que seja possível elaborar estratégias que tenham como propósito a prevenção e o tratamento de distúrbios nutricionais ainda na juventude.

De acordo com Romero et al (2008), a atividade física, a maturação sexual e a alimentação são os fatores determinantes do IMC na adolescência. Sem desconsiderar a influência dos outros fatores, interessamos, para este trabalho, estabelecer uma correlação entre os hábitos alimentares e de atividade física dos alunos pesquisados com a faixa de peso que se encontram.

Para tal, pedimos aos estudantes que respondessem um questionário de 10 perguntas. No documento não havia nenhum campo para o aluno se identificar. Nossa intenção não era observar os indivíduos separadamente, mas ter uma visão geral do comportamento alimentar do grupo.

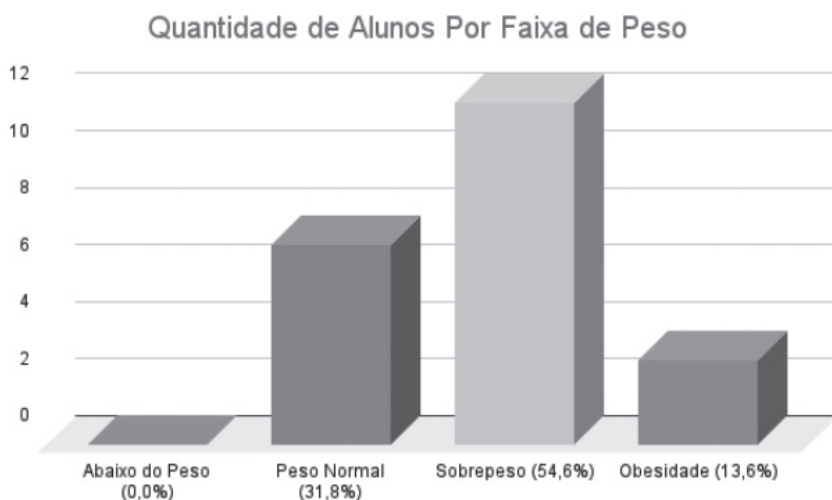
Todas as questões, de múltipla escolha, perguntavam a frequência com que os alunos comeram determinados tipos de alimentos nos últimos 7 dias. As opções de resposta disponíveis abarcavam todo o intervalo entre nenhum dia e todos os dias da semana. Especificamente sobre o conteúdo das perguntas, estas foram divididas da seguinte forma: as quatro primeiras indagam sobre a frequência do consumo de alimentos *in natura* (frutas, legumes, verduras e leguminosas), outras cinco per-

guntas sobre a regularidade de ingestão de alimentos ultraprocessados (embutidos, guloseimas, bebidas açucaradas, fast food e macarrão instantâneo) e a última sobre a frequência com que praticam, pelo menos, 30 minutos de atividade física moderada.

Em relação à pergunta sobre atividade física, esta busca averiguar se o grupo de alunos possui comportamento sedentário ou se são ativos. A Organização Mundial da Saúde, em sua última recomendação, no ano de 2020, especifica a necessidade de realizar entre 150 e 300 minutos de atividade moderada por semana para uma pessoa ser considerada ativa.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS:

A partir do cálculo dos Índices de Massa Corporal, podemos afirmar que a maior parte do grupo pesquisado se encontra acima do peso normal. Do grupo total de alunos (22 pessoas), 15 estudantes encontram-se acima do peso normal (68,2%). Este dado sugere que pode haver uma tendência de comportamento que leve os indivíduos pesquisados a ter um balanço energético positivo. O gráfico abaixo ajuda a melhor ilustrar essa questão.



(Tabela 2: Alunos Por Faixa de Peso)

De acordo com Levin et al, adolescentes com IMC nas faixas de sobrepeso e obesidade tem tendência a realizar menos atividades físicas do que os adolescentes com valores de IMC mais baixo (Apud Romero et al, 2008).

Em outro estudo Piola et al (2020) afirma que mais de 25% dos adolescentes brasileiros não praticam nenhum tipo de atividade física no tempo de lazer e passa da metade os que não atingem os níveis mínimos recomendados para a promoção da saúde, ou seja, para não possuírem comportamento sedentário. O mesmo estudo também aponta que, no Brasil, cerca de 50% dos adolescentes afirmam passar duas horas ou mais, em média, diante das telas, assistindo TV ou jogando videogame.

Diretamente ligada a esta questão, Oliveira et al (2016) apresentaram dados de pesquisas, realizadas no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos. Em todas elas, o tempo que jovens e adolescentes passam diante das telas, além de ser maior do que o recomendado, aumentou significativamente.

Dias de Realização de Atividade Física na Última Semana

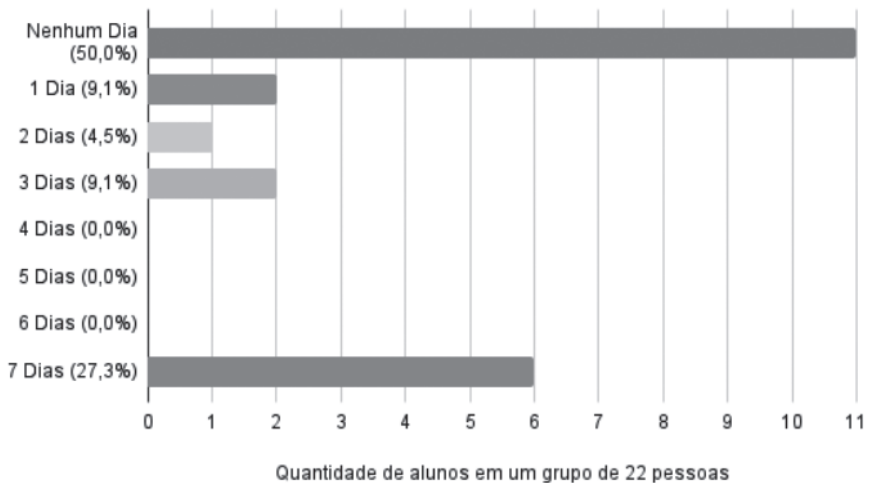


Tabela 3: Tendência à Prática de Atividade Física Pelos Alunos

Tendo isso em vista, podemos afirmar que as respostas que obtivemos em nosso questionário (Tabela 3), no que se refere a prática de atividade física, não apenas confirmam a tendência apontada pelas outras

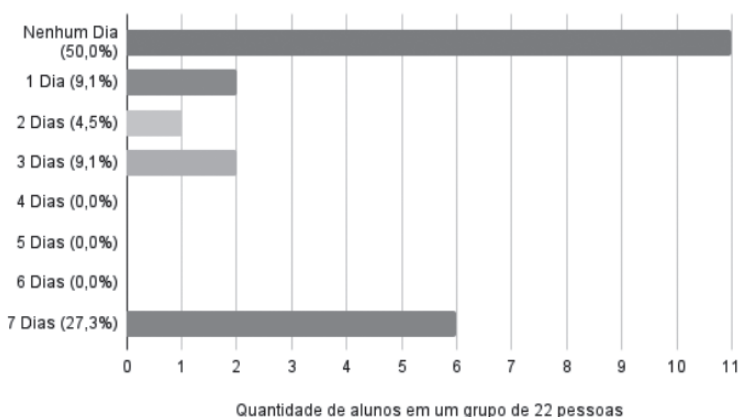
pesquisas, como apresentam um cenário em que metade das pessoas não praticam nenhuma atividade física.

Nesse sentido, tal dado corrobora com o que se manifesta no dia a dia da escola, em que vemos alunos constantemente vinculados a seus smartphones e com bastante resistência em participar ativamente das aulas de Educação Física. A participação nas aulas muitas vezes acaba sendo condicionada a ocorrência de alguma atividade que já seja familiar aos alunos.

É importante dizer que as atividades realizadas durante as aulas de educação física não têm como objetivo melhorar o nível de aptidão física, mas sim sensibilizar os alunos para as diversas formas da cultura corporal de movimento, orientando-os sobre a prática de exercícios físicos regulares, os quais poderão ser praticados fora da escola. Dessa maneira, as aulas costumam ser compostas por atividades de baixa intensidade, as quais não influenciam significativamente a aptidão física.

Em relação à alimentação, os resultados de nossa pesquisa corroboraram o que estudos como o da Vigitel Brasil (2020); de Oliveira et al (2016) e a obra cinematográfica intitulada *Muito Além do Peso* (2012) vem afirmando. Estes documentos mostram haver uma tendência, entre jovens e adultos, para o consumo de alimentos com maior densidade calórica em comparação com alimentos naturais, menos calóricos e mais nutritivos. Na tabela 4 observamos a frequência de ingestão de frutas e hortaliças (verduras e legumes) entre os alunos pesquisados.

Dias de Realização de Atividade Física na Última Semana



(Tabela 4: Frequência de ingestão de Frutas)

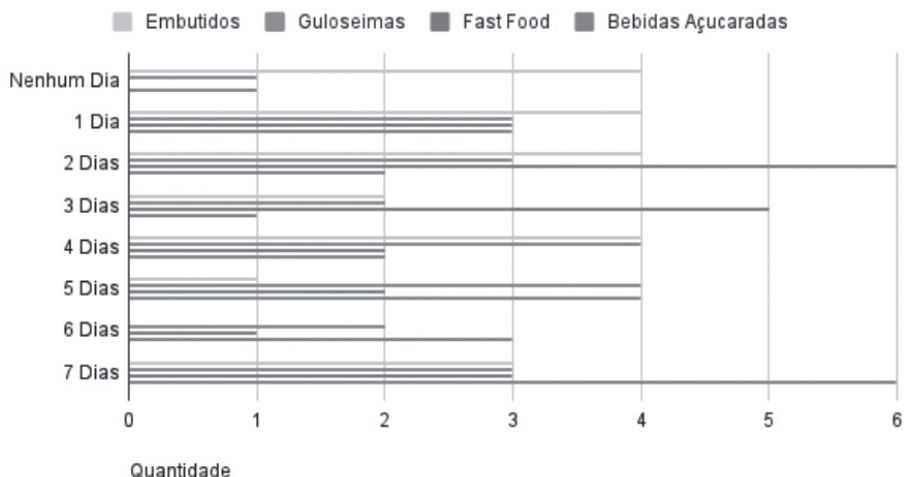
O mapeamento acima citado (Vigitel Brasil, 2020), considera que para haver um padrão saudável de alimentação, no que toca ao consumo de frutas e hortaliças, é necessário comer esses alimentos em uma frequência mínima de 5 vezes na semana. Ainda sobre este estudo, temos que o percentual de consumo desses alimentos, na cidade do Rio de Janeiro, considerando a faixa etária de 18 a 24 anos, é de 26,3%.

Observando a tabela 4, percebemos, em nosso contexto estudado, uma maior concentração de pessoas com uma baixa frequência de ingestão de frutas e hortaliças. Se nos atentarmos apenas a quantidade de pessoas que possuem um padrão saudável de alimentação (5 a 7 dias na semana), de acordo com o estudo da Vigitel Brasil (2020), encontramos um número de 7 pessoas (31,8%) que consomem frutas, 3 pessoas (13,6%) que consomem verduras e 9 pessoas (40,9%) que consomem legumes.

De acordo com o Ministério da Saúde,

As frutas, legumes e verduras são alimentos *in natura* e, compõem uma alimentação adequada e saudável. Além de colaborarem para aumentar a diversidade do consumo alimentar, o seu consumo contribui para a manutenção de um peso adequado e para a prevenção da obesidade e de outras doenças crônicas relacionadas à má alimentação (2022).

A maior parte do grupo de alunos possui uma baixa frequência de consumo de alimentos *in natura*. Tendo em vista a importância da ingestão desse tipo de alimento e a quantidade de alunos que se encontra acima do peso, entendemos ser preocupante que indivíduos, no período da adolescência, momento fundamental da maturação corporal, possuam tal hábito alimentar.



(Tabela 5: Frequência de consumo de alimentos ultraprocessados)

Já na tabela 5, observamos a frequência de consumo de alimentos ultraprocessados pelo grupo pesquisado. Aqui disponibilizamos os dados referentes às perguntas sobre a ingestão de embutidos, fast food, guloseimas e bebidas açucaradas.

Em relação aos embutidos, 8 das 22 pessoas do grupo pesquisado (36,3%) consomem em 4 ou mais dias da semana e 12 pessoas (54,5%) consomem até 2 vezes na semana. Em comparação com a frequência de consumo de alimentos como guloseimas e bebidas açucaradas, o percentual de consumo de embutidos está sensivelmente mais baixo.

O consumo de fast food parece seguir a mesma linha dos embutidos, visto que, também, 8 das 22 pessoas (36,3%) comem esse tipo de comida em 4 ou mais vezes por semana. No entanto, nenhuma das pessoas afirmou não comer em nenhum dia da semana. Além disso, metade dos alunos comem na frequência de 2 a 3 dias por semana.

Considerando a quantidade de pessoas com sobrepeso e obesidade no grupo pesquisado (68,2%) e a baixa ingestão de alimentos *in natura*, temos que o consumo de embutidos e de fast food está em um percentual bem menor do que o grupo que está acima do peso. Uma das

hipóteses pode ser o preço desse tipo de alimento, que pode dificultar o acesso ao universo pesquisado.

Porém, no que tange ao consumo de guloseimas e bebidas açucaradas, temos um consumo bem mais elevado. Em relação às guloseimas, o percentual de consumo considerando 4 ou mais dias da semana é de 59,1% (13 pessoas) e sobre as bebidas açucaradas, o consumo, na mesma frequência semanal, é de 68,2% (15 pessoas).

De acordo com Louzada et al.,

no Brasil, pesquisas de aquisição de gêneros alimentícios para o consumo domiciliar, realizadas nas áreas metropolitanas entre 1987-1988 e 2008-2009 e no país como um todo entre 2002-2003 e 2017-2018, indicam aumentos sistemáticos na participação de alimentos ultraprocessados e redução concomitante dos alimentos in natura ou minimamente processados e de ingredientes culinários (Louzada et al, 2021).

Nesse sentido, os dados coletados nesta pesquisa confirmam o estudo citado anteriormente. Somado a isto, ao relacionarmos com os dados sobre a prática de atividade física semanal, temos bons indícios do porquê a grande maioria do grupo pesquisado encontra-se acima do peso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que estamos em um momento histórico no qual há uma tendência ao aumento do consumo de alimentos ultraprocessados. Para além disso, as sociedades (principalmente nos grandes centros urbanos) se colocam cada vez mais dependentes de processos tecnológicos, os quais orientam os seres humanos a se habituarem com o comportamento sedentário. Nesse sentido, o grupo pesquisado confirma esta direção, já apontada em diversos estudos anteriores.

Essa curva comportamental, é responsável pela ocorrência de uma série de doenças crônicas não transmissíveis (obesidade, diabetes tipo 2, doenças cardiovasculares, câncer, distúrbios gastrointestinais, depressão, entre outros), as quais, juntas, são a maior causa de morte no mundo.

Para atenuar ou reverter este cenário, é fundamental que, na escola, possamos debater mais efetivamente sobre esta questão. O ambiente escolar já proporciona uma grande contribuição à alimentação saudável através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). No entanto tal medida é apenas uma dentre muitas coisas que são necessárias para que possamos viver em uma sociedade que tenha como maior prioridade o consumo de alimentos mais saudáveis.

Para além disso, é necessário que haja um maior estímulo à prática de atividade física. Uma ideia que temos é que se possa desenvolver, a nível nacional, um programa de esporte escolar, no qual os alunos sejam incentivados a fazer parte de equipes esportivas no contraturno escolar, pelo menos três vezes na semana. Dessa maneira, as pessoas teriam o hábito de se exercitar desde pequenos.

Outra medida fundamental seria a implementação de restrições de marketing para alimentos não saudáveis e o estabelecimento de uma rotulagem nutricional que seja bem clara e explícita aos consumidores. Uma quantidade muito grande de alimentos está associada à personagens de desenhos animados e de filmes, o que acaba por influenciar negativamente a alimentação de um número super elevado de crianças e jovens.

É preciso também que o estado desenvolva políticas públicas voltadas à melhora da saúde nutricional da população. Nesse sentido, aumentar os impostos sobre alimentos ultraprocessados e incentivar a agricultura familiar de alimentos orgânicos, proporcionaria, a longo prazo, uma maior facilidade no acesso ao consumo de alimentos mais saudáveis.

REFERÊNCIAS

CLARO, Rafael Moreira. et al. Preço dos Alimentos no Brasil: prefira preparações culinárias a alimentos ultraprocessados. **Cadernos Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.32 nº 8, agosto, 2016.

FUKUI, Ana. **Pesquisa Relaciona Mortes Precoces ao Consumo de Alimentos Ultraprocessados**. Jornal da USP, São Paulo, 05 de maio de 2023. Seção Ciências.

LOUZADA, Maria Laura da Costa. et al. Impacto do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde de crianças, adolescentes e adultos: revisão de escopo. **Cadernos de Saúde Pública**, V. 37, nº 13, suppl 1, 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gov.br, 2022. **Qual é a Importância de Frutas, Verduras e Legumes na Manutenção do Peso Saudável?**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/eu-querome-alimentar-melhor/noticias/2022/qual-e-a-importancia-de-frutas-verduras-e-legumes-na-manutencao-do-peso-saudavel>. Acesso em: 10 out 2023.

MUITO ALÉM DO PESO. Direção: Estela Renner. Produção: Juliana Borges. Brasil: Maria Farinha Filmes, 2012, DVD (84 min).

OLIVEIRA, Juliana Souza. et al. ERICA: uso de telas e consumo de refeições e petiscos por adolescentes brasileiros. **Revista de Saúde Pública**, V.50, nº 1, 2016.

PALLA, Matheus Xavier; SOUSA, Francisco José Fornari. IMC em Escolares de 12 ans de Idade. **Centro Universitário Uniofacvest** 2017. Disponível em: https://www.uniofacvest.edu.br/assets/uploads/files/arquivos/236df-palha,-matheus-xavier-imc-em-escolares-de-12-anos-de-idade.-lages,-uniofacvest,-2017_2.-curso-de-educacao-fisica..pdf. Acesso em: 13 de jun. 2023.

PIOLA, Thiago Silva. et al. Nível insuficiente de atividade física e elevado tempo de tela em adolescentes: impacto de fatores associados. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, V. 25, nº 7, p. 2803-2812, 2020.

POMINI, Romyderlaine Zamberlam; SANT'ANA, Débora de Mello Gonçalves; SOUZA, Maria Cristina Correa. Avaliação dos Hábitos Alimentares dos Adolescentes de Uma Escola da Rede de Ensino da Cidade de Umuarama - PR. **Arquivos do MUDI**, v.13, nº 1/2/3, 2009.

ROMERO, Alexandre. et al. Determinantes do Índice de Massa Corporal em Adolescentes de Escolas Públicas de Piracicaba, São Paulo. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v.15, nº 1, p. 141-149, 2008.

VIGITEL BRASIL. **Estimativas Sobre Frequência e Distribuição Sociodemográfica de Fatores de Risco e Proteção Para Doenças Crônicas nas Capitais dos 26 Estados Brasileiros no Distrito Federal em 2019.**

Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2019_vigilancia_fatores_risco.pdf ISBN 978-85-334-2765-5. Acesso em: 23 set. 2023.

A IMPORTÂNCIA DA BIBLIOTECA PÚBLICA EM MARICÁ E A PROMOÇÃO DO HÁBITO DE LEITURA

Raíssa Torres de Azevedo

RESUMO

O uso da internet acomodou a população e a ida à biblioteca tem sido cada vez menos frequente, principalmente entre os jovens. Mas ela nunca pode deixar de existir. A biblioteca é lugar não apenas de livros, mas também de encontros culturais e vivências. Está na Constituição Nacional o direito à educação e ao acesso à cultura, a biblioteca é um meio de garantir esses direitos. Ela traz oportunidades para os cidadãos de classe mais baixa da sociedade, permitindo que o indivíduo mude o contexto que está inserido. O hábito de leitura traz benefícios comprovados e é importante que ele seja cultivado desde cedo. Esse ano o município de Maricá reinaugurou pela segunda vez a Biblioteca Leonor Leite Bastos de Souza. Maricá tem mais duas bibliotecas públicas da prefeitura, entretanto o foco dessa pesquisa é a biblioteca central. Ela está em um novo endereço, com um espaço maior e climatizado. É importante discutir a sua falta de reconhecimento entre a população. Na realização desse artigo um funcionário da prefeitura foi entrevistado. Ele nos contou um pouco sobre seus projetos para levar a literatura para toda a cidade. É a partir de iniciativas como essa, assim como outros projetos e também o uso das redes sociais para disseminar a leitura e o espaço da biblioteca central, o que poderá ser possível fazer de Maricá um município com mais leitores.

Palavras-Chave: biblioteca pública; direito; cultura; Maricá.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a importância das bibliotecas públicas

para a população e a necessidade de maior investimento nessa área no município de Maricá. Com o investimento é possível que aconteça a promoção do hábito de leitura ainda na infância e na adolescência. Discute o legado que a disponibilidade de livros deixa ao combater a desigualdade fazendo com que mais jovens de baixa renda possam ser aprovados nos vestibulares, por desenvolverem a leitura desde cedo, e a possibilidade de exercer a cidadania e promover maior difusão da leitura e cultura através das bibliotecas públicas. Mostra através de pesquisas um pouco sobre as bibliotecas públicas que o município de Maricá já possuiu. O objetivo é obter maior visibilidade para essa questão e apresentar projetos para que isso ocorra, como o desenvolvimento de um aplicativo, já que a tecnologia prevalece nos dias atuais. A metodologia foi a bibliográfica, utilizando livros e artigos para fundamentar os fatos apresentados, com uma abordagem qualitativa explicando o porquê de alguns fenômenos acontecerem. Além disso, também foi feita uma entrevista para entender melhor a literatura no município de Maricá.

1. BIBLIOTECAS HOJE E SEU PAPEL NA FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO

É indispensável lembrar que o ambiente de uma biblioteca é, acima de tudo, cultural. É um ambiente de interação que enriquece as pessoas que o frequentam. São diversas as vantagens da leitura no dia a dia e esse direito deve ser garantido. O direito de melhorar a forma de se comunicar, de se expressar e o de ver o mundo através de outras perspectivas. A leitura de um livro ajuda no desempenho cerebral, melhorando a criatividade, desenvolvendo o pensamento crítico e combatendo o estresse¹. Paulo Freire, importante educador e filósofo brasileiro, defendia o direito à educação e chegou a escrever um livro, que reúne três de seus artigos, intitulado “A Importância do Ato de Ler”. Nessa obra, Freire faz uma analogia entre os livros e a realidade. Ele fala sobre como um livro pode ajudar uma pessoa a ler e mudar o mundo ao seu redor. A literatura pode ser um instrumento contra a

¹ Foram feitas pesquisas científicas na Universidade de Stanford e na Unidade de Neuroimagem Cognitiva do Instituto Nacional Francês de Saúde e Pesquisa Médica que comprovaram os benefícios da leitura para a mente.

desigualdade: a partir dela pode-se entender melhor o contexto que se está inserido e mudá-la.

Este movimento do mundo à palavra e da palavra ao mundo está sempre presente. Movimento em que a palavra dita flui do mundo mesmo através da leitura que dele fazemos. De alguma maneira, porém, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo mas por uma certa forma de “escrivê-lo” ou de “reescrivê-lo”, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente (Freire, Paulo, 1989, p.20).

O papel da biblioteca hoje pode ser visto por alguns como pouco importante, pois com o surgimento da internet a busca pela informação ao fazer um trabalho, por exemplo, ficou muito mais fácil. Mas o papel da biblioteca vai muito além do acadêmico. Os livros podem ser fonte de lazer e a biblioteca fonte de encontros e discussões culturais. Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 temos:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 227.

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Art. 215 (BRASIL, 1988).

É indispensável que um país, consolidador da sétima edição da Constituição Federal, assegure tais direitos na prática. Visto que diversos cidadãos não possuem condição de gastar o dinheiro do sustento comprando um livro, o direito ao acesso à leitura através das bibliotecas deve ser garantido.

3. O CAMINHO PARA O HÁBITO DE LEITURA

Os diversos benefícios que a leitura traz foram citados anteriormente neste artigo. A capacidade de se expressar melhor, de escrever melhor. Com isso, é de grande necessidade que o indivíduo desenvolva o hábito de leitura ainda na adolescência. Mas o entretenimento atualmente oferecido pelas redes sociais, jogos digitais e plataformas de streaming, que disponibilizam todo o tipo de filmes e de séries, afeta o interesse pela leitura que os jovens deveriam ter. O instituto pró-livro (IPL), junto com o Itaú Cultural e IBOPE Inteligência, realizou a quinta e mais recente edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil em 2019 e concluiu que o número de leitores de 2015 para 2019 diminuiu em aproximadamente 4,6 milhões de leitores. Pode-se notar ainda que a classe que tem o maior número de leitores entre os que cursaram ensino superior é a classe A. Isso nos mostra, através de dados, como a desigualdade prevalece.

Também houve queda no número de leitores em idade entre 11 e 17 anos, fase em que a leitura é de grande importância, visto que começa a preparação para os vestibulares. Alguns deles exigem a leitura de livros, clássicos ou contemporâneos, como a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), mas é importante citar que não é apenas sobre leituras obrigatórias para a prova. Todo o tipo de livro agrega conhecimento para o indivíduo que vai prestar vestibular, pois a literatura ajuda nas questões de interpretação de texto, e ainda na redação: quanto mais livros lidos maior o repertório cultural para citar na redação e além disso o candidato terá maior habilidade com a escrita.

As escolas e educandos possuem um grande desafio a ser enfrentado: gerar o interesse pela literatura nos adolescentes que estão prestes a fazer os vestibulares. É um desafio porque os clássicos indicados como leituras obrigatórias escolares não despertam o desejo de ler por conta, principalmente, do seu vocabulário culto. Uma obra literária escrita há mais de 100 anos, como Dom Casmurro, possui uma leitura mais densa, seja por sua linguagem rebuscada ou pelo contexto em que a obra está inserida. Formiga (2009) cita que o ensino básico possui a ideia de implementar leituras tradicionais nas escolas, o que pode criar uma imagem monótona e maçante do ato de ler. O hábito de leitura precisa ser apresentado como prazeroso para os adolescentes, facilitando a sua promoção.

4. A BIBLIOTECA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MARICÁ

A biblioteca pública de Maricá foi fundada em 15 de maio de 1971, mas no livro do Tombo² do município, o primeiro livro registrado na biblioteca Leonor Leite Bastos de Souza foi no dia 18 de Agosto de 1978. Ela ficava na principal praça de Maricá e ali ela atuou até o ano de 2003 quando foi demolida para a construção do anfiteatro. Foram 2 anos sem biblioteca por conta das obras, para em 2005 acontecer a sua reabertura embaixo das arquibancadas do anfiteatro, também localizado na praça Orlando de Barros Pimentel. Os dados relatam que possuía um acervo de 13 mil títulos e a média mensal era de 500 usuários, mas pelos registros fotográficos e por relatos é possível notar que seu espaço era muito limitado e apertado. Entre o final de 2019 e início de 2020, ela foi demolida novamente para um novo projeto de revitalização da praça. Apenas em 2023 a biblioteca pública municipal de Maricá reabre com nova localização: em um anexo do Cine Henfil³, com um ambiente climatizado e maior, funcionando de segunda a sexta-feira das 8h às 17h. Essa é a principal biblioteca pública de Maricá, entretanto existem mais duas: a biblioteca do Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU) e a de Itaipuaçu (Biblioteca popular Carlos Marighella).

Figura 1 - Primeiros livros registrados na biblioteca

ANO DE 1978		NÚMERO	AUTOR	TÍTULO
Mês	Dia			
08	18	1	ALMEIDA, Waldemar de	Normas Pianísticas
08	18	2	ALBUQUERQUE, L. Tenório d'	Expressões Transicionárias
08	18	3	AMARAL, Irsides Pires de	Ensine com Êxito (2)
08	18	4	AMARAL, Maria Lúcia	A Estrela de Oure
08	18	5	AMARAL, Irsides Pires de	Ensine com Êxito (3)
08	18	6	BEZERRA, Jairo	Iniciando a matemática moderna
08	21	7	CHAMBERLAIN, Momi H.	Os três "R" para o Retardado
08	21	8	CUNHA, Vilma (Prá)	Curso de Lúria e Vavá
08	21	9	CUNHA, Vilma	Curso de Lúria e Vavá
08	21	10	CUNHA, Vilma	Curso de Lúria e Vavá

Fonte: Autora do artigo, 2023

- 2 No livro do Tombo são registrados os bens culturais em relação ao valor histórico.
- 3 Cinema público de Maricá.

Todo ano, na cidade, acontece a Festa Literária Internacional de Maricá (FLIM). Em 2023, a oitava edição da festa foi a maior desde que começou. Todos os alunos, das escolas municipais, estaduais, do Instituto Federal Fluminense (IFF) e do Passaporte Universitário⁴ receberam vouchers de 200 reais para a compra dos livros. A prefeitura de Maricá investiu vigorosamente no evento, que não foi apenas sobre livros, mas trouxe diversas manifestações culturais e artistas para a população, e incentivou a promoção do hábito de leitura para todas as idades. Mas é importante destacar que não basta realizar esse encontro de culturas e a disponibilidade de livros apenas uma vez ao ano. Por isso existem as bibliotecas: para que a leitura possa ser garantida sempre.

Figura 2 - Primeira biblioteca pública de Maricá



Fonte: IBG

⁴ Programa do município de Maricá que faz convênio com universidades privadas pagando todo o estudo dos moradores cadastrados.

Figura 3 - Biblioteca embaixo do anfiteatro



Fonte: caçadores de bibliotecas, 2012

4.1. Quem foi Leonor Leite Bastos de Souza

Leonor foi uma professora que nasceu no dia 16 de maio de 1888 em Niterói. Admirando a música e as artes e com um amor pela natureza, ela se formou como professora em 1914, aos seus 23 anos, na Escola Normal de Nitheroy. Logo após casou-se e mudou-se para o município de Maricá onde começou a atuar como professora/diretora da Escola Isolada do Flamengo, atual Colégio Estadual Domício da Gama. Com bravura e persistência, Leonor criou e educou seus cinco filhos, enteados e netos, ainda que ganhasse um baixo salário. Em 17 de Julho de 1968, a cidade lhe concedeu o título de cidadã Maricaense pela sua dedicação à vida e ao município e, em 1971, a câmara deu o seu nome à primeira biblioteca pública de Maricá. A patrona da Biblioteca Publicada faleceu no ano de 1975, em Niterói, mas foi sepultada a seu pedido no Cemitério Municipal de Maricá.

Algumas de suas citações conhecidas são: “Para se chegar à felicidade é só pesar o que de bom e de ruim a vida nos deu, dando-lhes, naturalmente, o devido valor.” e “Estou pronta a atender o chamamento final, pois se nada de bom consegui fazer, pelo menos, em cumprimento ao cresci e multipliquei-vos, ajudei a povoar esta Maricá que aprendi a amar.”

4.2. Uma análise da Biblioteca Pública Municipal de Maricá

Apesar de seu espaço renovado, climatizado, com mesas e internet disponíveis para estudo, notou-se a baixa frequência de pessoas circulando em um espaço cheio de cultura. Seja pela falta de notoriedade em relação ao espaço, por sua localização escondida e pouco chamativa, seja pela falta de divulgação. Muitos, quando perguntados, não sabiam da existência desse lugar. Seu acervo é diversificado e consideravelmente vasto, possuindo um site para a procura de obras. Mas, os títulos podem não ser muito convidativos aos adolescentes que querem iniciar no mundo da leitura. As obras clássicas, como as de Machado de Assis, são extremamente importantes, mas é um desafio inserir esses livros, escritos há muitas décadas na rotina dos adolescentes. Por essa razão é indispensável a disponibilidade de títulos contemporâneos, como intuito de chamar mais jovens para esse ambiente rico em conhecimento. Através de visitas à biblioteca foi possível identificar a falta de livros mais atuais e esse pode ser um dos motivos de a biblioteca estar tão vazia. É necessário o equilíbrio de títulos clássicos e atuais.

Figura 4: Atual Biblioteca Pública Municipal de Maricá



Fonte: Prefeitura de Maricá, 2023

4.3. Projetos voltados para a literatura no município

Em entrevista com Roberto de Moraes, funcionário da coordenação de Literatura da SECULT-MARICÁ, soubemos de um projeto que ele mantinha junto a sua mãe antes da pandemia: o Clube da Leitura Cônego Batalha. Na Praça Cônego Batalha eles vendiam e doavam livros, contando com um intenso fluxo de leitores e mantinham grupos quinzenais de filosofia e poesia no espaço “Casaraça” em Araçatiba, no qual compartilhavam muitos diálogos e vivências, tendo como foco a literatura. “Muitas vezes chegavam pessoas bastante humildes e analfabetas, olhavam os livros e os admiravam, nós dizíamos: ‘- pode levar pra você!’ e elas ficavam radiantes, muitas vezes demos o primeiro livro que essas pessoas tiveram”. Contou, também, que vendiam livros de cinco a vinte e cinco reais no máximo, com a intenção de tornar os livros mais acessíveis. Alguns que valiam muito mais que isso, na verdade, era apenas o intuito de escoar o acervo de mais de dez mil livros e partilhá-los com quem demonstrava interesse, os livros que conseguiam com tantas doações recebidas.

Através da entrevista, tivemos conhecimento de diversas bibliotecas comunitárias existentes em Maricá, como a da aldeia de pescadores do Zacarias, em Jaconé e a Casaraça, organizada pelo próprio entrevistado. Hoje, ele e sua equipe fomentam a promoção de saraus e contação de histórias que acontecem na biblioteca pública municipal. Roberto de Moraes relatou acerca dos projetos que pretende pôr em prática em breve: o projeto Biblioteca Viva, que consiste em trazer melhorias para as bibliotecas da Prefeitura; investir em mais bibliotecas comunitárias e melhorar as já existentes com o objetivo de levar a literatura para todos os cantos de Maricá. Por conta da pandemia, ele compartilhou que precisou suspender o Clube da Leitura Cônego Batalha, mas ele planeja trazer o clube de volta, agora com outro nome: “Praça da Literatura Permanente”, conseguindo uma estante própria para deixar em livros na praça e assim promover a leitura permanentemente.

Figura 4 - Clube da Leitura Cônego Batalha



Fonte: Página Clube da Leitura Cônego Batalha no Facebook⁵

5. AS REDES SOCIAIS E SEU PAPEL NA LITERATURA

Napandemiadacovid-19, comoisolamentosocial, a população passou a ter mais tempo livre, buscando novas formas de entretenimento e apesar de o número de leitores ter diminuído de 2015 para 2019, em 2020 e 2021, o número alavancou um crescimento significativamente. Alguns anos antes já existiam perfis em redes sociais destinados a compartilhar opiniões sobre os livros, mas desde 2020 a quantidade de perfis vem crescendo. Hoje, existem os chamados *Booktubers*, *Booktokers* e *Bookgramers*⁶: responsáveis pela disseminação da leitura entre os jovens. A influência dessas redes é muito importante, tendo até adesivos de “fenômeno do booktok” em livros disponíveis no mercado. Os mais vendidos através dessas redes

⁵ Disponível em: https://m.facebook.com/ConegoBatalhaLivros?mibextid=ZbWKwL&wtsid=rdr_ODhTQv2ebB6GmrhBg. Acesso em: 15 out. 2023

⁶ Booktube, Booktok e Bookgram são as junções da palavra livro em inglês “book” e o final do nome do YouTube, do Tik Tok e do Instagram e indicam a parte destinada a falar de livros da plataforma de vídeos e das duas redes sociais, respectivamente.

sociais foram para o público jovem e livros dos gêneros *Young Adult*⁷, fantasia e romance. Essa influência foi vista quando os influenciadores digitais aparecem na pesquisa⁸ – realizada na Bienal do Livro de São Paulo – como o principal indicador de leitura. É indispensável pontuar que a Bienal do Rio 2023 contou com mais de 600 mil visitantes e teve mais de 5,5 milhões de livros vendidos, batendo recorde.

O Painel do Varejo de Livros no Brasil, divulgado pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel) mostrou que em 2021, ainda na pandemia, houve um aumento de 39% em relação aos livros comprados em comparação à 2020. “A gente está crescendo em 2021 em relação a 2019. A gente cresce muito em relação a 2020, ano da pandemia. Mas, se comparar com 2019, é um crescimento robusto também”, declarou o presidente do Snel, Marcos da Veiga Pereira. Com o sucesso de vendas para os mais jovens, as editoras começaram a investir em livros para esse público e Raquel Cristina Souza (2015) destaca que:

Tal mudança pode ser vista como consequência de um fenômeno sociocultural recente: a maior visibilidade da adolescência como fase específica do desenvolvimento biopsicossocial do indivíduo, marcada pela transição entre a infância e a fase adulta. Ao reconhecimento da importância dessa fase para o processo de formação dos sujeitos, sucedeu o aparecimento de uma cultura adolescente, construída sociodiscursivamente, que tem movimentado a mídia e a indústria cultural (Souza, 2015, p. 16).

5.1. A criação de uma biblioteca digital

Foi observada a importância que as redes sociais têm ao as pessoas sobre determinados livros e disseminar a leitura. Notou-se o pouco reconhecimento acerca da Biblioteca Pública Municipal de Maricá e, uma vez que é importante a comunicação da cultura, é necessário que haja mais divulgação do espaço. A criação de uma rede social da biblioteca pode ser um bom projeto para que os jovens fiquem a par de todos os eventos

7 Na tradução “Jovem Adulto” é um gênero literário com a classificação dos 14 aos 20 anos. Trata de temas, geralmente, polêmicos em que o indivíduo em transição da adolescência para a fase adulta está começando a entender melhor pelo amadurecimento.

8 Pesquisa feita por Zoara Failla, coordenadora do estudo Retratos da Leitura no Brasil, à CNN Rádio.

culturais, como os saraus, e recolham indicações que a biblioteca possui em seu acervo.

Outra proposta para que haja uma disseminação maior de leitura é a criação de uma biblioteca digital. Pode-se comprovar seu sucesso em São Paulo, que disponibilizou um aplicativo no qual os moradores de todo o Estado podem fazer o empréstimo de livros. A obra fica disponível no aplicativo por 15 dias, assim não acontece a pirataria e é tudo legal. Na plataforma também existem clubes de leitura e também há a possibilidade de ouvir podcasts e audiolivros. Com uma biblioteca digital o usuário poderia ir até a biblioteca pública municipal de Maricá, usufruir de seu wifi para pegar um título emprestado e ler offline em casa. Dessa forma o indivíduo escolheria qual seria mais viável para ele: o livro físico ou o livro digital.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta pesquisa foi possível analisar a importância das bibliotecas, e sua influência para os dias de hoje. As bibliotecas são um espaço de compartilhamento de conhecimento e de cultura e são lugares que merecem mais valorização. Foi visto que existem leis que devem garantir o direito ao acesso à biblioteca pública, no entanto essa prática não está amplamente estabelecida. A tentativa de elitizar a leitura não vem dos dias de hoje e quanto maior o investimento em bibliotecas públicas, para que todos possam ter o direito de ler e mudar a sua realidade, maior é o desenvolvimento do município através de cidadãos capacitados e cheios de conhecimento que a biblioteca poderá formar. Pode-se perceber que poucos conhecem o espaço, já que não há muita propaganda sobre ele. E é através do sucesso das redes sociais disseminando a leitura que surge uma proposta de solução de inserir essa biblioteca no meio de comunicação dos jovens e criar uma biblioteca digital, para que haja maior flexibilidade e liberdade de escolha, possibilitando que o cidadão decida qual a melhor opção para a obtenção do hábito de leitura.

7. REFERÊNCIAS

Cazadores de Bibliotecas. Biblioteca Pública Municipal de Maricá - Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: [<http://www.cazadoresdebibliotecas.com/2012/02/biblioteca-publica-municipal-de-marica.html?m=1>]. Acesso em: 11 out. 2023.

FORMIGA, Cicleide Alves da Nóbrega. **Leitura nos anos iniciais: a construção do hábito de ler.** 2009. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Curso de Educação – Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2009.

FREIRE, PAULO. **A Importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 23ª ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

GARCIA, Amanda. Influência das redes sociais nos hábitos de leitura aumentou, diz pesquisa. CNN Brasil, 18 de Agosto de 2022. Disponível em: [<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/influencia-das-redes-sociais-nos-habitos-de-leitura-aumentou-diz-pesquisa/>]. Acesso em: 16 out. 2023.

LAMBRAKI, ALEXANDRA. **Compêndios da História de Maricá.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Cop Editora e Gráfica, 2005.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Maricá, 2022. Disponível em: [<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica/historico>]. Acesso em: 19 set. 2023.

Instituto Pró-Livro, Itaú Cultural, IBOPE. Retratos da Leitura no Brasil: 5ª edição. 2019. Disponível em: [<https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/>]. Acesso em: 06 Out. 2023..

Ministério da Educação. Pesquisas científicas comprovam que o hábito de ler promove o desenvolvimento do cérebro. 11/10/2016. Disponível em: [<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/40291-estudos-comprovam-que-o-habito-de-ler-traz-beneficios-ao-cerebro>]. Acesso em: 29 out. 2023.

Portal do Ministério da Educação. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 205. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/escolaqueprotege_art227.pdf]. Acesso em: 02 out. 2023.

Praça do centro cercada para remodelagem. Prefeitura de Maricá, 20 de Janeiro de 2020. Disponível em: [<https://www.marica.rj.gov.br/noticia/praca-do-centro-cercada-para-remodelagem/>]. Acesso em: 11 out. 2023.

REDDAN, B. (s.d.). Social reading cultures on BookTube, Bookstagram, and BookTok. Disponível em: [<http://slav.vic.edu.au/index.php/Synergy/article/download/597/592>]. Acesso em: 13 out. 2023.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL). Dia Nacional do Livro: hábito da leitura aumentou na pandemia, 2021. Disponível em: [<https://snel.org.br/dia-nacional-do-livro-habito-da-leitura-aumentou-na-pandemia-confira-a-entrevista-do-presidente-do-snel/>]. Acesso em: 16 Out. 2023.

SOUZA, Raquel Cristina e Souza. A ficção juvenil brasileira em busca de identidade: a formação do campo e do leitor. 2015. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Supremo Tribunal Federal. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 5. Disponível em: [<https://constituicao.stf.jus.br/dispositivo/cf-88-parte-1-titulo-2-capitulo-1-artigo-5#:~:text=XXXIII%20%E2%80%94%20todos%20t%C3%A3o%20direito%20a,10>]. Acesso em: 02 out. 2023.

BIBLION. A biblioteca digital de São Paulo. Disponível em: <https://www.biblion.org.br/>. Acesso em: 16 out. 2023.

Imagens

Autora do artigo. Figura 1. Primeiros livros registrados na biblioteca. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Figura 2. Primeira biblioteca pública de Maricá. 19--. Disponível em: [<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica/historico>] Acesso em: 19 Set. 2023.

Soraia Magalhães. Figura 3. Biblioteca embaixo do anfiteatro. 2012. Disponível em: [<http://www.cazadoresdebibliotecas.com/2012/02/biblioteca-publica-municipal-de-marica.html?m=1>]. Acesso em: 11 out. 2023.

Roberto de Moraes. Figura 4. Clube da Leitura Cônego Batalha. 2018. Disponível em: [https://m.facebook.com/ConegoBatalhaLivros?mibextid=ZbWKwL&wtsid=rdr_ODhTQv2ebB6GmrhBg]. Acesso em: 19 out. 2023.

A INFLUÊNCIA DOS PROJETOS SOCIAIS LIGADOS À ARTE NA VIDA DOS CIDADÃOS MARICAENSES

Rodrigo Baldessarini

RESUMO

Este artigo tem como objetivo lançar luz sobre a influência dos projetos sociais gratuitos ligados à arte na vida dos cidadãos maricaenses, bem como os possíveis avanços para a comunidade que podem ocorrer por meio da transformação daqueles que estão inseridos nos projetos. Serão abordados projetos de dança e teatro, ambos localizados no Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU) na Mumbuca. Diante do exposto, a metodologia da pesquisa é baseada em entrevistas semiestruturadas com um número restrito de 4 participantes, sendo um aluno e um professor de dança do mesmo projeto, bem como um aluno e um professor de teatro também do mesmo projeto. A escolha foi feita com o objetivo de abordar o tema a partir de diferentes óticas (aluno x professor), visando identificar relações entre as percepções dos mesmos. Os resultados indicam que ambos os projetos têm o poder de transformar aqueles que se propõem a participar e os que estão à sua volta, uma vez que, segundo os próprios entrevistados, os mesmos apresentam diversos benefícios no âmbito pessoal e social. Políticas públicas como essa promovem a inclusão social e a diversidade. Portanto, entende-se que investimentos em projetos sociais ligados à arte são de suma importância para o desenvolvimento da comunidade local, bem como o fortalecimento cultural da região, contribuindo continuamente para o avanço da cidade.

Palavras-chave: influência da arte; projetos sociais; Maricá; teatro; dança.

INTRODUÇÃO

A arte é uma forma potente de expressão que ultrapassa barreiras sociais e culturais, influenciando e enriquecendo de maneira imensurável a vida das pessoas. Na definição de Carasso (2012), “[a]rte é antes de mais nada uma atividade: uma ação do homem, um gesto, um som produzido, um movimento executado, uma forma realizada, uma palavra enunciada, uma frase redigida...” Em Maricá, uma cidade já conhecida por abraçar a diversidade cultural e a valorização da participação de seus cidadãos, os projetos sociais ligados à arte desempenham um papel de suma importância na transformação da comunidade.

Neste artigo, exploraremos a influência e os impactos dos projetos de dança e teatro na comunidade e também na vida dos cidadãos maricaenses, além de abordar a arte como instrumento de propagação da cultura. Cabe ressaltar que, nessa pesquisa, entendemos cultura como “todo comportamento aprendido, assimilado, avaliado e sujeito a progressos; tudo aquilo que independe de uma transmissão genética.” (Tylor, 1832-1917, apud Lidório, 2009). Ao analisar como a arte se une aos aspectos sociais, emocionais e educacionais na vida cotidiana, a ponto de que esses pareçam um só, podemos compreender os incontáveis impactos positivos dos projetos sociais. A partir de Maximiliano (1997, p. 20), compreendemos que projetos sociais são “empreendimentos finitos que têm objetivos claramente definidos em função de um problema, oportunidade ou interesse de uma pessoa, grupo ou organização”. Sendo assim, tais programas são importantes na formação da identidade local, no desenvolvimento pessoal e na convivência da comunidade como um todo. Através de investigações e depoimentos de participantes em suas respectivas posições de aluno e professor, este artigo visa salientar a importância vital da arte como ferramenta de mudanças significativas na vida cotidiana dos habitantes da cidade de Maricá. Este estudo é norteado por uma abordagem qualitativa, visando uma compreensão mais profunda e rica sobre o tema em questão. Nesse sentido, o enfoque metodológico escolhido busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: “Como os projetos sociais ligados à arte influenciam a vida dos cidadãos maricaenses?”

Para atingir esse objetivo, adotaremos uma abordagem que combina pesquisa de campo, permitindo-nos coletar dados diretamente na comunidade de Maricá, e pesquisa bibliográfica, a fim de embasar nossa investigação em teorias, conceitos e estudos anteriores sobre o tema. Essa abordagem metodológica híbrida nos permitirá uma análise abrangente sobre a influência dos projetos sociais de arte na vida dos residentes desta comunidade.

Por meio desta pesquisa, temos como objetivo geral identificar e elucidar as múltiplas influências da arte em suas diversas manifestações na vida dos indivíduos que participam de variados projetos sociais em toda a extensão da cidade de Maricá. Buscaremos alcançar essa compreensão por meio de entrevistas que visam capturar um vislumbre das experiências pessoais de cada entrevistado.

Com base na proposta do trabalho, nosso objetivo específico é coletar e compartilhar essas experiências, visando destacar o impacto significativo que a arte exerce na cidade de Maricá por meio de seus diversos projetos sociais. Nossa intenção é disseminar essas vivências para que um público mais amplo possa apreciar e compreender o poder transformador da arte na comunidade. Dessa forma, esperamos motivar e inspirar um maior número de pessoas a se envolverem e participarem ativamente desses projetos sociais, contribuindo para o fortalecimento do cenário artístico e para o desenvolvimento da comunidade como um todo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme já mencionado, na presente pesquisa, investigaremos a influência de projetos sociais ligados à arte na cidade de Maricá. Entendemos que um projeto é um conjunto de atividades que têm relação entre si e possuem um objetivo comum que pode ser alcançado em curto, médio ou longo prazo. No caso dos projetos sociais, o objetivo é estabelecer benefícios para uma determinada comunidade. Por conta disso, para Cohen (1985, p.15, apud NOGUEIRA, 2019), tanto nos pequenos agrupamentos rurais como nas sociedades mais complexas,

a comunidade representa um espaço de articulação, uma arena para nossas experiências da vida social:

Comunidade não se define apenas em termos de localidade. (...) É a entidade à qual as pessoas pertencem, maior que as relações de parentesco, mas mais imediata do que a abstração a que chamamos de “sociedade”. É a arena onde as pessoas adquirem suas experiências mais fundamentais e substanciais da vida social, fora dos limites do lar (Cohen apud Nogueira: 2019).

Já o conceito de projeto, segundo a ONU, conforme registram Cohen e Franco (1999, p. 8, apud Santos 2003) é “um empreendimento planejado que consiste num conjunto de atividades inter-relacionadas e coordenadas, para alcançar objetivos específicos dentro dos limites de um orçamento e de um período de tempo”.

Considerando que a comunidade é o espaço onde as pessoas vivenciam suas experiências sociais mais cruciais e significativas, depois do ambiente de casa, busca-se estabelecer uma relação entre comunidade e projeto. A relação entre os dois é o que entendemos como “projeto social”, uma vez que este é um empreendimento planejado para alcançar objetivos específicos que beneficiarão uma comunidade local.

Tendo em vista que uma das finalidades dos projetos é criar um ambiente confortável e viável para todos, outro conceito indispensável relacionado aos projetos sociais é o da inclusão social. Logo, sobre o conceito de inclusão social, Sasaki (2003, p.28) explica que o “paradigma da inclusão social consiste em tornarmos a sociedade toda, um lugar viável para a convivência entre pessoas de todos os tipos e condições na realização de seus direitos, necessidades e potencialidades”.

Outrossim, retomamos o conceito de arte de forma a introduzir sua influência nos projetos sociais em Maricá, esses sendo voltados ao ballet, jazz, street dance, teatro, desenho e grafite. Sendo assim, para Andrade (2000, apud Schambeck, 2004):

A arte permite ao homem expressar e ao mesmo tempo perceber os significados atribuídos à sua vida numa eterna busca de equilíbrio com o meio em que vive. Por meio dela o homem pode unir o seu eu individual e limitado ao coletivo, podendo assim buscar experiências alheias. A arte é necessária para o homem conhecer e transformar o mundo situar-se tanto quanto envolvê-lo em sua magia (ANDRADE, 2000, apud Schambeck, 2004).

Além disso, outro importante aspecto que norteia e embasa os projetos sociais ligados à arte é a cultura. Santos (1987, p. 43) ressalta que “a cultura possui uma característica fundamental: o de ser fator de mudança social, de servir não apenas para descrever a realidade e compreendê-la, mas também para apontar-lhe caminhos e contribuir para sua modificação.

Baseado no enfoque deste estudo sobre projetos sociais ligados à arte, mais especificamente, ao teatro e à dança, conceituaremos também a função dessas expressões artísticas na comunidade. A função do teatro, segundo Kershaw (Kershaw 1992, p. 61, apud Nogueira, 2019), é: “criar uma dialética entre o estado presente e as possibilidades futuras de uma determinada comunidade, dialética essa que seja moderada por um conhecimento e uma identificação com esta comunidade”. Portanto, Kershaw reúne de forma efetiva o conceito de comunidade e teatro, estabelecendo uma ligação entre os dois, usando o termo “Teatro na Comunidade”, que consiste em:

Sempre que o ponto de partida [de uma prática teatral] for a natureza de seu público e sua comunidade. Que a estética de suas performances for talhada pela cultura da comunidade de sua audiência. Neste sentido estas práticas podem ser categorizadas enquanto Teatro na Comunidade (Kershaw: 1992, p. 5, apud Nogueira, 2019).

A dança é vista como uma das formas de arte mais influentes, uma vez que exige grande movimentação corporal, tornando-a mais expressiva. Além disso, a dança envolve a atuação, o que trabalha a sensibilidade e a expressão de forma significativa. Para Shimizu

(2004), a relação da arte na forma de dança para a sociedade se dá da seguinte forma:

Afirmo de acordo com as leituras a presença ativa da arte pela sua importância no processo de formação de pessoas, defendendo a dança como princípio da formação do ser humano, na perspectiva de construir seres humanos com mais sensibilidade, criatividade e expressividade compatível para seu crescimento. Vejo a arte como uma promissora das capacidades dos seres humanos (Shimizu, 2004, p. 9).

Portanto, torna-se evidente que o teatro e a dança têm funções sociais de extrema relevância no que tange a uma influência positiva na formação identitária e na vida cotidiana das pessoas. Além disso, outra atribuição da arte é a sua função terapêutica, mais conhecida como arte-terapia, que é aquela que usa alguma prática artística com o objetivo de trazer bem-estar para as pessoas. Conforme Guimarães (2009, apud Pandolfo; Kessler, 2012), a arte-terapia é:

uma abordagem técnica, terapêutica e processual que atua no campo simbólico do indivíduo, como objeto de facilitar o seu processo de individuação e desenvolver o seu potencial humano. Os recursos expressivos possibilitam que o indivíduo reflita e se dê conta da sua existência, favorecendo o desenvolvimento da sua percepção do mundo interno e externo (Guimarães, 2009, p. 97-98, apud Pandolfo; Kessler, 2012).

Mediante ao exposto, entende-se que a função do teatro e da dança em projetos sociais é proporcionar uma ampliação das percepções de mundo, transformando a vida daqueles que estão envolvidos. Essa transformação é tanto pessoal quanto social, uma vez que promove mudanças individuais, como melhora na autoestima, bem-estar pessoal e auto expressão, conceitos análogos à arteterapia, ao mesmo tempo em que transforma as pessoas no que diz respeito ao entendimento das diferenças. Sendo assim, os indivíduos envolvidos nos projetos se tornam mais empáticos, acolhedores e

com visões de mundo mais articuladas, podendo transformar a comunidade ao seu redor.

METODOLOGIA

Esta pesquisa, enquadrada na área de Ciências Humanas, utiliza uma abordagem metodológica com a coleta de novos dados por meio de entrevistas, tanto presencialmente quanto remotamente, direcionados a alunos e professores. Desta forma, as entrevistas foram utilizadas como principal instrumento de pesquisa. A abordagem adotada é predominantemente qualitativa, buscando uma compreensão aprofundada dos fenômenos estudados. Isso nos permite capturar nuances e detalhes das experiências dos participantes no que tange ao questionamento central da pesquisa: “Como os projetos sociais relacionados à arte influenciam a vida dos cidadãos maricaenses?”.

O objetivo específico é reunir e divulgar esses dados para conscientizar a população de Maricá sobre a importância dos projetos sociais relacionados à arte na vida de centenas de pessoas. A pesquisa aplicada concentra-se em questões práticas e é relevante para a compreensão de problemas específicos que afetam interesses locais. Nesse contexto, este estudo busca lançar luz sobre o impacto desses projetos na vida dos cidadãos maricaenses, relacionando-se com a natureza aplicada do estudo.

Além da pesquisa de campo, conduziremos breves revisões bibliográficas para fundamentar nossas análises, contextualizando os resultados obtidos e enriquecendo a compreensão de forma geral dos impactos dos projetos sociais relacionados à arte em Maricá. Essa abordagem integrada, que combina a pesquisa de campo com a revisão bibliográfica, proporciona uma compreensão mais aprofundada do tópico em questão.

É importante mencionar que a identidade de todos os participantes da pesquisa são preservadas. Foi decidido que as entrevistas seriam feitas respectivamente com: um aluno de dança e um professor de dança, bem como, um aluno de teatro e um professor de teatro, foi decidido que

a abordagem dos alunos seria feita com um adolescente e um adulto visando mostrar que os diferentes projetos podem incluir pessoas de diversas idades. Além disso, é válido citar que apenas algumas respostas foram selecionadas em virtude da limitação do tamanho do artigo, as respostas foram selecionadas a partir do que foi analisado como mais influente na vida dos respondentes. Outrossim, a partir da análise das entrevistas, buscaremos apontar analogias com conceitos explorados no referencial teórico.

RESULTADOS DA ANÁLISE DOS DADOS

Neste segmento, abordaremos os dados obtidos a partir das entrevistas de forma a comparar as percepções dos alunos e dos professores como partes de dois projetos distintos: um ligado à dança e o outro ao teatro. Sendo assim, buscar-se-á atribuir concepções em comum. Cabe aqui uma breve apresentação dos alunos: Gustavo tem 34 anos e é aluno do projeto de teatro, está envolvido nesse desde 2019; Luana tem 14 anos e faz parte do projeto de dança desde 2018.

Sobre os professores, Matheus é professor de dança do mesmo projeto em que Luana faz parte, já João é professor de teatro do mesmo projeto em que Gustavo faz parte. Foi decidido como estratégia selecionar alunos e professores do mesmo projeto, uma vez que o trabalho busca apresentar as influências dos projetos, porém em perspectivas diferentes (professor x aluno).

A arte transforma: as principais percepções de alunos sobre a oportunidade de fazer parte dos projetos e seus benefícios

Os próximos parágrafos são exclusivamente sobre os alunos e suas percepções. Os trechos destacados abaixo se referem às respostas de ambos os alunos quanto à maneira pela qual ficaram sabendo da existência do projeto em que estão inseridos e a motivação para participar.

Gustavo: Foi através das redes sociais que eu descobri que as inscrições já estavam abertas. Ainda que sempre

tenha sido uma pessoa artística, nunca havia tido a oportunidade de ter contato mais íntimo com o teatro. E o projeto foi o viabilizador desse desejo antigo que se tornou um ideal de vida.

Luana: Descobri por meio da divulgação do projeto pela prefeitura. Vi o projeto como uma oportunidade de me desenvolver na dança, uma arte que anteriormente já me inspirava e encantava muito, então foi uma oportunidade de me inserir em algo que eu já tinha vontade há um tempo.

Sob esse viés, percebe-se que ambos já eram pessoas interessadas pela arte e viram nos projetos uma forma de inserção em algo que, no futuro, se tornou parte de suas vidas. É evidente que os dois viram os projetos como oportunidades de ouro, uma vez que puderam usufruir de forma gratuita de algo que muitas vezes possui preço elevado. Partindo do pressuposto de que muito se fala sobre a arte transformar, reinventar, complementar e elevar àqueles que se atrevem a tomá-la como parte de si mesmo, torna-se necessário ver na prática como isso se dá para aqueles que fazem parte de projetos sociais ligados à arte na cidade de Maricá. Pensando nisso, mostra-se de extrema importância um recorte sobre o assunto. Sendo assim, para entendermos de forma efetiva, perguntamos aos entrevistados sobre as habilidades e talentos desenvolvidos por meio da participação nos projetos.

Gustavo: Através do projeto pude ter mais contato com a corporeidade e entender com mais detalhes todas as nuances do meu corpo, provocando um melhor conhecimento do que sou e do que eu posso fazer. Fora isso a comunicação, expressão corporal, além dos efetivos ganhos de conhecimento cultural foram outras coisas que desenvolvi durante a participação no projeto

Luana: Desenvolvi uma melhor coordenação motora, flexibilidade e habilidades na técnica do ballet e de outros tipos de dança, isso influencia diretamente na minha saúde e qualidade de vida. Além disso, a dança me fez uma pessoa mais confiante e principalmente mais expressiva, sem contar que com isso pude entender os limites do meu corpo e como ele é uma forte fonte da minha expressão.

Podemos notar que, de forma geral, a arte tem o poder de transformar as pessoas, mesmo que a expressão artística desenvolvida seja diferente em cada modalidade. Nesse caso, é de extrema importância dar destaque para as diversas influências positivas que os projetos proporcionaram a ambos os participantes.

Projetos sociais ligados à arte como instrumento de inclusão social e diversidade

Os próximos parágrafos apresentam visões dos professores e alunos quanto à promoção da inclusão social e diversidade em seus respectivos projetos. Contudo, antes de abordar as percepções dos entrevistados sobre o assunto, é importante mencionar que o paradigma de inclusão social é muito mais do que apenas ter pessoas com deficiência participando; é garantir que essas pessoas sejam acolhidas de forma a criar um ambiente de convivência viável, em primeiro lugar. Essa visão corrobora o exposto por Sasaki (2003) no que tange ao paradigma de inclusão social, que deve viabilizar a convivência de todos em sociedade.

Mediante ao exposto, podemos de forma efetiva partir para as percepções dos entrevistados com uma visão mais ampla sobre o assunto.

Gustavo: A arte e a cultura em geral, são as principais formas de inclusão, em todos os aspectos. Vivenciando isso, podemos perceber, cada vez mais, a força que isso tem na nossa sociedade, ajudando-a a ser um pouco menos desigual no aspecto sócio-econômico e na questão de inclusão de pessoas PCD.

Luana: No meu caso, presenciei a integração de uma colega com síndrome de Down, e ver ela sendo recebida de forma tão calorosa e fazendo parte do projeto de forma tão ativa me emocionou e emociona muito até hoje.

João: Quem faz teatro aprende a se colocar no lugar do outro, a ser mais sensível, a respeitar o colega, a criar uma relação de confiança com o grupo. Todos são bem-vindos no teatro. Em um dos espaços que trabalho, o CAIF, espaço que atende pessoas com deficiência intelectual, muitos familiares relataram que perceberam seus filhos mais calmos e alegres depois que eles

iniciaram as atividades artísticas.

Matheus: Dança é cultura é inclusão em todos os aspectos, tanto social como cultural. Na minha percepção nunca foi diferente, sempre tive a dança como inclusiva e diversa.

A partir dos depoimentos, é indiscutível que a arte é um meio de inclusão social muito potente, ainda mais quando falamos sobre projetos sociais onde não há custo. Logo, percebe-se que o fato das aulas serem abertas ao público de forma totalmente gratuita a torna muito mais inclusiva e diversa, uma vez que pessoas das mais diferentes classes sociais e com necessidades específicas têm acesso a esse tipo de experiência que transforma. Além disso, é válido dar destaque à fala de João quanto ao Centro de Atenção Integral à família - PcD's (CAIF), de forma a introduzi-lo de forma mais detalhada.

João: A prefeitura de Maricá em colaboração com a ONG Contato, por meio da Secretaria de Políticas Inclusivas, criou um novo projeto que visa promover a inclusão social de pessoas com deficiência e garantir seus direitos na sociedade contemporânea, o CRPI (Centro de Referência em Políticas Inclusivas). (...) O intuito do projeto é desenvolver ações de atenção à PCD (Pessoa com Deficiência), envolver a sociedade na temática de inclusão, promover o desenvolvimento de crianças, jovens, adultos com deficiência e prestar assistência aos familiares visando suas necessidades.¹

Considerações finais dos entrevistados quanto ao projeto

A seguinte seção tem como objetivo dar ênfase à opinião dos entrevistados quanto ao projeto, de forma geral. Portanto, não foi feita uma pergunta específica; apenas foi solicitado que falassem abertamente sobre o projeto na qual fazem parte. Em resumo, os alunos compartilharam suas experiências e as maiores influências que os projetos respectivos trouxeram para suas vidas, considerando suas particularidades. Além disso, ambos abordam os motivos, com base em suas experiências, pelos quais eles acreditam que as pessoas deveriam ingressar no projeto, do qual fazem parte.

¹ Disponível em: <https://www.maricapolicitasinclusivas.com.br/noticias.php?id=421>. Acesso em: 19 out. 2023.

Luana: O projeto proporcionou-me experiências muito gratificantes, como conhecer bailarinos de destaque, dos quais sempre fui fã.(...) Para mim, é crucial destacar a influência da arte na vida, e acredito que eu possa ter inspirado alguém a começar a dançar através das experiências, que compartilhei, ou pelas apresentações promovidas pelo projeto. A arte da dança é de extrema importância em minha vida, *é uma forma muito bonita de expressar sentimentos. (...) pude conhecer pessoas maravilhosas e até mesmo me conhecer melhor. (...) vivenciar tudo isso de forma gratuita é uma oportunidade de ouro! (...) a arte está relacionada tanto à saúde mental quanto à física, e eu sou prova disso. Quero que a dança esteja sempre presente em minha vida* e desejo apoiar e divulgar projetos que proporcionem a arte às pessoas, para que pessoas possam ser transformadas, assim como eu fui e estou sendo. (...) gostaria de dizer às pessoas que pensam em ingressar no projeto que se envolver com a arte é uma ótima iniciativa para expressar sentimentos, viver experiências, desenvolver habilidades e conhecer pessoas.

Gustavo: (...) pude participar da minha primeira peça de teatro. Continuo e pretendo continuar por muito tempo participando desse projeto, pois é algo que nunca é demais, não tem tempo nem momento certo. Sempre é tempo de ser melhor. Os projetos criam raízes e laços, e acredito que esse seja um dos segredos do crescimento saudável de uma comunidade. Quanto à percepção sobre a arte como ferramenta terapêutica, a prática demonstra e diversos estudos comprovam que a arte cura e salva vidas. Além disso, através da arte, as pessoas têm acesso e oportunidade de alcançar espaços e lugares que talvez não alcançassem. Por esses e outros motivos, eu indicaria a todas as pessoas que desejam se tornar um ser humano melhor. Mergulhe sem medo! Os benefícios são incontáveis, tanto no aspecto físico como no mental, passando pelas habilidades desenvolvidas durante o processo.

Por sua vez, os professores destacaram suas crenças sobre como os alunos podem ter sido influenciados e, além disso, como professores, puderam falar de forma mais abrangente sobre os alunos, fornecendo um contexto que engloba várias pessoas e suas vivências. Outrossim, os projetos proporcionam diversas oportunidades profissionais, através da

inserção no mercado de trabalho por meio de festivais e apresentações, que são realizados com uma certa frequência.

João: O projeto influencia de diversas maneiras na autoestima dos alunos, na ampliação da visão, na autoconfiança e na comunicação (...) meu aluno mais jovem tem 8 anos, enquanto o mais velho tem 94. Tive uma aluna que estava há cinco anos sem pintar e, através do teatro, conseguiu voltar a criar.(...) Minha esperança é que, além da atuação, meus alunos possam aprender outras profissões ligadas ao teatro possam ter essas profissões como fonte de renda. (...) Hoje em dia, como professor, sempre tento levar meus alunos aos festivais de teatro, e aqueles que têm interesse trabalham como estagiários de produção, som ou iluminação, e se aprimoram na profissão. Quando uma pessoa que possivelmente nunca teria acesso ao teatro consegue furar essa bolha, esse aluno se beneficia de diversas maneiras. O teatro promove o respeito, a diversidade, a valorização da sua identidade, expande os conhecimentos e, além de tudo, é uma forma muito divertida de aprender.

Matheus: A dança muitas vezes serve como um refúgio, onde podemos observar uma entrega corporal e o esvaziamento mental, o que agrega significativamente à *saúde* mental dos participantes. (...) presencio o desenvolvimento dos aspectos físicos e psicológicos dos alunos diariamente na forma de expressar e pensar, a dança muda vidas, amplia a consciência corporal dos participantes, possibilitando o rompimento de barreiras, superação de limites e promovendo o autoconhecimento (...) aspectos compensadores que sinto como professor são ver o crescimento profissional dos alunos e testemunhar sonhos se tornando realidade. (...) para aqueles que pensam em entrar em um desses projetos pode investir (...), tenho exemplos de alunos que tiveram portas abertas e oportunidades gigantes. Alunos que fazem parte de grandes companhias de dança, como o corpo de ballet da Ana Botafogo. De forma geral, os projetos sociais são muito importantes, pois além de ajudar a mudar a vida de muitas pessoas de baixa renda que não teriam condições de acessar aulas particulares, agregam muito em saúde mental.

A partir dos depoimentos, pudemos entender que os projetos têm um impacto significativo na vida das pessoas. Portanto, fica explícito que projetos sociais como esses abordados são de extrema importância no

contexto social de Maricá, uma vez que são responsáveis por proporcionar não só um aumento na qualidade de vida, mas também têm uma função social muito significativa. É notório que todos os participantes têm visões muito positivas quanto às influências dos projetos sociais ligados à arte. Os quatro entrevistados apontam também que a arte serve como um instrumento de melhoria da saúde mental, além de ser uma válvula de escape dos problemas cotidianos, retomando de forma aplicada o conceito de arte-terapia (Pandolfo; Kessler, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na paixão que temos pela arte, esta pesquisa almeja lançar luz sobre as diversas formas pelas quais a expressão artística molda a vida dos cidadãos de Maricá. Reconhecemos que a arte tem um poder transformador e uma capacidade singular de influenciar as pessoas de maneiras multifacetadas. Além de enriquecer o panorama cultural da cidade, a arte desempenha um papel fundamental no contexto social. Ao explorar essas influências, buscamos identificar de forma mais precisa como os projetos sociais relacionados à arte podem aprimorar a qualidade de vida, promover a inclusão, fomentar o crescimento pessoal e contribuir para o avanço coletivo da comunidade. Desta maneira, nossa pesquisa não apenas realça a relevância da arte, mas também fornece informações valiosas que podem fortalecer o impacto positivo da arte na sociedade de Maricá. Os benefícios de investimentos em projetos sociais ligados à arte são os mais diversos para a comunidade local, pois proporcionam uma melhor qualidade de vida aos que participam dos projetos, como desenvolvimento pessoal, auto expressão, autoconhecimento e autoestima. Além disso, também influencia indiretamente a vida daqueles que não participam dos projetos, à medida que formam cidadãos mais empáticos e tolerantes, o que é basilar para reger uma sociedade inclusiva e respeitosa. Podemos inferir, então, com base em Carrasso (2012), que os projetos sociais ligados à arte na cidade de Maricá cumprem sua função de projeto social:

Um projeto ideal é evidentemente um projeto que leve em consideração as duas dimensões ao mesmo tempo: a artística e a cultural. Pouco importa a maneira de entrar no projeto, pela prática ou pela relação com as obras, o importante é apenas poder associar essas duas dimensões ao longo da abordagem, para que elas se alimentem mutuamente, completem-se, enriqueçam-se. (Carrasso, 2012, p. 22-23).

Portanto, Maricá se mostra uma cidade com um grande potencial, uma vez que proporciona através de políticas públicas oportunidades valiosas para que seus cidadãos possam se desenvolver na arte, essa que é instrumento potente de transformação.

REFERÊNCIAS

CARASSO, J. G.. Ação cultural, ação artística. Se há duas palavras... Há duas coisas. Sala Preta, v. 12, n. 1, p. 18-23, 2012.

MANHANINI, D. **Prefeitura de Maricá abre inscrições para projeto Nós Dançantes**. Disponível em: <<https://www.marica.rj.gov.br/noticia/prefeitura-de-marica-abre-inscricoes-para-projeto-nos-dancantes>>. Acesso em: 19 out. 2023.

MAXIMIANO, A. C. A. Administração de projetos: como transformar idéias em resultados. In: Administração de Projetos: como transformar idéias em resultados. 1997. p. 196-196.

NOGUEIRA, M. P. Tentando definir o teatro da comunidade. Da Pesquisa, v. 2, n. 4, p. 077-081, 2007.

Novo projeto visa inclusão social e auxílio a Pessoas com Deficiência em Maricá - CENTRO DE REFERENCIA EM POLITICAS INCLUSIVAS. Disponível em: <<https://www.maricapolicasinclusivas.com.br/noticias.php?id=6>>. Acesso em: 19 out. 2023.

PANDOLFO, P. M.; KESSLER, A. S.. A arte é terapia: arteterapia em grupos comunitários. *Conversas Interdisciplinares*, v. 7, n. 3, 2012.

LIDÓRIO, R. Conceituando a antropologia. *Antropos—revista de Antropologia*, Brasília, v. 3, p. 7-15, 2009.

SANTOS, J. O que é cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SANTOS, L. C. dos. Projetos Sociais: fragmentos de ensinamentos. *REVISTA ADM PUBLICA: VISTA E REVISTA*, v. 1, n. 4, p. 39-50, 2003.

SASSAKI, R. K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: Editora Wva, 2003.

SHIMIZU, C. M. V.; HÚNGARO, E.; SOLAZZI, J. O Ensino da dança: reflexões para construção de uma pedagogia emancipatória. In: VIII Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra-Portugal. Setembro. 2004.

“VERMELHINHOS”: UMA EXPERIÊNCIA DE TRANSPORTE COLETIVO GRATUITO EM MARICÁ

Victor Mateus da Silva Cordeiro Souza

RESUMO

Este artigo debruça-se sobre a implementação do projeto da Empresa Pública de Transporte, mais conhecido por “Vermelinhos”. A pesquisa abordará um pequeno histórico sobre sua implementação a partir de notícias veiculadas nas redes sociais, dados do Censo 2022 e pesquisa de opinião impessoais realizadas nas ruas do município. O objetivo do trabalho é colaborar com o debate da Tarifa Zero na cidade de Maricá, somando esforços para suprir a carência de estudos na área de transporte público no município.

Palavras-Chave: Tarifa Zero; Vermelinhos; transporte público gratuito.

INTRODUÇÃO

Em 2014, o prefeito eleito de Maricá, Washington Quaquá resolveu tomar como prioridade de seu mandato a melhoria no setor de mobilidade urbana do município. O seu plano partia de um projeto que integraria os moradores de toda cidade aliado a uma prática de desenvolvimento sustentável.

No dia 18 de dezembro do mesmo ano, o projeto foi posto em prática através da criação da Empresa Pública de Transporte (EPT), autarquia para gerenciar o deslocamento de transportes públicos gratuitos. “E foi assim que a cidade de Maricá se tornou o primeiro município com mais de 100 mil habitantes que oferecia um serviço de transporte público gratuito.” (Ribeiro, 2017 p. 15).

Hoje, nove anos depois da primeira viagem dos “Vermelinhos”, a

cidade conta com um serviço completamente gratuito no deslocamento pelo interior da cidade. Contudo, também possui problemas como superlotação nos horários de pico durante a semana, vistos através de reclamações em postagens sobre os ônibus nas principais redes sociais utilizadas pelos usuários de transporte público em Maricá. O pioneirismo da iniciativa e a importância dela para a mobilidade de grande parte dos moradores da cidade são justificativas para um estudo mais pontual sobre como essa implementação se deu e como elas se justificam no âmbito do Brasil.

O caso de Maricá foi analisado por uma monografia da Universidade Federal Fluminense e por artigos jornalísticos do site da BBC. Porém, trabalhar com o tema de Tarifa Zero e do transporte coletivo gratuito ainda é um assunto pouco pensado teoricamente, apesar de estar em debate desde a década de 90, quando Luiza Erundina o propôs em uma campanha pela prefeitura de São Paulo. Por isso, utilizamos muitos dados fornecidos pelo próprio site da Empresa Pública de Transporte, e notícias que saíram na mídia a fim de compor o desenvolvimento desse artigo e para refletir sobre as razões das reclamações que ocorrem sobre o serviço prestado. Desse modo, acreditamos que esse artigo é uma tentativa de propor soluções para os problemas de mobilidade da cidade de Maricá.

Portanto, começaremos com um breve histórico sobre a implementação da iniciativa dos “Vermelhinhos”, pensando no quanto essa medida se tornou benéfica aos moradores da cidade. Na segunda parte do presente trabalho, analisaremos os dados do empreendimento hoje em dia, buscando apontar soluções acerca dos problemas reclamados, considerando os dados estatísticos do IBGE para a cidade e uma pesquisa de opinião feita pelas ruas do município.

UM BREVE HISTÓRICO

Após a criação da Empresa Pública de Transportes, houve a necessidade de iniciar efetivamente a circulação dos ônibus gratuitos na cidade. Isso ocorreu através de uma frota própria de dez veículos com ar condicionado, elevadores para deficientes físicos e sensores de porta (só permitem

omovimento com as portas fechadas) que atendiam quatro itinerários que priorizavam o acesso às escolas e aos hospitais da região. O deslocamento desses veículos acontecia em paralelo a movimentação dos ônibus de duas empresas privadas que por quarenta anos dominaram o serviço de transporte público em Maricá.

As reclamações eram acerca do serviço de transportes oferecidos para a região, como ônibus quebrados, velhos e em boas condições de circulação, relatadas pelo site MaricaInfo (2012). Apesar disso, iniciou-se uma briga judicial da prefeitura com as empresas privadas prestadoras desse serviço (Nossa Senhora do Amparo e Costa Leste) através de denúncias de irregularidades de vários tipos. Buscava-se na justiça a paralisação do serviço da EPT. Um exemplo disso foi em 2016, quando a desembargadora Marília de Castro da 20ª Câmara Civil decidiu proibir a circulação do ônibus gratuitos atendendo uma ação movida pelo Sindicato de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro (SETRERJ) a pedido das empresas Nossa Senhora do Amparo e Costa Leste que acusavam o EPT de concorrência desigual já que eles são gratuitos. A população, porém, se manifestou pedindo o retorno dos transportes coletivos gratuitos e foi atendida em abril de 2017 com o retorno dos “Vermelinhos”.

Em 2021, o transporte coletivo gratuito se ampliou por toda Maricá. A empresa privada Amparo se tornou responsável pelo transporte intermunicipal e ainda pelo aluguel de veículos para suprir a frota da Prefeitura, já que venceu a licitação para tal. Contudo, a ampliação das linhas também gerou um aumento dos gastos da prefeitura para custear o serviço. Segundo matéria do Maricá Info (2021), essa conta é paga através dos impostos que o maricaense paga somado aos royalties do petróleo que a cidade recebe.

De certa maneira, o serviço de transporte da EPT é um projeto de mobilidade em que o cidadão vê o seu imposto pago retornando para si mesmo. Isso acontece, pois garante a concessão de uma inclusão social dos cidadãos ao direito social (previsto constitucionalmente), que é o direito ao transporte e ao deslocamento, facilitando a todos a liberdade de ir e vir pela cidade.

UM PANORAMA DA SITUAÇÃO ATUAL

Enquanto o funcionamento do EPT iniciou com apenas 10 veículos, hoje em dia, conforme dados expostos no site da própria Empresa (2023) conta com 135 veículos e 39 linhas que percorrem toda a cidade. Nos primeiros meses desse ano, ainda segundo o site, contabilizou a média de 122 mil deslocamentos por dia nos ônibus gratuitos, além de atender a uma média de 3 milhões de passageiros por mês.

O serviço se expandiu e conta agora também com as chamadas Vermelhinhas (bicicletas públicas e gratuitas), com a finalidade de facilitar ainda mais o deslocamento urbano e promover uma sustentabilidade ambiental através do uso de veículos não-motorizados.

Porém, o aumento de frota não seguiu o aumento do contingente da cidade. Em notícia de junho deste ano de 2023, o Censo de 2022 realizado pelo IBGE apontou um crescimento populacional do município de 54%. O fluxo de novos moradores justifica-se justamente pelos serviços que disponibiliza para os seus moradores. O resultado desse aumento populacional pode ser visto nos horários de pico em toda a parte da cidade: ônibus superlotados, espera para embarque nos pontos e engarrafamentos no centro. O atual prefeito de Maricá, Fabiano Horta, em recente entrevista para o portal Maricá Informa (2023) disse estar ciente dos desafios vindos do aumento do fluxo de pessoas no município e estuda possibilidades para contornar os problemas encontrados

Quando eu assumi a gente tinha só o segundo distrito e parte do primeiro atendido, a gente em 2020, ampliou isso para toda a cidade, e os desafios são grandes. A gente tem um crescimento populacional muito grande, a gente tem um fluxo cada vez maior das pessoas que antes tinham a limitação da passagem como um elemento do seu deslocamento. Hoje as pessoas pegam muito mais o ônibus e muitas vezes a gente tem horários de pico de superlotação (Horta: 2023).

A solução pode vir da própria população. Em uma caminhada por alguns bairros da cidade como em Bambuí, Cordeirinho e Centro perguntamos aos transeuntes sobre o que elas achavam do serviço da Empresa

Pública de Transportes e como esse serviço podia melhorar. As respostas foram majoritariamente positivas acerca dos serviços prestados pela empresa: focando em como é um importante facilitador ir ao trabalho e resolver pendências. As reclamações foram as mesmas já colocadas nesse estudo. Porém, boas propostas saíram da população, tais como: o aumento da frota nos horários de saída e chegada do trabalho (manhã e noite, por exemplo), e o aumento dos horários disponibilizados para algumas regiões cujas linhas ainda são poucas. Também ficou a percepção que quanto mais ônibus circularem, menos a população necessitaria usar seus próprios veículos, o que solucionaria o problema dos congestionamentos no município.

É importante se ressaltar, também, que apesar do aumento de gastos para o custeio do serviço, esse recurso retorna para o próprio município já que o dinheiro antes empregado em pagamento das passagens da população, aquece a economia da cidade nos setores de serviços, como relatado pelo presidente da EPT, Celso Haddad em entrevista para a BBC (2023). Além de ser um meio interessante de se garantir a justiça social e atrair pessoas e investimentos para a região que vem crescendo e se tornando a 15ª cidade em termos populacionais do Estado do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

CARRANÇA, Thais. Tarifa zero: as lições das 67 cidades do Brasil com ônibus de graça. 2023: **BBC News Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy65e4qnjjpo>. Acesso em: 22 out. 2023.

EPT MARICÁ. Maricá vence o prêmio PMU como melhor iniciativa pública em favor da mobilidade sustentável. Disponível em: <https://www.eptmarica.rj.gov.br/index.php/noticias/item/228-marica-vence-o-premio-pmu-como-melhor-iniciativa-publica-em-favor-da-mobilidade-sustentavel> Acesso em: 22 out. 2023.

EPT MARICÁ. Maricá é considerado cidade exemplo em audiência pública para debater o sistema único de mobilidade e a tarifa zero no DF.

Disponível em: <https://www.eptmarica.rj.gov.br/index.php/noticias/item/227-marica-e-considerada-cidade-exemplo-em-audiencia-publica-para-debater-o-sistema-unico-de-mobilidade-e-a-tarifa-zero-no-df>. Acesso em: 22 out. 2023.

FERRO, Wesley. Tarifa Zero no sistema de transporte coletivo: reflexões necessárias. **Mobilitas**, 2021. Disponível em: <https://mobilitas.lat/2023/05/20/tarifa-zero-no-sistema-de-transporte-coletivo-reflexoes-necessarias-por-wesley-ferro-nogueira-economista-secretario-executivo-do-instituto-mdt-do-brasil-e-membro-dos-conselhos/>. Acesso em: 22 out. 2023.

G1. Maricá passa a oferecer transporte público gratuito de ônibus e bicicletas compartilhadas para moradores. Rio de Janeiro, 10 mar. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2021/03/10/marica-rj-passa-a-oferecer-transporte-publico-gratuito-de-onibus-e-bicicletas-compartilhadas-para-moradores.ghtml>. Acesso em: 22 out. 2023

LEI SECA MARICÁ. Precariedade causa transtornos em ônibus da Amparo. **Lei Seca Maricá**. Disponível em: <https://leisecamarica.com.br/noticia/1497/precariade-causa-transtornos-em-onibus-da-amparoeisecamarica.com.br>). Acesso em: 11 out 2023.

MARICÁ: Empresa Pública de Transportes transportou 200 mil passageiros em 28 dias. **Maricá Info**, Maricá, 20 jan. 2015. Disponível em: <https://maricainfo.com/2015/01/20/marica-empresa-publica-de-transportes-transportou-200-mil-passageiros-em-28-dias.html> . Acesso em: 22 out 2023.

MARICÁ: Prefeitura de maricá multa ônibus das viagens Costa Leste e Nossa Senhora do Amparo. **Maricá Info**, Maricá, 13 fev. 2014. Disponível em: <https://maricainfo.com/2014/02/13/prefeitura-de-marica-multa-onibus-das-viaco-es-costa-leste-e-nossa-senhora-do-amparo.html>. Acesso em: 22 out. 2023.

MARICÁ: Vermelhinhos completam 9 anos com desafios a serem superados. **Maricá info**. Disponível em: <https://maricainfo.com/2023/09/11/>

marica-vermelinhos-completam-9-anos-com-desafios-a-serem-superados.html. Acesso em: 22 out. 2023.

MARICÁ: Quem paga para você andar no ‘vermelhinho’?. **Maricá Info**. Disponível em: <https://maricainfo.com/2021/04/07/marica-quem-paga-para-voce-andar-no-vermelhinho.html>. Acesso em: 22 out. 2023.

O DIA. Ônibus Vermelinhos são apontados como um dos principais atrativos de Maricá. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/marica/2023/08/6688556-onibus-vermelinhos-sao-apontados-como-um-dos-principais-atrativos-de-marica.html>. Acesso em: 22 out. 2023.

PREFEITURA DE MARICÁ. Maricá tem crescimento populacional recorde de 54,87%. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/noticia/marica-tem-crescimento-populacional-recorde-de-5487/>. Acesso em: 22 out. 2023.

RIBEIRO, Claudia Duarte. **Formação Da Agenda Para O Transporte Público Gratuito**: Uma Análise Do Município De Maricá. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Administração e Administração Pública, UFF, Volta Redonda, 2017. Disponível em: Formação da agenda para o transporte público gratuito: uma análise do município de Maricá (uff.br). Acesso em: 22 out. 2023.

SCHIAFFINO, D. P.; TOLEDO, J. I.; RIBEIRO, R. G. **Tarifa Zero uma reflexão sobre a proposta**. Disponível em: < http://fileserver.antp.org.br/_5dot-System/download/dcmDocument/2015/06/15/C088AE18-A9D3-4CCD-9A56-F54E04438370.pdf>. Acesso em: 22 out. 2023.

A QUESTÃO DA ENGENHARIA DE TRÂNSITO DE MARICÁ

Yam Gabriel Ferreira

RESUMO

A engenharia de trânsito de Maricá não consegue acompanhar o devastador crescimento demográfico da cidade, gerando dois grandes problemas, a questão da RJ-106 cruzar a cidade ao meio e a superlotação dos transportes públicos coletivos. Esses problemas afetam diretamente a vida da população de Maricá e se não forem solucionados com urgência se tornarão ainda mais complexos para resolver no futuro. A análise de documentos foi o principal método utilizado neste artigo. A partir desta análise tiveram como resultados o aumento do conhecimento geral sobre o tema e a identificação de algumas soluções para os problemas destacados.

Palavras-chave: engenharia de trânsito; superlotação; transporte coletivo.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Ferraz (2004) *Omnes Omnibus* foi o termo usado para nomear o primeiro transporte coletivo popularizado pela humanidade e que significa: Tudo para todos. Tal qual surgiu a partir de 1662. Apesar de sua antiguidade, esse meio de transporte, já tinha que lidar com problemas atuais, como a questão da superlotação que serve como carcereira do transporte coletivo, resolvê-lo pode parecer para muitos um enigma indecifrável, entretanto existem diversos métodos que em alguns lugares do mundo e do Brasil já foram aplicados e bem sucedidos, serão apresentados alguns métodos que foram desenvolvidos a partir da reflexão sobre o tema.

A engenharia de trânsito de Maricá é satisfatória, entretanto não se desenvolveu o suficiente e necessita da resolução de dois grandes pro-

blemas, a questão da superlotação dos transportes coletivos públicos e a questão da RJ-106 que será apresentada a seguir:

O Brasil é o país que tem a maior concentração rodoviária de transporte de cargas e passageiros entre as principais economias mundiais. 58% do transporte no país é feito por rodovias - contra 53% da Austrália, 50% da China, [...] e 8% do Canadá, segundo dados do Banco Mundial (G1, 2018.).

A partir da apuração dos dados apresentados acima, entre as principais potências mundiais o Brasil é o país que tem a maior concentração rodoviária de cargas e passageiros. O sistema rodoviário é de suma importância para todo o país e principalmente para a cidade de Maricá que é repartida por uma das principais rodovias do Estado do Rio de Janeiro a RJ-106, que movimenta grandes massas de turistas e funciona como a principal rota de entrada e saída da cidade, por todavia é o principal lugar onde ocorrem os acidentes de trânsito de Maricá. Dessa forma, é impossível usá-la de maneira que gere apenas benefícios para a sociedade maricaense, mas é possível evitar a esmagadora parte dos malefícios e dentre eles os acidentes de trânsito.

Para o desenvolvimento desse artigo foi utilizada a análise de documentos como método. O objetivo desta argumentação é melhorar a segurança e conforto dos passageiros em quaisquer transportes coletivos públicos de Maricá por meio da resolução de problemas como: superlotação em transportes públicos e aumento do índice de acidentes.

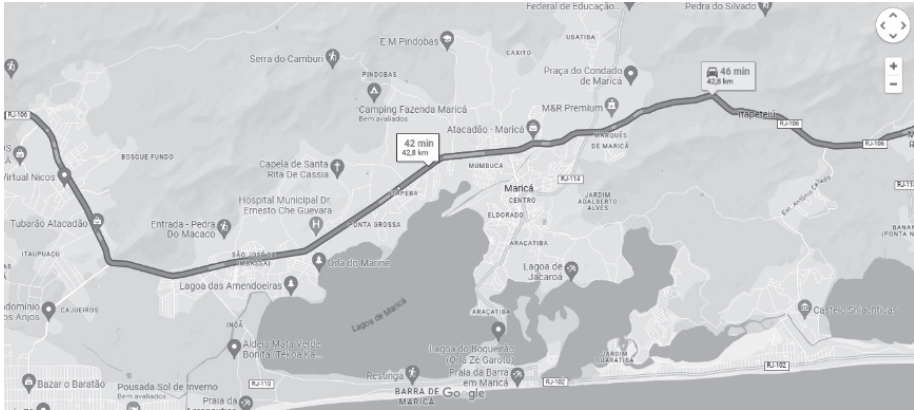
Porque a RJ-106 é o principal local onde ocorre maior parte dos acidentes de trânsito em Maricá? Existe alguma solução? A questão da superlotação dos transportes públicos assombra Maricá há mais de um século, é realmente possível resolvê-la?

2. O DILEMA DA 106

Em 1964 a ponte Rio-Niterói foi fundada, a sua criação afetou diretamente o trânsito de veículos pela RJ-106 entrando em um crescimento espontâneo até os dias atuais, conseqüentemente aumentando o turismo e a população maricaense (VIANA, 2022). De acordo com o censo

demográfico de 1970 a cidade de Maricá tinha 23.664 mil habitantes, as pessoas da época passavam por problemas atuais como o repartimento de Maricá causado pela RJ-106.

Figura 1 – Trajeto da RJ-106 por Maricá



Fonte: Google Maps (2023)

Observando a figura com cautela conseguimos ver onde inicia e termina o trajeto da 106. A rodovia praticamente divide Maricá ao meio, gerando situações em que o cidadão tem de atravessá-la para chegar ao ponto de ônibus ou ir a outra parte do bairro, entretanto a rodovia é uma pista na qual, em dias normais os carros andam em alta velocidade, gerando assim um contratempo, já que as pessoas têm que desviar de carros em alta velocidade para atravessar a rodovia e desviar de pessoas enquanto seguem seu trajeto, mas ambas situações chegam ao mesmo destino: acidentes que queimam vidas e incendiam famílias.

2.2 O ENFADONHO E PERSISTENTE TEMPO

O Manu Manuela é um exemplo frequente de bairro em Maricá, onde pedestres tinham que diariamente colocar suas vidas em risco e atravessar a Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106), por conta do baixo investimento em passarelas e em soluções para esses tipos de problemas. Entretanto, no dia 4 de outubro de 2022 duas pessoas morreram e três pessoas ficaram

em estado grave ao tentar atravessar a rodovia e serem atropeladas por um carro que perdeu controle (MARICÁ, 2022).

Após esse trágico acidente, a Prefeitura de Maricá (2022) decidiu começar a construção da passarela no Manu Manuela, Parque Nanci e São José do Imbassaí. Ainda que a Prefeitura de Maricá se esforce de maneira imensurável para evitar esses tipos de acidentes, eles persistentemente continuam acontecendo todos os meses, ferindo e matando ainda mais pessoas. Por isso é de suma importância visar um fim real na questão da RJ-106.

2.3 COMO CONCEITOS TEÓRICOS SE TRADUZEM EM RESULTADOS PRÁTICOS.

Para resolver a questão da RJ-106 preventivamente será necessária a apuração dos principais lugares onde ocorrem mais acidentes de trânsito e onde se concentra a maior parte da travessia de pedestres pela rodovia.

Consequente a apuração, precisará ser aplicado dois métodos de maneira em que não se repitam nos pontos sensíveis¹ (Ambos os métodos nunca poderão ser aplicados no mesmo ponto sensível).

Método 1: Colocar faixas elevadas nos pontos de travessia de pedestres pela rodovia, reduzir a velocidade máxima e aumentar a fiscalização por meio de controladores eletrônicos de vídeo monitoramento.

Método 2: Construir passarelas nos pontos de travessia de pedestres pela rodovia (é de suma importância que aos arredores da passarela tenha grades para evitar acidentes) e aumentar a fiscalização por meio de controladores eletrônicos.

3. RISCO À VIDA

A partir da comparação do censo demográfico de 2010 contra o mesmo em 2022, podemos identificar que a cidade de Maricá cresceu 54,87% em apenas 12 anos, em 2010 haviam 127.461 mil habitantes, já em 2022 esse número subiu para 197.300 mil habitantes. Diante desse desenfreado crescimento populacional, problemas como a questão

¹ Ponto Sensível: entende-se por pontos sensíveis, os principais lugares onde ocorrem os acidentes de trânsito.

da superlotação dos transportes públicos coletivos se agravaram ainda mais pela falta de um planejamento eficaz de mobilidade urbana que acompanhe este crescimento.

Um dos principais fatores que influencia na escolha dos usuários quanto aos seus deslocamentos, a superlotação contribui na inibição da utilização dos transportes públicos. (BAHIENSE, 2021). Quando se tem diversas pessoas com a opção de escolher entre se locomover de carro ou de ônibus pela cidade, a superlotação as obriga, os que têm essa possibilidade, a optarem pelo carro, tendo em vista que não é apenas uma ou duas pessoas que tomam essa decisão diariamente. Assim aumentando ainda mais o tráfego de carros e agravando ainda mais o congestionamento pela cidade.

Ainda que o congestionamento não seja um problema tão intenso em Maricá como nas metrópoles, é importante lembrar do efervescente crescimento populacional sem precedentes pelo qual a cidade passou nos últimos anos. Partindo da observação desses fatores, o congestionamento intenso pode não ser um problema agora, mas será um problema futuro, por isso é de suma importância que seja fomentado ainda mais a locomoção pelos transportes coletivos.

Figura 2 – Superlotação dos vermelhinhos em Maricá



Fonte: Lei Seca Maricá (2022)

A imagem acima mostra como o transporte público coletivo de Maricá mais conhecido como “Vermelhinho” superlota a níveis tão extremos que pessoas que usufruem desse meio em horário de pico tendem a passar por severos desafios, como ser obrigado a ficar comprimido contra a porta do ônibus pela falta de espaço em seu interior.

Essa é uma situação crítica que precisa de solução imediata porque além da superlotação gerar um enorme desconforto coletivo e falta de confiabilidade, transforma os vermelhinhos nos horários de pico em uma zona de perigo para idosos, grávidas e pessoas com diversas condições médicas como: Transtorno do Espectro Autista (TEA), Claustrofobia etc.

O transporte público é para todos (*Omnes Omnibus*) e alguns dos valores da empresa responsável por ele em Maricá (EPT) são: Inclusão Social, Valorização das Pessoas, Equidade, Adaptabilidade e Foco nas Pessoas (Compromisso, Bom Atendimento, Confiabilidade, Bem Estar e Excelência). Entretanto, na medida em que as soluções se encontram em processo de estudo e de implementação esses valores ainda não estão sendo plenamente contemplados.

4. COMO CONCEITOS TEÓRICOS SE TRADUZEM EM RESULTADOS PRÁTICOS.

Número de pontos de parada², pontos de lotação³, destino comum⁴, bairros pequenos⁵ e horários de pico⁶ serão as principais características a serem observadas.

Será necessário a criação de uma linha de ônibus especial com motoristas, que circulam somente entre os pontos de lotação no período de horários de pico, com o objetivo de suprir a alta demanda de alguns pontos de parada. Além disso, também será necessário que, inicialmente, 100% das frotas de ônibus circulem durante esse período, ao passar do tempo a

2 Número de pontos: Número de pontos de parada que uma linha de ônibus tem.

3 Pontos de lotação: Os principais pontos de parada que mais lotam uma linha de ônibus.

4 Destino em comum: Seriam destinos como: Centro, Inoã e Itaipuaçu. Onde a maior parte dos passageiros tem como destino a sua viagem.

5 Bairros pequenos: Bairros pequenos que têm uma alta demanda de passageiros.

6 Horários de pico: Os principais horários que mais lotam os ônibus, como: 07:00, 12:00 e 18:00.

EPT deverá revisar a eficácia do serviço prestado, caso seja eficiente poderá reduzir a quantidade das frotas que circulam durante esse período com o objetivo de identificar o número exato das frotas que precisam circular sem que o problema da superlotação volte à tona.

Caso o uso dos 100% de frota não resolva, será preciso reduzi-la para abrir margem à criação de novas linhas de ônibus que circulem apenas entre os bairros pequenos de alta demanda de passageiros e de ônibus expressos que parem apenas nos principais pontos de lotação e que tenham como objetivo os destinos em comum dos passageiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de se identificar que a engenharia de trânsito de Maricá gerou dois grandes problemas, a questão da RJ-106 e a superlotação dos ônibus públicos da cidade, entretanto foram pensadas soluções que apesar de não serem de fácil aplicação não deixam de ser possíveis e viáveis. Caso esses problemas não sejam solucionados com urgência, a cidade de Maricá estará dando espaço para que essas questões estruturais enraizem ainda mais, tornando-as insolúveis ao longo prazo. Porém se esses problemas forem solucionados, a engenharia de trânsito de Maricá poderá se tornar uma das melhores se não a melhor de todo o Brasil.

5. REFERÊNCIAS

BAHIENSE, Laura. **Otimização da frequência de rotas de linhas de ônibus à luz do desconforto da superlotação**. RIO DE JANEIRO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2021. 1 p.

FERRAZ, A. C. P. Transporte público urbano. São Paulo/SP, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICO. Censo demográfico. 4ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. 162p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICO. Censo demográfico. 13ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICO. Censo demográfico. 12ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

VIANA, Jean Pereira. Política e Gestão pública de turismo no município de Maricá (RJ): A participação dos atores sociais no período 2009-2020. NITERÓI: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2022. 56 p.

G1, Globo . Por que o Brasil depende tanto do transporte rodoviário?: 75% das mercadorias no país têm seu escoamento feito pela malha rodoviária; consultores dizem que prioridade política sempre foi pelo transporte rodoviário.. **G1**, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/por-que-o-brasil-depender-tanto-do-transporte-rodoviario.ghtml>>. Acesso em: 21 set. 2023.

GOOGLE, Trajeto da RJ-106 por Maricá. Imagem capturada em: 12 out. 2023. Captura de Tela. Disponível em: <https://rb.gy/n6ca1>. Acesso em: 12 out. 2023.

MARICÁ, Lei Seca. Rj-106: Grave acidente deixa dois mortos e três em estado grave no Manu Manuela: O caso aconteceu na tarde desta terça-feira (04). **Lei Seca Maricá**, 2022. Disponível em: <https://leisecamarica.com.br/noticia/45151/rj-106-grave-acidente-deixa-dois-mortos-e-tres-em-estado-grave-no-manu-manuela>. Acesso em: 12 out. 2023.

MARICÁ. Trânsito e Engenharia Viária. **Prefeitura de Maricá aprova projeto com DER e vai construir três passarelas na RJ-106**: Estruturas serão erguidas na altura do Parque Nanci, Manu Manuela e em São José do Imbasai. Maricá: Trânsito e Engenharia Viária, 11 out. 2022. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/noticia/prefeitura-de-marica-aprova-projeto-com-der-e-vai-construir-tres-passarelas-na-rj-106/>. Acesso em- 12 out. 2023.

MARICÁ. EPT. **Valores da EPT**. Disponível em: <https://www.eptmarica.rj.gov.br/index.php/empresa/valores>. Acesso em 18 out. 2023

LEI SECA MARICÁ. Passageiros reclamam da superlotação dos “Vermelinhos” e pedem aumento na frota de ônibus: O caos nos “Vermelinhos” continua e moradores pedem por soluções. Disponível em: <https://leisecamarica.com.br/noticia/44548/passageiros-reclamam-da-superlotacao-dos--vermelinhos--e-pedem-aumento-na-frota-de-onibus>. Acesso em 18 out. 2023

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LIBRAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE MARICÁ

Yasmin Teixeira de Oliveira

RESUMO

Este artigo pretende abordar a falta do ensino de libras nas escolas públicas de Maricá e seu impacto na inclusão dos surdos. Os surdos enfrentam dificuldades diárias e são alvo de discriminação, o que resulta em exclusão social. O artigo objetiva conscientizar as pessoas sobre a importância do ensino de Libras nas escolas, promover a implementação obrigatória das Libras em todas as instituições de ensino e incentivar ações que resultem em maior inclusão dos surdos/deficientes na educação e consequentemente na sociedade. Essa implementação visa desempenhar um papel essencial na inclusão e empoderamento dos surdos, proporcionando-lhes acesso igualitário à educação. Soluções como capacitação de professores e funcionários em Libras, recursos didáticos adaptados e sensibilização da comunidade escolar são fundamentais para garantir a efetividade dessa inclusão.

Palavras-chave: Libras; inclusão; educação; surdos; preconceito..

INTRODUÇÃO

Este artigo se propõe abordar a falta do ensino de Libras (Língua Brasileira de Sinais) nas escolas como um desafio para a inclusão de pessoas surdas e/ou com deficiência auditiva nas escolas públicas do município de Maricá. A Declaração de Salamanca (1994),

[...] defende o compromisso que a escola deve assumir de educar cada estudante, contemplando a pedagogia da diversidade, pois todos os alunos deverão estar dentro da

escola regular, independente de sua origem social, étnica ou lingüística (Declaração de Salamanca, 1994).

Serão discutidos os impactos dessa ausência na educação e no desenvolvimento dos alunos surdos e/ou com deficiência auditiva, bem como as possíveis soluções para garantir a inclusão eficiente desses alunos e o ensino adequado de libras para alunos surdos e/ou com deficiência auditiva e alunos ouvintes, garantindo assim a interação efetiva entre todos.

Conclui-se que é fundamental investir na formação de professores e em materiais didáticos para promover uma inclusão efetiva e igualitária desses estudantes.

Esse artigo objetiva incentivar professores e alunos, assim como toda a comunidade escolar, à aprendizagem de Libras e sugerir a Secretaria de Educação a implementação dessa língua na Rede de Ensino, principalmente quando houver alunos surdos e/ou com deficiência auditiva matriculados nas escolas.

Por meio de uma palestra do Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá – ICTIM, que houve na escola onde estudo e por pesquisas diversas, descobri que só há uma escola com professores habilitados em libras em Maricá e onde essa aprendizagem acontece, na Centro Educacional Municipal - CEM Joana Benedicta Rangel. Isso me motivou a pesquisar mais sobre a inclusão de alunos surdos e/ou com deficiência auditiva e também entender possibilidades para que a aprendizagem de libras fosse acessível a toda comunidade escolar e esse alunos fossem incluídos em sua totalidade, interagindo em todos os espaços da escola.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao longo dos anos, a invisibilidade dos surdos foi uma realidade que tem sido enfrentada por essa comunidade até os dias atuais.

Durante muito tempo, a sociedade e as instituições não deram a devida atenção e importância às necessidades e direitos dos surdos, o que resultou em sua exclusão e marginalização. No entanto, através de lutas e movimentos pelo reconhecimento dos seus direitos, há uma conscientiza-

ção crescente sobre a importância de proporcionar uma educação igualitária e de qualidade para esses sujeitos.

Os surdos não eram bem aceitos pelas suas famílias e nem pela sociedade, vivendo à margem, não frequentando as reuniões familiares, os jantares, e nem os bailes da época. Geralmente moravam nas casas dos fundos dos castelos e eram criados por amas de leite (Honora, 2014, p.50).

No Brasil, a Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), garante o direito a educação inclusiva para os surdos:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

De acordo com a lei, a pessoa com deficiência tem o direito de receber uma educação que seja acessível que promova seu desenvolvimento social, intelectual e emocional. Isso implica na necessidade de garantir recursos, suporte pedagógico específico e profissionais qualificados para uma educação de qualidade.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

[..]

Art. 28. [...]

IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;

[..]

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio (BRASIL, 2015).

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é de extrema importância nas escolas, pois permite a inclusão e a comunicação efetiva de alunos surdos e/ou com deficiência auditiva. Ao introduzir o ensino de libras nas escolas, esses alunos têm a oportunidade de se expressar plenamente e participar ativamente no ambiente educacional.

Este artigo vem colaborar com a discussão sobre a inclusão de fato dos alunos surdos e/ou com deficiência auditiva, minimizando as barreiras linguísticas entre eles e os alunos ouvintes. Assim, me inspiro em obras, artigos, teses e dissertações de autores que dialoguem com esse tema como: Cristina Broglia Feitosade Lacerda, Lígia Assumpção Amaral, Valéria Amorim Arantes, Márcia Honora, entre outros.

METODOLOGIA

A ausência do ensino de libras nas escolas gera diversos impactos negativos para os alunos surdos e/ou com deficiência auditiva. A comunicação é essencial para o processo de aprendizagem e a ausência dessa língua dificulta a compreensão dos conteúdos e a participação ativa nas atividades escolares. Além disso, a falta do ensino de libras prejudica a interação social entre os alunos ouvintes, gerando isolamento e dificuldade na integração e comunicação.

O preconceito em relação aos alunos surdos e/ou com deficiência auditiva é uma triste realidade que muitas vezes ocorre nas escolas, prejudicando o processo de inclusão e afetando diretamente o desenvolvimento desses alunos. As escolas deveriam exercitar a inclusão afetiva, ou seja, ter empatia, respeito e aceitação por parte de colegas e professores. A falta dessa inclusão pode propiciar esse preconceito.

Segundo Arantes

Os sentimentos, as emoções e os valores devem ser encarados como objetos de conhecimento, posto que

tomar consciência, expressar e controlar os próprios sentimentos talvez seja um dos aspectos mais difíceis na resolução de conflitos. Por outro lado, a educação da afetividade pode levar as pessoas a se conhecer e a compreender melhor suas próprias emoções e as das pessoas com quem interagem no dia-a-dia (Arantes, 2002, p. 172).

A inclusão afetiva é essencial para combater o preconceito e garantir uma educação inclusiva e de qualidade para esses alunos. É necessário que todos os envolvidos no processo educativo, como professores, alunos ouvintes, funcionários, toda a comunidade escolar estejam conscientes da importância do respeito à diversidade e sejam capacitados para lidar com as necessidades e especificidades desses alunos.

A falta de inclusão afetiva cria barreiras para o desenvolvimento desses alunos, pois se sentem isolados e desvalorizados, podendo afetar sua autoestima e confiança, como também seu desempenho acadêmico e sua participação ativa na escola.

Muitas pessoas ainda têm visões estereotipadas e preconceituosas em relação aos surdos, considerando-os incapazes, inferiores ou anormais. Essas visões afetam o convívio escolar, resultando em exclusão social e emocional desse alunos.

Segundo Amaral

“o preconceito nada mais é que uma atitude favorável ou desfavorável, positiva ou negativa, anterior a qualquer conhecimento”. O preconceito faz com que muitas pessoas surdas não queiram adentrar ao espaço do ensino regular. Eles e suas famílias temem passar por situações conflituosas e constrangedoras (Amaral, 1995, p.35).

É fundamental promover a sensibilização e o diálogo sobre a surdez, para quebrar estereótipos e preconceitos enraizados. “A relação entre alunos ouvintes e surdos não se revela sempre difícil, há aceitação e compreensão de suas características, mas não se revela sempre fácil, há dificuldades de relação, de conhecimento sobre a surdez e de aceitação de certas características.” (Lacerda, 2006, p.172-173)

Além disso, é necessário criar um ambiente inclusivo, onde os alunos surdos e/ou com deficiência auditiva se sintam acolhidos, valorizados e respeitados por toda a comunidade escolar.

Uma possível solução para garantir o ensino de Libras nas escolas é investimento na formação continuada de professores e funcionários de modo geral. E também que as escolas da Rede que tenham alunos surdos e/ou com deficiência auditiva, possam oportunizar a toda a comunidade escolar a aprendizagem das Libras, para que todos se comuniquem com esses alunos, da mesma forma que como se comunicam em Língua Portuguesa.

A partir das minhas pesquisas constatei que a Rede Municipal de Maricá tem 31 alunos com surdez e/ou com deficiência auditiva, porém ainda não há um projeto de Ensino de Libras que atenda a toda a comunidade escolar, para que a comunicação se torne efetiva entre alunos surdos, alunos ouvintes, professores, funcionários de modo geral.

Na escola onde estudei, Campus de Educação Pública Transformadora – CEPT Leonel de Moura Brizola, conversei com a professora Monique, da Sala de Recursos. Há um aluno no 6º ano com deficiência auditiva que é acompanhado por um intérprete de libras e um instrutor de libras que é surdo e faz parte da comunidade surda. Como esse aluno vem perdendo a audição, ele está o ajudando a ter contato com essa comunidade. Os alunos ouvintes da turma desse aluno tinham algum ensinamento sobre libras, através desse intérprete, em alguns minutinhos finais de uma ou outra aula, quando o professor regular permitia.

Em outro momento, conversando com a professora Oplonísia, do CEPT Profª Zilca Lopes da Fontoura, houve bastante procura no ano passado para o curso de libras, sendo inclusive um dos mais votados e os alunos gostaram muito. Perguntei por que não houve continuidade. Ela disse que problema foi a falta de professores habilitados em Libras. Conheci também a sala de recursos e uma aluna surda e seu intérprete. Todos falaram da importância do ensino de Libras, que se tivesse o curso e todos soubessem a língua de sinais, esses alunos não se sentiriam tão excluídos, pois poderiam se comunicar com toda a comunidade escolar sem a dependência somente do intérprete.

Tive a oportunidade também de conversar com a avó de uma aluna surda, a senhora Maria Alice, que está no Ensino Fundamental I, na Escola Municipal Maria Cristina de Lima Corrêa. A neta dela tem intérprete, porém ela sente falta do ensino de Libras para todos os alunos ouvintes e funcionários da escola. Assim sua neta teria a possibilidade de se comunicar em todos os ambientes e favoreceria sua socialização e aprendizagem.

Foi muito importante e emocionante participar das palestras e rodas de conversa da FLIM – Feira Literária Internacional de Maricá e ver a atuação dos intérpretes de Libras colaborando com a comunidade surda.

Conclui-se então, quão necessário se faz o Ensino de Libras para toda a comunidade escolar e como essa ação se refletirá em toda a sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A aprendizagem de Libras é fundamental para promover a inclusão desses alunos na escola de fato. E por isso é tão importante que toda a comunidade escolar, participe desse movimento. Em seu artigo Lacerda relata sobre os alunos surdos:

Entretanto, para aqueles que conhecem a vivência escolar entre crianças ouvintes, as possibilidades de trocas entre alunos e professores e a riqueza de informações que circulam quando se está em um grupo com o qual se compartilha uma mesma língua, a situação do aluno surdo parece insólita: em uma quinta série não conhece o nome dos amigos, não se relaciona diretamente com os professores, tem apenas um interlocutor efetivo no espaço escolar, está sempre acompanhado por um adulto, configurando uma situação que não pode ser chamada de satisfatória. Ele, provavelmente, por não conhecer outra realidade, mostra-se bem adaptado a sua situação. Como não conhece algo diferente, acredita que esta convivência seja plena e se satisfaz com ela. Cabe refletir se esta vivência escolar é realmente plena e se este é o espaço educacional que se deseja para os alunos surdos (Lacerda, 2006).

É fundamental que os educadores, assim como toda a comunidade escolar, tenham conhecimento e habilidades em Libras para facilitar a comunicação e ensinar adequadamente os alunos surdos e/ou com deficiência auditiva e também promover a contratação de intérpretes de libras para auxiliar no processo ensino-aprendizagem.

O desenvolvimento desse processo de aprendizagem passa por dois pontos cruciais: a sensibilização e a capacitação. Esse movimento deve envolver toda a comunidade escolar para que haja uma comunicação efetiva e que seja normalizado por todos. Ao aprender Libras, todos os membros da comunidade escolar serão capazes de se comunicar minimamente com os alunos surdos, o que reduzirá o isolamento e a exclusão desses estudantes. Ao entender as necessidades e dificuldades desses alunos, todos os membros da escola se tornam agentes ativos, promovendo um ambiente inclusivo de fato. Além disso, a inclusão também é favorecida porque a comunicação é uma ferramenta fundamental para a aprendizagem.

Outra medida importante é a disponibilidade de recursos, materiais didáticos, adaptação das salas de aula a fim de garantir acessibilidade visual, facilitar a comunicação e o aprendizado.

A aprendizagem dos alunos surdos e/ou com deficiência auditiva pode ser facilitado por meio de uma variedade de recursos visuais, jogos e atividades.

Os livros com ilustrações ricas e detalhadas podem auxiliar a compreensão e visualização dos conceitos. Os alunos podem assimilar informações visualmente, facilitando a construção de vocabulário e compreensão dos textos.

A utilização da linguagem de sinais e gestos como recurso torna o aprendizado mais interativo. Desenvolver jogos que envolvam a utilização desses sinais e gestos, incentiva a participação e comunicação em sala de aula.

A utilização de vídeos e animações com legendas ou sinais para apresentar conteúdos mais complexos, podem facilitar a compreensão de conceitos abstratos ou difíceis de visualizar apenas por meio de palavras.

A criação de *flashcards*¹ com imagens representativas dos conceitos a serem ensinados, pode facilitar a associação da imagem ao sinal ou a palavra escrita, auxiliando na assimilação de novos termos. Um exemplo é a ampliação do vocabulário através de imagens correspondentes as palavras.

Desde o século XIX os *flashcards* são usados como forma de ensino pedagógico. [...]

O conceito base dos *flashcards* é a técnica de repetição espaçada. [...] A fim de trabalhar na recuperação e avivamento da informação esquecida, a Técnica de Repetição Espaçada trabalha nessa curva do esquecimento. Logo após o aprendizado, a informação é relembrada por 10 minutos.

[...]

Os *flashcards* podem adquirir vários formatos e suportes. Usualmente, são cartões no tamanho aproximadamente A6 (105x148mm), sem um volume de texto grande em seu conteúdo, apenas com a palavra no verso e, na frente, representação da palavra, em forma de figura ilustrativa. Normalmente são utilizados para a aquisição de idiomas, como forma de aquisição de vocabulário, gramática e regras da língua a ser aprendida. Para a pré-alfabetização infantil em libras e português, adaptamos o conceito do material para a necessidade do projeto, modificando alguns padrões para que o material fosse interdisciplinar [...] (Carvalho, 2020).

A promoção de jogos de adivinhação em sala de aula para trabalhar a ampliação de vocabulário e conceitos, utilizando perguntas visuais (imagens de objetos e ações) e pedir aos alunos para adivinharem qual é a palavra correspondente através da linguagem dos sinais.

Estimular os alunos a participarem de peças de teatro ou encenações relacionando os conceitos abordados em sala de aula, pode proporcionar a oportunidade de praticar a linguagem de sinais, a expressão facial e corporal, além de fortalecer compreensão de histórias, conceitos e a socialização com a turma.

¹ São basicamente pequenos cartões para testar sua memória. Explicando de forma simples: de um lado, eles têm perguntas, e de outro, as respostas. É possível variar também, com tópicos e palavras-chave ou termos e definições.

É fundamental entender que a inclusão não é apenas colocar os alunos surdos e/ou com deficiência auditiva nas salas de aula regulares, mas proporcionar, de fato uma educação adaptada as suas necessidades e respeitando sua especificidade. Além disso, é preciso combater estigmas e preconceitos, promovendo uma comunidade escolar mais inclusiva e consciente da diversidade.

Promovendo a implementação do ensino de libras nas escolas públicas através de projetos e programas de inclusão, a Secretaria Municipal de Educação estimularia a interação entre professores, alunos surdos e/ou com deficiência auditiva, alunos ouvintes e toda a comunidade escolar. Isso favoreceria a socialização desses alunos não só em sala de aula, mas em todos os ambientes da unidade escolar, e também evitaria que eles se sentissem tão excluídos.

Sabendo que a Prefeitura de Maricá formou esse ano 200 intérpretes de libras, seria uma excelente sugestão implementar essa Política Pública nas escolas, se tornando a pioneira a incluir de fato toda a comunidade surda no âmbito escolar e social.

A inclusão da comunidade surda é um passo importante para a construção de uma sociedade mais igualitária e respeitosa com a diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A invisibilidade dos surdos ao longo dos anos é uma questão que está em processo de transformação. A legislação brasileira garante o direito aos alunos surdos e/ou com deficiência auditiva à uma educação inclusiva e de qualidade, no entanto, é necessário uma conscientização e ação continua por parte da sociedade e dos governantes para garantir a efetiva implementação dessas políticas e a inclusão dessa comunidade em todos os aspectos de sua vida.

O preconceito em relação aos alunos surdos e/ou com deficiência auditiva é um problema que pode ocorrer devido a falta de inclusão afetiva nas escolas. A falta de empatia e respeito por parte dos colegas e professores prejudica o desenvolvimento desses alunos e reforça estereótipos e preconceitos. É essencial promover a inclusão afetiva, propor-

cionando um ambiente escolar inclusivo, consciente e respeitoso, onde todos os alunos se sintam valorizados. Somente através da inclusão afetiva podemos combater o preconceito e construir uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

A importância dos recursos pedagógicos inclusivos como jogos, livros, vídeos, visando a garantia da acessibilidade desses alunos, promovendo uma aprendizagem mais atrativa é fundamental no processo inclusivo.

A participação de toda a comunidade escolar é essencial na aprendizagem de libras para garantir a inclusão plena dos alunos surdos e/ou com deficiência auditiva. Ao possibilitar que todos se comuniquem a escola cria um ambiente mais acolhedor e promove uma maior oportunidade de aprendizagem para esse alunos, reforçando a valorização da diversidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Lígia Assumpção. Conhecendo a deficiência (em companhia de Hércules). . São Paulo: Robe. . Acesso em: 23 out. 2023. , 1995.

ARANTES, V. A.: A afetividade no cenário da educação. In: OLIVEIRA, M. K. de, SOUZA, D. T. R., REGO, T. C. (Orgs.): Psicologia, Educação e as temáticas da vida contemporânea. São Paulo: Moderna, 2002.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 16 out. 2023.

CARVALHO, Jéssica Xavier de. Flashcards de apoio ao ensino de Libras e português para educação infantil regular. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Design Gráfico) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

DECLARAÇÃO de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, DF: CORDE, 1994.

GÓES, M.C.R. Linguagem, surdez e educação. Campinas: Autores Associados, 1996.

GOLDFELD, Márcia. *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista*. São Paulo: Plexus, 1997.

HONORA, Márcia. *Inclusão educacional de alunos com surdez: concepção e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 2014.

LACERDA, C. B. F. DE .. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. *Cadernos CEDES*, v. 26, n. 69, p. 163-184, maio 2006.

LEFFA, V. J. **Normas da ABNT**. s.d. Disponível em <<http://www.leffa.pro.br/textos/abnt.htm>> Acesso em: 22 out. 2023.

SIGMA, Curso e Colégio. Blog, Flashcards. 06 de julho de 2023. <www.sigma-cursoecolegio.com.br/blog/o-que=-sao-flashcards-e-como-usar#:~:text=O%20que%20são%20os%20flashcards,chave%20ou%20termos%20e%20definições.> Acesso em: 22 de out. 2023.

AVANÇOS NO SANEAMENTO BÁSICO DE ITAIPUAÇU: UM OLHAR SOBRE OS ÚLTIMOS ANOS

Yasmin da Silva Pereira

RESUMO

Este estudo investiga o saneamento básico em Itaipuaçu, destacando sua relevância e desafios. O objetivo principal é modernizar o abastecimento de água e aprimorar o tratamento de esgoto. A pesquisa foi conduzida por meio da análise de dados e investimentos sistemáticos nos sistemas mencionados. Os resultados incluem a criação de novas redes de abastecimento de água, garantindo acesso igualitário, e a expansão dos sistemas de tratamento de esgoto, reduzindo a contaminação ambiental. As discussões enfatizam a importância da sustentabilidade, preservando os ecossistemas locais e melhorando a qualidade de vida das comunidades. Este estudo contribui para a compreensão da necessidade de saneamento básico na busca por uma sociedade mais justa, saudável e sustentável, com foco em Itaipuaçu, fornecendo insights valiosos para futuras intervenções na área.

Palavras-chave: saneamento básico; abastecimento de água; qualidade de vida; sustentabilidade; Itaipuaçu

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a busca incessante por aprimorar a qualidade de vida e promover o bem-estar da comunidade tem conduzido Itaipuaçu a um notável e inspirador capítulo de progresso no campo do saneamento básico.

Nessa jornada, marcada por um comprometimento inabalável com a melhoria das condições de vida dos seus residentes, a localidade tem testemunhado avanços que transcendem simplesmente a instalação de infraestrutura.

As transformações têm sido profundas e abrangentes, englobando desde a expansão das redes de abastecimento de água até a ampliação dos sistemas de tratamento de esgoto, repercutindo positivamente em diversos aspectos da vida cotidiana e do ecossistema local.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A compreensão da importância do saneamento básico vai além da esfera puramente higiênica. Itaipuaçu reconhece que é um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida de suas comunidades, investindo em esforços significativos para superar desafios históricos e construir um futuro mais saudável e próspero para seus habitantes.

Objetivos

Este estudo busca oferecer uma análise abrangente dos avanços no saneamento básico de Itaipuaçu nos últimos anos, traçando um retrato das transformações ocorridas, dos desafios superados e das lições aprendidas ao longo desse percurso.

Problematização

Compreender essas conquistas nos permite reconhecer a magnitude dos esforços da comunidade e visualizar os caminhos que ainda podem ser percorridos em direção a um futuro mais promissor.

Nas próximas seções, examinaremos os principais componentes que compõem essa narrativa de progresso, desde as iniciativas implementadas até os resultados obtidos, destacando como o compromisso com o saneamento básico é um reflexo da visão coletiva de uma comunidade em busca de uma vida digna, saudável e sustentável para as atuais e futuras gerações.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nos últimos anos, uma busca incessante por aprimorar a qualidade de vida e promover o bem-estar da comunidade tem colocado Itaipuaçu em um notável e inspirador capítulo de progresso no campo do saneamento básico.

O saneamento básico é um conjunto de serviços e infraestruturas que

inclui o abastecimento de água potável, a coleta e o tratamento de esgoto, a coleta e a destinação adequada de resíduos sólidos, e a drenagem de águas pluviais. Esses serviços desempenham um papel crítico na promoção da saúde, da higiene e na prevenção de doenças.

A compreensão da importância do saneamento básico vai além da esfera puramente higiênica. Itaipuaçu reconhece que é um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida de suas comunidades, investindo esforços significativos para superar desafios históricos e construir um futuro mais saudável e próspero para seus habitantes. Este conceito de desenvolvimento sustentável envolve o equilíbrio entre o crescimento econômico, a justiça social e a preservação ambiental, e o saneamento básico desempenha um papel significativo nesse equilíbrio.

O acesso ao saneamento básico tem efeitos diretos na saúde das pessoas, reduzindo doenças transmitidas pela água, diarreias e infecções relacionadas à falta de higiene. Além disso, a disponibilidade de água limpa facilita a higiene pessoal e contribui para a dignidade e o bem-estar dos cidadãos. Além disso, impactos econômicos substanciais também são observados, uma vez que o saneamento básico reduz os custos associados ao tratamento de doenças, melhora a produtividade da força de trabalho e estimula o desenvolvimento de pequenas empresas relacionadas aos serviços de saneamento.

A falta de saneamento adequado pode causar a poluição de rios e lençóis freáticos devido ao descarte inadequado de esgoto, impactando negativamente o meio ambiente. O tratamento adequado de esgoto e a gestão adequada de resíduos sólidos são fundamentais para a preservação do meio ambiente.

A abordagem do saneamento básico em comunidades locais envolve considerações culturais, sociais e econômicas específicas. Compreender as necessidades e os desafios de uma comunidade em particular é crucial para o planejamento e a implementação eficaz de melhorias no saneamento. À medida que exploramos os avanços em Itaipuaçu, é essencial considerar esses princípios para apreciar plenamente o impacto positivo das transformações ocorridas.

METODOLOGIA

Itaipuaçu, uma comunidade suburbana ao longo da costa brasileira, serve como ponto focal de nossa investigação sobre os avanços no saneamento básico. Localizada no município de Maricá, no estado do Rio de Janeiro, Itaipuaçu está estrategicamente posicionada a aproximadamente 50 quilômetros a leste da vibrante cidade do Rio de Janeiro. A área abrange uma grande variedade de paisagens, desde praias imaculadas até uma exuberante vegetação tropical, atraindo turistas e moradores que buscam uma mistura harmoniosa de amenidades urbanas e belezas naturais.

Com uma população em constante crescimento, Itaipuaçu emergiu como uma comunidade vibrante de indivíduos de diversas origens socioeconômicas. A sua história está intimamente ligada à envolvente costa. Originalmente estabelecida como uma pequena vila de pescadores, a área passou por uma rápida urbanização nas últimas décadas, impulsionada pela proximidade com o Rio de Janeiro e pelo fascínio da vida costeira. Esta evolução apresentou oportunidades e desafios, particularmente no domínio do saneamento básico.

Nesse contexto, nossa pesquisa visa aprofundar a jornada transformadora da infraestrutura de saneamento de Itaipuaçu, destacando os esforços multifacetados que visam melhorar o bem-estar de seus moradores e salvaguardar sua integridade ambiental.

Coleta de Dados

Para analisar de forma abrangente os avanços em saneamento básico em Itaipuaçu, empregamos uma combinação de métodos de coleta de dados primários e secundários. Essas metodologias forneceram uma perspectiva abrangente, abrangendo relatos de mão e contexto histórico, contribuindo assim para uma compreensão holística da paisagem primeira de saneamento em evolução da região.

Coleta de Dados Primários

Pesquisas de campo, entrevistas e questionários formaram a espinha dorsal de nossos esforços de coleta de dados primários. Em colaboração com autoridades locais e especialistas na área, desenvolvemos um

questionário estruturado para solicitar percepções das principais partes interessadas, incluindo funcionários municipais responsáveis pela infraestrutura de saneamento, residentes e especialistas ambientais. Entrevistas enfrentaram um rosto feito para garantir que as nuances das complexidades da situação do saneamento fossem capturadas com precisão. Essas interações facilitaram a coleta de dados qualitativos que lançaram luz sobre os desafios encontrados, percepções da comunidade e necessidades específicas relacionadas a melhorias no saneamento.

Coleta de Dados Secundários

A fase de coleta de dados secundários envolveu uma revisão exaustiva de várias fontes, compreendendo relatórios governamentais, registros oficiais, avaliações de impacto ambiental e dados históricos relacionados aos empreendimentos de saneamento em Itaipuaçu. Essas fontes ofereceram um contexto histórico que nos ajudou a traçar a trajetória das iniciativas de saneamento e seus impactos posteriores. Compilando dados de diversas fontes, obtivemos uma compreensão abrangente das dinâmicas passadas e presentes da infraestrutura de saneamento da região. Essa abordagem também nos permitiu discernir tendências, sucessos e áreas que prestam mais atenção dentro do contexto mais ampla de melhorias no saneamento.

Avaliação de Infraestrutura

- 1) **Mapeamento:** Uma avaliação das redes de abastecimento de água e dos sistemas de tratamento de esgoto existentes em Itaipuaçu aborda uma abordagem sistemática para mapear sua distribuição na área. A tecnologia dos Sistemas de Informação Geográfica (GIS) desempenhou um papel fundamental neste esforço. Utilizando imagens de satélite de alta resolução e dados geográficos, criamos mapas detalhados que retratam o traçado das tubulações de abastecimento de água, estações de tratamento de esgoto e suas respectivas áreas de abrangência.
- 2) **Análise de Dados:** Para avaliar a cobertura e a eficiência das redes de abastecimento de água e dos sistemas de trata-

mento de esgoto, utilizamos ferramentas de análise espacial. Foram utilizados softwares de Sistema de Informações Geográficas, como ArcGIS, para processar os dados mapeados e realizar diversas análises.

- 3) **Avaliação da Cobertura:** Ao sobrepor uma infraestrutura mapeada com dados demográficos e informações de uso do solo, calculamos o percentual da população coberta pelas redes de abastecimento de água e conectadas aos sistemas de tratamento de esgoto. Esta análise trouxe informações sobre áreas de acesso limitado, identificando assim possíveis lacunas que merecem atenção.
- 4) **Avaliação de Eficiência:** O SIG permitiu-nos avaliar a proximidade dos componentes da infraestrutura aos centros populacionais. Zonas extraordinárias foram criadas em torno de tubulações de abastecimento de água e estações de tratamento de esgoto para determinar se atenderiam adequadamente às comunidades próximas. Esta avaliação ajudou a identificar áreas que poderiam beneficiar de uma expansão adicional da infraestrutura.

A sinergia entre as metodologias de recolha de dados primários e secundários, juntamente com a avaliação da infraestrutura, garantiu a integridade e profundidade da nossa análise. Enquanto os dados primários nos deram acesso aos *insights* localizados, os dados secundários contextualizaram essas descobertas dentro de uma estrutura histórica e ambiental mais ampla. Essa abordagem multifacetada foi fundamental para facilitar um exame robusto dos avanços no saneamento básico em Itaipuaçu.

ANÁLISE DE INVESTIMENTOS EM MELHORIAS DO SNEAMENTO

1. Coleta de dados financeiros

A análise dos investimentos destinados a melhorar o saneamento básico em Itaipuaçu envolveu um exame abrangente de dados financeiros provenientes de autoridades locais, registros municipais e organizações externas. Mantivemos contatos com os departamentos governamentais relevantes responsáveis pelo saneamento e pelo desenvolvimento urba-

no para obter informações precisas e atualizadas sobre os fundos atribuídos às iniciativas de saneamento.

2. Análise de custo-benefício

A realização de uma rigorosa análise de custo-benefício foi fundamental para avaliar o impacto e a viabilidade dos investimentos feitos na melhoria do saneamento. Essa análise aprofundou os aspectos quantitativos e qualitativos dos investimentos, considerando um espectro de fatores além dos retornos monetários.

3. Avaliação quantitativa: Quantificamos os gastos financeiros diretos associados ao desenvolvimento de infraestrutura, manutenção e custos operacionais. Isso abrangeu gastos com adutoras de abastecimento de água, estações de tratamento de esgoto, equipamentos, mão de obra e manutenção contínua.

4. Fatores Qualitativo

Além dos aspectos monetários, nossa análise considerou ganhos qualitativos. Avaliamos os resultados de saúde decorrentes da melhoria do acesso à água potável e tratamento eficaz de esgoto. As reduções nas doenças transmitidas pela água e nos custos de saúde relacionados foram quantificadas. Além disso, avaliamos os benefícios ambientais por meio da redução da poluição e seu potencial contribuição para a preservação dos ecossistemas locais.

5. Multiplicadores Econômicos

No contexto econômico mais amplo, exploramos como os investimentos em saneamento se traduzem em ganhos econômicos. O saneamento avançado pode levar ao aumento dos valores das propriedades, ao apelo turístico e ao desenvolvimento de negócios devido à melhoria das condições de vida e à redução da degradação ambiental.

A culminância dessas análises permitiu uma compreensão abrangente das implicações dos investimentos em várias dimensões. Ao justapor insumos financeiros com saúde, meio ambiente e resultados econômicos, conseguimos fornecer uma perspectiva holística sobre os retornos gerados pelos investimentos em saneamento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Envolvimento da comunidade

O engajamento ativo da comunidade local surgiu como um catalisador vital para o progresso do saneamento básico em Itaipuaçu. Reuniões regulares da prefeitura, workshops e fóruns participativos foram organizados para solicitar contribuições e feedback dos residentes. Essa abordagem colaborativa garantiu que as aspirações e preocupações da comunidade fossem integradas ao processo de tomada de decisão. A criação de comitês liderados pela comunidade facilitou o diálogo entre as autoridades locais e os cidadãos, fomentando um senso de propriedade e responsabilidade compartilhada pelas iniciativas de saneamento.

Foto 1: lançamento da pedra fundamental da obra de esgotamento sanitário



Fonte: Anselmo Mourão

Essa interação desempenhou um papel significativo no alinhamento dos projetos com as necessidades e prioridades específicas dos moradores, resultando em um processo de implementação mais eficaz.

Avaliação de Impacto Ambiental

Uma faceta essencial do nosso estudo abrangeu a avaliação das

repercussões ambientais da melhoria do saneamento básico. Através de uma análise comparativa de dados ambientais pré-existent e medições pós-implementação, foi observada uma tendência positiva na redução de poluentes nos corpos d'água.

Foto 2 e 3: Rede de esgotamento sanitário terá 130 km



Fonte: Maricá Info

A expansão dos sistemas de tratamento de esgoto reduziu significativamente a descarga de águas residuais não tratadas em fontes naturais de água, conseqüentemente melhorando a qualidade da água e reduzindo a carga ecológica. Este resultado é indicativo dos passos promissores dados

para proteger os ecossistemas locais e minimizar a pegada ecológica negativa das práticas de saneamento.

Considerações éticas

Considerações éticas enfatizaram nossa abordagem de pesquisa, particularmente ao interagir com seres humanos. O consentimento informado prévio foi obtido dos entrevistados, garantindo a sua vontade de participar, salvaguardando a sua privacidade e confidencialidade.

Transparência e reciprocidade formaram a base de nossas interações com autoridades locais, partes interessadas e residentes. Além disso, reconhecemos o papel da comunidade local e garantimos que suas perspectivas fossem adequadamente representadas em nossas descobertas.

A estrutura ética orientou nossa pesquisa na adesão aos princípios de respeito, justiça e responsabilidade.

Limitações

É importante reconhecer as limitações inerentes ao nosso estudo. A disponibilidade de dados representava uma restrição, pois os registros históricos às vezes eram incompletos ou inacessíveis. Além disso, fatores externos, como mudanças nas políticas governamentais e disponibilidade de financiamento, podem influenciar a trajetória de projetos de saneamento além do escopo de nosso estudo. A extensão de nossa avaliação também foi limitada pelo cronograma de nossa pesquisa, possivelmente omitindo impactos de longo prazo que poderiam surgir nos anos subsequentes.

A fusão do envolvimento da comunidade, avaliação do impacto ambiental, considerações éticas e reconhecimento das limitações reforçou a credibilidade e abrangência do nosso estudo. Ao adotar uma abordagem multidisciplinar, nossa pesquisa lança luz não apenas sobre as conquistas quantitativas, mas também sobre os aspectos qualitativos que definem coletivamente a jornada rumo à melhoria do saneamento básico em Itaipuaçu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A jornada de Itaipuaçu rumo à melhoria do saneamento básico é uma prova do poder transformador de esforços dedicados e esforços colaborativos. Por meio da fusão de dados primários e secundários, avaliação metódica da infraestrutura e análises financeiras robustas, nossa pesquisa iluminou os avanços multidimensionais dados pela comunidade em direção a um futuro mais saudável e sustentável.

A relação simbiótica entre autoridades locais, especialistas e a comunidade tem sido fundamental para impulsionar esses avanços. O envolvimento da comunidade não apenas garantiu que os projetos estivessem alinhados com as necessidades e aspirações dos moradores, mas também promoveu um senso de responsabilidade compartilhada em sua implementação e manutenção. Essa abordagem participativa é um modelo de desenvolvimento inclusivo, enfatizando a importância do envolvimento local na formação da trajetória de mudança.

O impacto ambiental positivo resultante da melhoria do saneamento básico é uma conquista marcante. A redução da poluição hídrica e a preservação dos ecossistemas locais reforçam o caminho ecologicamente responsável que a Itaipuaçu tem trilhado. Este progresso é emblemático do compromisso de salvaguardar os recursos naturais e minimizar a pegada ambiental das atividades humanas.

Considerações éticas desempenharam um papel crucial, destacando a importância de respeitar as perspectivas e a privacidade da comunidade. Por meio de interações transparentes e adesão a princípios éticos, nossa pesquisa garantiu que as vozes de todas as partes interessadas fossem representadas, reafirmando o fundamento da conduta ética em pesquisa.

No entanto, este estudo não é isento de limitações. O escopo de nossa avaliação foi limitado por dados e recursos disponíveis, potencialmente perdendo percepções diferenciadas que podem surgir com o tempo. Além disso, o cenário em constante evolução das políticas e fatores externos podem influenciar a sustentabilidade desses avanços.

Em suma, os avanços em saneamento básico em Itaipuaçu ressoam como um paradigma de mudança positiva. A interseção de desen-

volvimento de infraestrutura, envolvimento da comunidade, gestão ambiental e conduta ética esculpiu uma narrativa de progresso que se estende além de meros pontos de dados. No decorrer da jornada, Itaipuaçu serve de inspiração, exemplificando que a busca pela melhoria da qualidade de vida e pela harmonia ambiental não é um destino, mas um compromisso permanente com um futuro melhor.

REFERÊNCIAS

Prefeitura de Maricá inicia obra de esgotamento sanitário no Jardim Atlântico Leste. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/noticia/prefeitura-de-marica-inicia-obra-de-egotamento-sanitario-no-jardim-atlantico-leste/>. Acesso em: 18 ago. 2023.

Maricá inaugura estação de tratamento. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/noticia/prefeitura-de-marica-inaugura-estacao-de-tratamento-de-egoto-com-sistema-inovador-em-itaipuacu/>. Acesso em: 22 ago. 2023.

Sanear Realiza Obras de Saneamento. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/noticia/sanemar-realiza-obras-de-saneamento-basico-em-tres-pontos-de-marica/>. Acesso em: 01 out. 2023.

Saneamento de Itaipuaçu. Disponível em: <https://maricainfo.com/2023/04/13/itaipuacu-rede-de-egotamento-sanitario-tera-130-km-obras-iniciam-no-jardim-atlantico-leste.html>. Acesso em: 08 out. 2023.

Itaipuaçu. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Itaipua%C3%A7u>. Acesso em: 09 set. 2023.

A INFLUÊNCIA DO VEGANISMO NO SETOR AGROALIMENTAR DE MARICÁ.

Yulle Farias Souza

RESUMO

O veganismo é uma filosofia de vida que busca excluir de todas as formas possíveis a exploração do animal não humano, visto que a partir de estudos científicos a prática da pecuária tem sido prejudicial para a saúde de animais humanos e não humanos e o meio ambiente. Assim, o objetivo desta pesquisa foi avaliar os impactos do consumo de produtos de origem animal e sua relação com questões ambientais. Além disso, obter um panorama da situação atual do município de Maricá frente as questões relacionadas ao veganismo e/ou vegetarianismo. Sendo assim, para realização desta pesquisa foi utilizada uma metodologia bibliográfica e documental. Com este estudo, foi possível destacar a importância do veganismo relacionados a minimização de impactos ambientais. Outro destaque pode ser dado a movimentação da economia local de Maricá, analisando o crescimento de uma cidade sustentável, com produção de alimentos orgânicos e a forma como é distribuído. Os resultados designam que a produção de alimentos sustentáveis e o incentivo a filosofia vegana possuem uma função importante que pode promover no futuro a segurança alimentar e fortalecimento da economia da cidade de Maricá.

Palavras Chaves: Veganismo; Sustentabilidade; Consumo; Pecuária; Agroalimentar.

INTRODUÇÃO

*As enfermidades que começam no prato
Savarin*

Há relatos do vegetarianismo na pré-história, entretanto, o movimento vegetariano surgiu no final do século XVIII na classe alta composta por médicos, comerciantes e escritores, de diferentes credos. A adesão por parte deles se deu após as leituras de Pitágoras e de Plutarco, e pelo contato com a civilização hindu (FERRIGNO, 2012). Já o conceito veganismo surgiu em meados do século XX, com um grupo de ativistas com o título Vegan Society em prol da causa animal (Lima, 2017).

De acordo com a Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB), considera-se vegetariano todo aquele que exclui de sua alimentação todos os tipos de carne, aves, peixes e seus derivados, podendo ou não utilizar laticínios, ou ovos. Conforme Slywitch (2015), a alimentação vegetariana classifica-se de acordo com o consumo de subprodutos animais (ovos e laticínios). Nestes termos, os vegetarianos podem ser classificados da seguinte forma: Vegetariano estrito, conhecido como vegetariano puro, não utiliza nenhum derivado animal na sua alimentação; ovo lacto vegetariano consome ovos, leite e laticínios na alimentação, não consome carne; lacto vegetariano além da carne não utiliza ovos, mas faz uso de leite e laticínios; e ovo vegetariano que não utiliza laticínios e carnes, mas consome ovos. Já o Veganismo não é somente uma dieta alimentar, é uma filosofia e estilo de vida que busca excluir, na medida do possível e praticável, todas as formas de exploração e crueldade contra animais na alimentação, vestuário e qualquer outra finalidade e, por extensão, que promova o desenvolvimento e uso de alternativas livres de origem animal para benefício de humanos, animais e meio ambiente (The vegan Society, 2020).

De acordo com a pesquisa feita pelo IBOPE em 2018 (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) em comparação com a pesquisa de 2012, 14% da população brasileira se declarava vegetariana. Nas cidades de São Paulo, Curitiba, Recife e Rio de Janeiro estimativa de porcentagem de vegetarianos e veganos sobe para 16%. A estatística, portanto, representa um crescimento de 75% em relação a 2012. Hoje representa quase 30 milhões de brasileiros que se declaram adeptos a esta opção alimentar.

O crescimento populacional de veganos e vegetarianos deve-se, em grande parte, aos acontecimentos mundiais negativos no planeta. A ONU alertou em um relatório do Programa das Nações Unidas para Meio Am-

biente (2022) problemas ambientais que gradualmente se expandem, tendo como exemplo: aquecimento global, pandemia e desmatamentos, entretanto, não adverte acerca do impacto negativo do consumo de produtos de origem animal. Logo, é relevante que, artigos como esse, sejam aprofundados e divulgados para que mais pessoas tenham conhecimento da relação entre o consumo e meio ambiente.

JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

A Prefeitura de Maricá tem realizado ações para garantir uma cidade sustentável, o que inclui a criação de um sistema alimentar saudável. São diversos projetos direcionados para o crescimento da agroecologia, como por exemplo a Fazenda Pública Joaquín Piñero localizada na estrada do Espraiado, onde produz quilos de alimentos sem agrotóxicos para a população (Vem Viver Espraiado, 2023). Assim, a cidade de Maricá está recepcionando cada vez mais a ideologia do movimento vegano a partir de programas e parcerias com empresas veganas. Dito isso, o presente artigo intenciona popularizar o vegetarianismo e veganismo e ressaltar a importância do movimento para o ecossistema e economia de Maricá.

O presente artigo tem como objetivo de realizar um levantamento bibliográfico da situação atual do município de Maricá diante de questões relacionadas ao veganismo e/ou vegetarianismo, visando a continuação das políticas públicas de Maricá com o foco na sustentabilidade do setor agroalimentar. Com base no objetivo geral, decidiu-se traçar os seguintes objetivos específicos a seguir:

- 1) Compreender e popularizar o conceito de veganismo;
- 2) Avaliar os impactos do consumo de produtos de origem animal e sua relação com questões ambientais;
- 3) Analisar as políticas públicas de Maricá relacionadas ao movimento vegano e a sustentabilidade;
- 4) Incentivar as mudanças de hábitos alimentar à população maricaense.

É tratado durante o artigo a indagação para essa problemática: Qual a

situação da cidade de Maricá diante das questões da alimentação vegana/vegetariana da população e quais ações sustentáveis? Visto que o veganismo pode influenciar positivamente no setor agroalimentar e de sustentabilidade em Maricá

REFERENCIAL TEÓRICO

1. Sistema de crenças

O carnismo é o sistema de crenças que nos condiciona a comer certos animais. Muitas vezes definimos as pessoas que comem carne como carnívoros. Mas, carnívoros são, por definição, animais que dependem da carne para sobreviver. Os consumidores de carne não são meramente onívoros. Um onívoro é um animal humano¹ ou não humano que tem aptidão fisiológica para ingerir tanto vegetais quanto carne. Mas tanto “carnívoro” como “onívoro” são termos que descrevem a constituição biológica do indivíduo, não uma opção filosófica. Em grande parte do mundo de hoje as pessoas comem carne não porque precisam, mas porque optaram por comê-la, e as opções derivam sempre das crenças (Joy, 2014).

Francione (2013) utiliza o termo esquizofrenia moral para descrever o pensamento confuso que os seres humanos possuem a respeito dos animais. Por um lado, no Brasil, alguns animais não humanos são tratados ou considerados da família, enquanto outros a exemplo do porco, vaca, galinha são vistos como alimento. Esta esquizofrenia moral não se trata de personalidade dupla, mas da capacidade que as pessoas têm de se enganarem quanto a senciência dos animais, e como ela se assemelha aos seres humanos. Assim, uma boa definição de senciência seria aquela proposta pelo Dr. Gilson Volpato (2021), que a define como a “habilidade de subjetivamente experimentar dor, frio, conforto, desconforto, e conscientemente diferenciar estados internos como bons ou ruins, agradáveis ou desagradáveis”. Portanto, passamos a ser responsáveis, do ponto de vista ético e moral, pelas condições em que mantemos os animais que foram removidos da condição natural e estão sob nossos cuidados, sendo esses animais domesticados ou não.

Por trás de toda refeição com carne há uma ausência: a morte do animal cujo lugar é ocupado pela carne. O “referente ausente” é o que separa quem come carne do animal e o animal do produto final. A função do referente ausente é manter a nossa “carne” separada de qualquer ideia de que ela já foi um animal não humano, manter longe da refeição o “múuu” ou o “báaa”, evitar algo que seja visto como tendo sido um ser. Uma vez que a existência da carne é desligada da existência de um animal que foi morto para se tornar “carne”, esta fica desancorada do seu referente original (o animal), tornando-se, em vez disso, uma imagem que não está ligada a nada (Adams, 2018).

No livro “A política Sexual da carne: Uma teoria feminista-vegetariana” (Adams, 2018) descreve uma analogia entre especismo, racismo, sexismo e outras formas de preconceito. Assim, a exploração dos animais nos condiciona a aceitar a brutalidade como um fato cotidiano normal e razoável. Ela acontece em todas as áreas da sociedade, unindo e afastando as pessoas de diferentes sexos, cores e classes. A “inocuidade” do sexismo sustenta uma cultura de seres vivos transformados em mercadoria, seres que não são suficientemente bons, pois simplesmente são usados para servir aos caprichos da classe dominante, sendo vestidos/expostos/mutilados (Mckay, 2012).

2. Impactos ambientais

2.1 Desmatamento

A produção pecuária vem agravando as condições do meio ambiente, com alterações climáticas decorrentes da poluição do ar e da água, degradação do solo, perda da biodiversidade e, como consequência, o surgimento do aquecimento global (FROEHLICH, 2016; SCHUCK; RIBEIRO, 2015). A criação de gados não para. A Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) realizada pelo IBGE (2022) apresenta que o número de bois supera a população humana do país, marcando 234,4 milhões de bovinos, 259 milhões de aves e 203,1 milhões de pessoas. Considerando os dados de 2022, a diferença de gados e humanos atingiu a marca de 31,2 milhões. Maior número registrado desde que as contagens começaram em 1974.

Quanto mais gados, mais gás metano serão produzidos! O gás metano é gerado no processo digestivo da manada, sendo 86 vezes mais poluente do que o dióxido de carbono provocado pelos veículos, em que intensifica o efeito estufa. (A carne é fraca. 2005.).

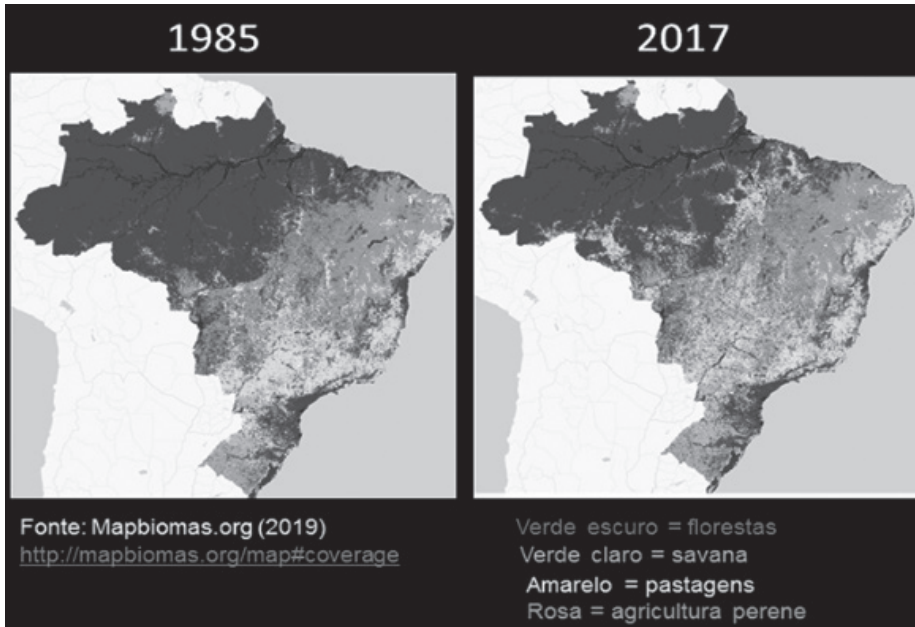


Figura 1 Mapas da cobertura vegetal do Brasil em 1985 e em 2017, mostrando as florestas em verde escuro, as formações de savana em verde claro, as pastagens em amarelo e a agricultura perene em rosa. Fonte: Mapbiomas.org (2019)

Outro problema é o desmatamento de florestas. Cerca de 80% do desmatamento da Amazônia brasileira deve-se à conversão da floresta em pastagens. Além disso, a destruição do Cerrado, cuja cobertura original caminha hoje para um estado terminal, deve-se também preponderantemente à expansão da pecuária. Segundo estimativas do WWF (Fundo Mundial para a Natureza), 60% da área total do Cerrado é destinada à pecuária e 6% aos grãos, principalmente soja. De fato, cerca de 80% do Cerrado já foi modificado pelo homem por causa da expansão agropecuária, urbana e construção de estradas - aproximadamente 40% conserva parcialmente suas características iniciais e outros 40% já as perderam totalmente.

Somente 19,15% corresponde a áreas nas quais a vegetação original ainda está em bom estado. No período de 1990 à 2005, a pecuária foi a causa de cerca de 81% do desmatamento no chamado “arco do desmatamento” brasileiro, incluindo a Amazônia, o Cerrado e o Pantanal. Pouco mais de 10% do desmatamento deve-se à agricultura, fundamentalmente à soja, a qual destina-se a nutrir, no Brasil e no exterior, sobretudo, porcos, frangos e peixes. Portanto, algo próximo de 90% da destruição da cobertura vegetal primária da Amazônia, do Cerrado e do Pantanal deve-se à dieta carnívora (UNICAMP, 2023).

2.2. Recursos Hídricos

A água é um recurso fundamental tanto para a agricultura quanto para pecuária, porém segundo a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) são necessários de 15.0000 litros de água para produção de 1kg de carne bovina, enquanto para a produção de 1kg de cereal precisa-se de 1.300 litros. De acordo com a tabela abaixo observa-se o quanto de água é preciso para fazer a manutenção de cada animal não humano, levando em consideração o total de água necessária para a criação desse “produto” (A CARNE É FRACA, 2005, YouTube). A Tabela 1 traz valores apresentando a quantidade de água necessária por dia para a produção de cada animal.

Tabela 1 Gráfico apresentando a quantidade de água necessária para produção de cada animal. (FAO – Organização das nações unidas para alimentação e agricultura)

Animal	Litros de água/ dia
Bode	08
Galinha (100)	10
Boi	35
Vaca leiteira	40
Porco	15

São utilizados medicamentos e agrotóxicos no ciclo de produção desses animais. Mais de 6 milhões de toneladas por ano de dejetos

com essas substâncias são despejadas nos recursos hídricos provocando uma disseminação descontrolada de nutrientes nos aquíferos, produzindo disparadamente algas que provocam significativamente a biodiversidade. (A carne é fraca, 2005.).

2.3 Saúde e Pandemia

Para a realização do abate animal com a reprodução em confinamento causa uma interferência no ecossistema, podendo contribuir com as mudanças climáticas. Ademais, pode causar alterações no comportamento do organismo desses animais não humanos e desta forma surgem mais doenças. (UNESP, 2023).

O consumo animal pode acarretar diferentes problemas de saúde, epidemias e algumas vezes a transmissão de doenças pode ultrapassar as barreiras, criando assim uma possível pandemia, que causa impacto e cria um cenário promissor para geração de uma cepa com potencial pandêmico, a exemplo do que está ocorrendo com o novo coronavírus (Costa e Hamann, 2016). De acordo com os pesquisadores Cynthia Schuck (2020) e Wladimir Alonso, no livro *Pandemia, saúde global e escolhas pessoais*, os surtos do vírus da Covid-19 também tiveram sua origem no consumo de animais selvagens, mas não aquele que acontece em áreas rurais de países pobres. O que se sabe até o momento é que tanto o SARS, vírus de 2002, quanto o novo SARS-CoV-2 tenham surgido em mercados de animais vivos, também conhecidos como mercados úmidos, em grandes centros urbanos na China. Os mercados úmidos possuem uma grande diversidade de espécies, além disso, os animais são expostos para a venda e abatidos na hora a pedido do cliente. Mantidos em gaiolas e estandes pequenos, ficam amontoados em espaços mínimos, e os níveis mais baixos são constantemente encharcados com excrementos, promovendo o florescimento de patogenicidades diversas.

Não é tanto o consumo de um animal já cozido que é perigoso, mas o processo de caça, manipulação, limpeza e corte do animal antes do consumo. Nesta atividade há muitas oportunidades de exposição direta de tecidos humanos (como ferimentos na pele, mucosas) aos patógenos

que podem estar presentes, por exemplo, no sangue do animal. Também é possível a contaminação cruzada de outros. Na tabela 2 é possível observar exemplos de pandemias e epidemias que ocorreram nos últimos anos devido o consumo da carne.

Pandemias/Epidemias causadas	Animal	Ano
Influenza (gripe aviária)	Galinhas	1918
Ebola	Morcegos frugívoros	1976
Encefalopatia	Gado	1986

Tabela 2 Exemplos de pandemias/epidemias geradas pelo consumo de animais.

Para evitar novas pandemias é preciso urgentemente, mudar a forma do consumo de carne. (Mercy for animals). Diante do exposto, é essencial que a Prefeitura de Maricá prossiga com o incentivo ao movimento vegano para benefícios da população e do meio ambiente. Além de alimentos sem agrotóxicos, que são produzidos por toda cidade, o projeto Bem – Viver Alimentar desenvolvido pelo ICTIM (Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá) estabeleceu uma parceria com a empresa Açougue Vegano, que utiliza a jaca verde para produzir diversos alimentos veganos. A colheita contou com o apoio do projeto Horta em Casa para localizar os moradores, ou seja, moradores de Maricá. Com as jaqueiras venderam seus frutos para a empresa. A compra é realizada de forma direta entre o morador e a empresa, gerando assim renda e emprego para os produtores locais. A título de exemplo: a colheita de jacas serviu no Restaurante Municipal Mauro Alemão cerca de 6kg de molho bolonhesa de carne de jaca que, segundo a matéria publicada pelo ICTIM, conquistou os paladares dos clientes do restaurante.

METODOLOGIA

O presente artigo caracteriza-se por uma análise sistemática, que fornece conteúdo de baseado em artigos científicos, teses, livros e documentários. Esse trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva e qualitativa interdisciplinar, que envolve as áreas de ciências agrárias, biológica e hu-

manidade, com técnica aplicada em levantamento bibliográfico em base de dados científicos como Scielo, Web of Science, Google Acadêmico e informações técnicas de órgãos públicos de Maricá, como o site da Prefeitura de Maricá.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em Maricá não há uma pesquisa conveniente para considerarmos a quantidade exata de veganos e vegetarianos, mas de acordo com o site Mapa Vegs(2023), que possui Censo de Estatísticas Vegetariano e Vegano Brasileiro de 20 pessoas cadastradas na cidade de Maricá, sendo 45% são vegetarianas, 45% são veganas e 10% são simpatizantes ao movimento, ou seja, reduzem o consumo da carne.

Algumas políticas públicas de Maricá estão aliadas com o movimento vegano, visto que tanto o movimento quanto a cidade objetiva garantir a sustentabilidade e segurança alimentar de qualidade.

A praça agroecológica de Araçatiba é um incentivo à produção local de alimentos, a praça possui 36 canteiros, onde são plantadas diversas hortaliças, legumes e até mesmo plantas medicinais sem nenhum agrotóxico. Possibilitando a colheita gratuitamente para os moradores, bem como aumentando a conscientização sobre a origem dos alimentos e os impactos das escolhas alimentares em questões éticas.

Frequentemente o veganismo enfatiza o consumo de alimentos da produção local e sazonal, no qual se alinha com a Feira da Agricultura Familiar, que ocorre em Araçatiba mensalmente. Lá são comercializadas uma ampla variedade de produtos orgânicos, artesanais e oficinas abordando assuntos ambientais, como por exemplo: oficinas de compostagem e alimentação viva que retratam conceitos sobre as plantas alimentícias.

Também existe o programa Florestas do Amanhã, que é uma ação da Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) e que tem por objetivo a recomposição florestal do Bioma Mata Atlântica. Sendo assim, a cidade de Maricá estabeleceu uma parceria com esse programa, no qual já foram feitos plantios em uma área de 25 hectares nos bairros Caxito, Parque Nanci e também no Manu Manuela.

Outro programa do projeto Maricá + Verde, realizado pela Secretaria de Cidade Sustentável desde 2012 é a doação de mais de 45 mil mudas nativas da Mata Atlântica à população de Maricá, entre elas, destacam-se as mudas de ipê rosa e amarelo, ameixa, aroeira, capim-limão. Foram plantadas oitenta mil mudas, reflorestando as matas ciliares próximas aos rios e às áreas de preservação ambiental. (Prefeitura de Maricá, 2023).

A cidade de Maricá possui ainda a Fazenda Pública Joaquin Piñero, localizada no Espirado, que possui um vale muito fértil, possibilitando assim o cultivo de quilos de alimentos orgânicos que são colhidos toda quarta-feira e doados para Instituições Públicas, como o Centro Comunitário de Cordeirinho, Restaurante Municipal Mauro Alemão, entre outras. Programas como esses geram uma segurança alimentar saudável e balanceada para a população, incentivando aos agricultores locais e também uma movimentação econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa destacou os impactos ambientais que a produção pecuária provoca ambientalmente, socialmente e na saúde. Ao decorrer da pesquisa, vários pontos foram esclarecidos a fim de divulgar a indústria da carne, pois como foi citado, trata-se de um sistema de crenças. Logo, é essencial artigos como esse para que a população possa questionar seus hábitos alimentares.

Além disso, observou-se os impactos do consumo de produtos de origem animal e sua relação com questões ambientais, de saúde e sociais. Ao decorrer da pesquisa, vários pontos-chave foram estabelecidos, destacando a evolução histórica do vegetarianismo e veganismo, o crescimento desses movimentos no Brasil e em Maricá, os impactos ambientais da produção pecuária e os riscos para a saúde associados ao consumo de animais não humanos.

Tornando-se evidente que o consumo da carne está internamente ligado aos problemas que temos vivenciado, incluindo desmatamento, poluição, perda de biodiversidade e contribuição para o aquecimento global devido à produção de gás metano. Além disso, um dos motivos considera-

dos para o surgimento da pandemia Covid-19 foi a produção e a ingestão de animais silvestres.

Dessarte, é fundamental que a população possa questionar seus hábitos alimentares. Muitas vezes não consideramos os impactos que nossas escolhas nutricionais têm sobre o meio ambiente. No entanto, é crucial conscientizar a população sobre essa relação e incentivar escolhas mais sustentáveis e saudáveis.

Assim, esta pesquisa conclui que a Prefeitura de Maricá vem planejando e realizando condutas, demonstrando um compromisso para tornar a cidade sustentável, incluindo iniciativas de agroecologia e parcerias com empresas veganas. Estes procedimentos são primordiais. Assim, faz-se necessário que cada vez mais seja reforçado junto à população maricaense um sistema alimentar ecologicamente equilibrado.

REFERÊNCIAS

A carne é fraca. Direção de Denise Gonçalves. São Paulo: Instituto Nina Rosa, 2005. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/luiz-marques/abandonar-carne-ou-esperanca>. Acesso em: 10 jul 2022.

ADAMS, Carol. A política sexual da carne: uma teoria feminista-vegetariana. São Paulo: Editora Alaude, 2018.

Cowspiracy: o segredo da sustentabilidade. Direção de Kip Andersen e Keegan Kuhn. A.U.M. Films · First Spark Media, 2014.

FERRIGNO, Mayra. Veganismo e libertação animal: um estudo etnográfico. São Paulo, Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, 2012.

FRANCIONE, Gary. Introdução aos direitos animais: seu filho ou o cachorro? Campinas: Unicamp, 2013.

FROEHLICH, Graciela. O bem-estar na carne: um estudo antropológico sobre as relações entre humanos e animais a partir da categoria de “bem-

-estar animal. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

JOY, Melanie. Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas. Editora Cultrix, 2014.

LIMA, Mikael. Memorial de um nutricionista vegano em formação. Memorial (Graduação em Nutrição) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2017.

MAPA VEGS CENSO VEGETARIANO E VEGANO DE ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://www.mapaveg.com.br/censo/estatisticas>. Acesso em: 08 out 2023.

MARICÁ MAIS VERDE. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/tag/marica-mais-verde/>. Acesso em: 10 out 2023.

O QUE É SENCIÊNCIA? Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/conscienciaanimal/o-que-e-senciencia/>. Acesso em: 10 jul 2023.

RELATÓRIO ANUAL DA UNESCO. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384818_por. Acesso em: 14 out 2023.

SAVARIN, Jean. A fisiologia do gosto. Editora Companhia de Mesa, 2017.

SCHUCK, Cynthia. Comendo o planeta: impactos ambientais da criação e consumo de animais. 3. Ed. São Paulo: Sociedade Vegetariana Brasileira, 2015.

SLYWITCH, Eric. Alimentação sem carne: guia prático: o primeiro livro brasileiro que ensina como montar sua dieta vegetariana. São Paulo: Editorial Alaúde, 2. ed, 2015.

SOCIEDADE VEGETARIANA BRASILEIRA. Pesquisa do IBOPE aponta crescimento histórico no número de vegetarianos no Brasil. Disponível em: <https://>

svb.org.br/2469-pesquisa-do-ibope-aponta-crescimento-historico-no-numero-de-vegetarianos-no-brasil/. Acesso em: 10 out 2023.

THE VEGAN SOCIETY. Definition of veganism. Disponível em: <https://www.vegansociety.com/go-vegan/definition-veganism>. Acesso em: 4 jul 2022.

VEM VIVER ESPRAIADO. Disponível em: <https://vemviverespraiado.com.br/fazenda-joaquin-pinero>. Acesso em: 16 out 2023.

SUGUISAWA, Liliane. **O consumo de carne bovina e saúde humana**. Pós Graduação em Zootecnia – Universidade de medicina veterinária e zootecnia, Botucatu, São Paulo, 2005.

SCHUCK, Cynthia; ALONSO, Wladimir. **Pandemias, saúde global e escolhas pessoais**. Minas Gerais, Cria Editora, 2020.

COSTA, Ligia; HAMANN, Edgar. **Pandemias de influenza e a estrutura sanitária brasileira**: breve histórico de caracterização dos cenários. Revista Pan- Amazônica de Saúde, 2016. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-62232016000100002. Acesso em: 14 out 2023.



Esta publicação, que reúne os 33 melhores artigos selecionados na 6ª Edição do Prêmio Novos Pesquisadores de Maricá, revela a força da juventude que tanto orgulha a nossa cidade. Em novembro de 2023, quando os trabalhos foram apresentados originalmente no Auditório do Banco Mumbuca, já tivemos a oportunidade de testemunhar a dedicação e a inventividade desses jovens cientistas.

Além de reconhecer o potencial juvenil, a premiação é um estímulo para que continuem a explorar, questionar e inovar. Os trabalhos não apenas refletem o talento individual, mas evidenciam a colaboração exemplar entre professores orientadores e alunos, pavimentando o caminho em direção ao horizonte do desenvolvimento humano.

Este livro, que conta com a importante parceria do Instituto Darcy Ribeiro, promove a cidadania plena. Estamos celebrando a contribuição coletiva de jovens visionários para a transformação de Maricá, do Rio de Janeiro e do Brasil.

Fabiano Horta

Prefeito de Maricá

